

DIÁLOGO:

Linguagens, Sociedade, Cultura e Contemporaneidade



Willian Douglas Guilherme
Marcos Pereira dos Santos
Edwaldo Costa
Patrícia Gonçalves de Freitas

Organização



DIÁLOGO:

Linguagens, Sociedade, Cultura e Contemporaneidade



Willian Douglas Guilherme
Marcos Pereira dos Santos
Edwaldo Costa
Patrícia Gonçalves de Freitas

Organização



Editora e-Publicar

**DIÁLOGO: LINGUAGENS, SOCIEDADE, CULTURA E CONTEMPORANEIDADE,
VOLUME 1**

Organização

Willian Douglas Guilherme, Marcos Pereira dos Santos, Edwaldo Costa e Patrícia Gonçalves de Freitas

Direitos autorais e Distribuição

Os autores deste livro cederam à Editora e-Publicar os direitos de publicação e distribuição dos textos em formato digital. A responsabilidade pelo conteúdo, incluindo opiniões, ideias e conceitos expressos nos textos, é inteiramente dos autores. A Editora e-Publicar não se responsabiliza por quaisquer interpretações ou consequências advindas do uso das informações contidas nos textos. É permitido o compartilhamento da obra, desde que a devida atribuição seja dada aos autores e a editora. Não é permitido fazer alterações no conteúdo, nem utilizar a obra para fins comerciais.

Formato: Open Access (Livre Acesso)

Editora-chefe: Patrícia Gonçalves de Freitas

Editoração: Patrícia Gonçalves de Freitas e Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e edição de arte: Patrícia Gonçalves de Freitas

Diagramação e indexação: Patrícia Gonçalves de Freitas e Roger Goulart Mello

Escrita e revisão de texto: Os próprios autores

Informações Técnicas: Dimensão de 21cm x 29,7 cm, idioma Português (Brasil) e formato Adobe PDF

Edição e ano: 1ª edição, 2025.

Digital Object Identifier (DOI®): <https://dx.doi.org/10.47402/ed.ep.b251810670>

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

D536

Diálogo: linguagens, sociedade, cultura e contemporaneidade - Volume 1 / Organização de Willian Douglas Guilherme, Marcos Pereira dos Santos, Edwaldo Costa, *et al.* – Rio de Janeiro: e-Publicar, 2025.

Outra organizadora: Patrícia Gonçalves de Freitas

Livro em Adobe PDF

DOI 10.47402/ed.ep.b251810670

ISBN 978-65-5364-467-0

1. Filosofia e teoria da linguagem. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador).
- II. Santos, Marcos Pereira dos (Organizador). III. Costa, Edwaldo (Organizador).
- IV. Título.

CDD 401

Índice para catálogo sistemático

I. Filosofia e teoria da linguagem



2025

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Élidi Preciliana Pavanelli-Zubler - Universidade Federal de Mato Grosso

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará

Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense

Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz

Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória

Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba

João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas

Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará



Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes

Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes

Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo

Milson dos Santos Barbosa – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará

Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br

2025



2025

Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar apresenta a obra intitulada “Diálogo: Linguagens, Sociedade, Cultura e Contemporaneidade, Volume 1”. Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Sumário

CAPÍTULO 1	11
CYBERBULLYING E GORDOFOBIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO COMPLEXO DE EDGAR MORIN.....	11
DOI 10.47402/ed.ep.c251821670	Amaro Sebastião de Souza Quintino Rafaela de Souza Ferreira Sérgio Arruda de Moura André Fernando Uébe Mansur
CAPÍTULO 2	27
MAIS QUE LIVROS, SENTIDOS: MEDIAÇÃO CULTURAL, IDENTIDADE E BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	27
DOI 10.47402/ed.ep.c251832670	Ingrid Maria Luz Vergolino Zahlouth
CAPÍTULO 3	46
POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LITERATURA: INTEGRANDO COMPETÊNCIAS DIGITAIS NA SALA DE AULA.....	46
DOI 10.47402/ed.ep.c251843670	Rosana Ferreira Alves Jeane Borges dos Santos
CAPÍTULO 4	59
O PIONEIRISMO DA MULHER NA POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE ALZIRA SORIANO DO RIO GRANDE DO NORTE À AMÉRICA LATINA	59
DOI 10.47402/ed.ep.c251854670	Leísia Galvão de Azevedo Costa Kilza Fernanda Moreira de Viveiros
CAPÍTULO 5	67
A DESSIMBOLIZAÇÃO DA SEXUALIDADE NA PORNOGRAFIA DIGITAL: A TÉCNICA A SERVIÇO DA PLATAFORMIZAÇÃO	67
DOI 10.47402/ed.ep.c251865670	Lucas Pimenta Alampe
CAPÍTULO 6	76
A PERSPECTIVA (DE)COLONIAL DO MÉTODO COMPARATIVO NA HISTÓRIA CULTURAL DAS RELIGIÕES: UMA CRÍTICA À SOCIOLOGIA DE DURKHEIM E A FENOMENOLOGIA DAS RELIGIÕES.....	76
DOI 10.47402/ed.ep.c251876670	Osorio Vieira Borges Junior
CAPÍTULO 7	90
VIDAS TRANSGRESSORAS E A INTERFACE COM A TRAJETÓRIA EDUCATIVA ..	90
DOI 10.47402/ed.ep.c251887670	Junior Vitório Romanzini Maurício Rodrigues Rosilei Gugel Ficagna
CAPÍTULO 8	110
ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: ANÁLISE DAS IDENTIDADES CULTURAL E PERFORMATIVA EM DEPOIMENTOS DE MEMBROS DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA APLICADA	110
DOI 10.47402/ed.ep.c251898670	Tiane Cléa Santos Oliveira Dias

CAPÍTULO 9	121
SEXUALIZAÇÃO E CONSUMO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MARCA ITAIPAVA E SEU PRINCIPAL PRODUTO	121
DOI 10.47402/ed.ep.c251909670	José Diniz do Nascimento Neto Matheus Felipe Fernandes Matheus Oliveira Barbosa e Silva Raphael dos Santos Marins Elton Orris Marinho da Silva Vanessa Cristhina Gatto Adriano Carlos Moraes Rosa
CAPÍTULO 10	137
INFLUÊNCIA DOS LIVROS APÓCRIFOS E O PENSAMENTO HETEROPATRIARCAL DE DOMINAÇÃO NA IGREJA CONTEMPORÂNEA	137
DOI 10.47402/ed.ep.c2519110670	Claudio Noel de Toni Junior
CAPÍTULO 11	157
DESAFIOS DA INSERÇÃO LABORAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	157
DOI 10.47402/ed.ep.c2519211670	Laura Barbosa Barreto Daizio Lopes Bezerra Neto Hellen Fernanda Dantas Coringa Itamirys Marcionilia Rocha de Medeiros Beatriz Cinthia da Silva Álvaro Micael Duarte Fonseca
CAPÍTULO 12	167
ACERVO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL: PERSPECTIVAS SOBRE O PROJETO IÊ CAPOEIRA EM SÃO MATEUS-ES	167
DOI 10.47402/ed.ep.c2519312670	Daniel Junior da Silva Érique Brito Santos Larissa Alves Dias Louisy Gaia Marinho Luciene Santos Souza Mariana Ferreira Honorato Silva Samara Couto
CAPÍTULO 13	181
A CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR DE GEMAS, JOIAS E AFINS NO BRASIL COM ÊNFASE NA LAPIDAÇÃO	181
DOI 10.47402/ed.ep.c2519413670	Caio Patrocínio Barcelos de Oliveira Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato
CAPÍTULO 14	199
O MERCADO DE LUXO SOB A ÓTICA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR	199
DOI 10.47402/ed.ep.c2519514670	Gabriell Vieira Aquino dos Santos Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato

CAPÍTULO 15	217
UMA (RE)LEITURA DE PROCESSOS DA GRADAÇÃO EM UM LIVRO DIDÁTICO: UMA PERSPECTIVA GRAMATICAL E LINGUÍSTICA.....	217
DOI 10.47402/ed.ep.c2519615670	Sandra Silva Aguiar Arlete Ribeiro Nepomuceno Emanuel Teixeira da Silva Maria Clara Gonçalves Ramos Vera Lúcia Viana de Paes Daniel Fernandes Gusmão
CAPÍTULO 16	243
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO: CONEXÕES COM AFIRMAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO ESTADO LAICO	243
DOI 10.47402/ed.ep.c2519716670	Carlos André Silva de Moura Evanilson Alves de Sá Wellcherline Miranda Lima
CAPÍTULO 17	259
A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	259
DOI 10.47402/ed.ep.c2519817670	Audrilara Arruda Rodrigues Campos Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira
CAPÍTULO 18	276
REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: ATUALIDADE DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	276
DOI 10.47402/ed.ep.c2519918670	Luiz de Sousa Lima Júnior
CAPÍTULO 19	288
CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES DE 2022: POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E IMPACTOS EMOCIONAIS.....	288
DOI 10.47402/ed.ep.c25110019670	Karine Valério Bernal Jéssika Alvares Sarco Pamela Staliano
CAPÍTULO 20	301
O QUE É NOTÍCIA NO INSTAGRAM: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL DE TRÊS GRANDES REDES DE COMUNICAÇÃO.....	301
DOI 10.47402/ed.ep.c25110120670	Rodrigo Daniel Levoti Portari

CAPÍTULO 1

CYBERBULLYING E GORDOFOBIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO COMPLEXO DE EDGAR MORIN

**Amaro Sebastião de Souza Quintino
Rafaela de Souza Ferreira
Sérgio Arruda de Moura
André Fernando Uébe Mansur**

RESUMO

Tendo em vista a expansão dos usos das redes sociais digitais, observa-se o aumento de práticas discriminatórias e violentas, como o *Cyberbullying e a Gordofobia*, que afetam profundamente a saúde mental e emocional dos indivíduos, especialmente de pessoas com corpos fora do padrão estético que é tido como ideal. No entanto, tais fenômenos costumam ser analisados de maneira fragmentada, desconsiderando as múltiplas dimensões, sociais, culturais, psicológicas e tecnológicas que os constituem. O objetivo da pesquisa é usar o Pensamento Complexo de Morin para entender como se dá essas formas de preconceitos na sociedade que muitas vezes já estão impregnadas no cotidiano das pessoas, na intenção de refletir nos diferentes discursos referentes ao fenômeno da gordofobia nas mídias digitais. Essa temática se faz necessária discutir por entender que atualmente, o sujeito gordo vem sendo atacado pelos diversos discursos de ódios e gordofóbicos nas redes sociais que muitas vezes difamam sua imagem, causando sofrimento e dor. Cabe ressaltar que o Cyberbullying dissemina, em eventualidades específicas, inverdades nos discursos das redes sociais, no qual afeta os aspectos cognitivos, sociais e emocionais dos sujeitos que sofrem esse preconceito. O Pensamento Complexo de Edgar Morin, busca observar o todo de forma indissociável e tendo como desejo a construção do conhecimento a abordagem multi e transdisciplinar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, o qual teve como eixo norteador a Teoria das Representações Sociais, com base nos conceitos de Morin e outros que versam sobre a temática. Os resultados dessa pesquisa apontam que a partir de um olhar complexo dos princípios de Morin, é possível verificar a necessidade compreender de forma mais abrangente e integrada da realidade, diferente das análises tradicionais. Conclui-se que é imprescindível que se substitua a visão do pensamento simplificador e reducionista do fenômeno da gordofobia e do Cyberbullying por um olhar que abarque suas múltiplas faces, a fim de que sejam exploradas as estratégias emergentes de resistência e empoderamento frente às práticas discriminatórias no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: *Cyberbullying*; Gordofobia; Pensamento Complexo; Redes Sociais e Digitais.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea busca cada vez mais evidenciar padrões que devem ser seguidos por aqueles que almejam um corpo “ideal”. As redes sociais digitais despontam como ferramenta de disseminação de informações sejam elas verídicas ou não. Bauman (2007), discute as redes digitais e também as relações sociais na era contemporânea, analisando como as redes sociais e a tecnologia moldam as interações humanas, muitas vezes de forma negativa, com foco na superficialidade e fragilidade dos laços.

A gordofobia é um preconceito/discriminação contra pessoas gordas ou obesas, sendo uma forma de preconceito, exclusão e estigmas que estereotipam os que não correspondem a

certos parâmetros normativos que envolvem o corpo e seu conjunto cultural (Zandomeneghi, 2020).

Neste contexto o *Cyberbullying* surge como uma prática de intimidação, humilhação, exposição vexatória, perseguição, calúnia e difamação por meio de ambientes virtuais digitais, nos quais esses usuários utilizam as redes sociais, *e-mail* e aplicativos de mensagens, dentre outros. Tal prática tem se intensificado nos tempos atuais, impulsionada pelo amplo e facilitado acesso às tecnologias digitais (Silva; Santos, 2021).

No contexto atual é relevante destacar os casos de *Cyberbullying* que ocorrem nas mídias sociais digitais com gordos ou obesos, ou outros alvos que não atendam o ideal pela sociedade. Nesse contexto, Moura e Nascimento (2020) mencionam que a sociedade funciona como elemento regulador, no qual limita e delimita as atitudes dos sujeitos estigmatizados, isto é, um traço ou característica singular que marca negativamente o sujeito e o coloca em condição de inferioridade (Goffman, 1988).

Ao utilizar o Pensamento Complexo para buscar entender esses sujeitos que cometem esses preconceitos, faz-se uso de uma compreensão ampla e integrada da realidade. Diferente das análises tradicionais, que trazem à tona os paradigmas científicos clássicos ou reducionistas, que marcam epistemologia moderna. Pode-se destacar o Princípio Sistêmico ou Organizacional, que estabelece a ideia oposta ao Princípio Reducionista do Pensamento Cartesiano de que o todo deve ser fragmentado para ser compreendido, bem como o Princípio Hologramático, que estabelece a parte está no todo, mas o todo está também inscrito na parte (Mansur; Carvalhos; Blazus, 2011).

Ressalta-se também o pensamento de Auguste Comte que defende que só o que pode ser medido e comprovado empiricamente valor científico. Para o autor, o pesquisar tem as concepções baseadas na leis gerais, na previsibilidade e objetividade absoluta (Comte, 1978).

Nesse contexto o Pensamento Complexo questiona essa busca por ter certezas absolutas e a negação da subjetividade, onde, muitas vezes os conhecimentos são fragmentados em partes isoladas, em contraposto, o pensamento complexo visa perceber a totalidade e a interconexão dos fenômenos.

Esta pesquisa tem a intenção de refletir sobre as temáticas relacionadas ao fenômeno do *Cyberbullying* enquanto abordagem de violência simbólica nas mídias virtuais; a *gordofobia* como manifestação de exclusão social com ênfase em padrões estéticos e culturais; e o

Pensamento Complexo, conforme proposto por Edgar Morin, que traz uma abordagem de integrar essas dimensões em uma análise holística e crítica.

Num primeiro momento busca-se discutir e refletir sobre o *Cyberbullying* na contemporaneidade. Já no segundo momento apresenta-se a gordofobia digital e seus entraves e no terceiro momento aborda-se o Pensamento Complexo sob a perspectiva da teoria de Edgar Morin, em prol de promover uma cultura de respeito à diversidade corporal e à convivência ética nas redes sociais e digitais e por fim, no quarto serão abordadas as inter-relações entre os fenômenos do Cyberbullying e da gordofobia à luz da perspectiva do Pensamento Complexo de Edgar Morin.

2 O CYBERBULLYING NA CONTEMPORANEIDADE

O *Cyberbullying* é a junção de duas palavras da língua inglesa, *bullying* e *cyber*. Cyber é a união da palavra *cybernetic* (cibernético), que quer dizer aquilo que está ligado à rede de informação e comunicação, mais precisamente, ao âmbito da *internet* (Cortez, 2010).

Já o termo *bullying* deriva da palavra inglesa *bully*, que significa "valentão" ou "agressor", acrescida do sufixo “*ing*”, que no português indica a continuidade ou a prática recorrente de uma ação. Dessa maneira, *bullying* refere-se a atos contínuos de intimidação ou agressão (Aboujaoude; Savage, 2023).

Do ponto de vista epistemológico, pode-se que afirmar que o *Cyberbullying* é uma violência psicológica e social praticada por meio de tecnologias digitais, como redes sociais, *e-mails*, aplicativos de mensagens, fóruns e *blogs*, dentre outras ferramentas virtuais. Isso pode ser ilustrado com atitudes evidenciadas nas redes sociais digitais.

Com base em estudos recentes, nota-se que a dialética pode ser analisada no fenômeno do *Cyberbullying* no qual se retrata em revelar as contradições sociais, tecnológicas e emocionais envolvidas nesse tipo de violência digital.

Silva e Santos (2021, p. 130), retrata que o *Cyberbullying* pode ser analisado a partir de uma perspectiva dialética, pois envolve contradições centrais da sociedade contemporânea: a liberdade de expressão versus os limites éticos da convivência digital. Esta perspectiva influenciada por Hegel, foca na resolução de conflitos através de processo de síntese, antítese e síntese. Pode ser analisado numa perspectiva dialógica (Morin, 2005) que enfatiza a coexistência de diferentes perspectivas e a busca por compreensão mútua, sem necessariamente buscar uma única síntese ou resolução. É importante ressaltar que embora a *internet* seja

defendida como espaço democrático e inclusivo, ela também se tornou palco de exclusões, humilhações e práticas violentas.

Sob a ótica dialética, compreender esses fenômenos implica reconhecer as suas contradições internas e, a partir delas, buscar uma síntese que concilie o uso crítico e consciente das tecnologias com a valorização da empatia e a promoção da cidadania digital.

É importante que se entenda que a dialética busca analisar a realidade (ou conhecimento) a partir de contradições entre as partes envolvidas. Em vez do sujeito ter um olhar de forma fixa ou estática, a dialética desponta como uma ciência que tem uma ótica como algo em transformação, em constante movimento e conflito (Silva; Santos, 2021).

A perspectiva dialógica, um dos pilares do Pensamento Complexo, propõe uma forma de articulação entre termos aparentemente opostos, como ordem e desordem, razão e emoção, indivíduo e sociedade. Essa abordagem visa superar a visão dicotômica da realidade, presente em muitas áreas do conhecimento, e promover uma compreensão mais integrada e aberta, propondo desta forma a religação dos saberes e a integração entre a cultura científica e humanística (Morin, 2005).

Todavia nota-se que devido aos grandes avanços das redes sociais, é perceptível o envio de mensagens com conteúdo agressivo, ameaçador ou vexatório, com o objetivo de humilhar, intimidar ou expor negativamente uma pessoa. Em geral, essas ações ocorrem de forma repetitiva e em ambientes públicos digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens ou fóruns *online* (Panke, 2019).

Cabe ressaltar que o *Cyberbullying* não possui barreiras físicas, sendo disseminado de maneira rápida, ultrapassando os limites físicos e temporais, permitindo que o agressor atue de maneira anônima e a qualquer hora, fato que potencializa os danos emocionais à vítima.

Dentro desse cenário Caetano *et al.* (2016) salienta que o que se refere aos agressores, estes, podem apresentar prazer pela dominação, bem como, uma capacidade empática reduzida que pode acarretar prejuízos no desenvolvimento de habilidades sociais que se amplia diante da facilidade de acesso a diferentes formatos de comunicação on-line, que favorecem a troca de informações de forma simples e ágil.

À luz das discussões atuais ao agir de forma agressiva, ofensiva ou humilhante nas mídias digitais afeta todos os indivíduos, muitas vezes de maneira irreversível e demonstra a falta de empatia e responsabilidade (Silva, 2010).

Segundo Aboujaoude; Savage (2023), o *Cyberbullying*, ou qualquer agressão repetitiva realizada em plataformas eletrônicas com a intenção de causar dano, é provavelmente tão antiga quanto a própria *Internet*. Estudos apontam que mais de duas décadas depois, os contornos do problema são geralmente bem compreendidos, incluindo sua fenomenologia, epidemiologia, dimensões de saúde mental, ligação com suicidalidade e efeitos desproporcionais em minorias e pessoas com transtornos do desenvolvimento (Aboujaoude; Savage, 2023).

O crescimento dessa prática na contemporaneidade, leva os indivíduos a realizar uma leitura crítica no qual se permite identificar os conteúdos ofensivos que tendem a se espalhar rapidamente, atingindo um público amplo, fato que dificulta o controle da situação. Essa categoria de agressão tem se destacado como uma grande preocupação entre os gordos ou obesos, ou aqueles que não tendem o padrão ideal (Moura; Nascimento, 2020).

Pode-se problematizar a ideia de que o foco principal do agressor é fazer com que a vítima não possa se defender com facilidade dos ataques virtuais. Nesse sentido, evidencia-se que as principais formas de manifestação dessa prática de *bullying* são: compartilhar imagens comprometedoras, criar perfis falsos das vítimas, fazer comentários ofensivos em *chats* ou perfis nas redes sociais das vítimas, circular boatos pelas redes, enviar mensagens com conteúdo ameaçador, etc.

Pereira (2014) afirma que a não identificação do agressor na *internet*, não isenta ninguém das consequências éticas e legais dos próprios atos. É importante destacar que por trás da tela existem pessoas reais, com sentimentos, histórias e vulnerabilidades sociais.

De acordo com (Silva, 2010), o *Cyberbullying* contemporâneo revela a complexidade das relações humanas na era digital, fato que facilita diversos fatores entre eles a potencialização da comunicação que influencia não apenas conexões positivas, mais sim as negativas mas também a propagação rápida e muitas vezes anônima de agressões que podem causar impactos psicológicos profundos e duradouros.

Tudo o que você digita, compartilha ou publica, em algumas plataformas não desaparece, se espalha causando danos profundos, muitas vezes invisíveis. Conforme apontam os estudos o *Cyberbullying* não é uma brincadeira, mas sim, uma violência psicológica, simbólica e emocional que pode levar a consequências graves, como isolamento social, sofrimento psíquico e até pensamentos suicidas (Pereira, 2014).

No contexto atual pode-se salientar que o *Cyberbullying* é uma emergência do *bullying* que ocorre por meio de tecnologias modernas e *internet* (Araújo; Almeida, 2020).

Pode-se concluir que é possível compreender que o *Cyberbullying* é uma forma contemporânea de violência simbólica que ultrapassa os limites do espaço físico e se manifesta com intensidade nas mídias sociais digitais ocasionando danos à saúde emocional, psicológica e social das vítimas, podendo acarretar consequências graves e duradouras.

3 A GORDOFOBIA DIGITAL E SEUS ENTRAVES

O termo gordofobia surgiu a partir de um movimento feminista que se manifestou entre o século XIX e XX, defendendo os direitos das mulheres, principalmente, ressaltando a liberdade, em que as mesmas fossem livres de imposições sociais em relação ao próprio corpo e de forma análoga, as questões de desigualdade de gênero existentes nesse período.

De acordo com os autores, Pereira e Oliveira (2016), afirmam que a chamada primeira onda do movimento feminista teve início no século XIX, estendendo-se até o século XX. Já a segunda onda emergiu por volta da década de 1960, marcada por reivindicações relacionadas à inserção das mulheres na vida pública e à busca pela igualdade de gênero. Posteriormente, alguns estudiosos identificam o surgimento de uma terceira onda, a partir dos anos 1990, quando as ativistas passaram a ampliar o escopo do debate, questionando o controle sobre seus corpos e reivindicando liberdade sexual, com o objetivo de romper com a lógica patriarcal que historicamente os tratou como propriedade masculina (Pereira; Oliveira, 2016).

Ser “gordo” é uma condição que varia de indivíduo para indivíduo para indivíduo, isso se dá de acordo momento em que vivemos atualmente, ser uma pessoa gorda tornou-se um estigma a ser carregado e combatido nos entraves da convivência humana.

Vigarello (2012) ressalta em sua teoria que a história do gordo perpassa por muitas reviravoltas. O desenvolvimento das sociedades ocidentais promove o afinamento do corpo, a vigilância mais cerrada da silhueta, a rejeição do peso de maneira mais alarmada. Esse padrão tido como ideal, acaba muitas vezes, transformando os “excessos” em registro de gordura, o que leva a algumas pessoas a “denegrir” uma imagem corpórea, aumentando o seu descrédito e privilegiando insensivelmente a leveza. A amplitude de volume afasta-se cada vez mais do refinamento, enquanto a beleza se aproxima mais e mais do que é magro, esguio.

A gordofobia, assim como o racismo e outros tipos de discriminações, são problemas recorrentes em nossa sociedade. Além disso, se faz necessária discussões e estudos teóricos sobre os reflexos dos impactos em relação às vítimas acometidas por esse fenômeno (Cardoso; Couto, 2017).

Segundo Jimenez (2019), esta questão se faz necessária discutir por entender que nos últimos anos, a pessoa gorda vem sendo assolada drasticamente pelos discursos gordofóbicos que difamam sua imagem, considerando-a como indisciplinada e sem autocontrole. Fato que retrata a desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas que a todo instante sofrem ações discriminatórias devido serem consideradas fora do padrão fato que, gerando sérios problemas na autoestima.

Ao aplicar a dialética ao fenômeno da gordofobia, torna-se evidente a necessidade de trazer à tona essas diversos pensamentos sobre as contradições sociais, culturais e ideológicas que sustentam esse tipo de preconceito, buscando compreendê-lo como um processo dinâmico, histórico e em constante transformação, visto que a dialética leva os indivíduos a pensarem e compreenderem a realidade a partir de contradições e conflitos, buscando sempre uma síntese ou superação dessas oposições (Silva; Santos, 2021).

Nesse contexto, o princípio dialógico, proposto por Edgar Morin, revela-se essencial para a compreensão da gordofobia enquanto fenômeno complexo. Esse princípio sustenta a articulação de elementos aparentemente contraditórios, como norma e desvio, aceitação e exclusão, beleza e estigma, sem reduzi-los a uma lógica binária ou fragmentada.

Aplicar o princípio dialógico à análise da gordofobia permite perceber que esse fenômeno não pode ser compreendido de forma isolada, pois está interligado a fatores culturais, sociais, midiáticos e históricos que atuam em constante tensão e retroalimentação. Assim, em vez de buscar explicações simplificadas, a abordagem dialógica propõe uma visão integradora e interdependente dos diversos discursos e práticas que contribuem para a estigmatização de corpos fora do padrão, reconhecendo a coexistência de forças contraditórias que moldam a experiência social da obesidade (Silva; Santos, 2021).

Silva e Cantisani (2018), apontam que o corpo gordo tende a violar as normas impostas pela sociedade estética, de forma que quem não é magro não atende a expectativa, torna-se um paradigma estético negativo. E os autores acrescentam que a gordofobia configura-se como uma forma de discriminação estrutural, amplamente disseminada nos diversos contextos socioculturais. Caracteriza-se pela desvalorização, estigmatização e hostilidade direcionadas a pessoas gordas e seus corpos.

As atitudes gordofóbicas, em geral, perpetuam estereótipos e promovem situações humilhantes e excludentes. Trata-se, portanto, de uma prática discriminatória que se manifesta

não apenas de maneira explícita, mas também de forma sutil, incorporada aos valores e comportamentos cotidianos da sociedade (Silva; Cantisani, 2018, p. 10).

Sendo assim o termo "gordofobia" é somado a uma série de fatores que abrange percepções sociais, cognitivas e psicológicas, portanto, são diversos fatores que se relacionam a fobia à gordura, perpassando por parâmetros imensuráveis e tangíveis.

Outrossim, é necessário que haja discussões que sobre a temática enfatizando os processos discriminatórios ao fenômeno social propriamente dito, em detrimento à fobia ou aversão que alguns atores sociais têm em relação às diferenças humanas, de forma a pensar em uma sociedade menos estigmatizada, capaz de lidar com os sujeitos de maneira consciente, a fim de tornar a sociedade mais empática e que respeita as diferenças.

4 O PENSAMENTO COMPLEXO SOB A PERSPECTIVA DE EDGAR MORIN

O Pensamento Complexo é uma abordagem desenvolvida por Edgar Morin com a intenção de promover uma compreensão ampla, articulada e integrada da realidade. Nesse sentido, destaca-se como um de seus pilares fundamentais a valorização da inter e transdisciplinaridade, entendidas como formas de superação da fragmentação do saber, característica dos paradigmas tradicionais. Essa perspectiva integra uma rede de relações que compõem os sistemas complexos (Mansur, 2011).

Morin (2000) argumenta que os problemas complexos do mundo atual não podem ser adequadamente enfrentados por meio de abordagens disciplinares isoladas, isso sistematiza todo a teoria que o Pensamento Complexo busca o conhecimento multidimensional. Porém, reconhece que a obtenção de conhecimento por completo é impossível de se alcançar, mas é um dos aspectos do pensamento simplificador, o qual ao fragmentar determinado conhecimento, isola o que foi separado e oculta possíveis relações.

Diante dos debates contemporâneos, torna-se evidente que a complexidade não reside unicamente nos fenômenos ou nas coisas em si, mas sobretudo na forma como os compreendemos. A inteligência complexa, segundo Morin (2005, p. 16), busca articular e contextualizar os saberes, superando a lógica da fragmentação do conhecimento.

Ressalta-se que a Complexidade sugere, portanto um reconhecimento de um princípio de incompletude e incerteza, além de um reconhecimento da ligação entre os aspectos que nossa mente deve distinguir sem isolar uma das outras, constituindo a noção de completude.

Morin (2005), aponta que:

A complexidade é um tecido (complexus: aquilo que é tecido junto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: ela apresenta a paradoxo da unidade e da multiplicidade. Assim, devemos aprender a contextualizar, ou seja, localizar qualquer informação ou dado em seu contexto para compreendê-lo; e também a globalizar, ou seja, reconhecer o lugar de uma parte no todo. A complexidade exige, pois, um pensamento que relacione, que una, que não reduza o conhecimento a dados fragmentados, mas que consiga apreender os fenômenos em sua totalidade dinâmica, mesmo que contraditória (Morin, 2005, p. 13).

Ao analisar tais fenômenos, deve-se ter em mente que o pensamento complexo intenciona evidenciar um saber não fragmentado, não redutor, que reconhece que qualquer conhecimento está inacabado, incompleto, e oferece a possibilidade de ser questionado, interrogado e reformulado (Mansur, 2011).

Nesse sentido, é possível compreender que a educação precisa favorecer o desenvolvimento de uma inteligência ampla, capaz de compreender a complexidade dos fenômenos, reconhecendo suas dimensões globais, multidimensionais e transdisciplinares. Nesse sentido, sua função essencial é preparar os indivíduos para lidar com a incerteza, o imprevisto, o acaso e a imprevisibilidade que caracterizam o mundo contemporâneo (Morin, 2005).

Pode-se problematizar a ideia de que as verdades que são tidas como profundas, mesmos contrários umas às outras, na verdade são complementares, sem deixarem de ser contrárias, propondo não ser o contrário desse pensamento, mas sim uma integração a ele, esse é o desafio do Pensamento Complexo.

Morin (2000) traz à tona uma proposta de educação baseada no Pensamento Complexo, com o objetivo de transformar a forma como ensinamos e aprendemos, indo além do conhecimento fragmentado, onde muitas vezes as informações fragmentam o conhecimento em partes isoladas; o pensamento complexo visa perceber a totalidade e a interconexão dos fenômenos.

O autor supracitado menciona que Cabe à educação estimular a capacidade de contextualizar e de integrar conhecimentos, ou seja, de situar informações dentro de um todo significativo. Além disso, é papel da educação desenvolver a habilidade intrínseca do pensamento humano de compreender e transcender antagonismos, promovendo uma visão mais relacional e complexa da realidade (Morin, 2005).

E para fundamentar essa teoria Morin (2000), apresenta os sete princípios da complexidade que são eles: o princípio sistêmico/organizacional nos ensina que o todo é mais do que a soma das partes [...]; o princípio hologramático mostra que o todo está presente nas

partes e as partes estão presentes o todo; o princípio da retroação ensina que os efeitos retornam sobre suas causas; o princípio da recursividade organizacional nos mostra que os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, produtores daquilo que os produz; o princípio da auto organização revela que todo ser é ao mesmo tempo autônomo e dependente; o princípio da reintrodução do sujeito no conhecimento considera que todo conhecimento é uma construção do sujeito. E, por fim, o princípio dialógico propõe pensar o complementar, o contraditório e o simultâneo (Morin, 2005).

Esses princípios quando analisados interconectados contribuem para a compreensão no pensamento educacional contemporâneo e propõe uma transformação profunda na forma de ensinar e aprender, baseada no Pensamento Complexo, de modo em uma visão mais esses princípios orientam uma visão crítica e sensível do mundo, sendo fundamentais para analisar fenômenos complexos da contemporaneidade, como o *Cyberbullying* e a gordofobia, que envolvem múltiplas dimensões interconectadas da vida humana, social, cultural e tecnológica.

5 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE OS FENOMENOS DO CYBERBULLYING E DA GORDOFOBIA À LUZ DA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO COMPLEXO DE EDGAR MORIN

Para desenvolver a análise das inter-relações proposta nesta seção, adota-se uma abordagem qualitativa de cunho teórico-reflexivo, fundamentada nos princípios do Pensamento Complexo, conforme delineado por Edgar Morin. A metodologia utilizada permite articular diferentes dimensões dos fenômenos em voga, o *Cyberbullying* e a gordofobia, a partir de uma perspectiva que valoriza a inter-relação entre saberes, contextos e subjetividades.

Nesse ínterim, a proposta busca compreender as múltiplas camadas que envolvem tais problemáticas, considerando suas complexidades sociais, culturais e subjetivas, além de reconhecer a interdependência entre fatores individuais, sociais e simbólicos, ultrapassando visões simplificadoras ou reducionistas.

Ao analisar as inter-relações entre o *Cyberbullying* e a Gordofobia sob a perspectiva do Pensamento Complexo, demanda uma abordagem que vá além da lógica linear e reducionista. Morin (2005), traz à tona que é possível compreender esses fenômenos como partes de um sistema mais amplo, atravessado por múltiplas dimensões sociais, culturais, psicológicas e tecnológicas.

Segundo Morin (2005, p. 30), “a inteligência complexa é aquela que é capaz de unir, contextualizar e globalizar, em vez de isolar e separar”. Ou seja, para se pensar a complexidade

desses fenômenos é fundamental que se perceba as conexões invisíveis entre os sujeitos, a tecnologia e os discursos sociais que sustentam práticas excludentes.

Considerando os desafios contemporâneos dentre eles se destacam, a Gordofobia, entendida como um tipo de discriminação voltada a corpos que não se enquadram nos padrões estéticos hegemônicos, encontra no ambiente digital um espaço propício para sua propagação, especialmente por meio do Cyberbullying que é um outro fenômeno que em sua prática utiliza redes sociais digitais para humilhar, ofender e expor pessoas ao ridículo (Barros; Oliveira, 2021), os quais são os objetos de estudo desta pesquisa.

Com base nos pressupostos de Morin (2005), a dialética é concebida como uma ferramenta complementar para compreender a não linearidade dos fenômenos, reconhecendo suas múltiplas causas e efeitos interconectados. Trata-se de um método de raciocínio que valoriza a tensão entre ideias opostas, não para eliminá-las, mas para integrá-las em uma visão mais abrangente e profunda da realidade. O autor utiliza a dialética de forma ampla, não se restringindo à tradição hegeliana; vê a dialética como um processo dinâmico e aberto, onde a relação entre diferentes aspectos de um fenômeno é fundamental para sua compreensão.

Morin ainda traz em alguns de seus princípios a importância de manter a inter-relações entre os principais princípios que dialogam com a abordagem integradora da realidade, visando oferecer uma compreensão ampla, articulada e interconectada dos fenômenos que compõem o mundo contemporâneo.

Dentre os sete princípios que compõem o Pensamento Complexo proposto por Edgar Morin (2005), serão selecionados três para estabelecer uma articulação teórica com a presente pesquisa, de modo a aprofundar a análise do fenômeno em questão que são eles: o recursivo, hologramático e dialógico.

De acordo com Morin, a *recursividade*, por sua vez, indica um processo circular em que os efeitos retroagem sobre as causas, produzindo um ciclo contínuo de retroalimentação. Ou seja, os produtos ou resultados de uma ação podem influenciar e transformar seus próprios produtores, configurando uma lógica não linear. Esse princípio destaca a interdependência entre os elementos de um sistema e a importância de considerar as múltiplas vias de influência mútua nos fenômenos analisados (Morin, 2005)

Ao analisar esse princípio ao contexto da gordofobia, percebe-se que essa lógica se manifesta quando os discursos sociais discriminatórios, muitas vezes construídos e reforçados

por meios de comunicação, redes sociais e instituições, não apenas refletem preconceitos pré-existent, mas também os alimentam continuamente.

Assim, o corpo gordo torna-se alvo de estigmas que, ao serem reproduzidos social e culturalmente, retroalimentam uma estrutura excludente e opressora. Essa dinâmica evidencia como o preconceito não é apenas um reflexo da sociedade, mas também um agente ativo na sua manutenção (Moura; Nascimento, 2020).

O autor ainda enfatiza que “... o princípio da recursividade organizacional nos mostra que o produto e os efeitos de uma ação ou de um processo são, ao mesmo tempo, produtores do que os produziu” (Morin, 2000, p. 49). Cabe ressaltar que nesse sentido as práticas de *Cyberbullying* alimentadas por discursos gordofóbicos retroalimentam a própria lógica de exclusão, destacando o princípio da recursividade.

Enquanto o princípio *hologramático* estabelece que cada parte de um sistema contém, de certa forma, o todo. Assim como em um holograma, onde cada fragmento reproduz a imagem inteira, esse princípio sustenta que os indivíduos, instituições e eventos sociais carregam traços das estruturas mais amplas às quais pertencem.

Nesse contexto verifica-se que ele reforça a ideia de que o conhecimento de um fenômeno exige o entendimento das relações entre as partes e o todo, sem reduzir um ao outro, e a partir disso representa que cada parte do sistema carrega algo do todo se tornando necessário para refletir como uma postagem ofensiva representa uma cultura social mais ampla, fazendo uma correlação direta com o *Cyberbullying* e a Gordofobia.

Morin elucida que “[...] o princípio hologramático indica que não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte” (Morin, 2000, p. 38). Com isso é possível observar que cada manifestação de Gordofobia que se dá por meio das redes sociais digitais reflete elementos estruturais mais amplos da cultura de exclusão corporal.

E outro princípio que se insere neste panorama é o *princípio dialógico* refere-se à capacidade de sustentar, no mesmo processo de pensamento, ideias aparentemente antagônicas ou contraditórias, como ordem e desordem, estabilidade e instabilidade, razão e emoção. Esse princípio permite lidar com os paradoxos e ambivalências que compõem a realidade social e humana, fato que permite pensar contradições como complementares e não excludentes, sendo interessante refletir a dualidade entre tecnologia como instrumento de conexão e de agressão (Morin, 2005).

Este princípio dialógico é relevante, pois, destaca que: “[...] o Pensamento Complexo exige o princípio dialógico, que associa no mesmo instante duas instâncias complementares, concorrentes ou antagônicas” (Morin, 2005, p. 103).

Segundo essa perspectiva as redes sociais digitais podem tanto ampliar o acesso à informação quanto intensificar práticas violentas como o *Cyberbullying*. Tal contradição é acolhida pelo princípio dialógico de Morin, que propõe a articulação de instâncias opostas dentro de um mesmo fenômeno.

Tal abordagem permite problematizar que esses dois fenômenos não atuam de forma isolada, mas estão interligados em uma rede de sentidos que reproduz preconceitos estruturais e reforça estigmas corporais (Morin, 2005). Isso se potencializa mediante aos ataques direcionados a pessoas gordas nas redes sociais digitais não são casos isolados, mas manifestações de um sistema excludente mais amplo. Assim, se destaca o Pensamento Complexo propõe uma abordagem ética e integradora, que valoriza a empatia, a diversidade e o respeito às diferenças corporais no espaço digital e na sociedade como um todo.

Os dados analisados indicam que o Pensamento Complexo permite, assim, perceber o sentido entre causa e efeito, a retroalimentação entre sujeitos, plataformas digitais, e essa divisão entre o indivíduo e o meio. Nesse contexto, a análise sugere que se haja uma visão que inter-relacione os aspectos emocionais, simbólicos, sociais e éticos, compreendendo que o enfrentamento do problema não se reduz à punição dos agressores, mas envolve a promoção de uma cultura de respeito, empatia e cidadania digital.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender como se dá as formas de preconceitos impregnados na sociedade e no cotidiano das pessoas e refletir sobre os diferentes discursos o *Cyberbullying* e a gordofobia nas mídias digitais a partir da perspectiva do Pensamento Complexo.

Percebeu-se que o *Cyberbullying* e a gordofobia, mediante a fatos que acontecem diariamente, se configuram em expressões interligadas de preconceitos sociais que refletem nas diversas estruturas sejam elas: culturais, psicológicas, econômicas, sociais ou digitais.

Ao refletir sobre o *Cyberbullying* e da gordofobia, fica evidenciado que tanto o agressor como a vítima são afetados pelas normas sociais. E que os padrões estéticos normativos e discursos de poder contribuem para evidenciar a coexistência de contradições e tensões no discurso, por esse motivo os princípios dialético e dialógico oferecem ferramentas potentes para

desnaturalizar o preconceito e estimular uma reflexão mais profunda sobre as violências simbólicas que atravessam os corpos na contemporaneidade.

A presente pesquisa teve o intuito de apresentar a inter-relação entre os fenômenos do *Cyberbullying* e da gordofobia no contexto digital contemporâneo, bem como discutir os aspectos da discriminação corporal, cultura digital e complexidade.

A reflexão desta pesquisa permitiu evidenciar que o Pensamento Complexo, trouxe à tona a necessidade de compreender a gordofobia e o *Cyberbullying* como fenômenos interligados e enraizados em estruturas sociais, exigindo, portanto, uma abordagem que vá além da linearidade e da fragmentação do saber.

Cabe destacar que o combate à gordofobia no ambiente virtual exige uma abordagem integrada, que considere as interações entre indivíduo, sociedade e tecnologia, tendo em vista que os elementos de gordofobia e violência simbólica se articulam no espaço digital.

A pesquisa buscou associar como a linguagem é expressa e reproduz estruturas de exclusão e preconceito, revelando a interconexão entre sujeito e sociedade, indivíduo e cultura, na intenção de correlacionar como padrões estéticos normativos e discursos de poder, se torna violência e opressão simbólica.

O estudo reforça a importância da desconstrução de estigmas e da promoção da empatia como elementos essenciais para enfrentar o *Cyberbullying* que muitas vezes é direcionado a pessoas com corpos fora dos padrões que são tidos como “ideais”.

Ao utilizar um olhar complexo sobre o fenômeno da gordofobia e *cyberbullying*, foi possível compreender que tais fenômenos evidenciam a necessidade de políticas educacionais, sociais e tecnológicas que valorizem as diversidades, e que ampliem a consciência crítica e estimulem práticas inclusivas no ambiente digital.

A presente pesquisa fundamenta a necessidade de ampliar o debate sobre a abordagem da complexidade que não contribui apenas para enriquecer a compreensão teórica do tema, mas também direciona caminhos para intervenções mais eficazes, que respeitem a pluralidade e a interdependência dos sujeitos envolvidos.

Conclui-se que futuras pesquisas podem buscar aprofundamentos nessas relações, explorando outras dimensões da exclusão social e as estratégias emergentes de resistência e empoderamento frente às práticas discriminatórias no ciberespaço.

REFERÊNCIAS

ABOUJAOUDE, E.; SAVAGE, M. W. Cyberbullying and the Web of Preventive Interventions: Mapping the Connections. **Psychiatric Clinics of North América**, v. 46, n. 1, p. 1–13, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psc.2022.09.001>. Acessado em: Jun. 2025.

ARAÚJO, T.; ALMEIDA, C. **Cyberbullying**: impactos e prevenção no ambiente digital. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

ARAÚJO, M. O.; ALMEIDA, A. L. de. Cyberbullying: a violência silenciosa na contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, v. 6, n. 3, p. 645–658, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1323>. Acessado em: Jun. 2025.

BARROS, J. S. de; OLIVEIRA, L. V. de. Gordofobia e discurso de ódio nas redes sociais. **Revista Transversos**, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/transversos/article/view/37743>. Acessado em: Jun. 2025.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CARDOSO, V. D.; COUTO, M. A. Gordofobia: uma forma de discriminação ainda invisibilizada. **Revista PerCursos**, v. 18, n. 3, p. 106–121, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/percurso/article/view/58704>. Acessado em: Jun. 2025.

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

CORTEZ, E. O. Bullying, cyberbullying e violência escolar: faces da mesma realidade? *In*: ZENAIDE, M. de F.; MAIA, C. E. (Org.). **Violência e convivência nas escolas**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 95–118.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JIMENEZ, M. L. **Meu corpo gordo é político**: resisti aos padrões da beleza e saúde. 3 dez. 2019. Disponível em: <http://www.todasfridas.com.br/2019/07/17/meu-corpo-gordo-e-politico-resiste-aos-padroes-da-beleza-e-saude/>. Acessado em: Nov. 2022.

MANSUR, A. F. U. **Percursos metodológicos à complexidade em ambientes de aprendizagem em rede**: uma proposta pela Rede de Saberes Coletivos (ReSa) em curso de Administração. 2011. 336 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOURA, A. de; NASCIMENTO, E. R. do. O corpo gordo como forma de resistência: enfrentamentos à gordofobia na contemporaneidade. **Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 8, n. 2, p. 57–66, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/8454>. Acessado em: Jun. 2025.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Brasília, DF: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000122072>. Acessado em: Jun. 2025.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget. 2005.

PANKE, L. **Comunicação e discurso nas mídias digitais: interações, conflitos e discursos de ódio**. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

PEREIRA, B. V. de O. **Cyberbullying: violência virtual e os desafios da convivência escolar**. Curitiba: Appris, 2014.

PEREIRA, B. S. de B. Ética e violência nas redes sociais. In: RIBEIRO, P. S. de A.; CUNHA, M. M. G. da. (Org.). **Juventude, violência e cidadania: olhares interdisciplinares**. Pelotas: EDUCAT, 2014. p. 133–147.

PEREIRA, B. B.; OLIVEIRA, P. P. **Gordofobia, mocinha só magrinha: valores do corpo feminino nas telenovelas**. INTERCOM- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/3261501-99/Gordofobia-Mocinha-So-Magrinha-artigo>. Acessado em: Jun. 2025.

SILVA, B. L.; CANTISANI, J. R. **Interfaces entre a gordofobia e a formação acadêmica em nutrição: um debate necessário**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dementar/article/view/33311>. Acessado em: Jun. 2025.

SILVA, A. M. da. **Cyberbullying: o novo rosto da violência entre adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, R. L. da; SANTOS, L. C. dos. Violência digital e cyberbullying: uma análise crítica à luz da dialética social. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 43, n. 2, p. 121-138, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucp.br/comunicacaoesociedade/article/view/3179>. Acessado em: Jun. 2025.

VIGARELLO, G. **As metamorfoses do gordo: História da obesidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZANDOMENEGHI, S. **Gordofobia: a violência invisível contra corpos fora do padrão**. São Paulo: Letramento, 2020.

CAPÍTULO 2

MAIS QUE LIVROS, SENTIDOS: MEDIACÃO CULTURAL, IDENTIDADE E BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ingrid Maria Luz Vergolino Zahlouth

RESUMO

Aborda o papel que as bibliotecas públicas possuem como agentes democratizadoras da cultura a partir de conceitos oriundos da Ciência da Informação. O trabalho tem por objetivo geral evidenciar, sob a ótica da Ciência da Informação, a relevância das bibliotecas públicas na mediação entre usuário e informação artística, visando o processo de reconhecimento cultural e consequente desenvolvimento social. Como objetivos específicos: discorrer acerca do termo informação, evidenciando sua interdisciplinaridade e adaptando-o ao campo cultural e artístico; compreender a relação entre informação artística e desenvolvimento social; apreender o processo de reconhecimento cultural e de construção de sentidos a partir da prática de ações culturais; ressaltar a relevância da biblioteca pública como agente social democratizador da cultura. Trata-se de uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica selecionada de autores relevantes nas áreas da Ciência da Informação, cultura, arte, linguagem e desenvolvimento social. Os resultados indicam a necessidade de ampliar o atendimento das bibliotecas públicas para usuários letrados e não letrados, por meio da mediação profissional e das ações culturais, promovendo a construção de sentidos e identidades, o desenvolvimento local e a formação de cidadãos críticos e protagonistas da transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas públicas; Mediação cultural; Informação artística; Identidade cultural; Ciência da informação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel das bibliotecas públicas como agentes culturais e sobre a atuação do bibliotecário enquanto mediador entre a informação e a comunidade, com ênfase na arte como forma de registro simbólico, de memória coletiva e de construção social. Parte-se da compreensão, consolidada no campo da Ciência da Informação por Briet (1951) e Le Coadic (2004), de que o conceito de documento transcende os suportes físicos tradicionais, abrangendo manifestações estéticas, visuais e sensoriais enquanto formas legítimas de registro e comunicação.

Ao situar a informação como um conjunto de dados que adquire sentido na relação com o contexto (Le Coadic, 2004), evidencia-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar capaz de articular a informação com os campos da cultura, da linguagem e da identidade social. Nessa perspectiva, a mediação cultural realizada nas bibliotecas públicas mostra-se promissora para o fortalecimento da cidadania, da consciência crítica e do desenvolvimento local, ao integrar diferentes formas de expressão simbólica e fomentar a leitura do mundo em sua complexidade.

Nessa perspectiva, Milanese (1989, p. 183) sustenta que “não se trata de estabelecer quais leituras são mais importantes: a das letras, dos sons ou das imagens, mas de entendê-las como auxiliares mútuas na tarefa mais ampla e essencial que é a leitura do mundo”. Essa concepção reforça a urgência de repensar o papel das bibliotecas públicas, historicamente voltadas ao acesso à informação registrada, para que também atendam às múltiplas demandas culturais de comunidades frequentemente alijadas das práticas letradas formais, como defende Almeida Júnior (2009).

A presente discussão parte, portanto, da revisão crítica de conceitos como informação, conhecimento, arte, mediação e ação cultural, com o intuito de evidenciar como a mediação de informações artísticas, realizada pelas bibliotecas públicas, pode contribuir para a formação de identidades, o letramento informacional e o fortalecimento da cidadania. Ao reunir fundamentos teóricos e apontamentos práticos, defende-se que a atuação bibliotecária, quando articulada a práticas culturais, amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento e reafirma o potencial transformador das bibliotecas públicas como espaços de reconhecimento social e democratização cultural.

Diante da ampliação do conceito de informação e da necessidade de ressignificação dos espaços das bibliotecas públicas, questiona-se: em que medida as bibliotecas públicas podem atuar como agentes de reconhecimento cultural e desenvolvimento social por meio da mediação de informações artísticas e ações culturais?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é evidenciar a relevância das bibliotecas públicas como agentes culturais e mediadores entre o usuário e a informação artística, fomentando o desenvolvimento social. Os objetivos específicos são: analisar o conceito de informação em sua relação com o campo cultural; discutir a articulação entre informação artística e desenvolvimento social; examinar a construção de sentidos por meio de ações culturais; ressaltar a importância das bibliotecas públicas como espaços de democratização da cultura.

Ao reunir essas dimensões, pretende-se contribuir para a ampliação do entendimento sobre o potencial das bibliotecas públicas como instituições estratégicas no fortalecimento da cidadania e no reconhecimento das múltiplas formas de expressão simbólica presentes na sociedade.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico de abordagem qualitativa, que se apoia em conceitos fundamentais da Ciência da Informação e em investigações relacionadas à

cultura, à arte, à linguagem, à construção de sentidos e ao desenvolvimento social. O objetivo central é compreender o papel e a relevância das bibliotecas públicas enquanto centros culturais que atuam na mediação entre informação, cultura e comunidade.

Para alcançar essa compreensão, foram selecionados autores que fundamentam o referencial teórico do estudo. Destacam-se as contribuições de Le Coadic (2004), cuja obra “A Ciência da Informação” oferece bases conceituais sólidas sobre os processos informacionais; Milanesi (1989; 2002), que em “Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas” e “Biblioteca” apresenta reflexões aprofundadas sobre a função cultural das bibliotecas públicas; Baratin e Jacob (2008), em “O poder das bibliotecas”, que discutem o impacto social dessas instituições; e Coelho (2012), com “O que é ação cultural”, que amplia a compreensão sobre as práticas culturais e sua relação com a construção de sentidos; e, fundamentalmente, Suzanne Briet (1951), cuja ampliação do conceito de documento para além do suporte físico tradicional foi essencial para incorporar manifestações culturais, simbólicas e artísticas como fontes legítimas de informação no âmbito das bibliotecas públicas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A investigação sobre o papel das bibliotecas públicas como agentes culturais parte da compreensão do conceito de informação, central para a Ciência da Informação. Le Coadic (2004) define a informação como conhecimento registrado em diferentes suportes – escritos, orais ou audiovisuais –, sendo essencial para a construção do saber. Capurro e Hjørland (2007), ao lado de McGarry (1999), destacam que a informação, ao ser organizada e interpretada, adquire significado e estabelece conexões com diversas áreas, como a arte e a cultura. Assim, compreender o fluxo e a mediação da informação é um ponto de partida para discutir a atuação cultural das bibliotecas públicas.

No contexto informacional, a comunicação é vista como um processo que envolve a transmissão, recepção e interpretação de signos. Azevedo Netto (2002) reforça a relevância dos signos não verbais, enquanto Davenport e Prusak (1998) distinguem dados, informação e conhecimento, noções essenciais para entender os fluxos que caracterizam a Sociedade da Informação. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) intensificam esses fluxos, funcionando como extensões da memória humana (Monteiro; Carelli; Pickler, 2006), ao mesmo tempo em que ampliam as possibilidades de produção, registro e circulação do conhecimento (Pena; Silva, 2008).

No cerne da Ciência da Informação, o documento é compreendido como principal suporte da memória social. Otlet (1934) reconhece o livro como repositório fundamental do conhecimento, enquanto Briet (1951) amplia esse conceito, sugerindo que qualquer objeto que ofereça informação pode ser considerado documento. Essa ampliação conceitual permite compreender que a informação não está limitada ao texto escrito, possibilitando reconhecer manifestações artísticas e culturais como documentos legítimos. Funari (2006), Ortega (2010) e Marcondes (2010) contribuem para esse debate ao problematizar os modos de organização, acesso e uso da informação nos diversos suportes e contextos sociais.

A arte, nesse cenário, aparece como linguagem simbólica e, portanto, como forma legítima de informação. Azevedo Netto (2002), Pirolo (2011), Marcuse (1997) e Canclini (1984) compreendem a arte como um meio de expressão que transmite conteúdos da experiência humana, possibilita a geração de novos conhecimentos e amplia o repertório simbólico de indivíduos e coletividades – especialmente entre públicos historicamente excluídos dos processos formais de letramento e aprendizagem.

A cultura, por sua vez, é entendida como um conjunto de valores, símbolos e práticas que compõem o tecido social. Santos (1997) a concebe como construção coletiva e dinâmica, enquanto Laraia (2014) destaca seu caráter mutável e sua relação com as estruturas de poder. Nesse panorama, a identidade cultural e a construção de sentidos emergem como conceitos centrais. Berger e Luckmann (2011) afirmam que a identidade é construída socialmente, ao passo que Diop (1982) e Crespi (1997) apontam a linguagem como ferramenta estruturante desse processo. Bax e Dias (1997) e Salomão (2001) reforçam a necessidade de práticas mediadoras que garantam o acesso à informação em contextos marcados pela diversidade cultural e desigualdade educacional.

Nesse cenário, as bibliotecas públicas, enquanto unidades de informação, exercem função ativa na mediação cultural. Milanesi (1989; 2002), Coelho (2012) e Baratin e Jacob (2008) destacam a necessidade de superação do paradigma da biblioteca como repositório estático, propondo sua ressignificação como centro cultural dinâmico, capaz de promover práticas que ampliem o acesso à informação artística e simbólica. A esse respeito, Bernardino e Thomazi (2016) observam que, embora as TICs tenham ampliado os meios de comunicação, elas também têm gerado desafios, como o isolamento social, exigindo das bibliotecas uma atuação mais interativa e comunitária.

A biblioteca pública, portanto, deve estar alinhada ao ideal de emancipação social. Almeida (1987) associa as práticas culturais ao fortalecimento da cidadania, enquanto Almeida Júnior (2009) critica a concentração de serviços em públicos letrados, evidenciando a importância de atender a diferentes perfis de usuários. Nesse processo, a mediação destaca-se como mecanismo de inclusão e acesso equitativo à cultura. Pirolo (2011), por meio de estudo comparativo, comprova que grupos submetidos à mediação compreendem melhor a informação e são capazes de produzir novos sentidos, reforçando a importância da ação mediadora no processo de aprendizagem e construção de referências culturais.

Por fim, destaca-se o papel do profissional da informação como agente mediador. Salomão (2001) aponta a necessidade de que o bibliotecário conheça a realidade da comunidade em que atua, enquanto Suaiden (1995) e Varela (2007) defendem o diagnóstico das necessidades informacionais como estratégia para integrar a biblioteca ao seu contexto social, político e educacional. Dessa forma, as bibliotecas públicas tornam-se espaços privilegiados de construção de sentidos e transformação da realidade social.

4 INFORMAÇÃO: UM CONCEITO INTERDISCIPLINAR

O conceito de informação possui raízes profundas, com origem no latim *informatio*, associado na Idade Média aos sentidos de “moldar a mente” e “comunicar conhecimento” (LE COADIC, 2004). Capurro (1978) e Capurro e Hjørland (2007) destacam que, desde a Antiguidade, o termo assumiu significados epistemológicos, ontológicos e pedagógicos em filósofos como Platão, Aristóteles e Agostinho, sendo, portanto, um conceito complexo e em constante transformação.

Na transição para a Idade Moderna, a informação passa a relacionar-se mais diretamente ao conhecimento, deslocando-se de uma concepção abstrata para uma dimensão concreta e utilitária. McGarry (1999) aponta o valor simbólico da informação como elo entre indivíduo e mundo, enquanto Azevedo Netto (2002) reforça seu caráter essencialmente humano, relacionando informação, signo e significado como partes do processo de comunicação e interpretação cultural.

No âmbito contemporâneo, a informação é compreendida como conhecimento inscrito em diferentes suportes – escritos, orais ou audiovisuais – e disseminada em múltiplos contextos (Le Coadic, 2004). Davenport e Prusak (1998) diferenciam informação, dado e conhecimento, enfatizando a informação como elo dinâmico entre ambos e elemento estratégico para a geração de novos saberes.

Essa perspectiva conecta-se diretamente ao advento da Sociedade da Informação, impulsionada pela expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que intensificaram a circulação de dados em escala global (Santos; Carvalho, 2009). No Brasil, iniciativas como o Programa Sociedade da Informação buscam democratizar o acesso ao conhecimento, mitigando desigualdades informacionais. Para Robredo (2005), a informação permeia múltiplas disciplinas – da comunicação à linguística, das ciências cognitivas às ciências sociais – consolidando seu caráter interdisciplinar.

A comunicação, nesse contexto, atua como fluxo vital para que dados se convertam em conhecimento útil (Araújo; Freire, 1996). A memória humana, por sua vez, segue como suporte primário de preservação cultural (Pena; Silva, 2008), enquanto os registros materiais – impressos, digitais ou audiovisuais – ampliam sua extensão (Monteiro; Carelli; Pickler, 2006).

Assim, compreende-se que a informação transcende fronteiras disciplinares, articulando-se com manifestações culturais, simbólicas e artísticas, compondo uma base essencial para a construção de sentidos, a mediação do conhecimento e a transformação social.

4.1 Documento: complexidade conceitual

O conceito de documento, fundamental na Ciência da Informação, remonta aos trabalhos de Paul Otlet (1934), que, no início do século XX, consolidou o termo ao defini-lo como suporte material que registra signos representativos de dados intelectuais, abrangendo desde livros até diagramas, fotografias e filmes. Para Otlet (1934), o livro é um dos principais receptáculos da memória humana e meio de circulação do conhecimento.

Em contraste, Suzanne Briet (1951) amplia essa perspectiva ao compreender o documento como todo signo indicial, concreto ou simbólico, registrado com fins de representação de fenômenos físicos ou intelectuais. Em seu exemplo clássico, um animal selvagem torna-se documento ao ser catalogado e contextualizado em instituições científicas ou culturais, evidenciando a relação entre objeto, registro e significado. Briet (1951) enfatiza a dimensão sógnica do documento, articulando denotação e conotação, sendo simultaneamente mensagem literal e interpretação contextual. Essa visão converge com Funari (2006), para quem a cultura material – artefatos, vestígios arqueológicos – também constitui documentos que preservam testemunhos involuntários da história e exigem uma leitura contextual e etnográfica.

A compreensão ampliada do documento como elemento dinâmico, informacional e plural, independente de suporte, forma ou intencionalidade original, permite estabelecer a ponte para o entendimento da arte como informação. A arte pode ser compreendida como uma

representação simbólica dotada de carga informacional específica, que desde as primeiras manifestações artísticas de povos antigos – como pinturas rupestres e utensílios – revela-se como uma necessidade básica da comunicação humana.

Segundo Azevedo Netto (2002), a informação é fruto da ação intencional do homem e, nas manifestações primitivas, envolvia comunicação e registro para a posterioridade. Barreto (2010) destaca a ambiguidade do termo “arte”, especialmente no contexto dos vestígios arqueológicos, onde a intenção primordial não era artística, mas sim a preservação da memória. A arte rupestre, uma das formas mais antigas de expressão estética, é um fenômeno cultural universal, presente em diferentes épocas e sociedades ao redor do mundo.

Portanto, a arte antecede a linguagem falada e escrita, carregando desde seus primórdios uma forte carga informacional derivada da intenção de sua criação. Na contemporaneidade, a informação contida na arte busca gerar novos conhecimentos, enfrentando o desafio do analfabetismo visual – condição que persiste apesar dos registros visuais existirem desde a pré-história. Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a arte e a informação expandem-se de forma democrática a todas as camadas sociais.

Nesse âmbito, Pirolo (2011) ressalta a importância da arte na compreensão social, destacando que privilegiar exclusivamente meios escritos reserva a memória cultural para uma minoria, enquanto diversas classes sociais utilizam a comunicação visual como principal forma de expressão, apesar das dificuldades para análise crítica dessas obras. Canclini (1984) reforça que a informação artística, ao ser interpretada, pode transformar a realidade material e cultural de uma comunidade, sendo a arte uma transferência do conteúdo da criação humana. Marcuse (1997) complementa essa visão, destacando o papel transformador da arte ao estimular o senso crítico e promover o desenvolvimento individual e coletivo.

Entretanto, para que a arte cumpra sua função informacional e gere conhecimento, é imprescindível uma mediação eficiente na transmissão da mensagem, processo que depende da atuação humana como intérprete e facilitador da comunicação.

5 CULTURA COMO VALOR

A cultura, assim como a arte, está intrinsecamente relacionada à informação e aos seus processos. No entanto, essas duas dimensões apresentam naturezas distintas na forma como operam a transmissão simbólica: enquanto a arte representa a expressão do indivíduo direcionada ao coletivo, a cultura manifesta-se como a totalidade social que molda o indivíduo. Importa destacar que a cultura não é um elemento estático, mas um processo social dinâmico e

em constante transformação, diretamente relacionado ao povo que a vivencia. Em outras palavras, a arte carrega a subjetividade do criador, ao passo que a cultura configura-se como um processo coletivo, estruturante e estruturado, que organiza simbolicamente a vida em sociedade.

Nesse sentido, Santos (1997) propõe duas concepções complementares de cultura: a primeira abarca a totalidade das características materiais, simbólicas e organizacionais que constituem uma realidade social; a segunda refere-se ao conhecimento que os sujeitos possuem dessa realidade e às formas como o expressam – seja por meio da linguagem, das artes, das ciências ou das práticas cotidianas. Na primeira concepção, a cultura abarca todos os aspectos materiais e organizacionais de uma sociedade, traduzindo sua existência social. Na segunda, relaciona-se a áreas específicas, como idioma, literatura, arte, ciência, ecologia e relações interpessoais.

Diferente da arte, que enfatiza práticas simbólicas e estéticas específicas, a cultura, em sua dimensão mais ampla, engloba os diversos elementos que compõem a vida social, tornando-se, portanto, um sistema informacional carregado de historicidade. Essa característica permite a análise das práticas culturais, pois revela como as informações são incorporadas, transmitidas e ressignificadas ao longo do tempo, evidenciando a cultura como vetor de construção de sentidos e de identidade social.

A compreensão da cultura como processo dinâmico e historicamente condicionado envolve reconhecer seus mecanismos de transformação. Para Laraia (2014), essa dinamicidade manifesta-se por meio de dois tipos de mudança cultural: a interna, resultante da capacidade crítica dos sujeitos sociais, e a externa, decorrente do contato entre culturas distintas. Ambas as formas de mudança estão diretamente relacionadas às estruturas de poder presentes em cada sociedade. Nesse sentido, Santos (1997) argumenta que as manifestações culturais não apenas acompanham os processos de progresso, mas também podem ser utilizadas como instrumentos de dominação simbólica, evidenciando a maneira como o conhecimento e a cultura são apropriados e manipulados em contextos de disputa por hegemonia.

Essa perspectiva é particularmente visível na sociedade brasileira contemporânea, onde persistem profundas desigualdades sociais e educacionais. A concentração de privilégios nas mãos de pequenas elites contrasta com a realidade da maioria da população, que enfrenta o analfabetismo funcional, a precariedade dos serviços públicos e o acesso limitado à informação e à cultura. Nesse cenário, a cultura torna-se um campo de disputa política, e os movimentos

sociais atuam como agentes de resistência, buscando democratizar o acesso aos bens simbólicos e confrontar os interesses dominantes que moldam e controlam as políticas culturais.

Nessa conjuntura, cultura e informação se configuram como formas de poder. Seu entendimento crítico, viabilizado por estratégias de mediação, é condição necessária para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Logo, a democratização cultural não se resume à ampliação do acesso, mas implica a formação de sujeitos conscientes de seus direitos, deveres e potencial de participação no espaço público.

É no interior desses processos culturais que se articulam os conceitos interdependentes de identidade cultural e construção de sentidos. Ambos têm como base a informação, entendida não apenas como dado objetivo, mas como elemento estruturante da experiência social e simbólica dos indivíduos (Salomão, 2001). Nesse marco, a informação não apenas media o conhecimento, mas atua como força constitutiva da subjetividade e da ação coletiva.

5.1 Identidade e linguagem: Construção de sentidos

A identidade, assim como a cultura, constitui-se como produto e agente das relações sociais. No processo de construção social da realidade, as identidades são continuamente moldadas pelas experiências coletivas e contextos históricos. Berger e Luckmann (2011) elucidam que as sociedades, ao longo de sua trajetória, constroem identidades sociais a partir das interações entre sujeitos historicamente situados, portadores de identidades específicas que, por sua vez, retroalimentam a dinâmica social.

Nesse cenário, a linguagem atua como mediadora simbólica entre o sujeito e a cultura. Diop (1982) destaca que a identidade cultural é influenciada por múltiplos fatores – históricos, linguísticos e psicológicos – sendo a linguagem um elemento estratégico na construção de significados e na preservação da consciência histórica dos povos. Justamente por seu poder formador, a linguagem tornou-se alvo prioritário de processos colonizatórios, que buscaram silenciar ou desconfigurar sistemas simbólicos autônomos, fragilizando a identidade dos grupos subalternizados.

Sob esse ponto de vista, Crespi (1997) conceitua a linguagem, oral e escrita, como a principal mediação simbólica universal, permitindo a comunicação entre sujeitos e a própria construção do conhecimento social. Em consonância, Berger e Luckmann (2011) afirmam que o sistema linguístico torna inteligíveis as experiências socialmente compartilhadas, fornecendo a estrutura sobre a qual se edifica o conhecimento coletivo.

A linguagem e a sociedade mantêm uma relação dialética, na qual a primeira atua como instrumento estruturante da realidade social, ao mesmo tempo em que é continuamente reinterpretada e transformada pelas circunstâncias históricas, culturais e sociais nas quais está inserida. Tal dinâmica é visível, por exemplo, nas variações linguísticas regionais presentes no Brasil, onde as múltiplas formas de expressão verbal evidenciam a diversidade cultural do país.

A partir da linguagem, se estabelece a ponte entre informação e cultura; ela possibilita a construção de sentidos e significados compartilhados no interior de uma comunidade. Nesse âmbito, funciona como infraestrutura simbólica para a mediação da informação, sendo fundamental para sua recepção e assimilação. Bax e Dias (1997) enfatizam que a informação perde sua função social quando não se relaciona com os problemas ou referenciais do receptor, ressaltando que a compreensão está diretamente vinculada à conexão entre a mensagem e o universo simbólico de quem a recebe.

Nesse processo de mediação, a linguagem não verbal – como gestos, imagens, música e manifestações artísticas – amplia o espectro comunicacional da informação, atendendo à pluralidade cognitiva e cultural dos sujeitos. Essas formas expressivas potencializam o acesso ao conhecimento, sobretudo em contextos marcados por letramento limitado, promovendo uma circulação informacional mais democrática e inclusiva.

Portanto, eficácia informacional está condicionada à acessibilidade cognitiva dos significados produzidos. A comunicação passa a ser compreendida como o processo de circulação da informação mediada por sistemas simbólicos compartilhados, nos quais os sentidos são negociados coletivamente. Tal processo constitui a ponte entre o saber socialmente construído e a realidade concreta dos sujeitos, posicionando a mediação como prática fundamental para a construção crítica do conhecimento.

Compreende-se, assim, que a comunicação – alicerçada na articulação entre linguagens verbais e não verbais – exige práticas mediadoras que possibilitem à comunidade interpretar os conteúdos informacionais em diálogo com seus contextos socioculturais. Nesse panorama, a mediação adquire centralidade como mecanismo de acesso e como vetor da compreensão reflexiva, capaz de ressignificar a informação conforme as necessidades, experiências e identidades do grupo.

Nesse ponto, evidencia-se a importância da mediação para articular identidade cultural e compreensão efetiva da realidade social. Uma mediação consistente possibilita a dialética entre identidade e sociedade, estimulando o senso crítico e a participação cidadã; em sua

ausência, tende a prevalecer a passividade informacional e a manutenção de desigualdades históricas.

Salomão (2001), ao refletir sobre o papel do profissional da informação, destaca sua função como mediador das leituras de mundo possíveis. Tal mediação não deve pretender oferecer uma interpretação única ou correta da realidade, mas ampliar o repertório cognitivo da comunidade.

6 BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO AGENTES CULTURAIS

Bernardino e Thomazi (2016) evidenciam o papel das bibliotecas públicas como agentes democratizadores da cultura e da cidadania, promovendo o desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos. As autoras apontam, entretanto, um paradoxo decorrente da expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs): embora estas tenham ampliado as formas de comunicação e facilitado o acesso à informação, também contribuíram para o isolamento social, enfraquecendo o reconhecimento e o debate em torno das culturas locais.

Esse desafio é corroborado pelo Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (2010), realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Biblioteca Nacional (BN), que evidencia limitações estruturais e operacionais significativas no setor. A escassez de recursos para aquisição de acervos – frequentemente dependentes de doações –, a insuficiência na capacitação dos profissionais, a carência tecnológica e a inadequação dos espaços físicos restringem a capacidade das bibliotecas de atuarem como centros de interação social e inovação cultural.

Tais fragilidades são agravadas pela insuficiência do apoio governamental, que compromete a sustentabilidade e expansão dos serviços. Além disso, destaca-se a necessidade premente de as bibliotecas estabelecerem vínculos mais estreitos e participativos com as comunidades que atendem, para compreender e responder efetivamente às demandas específicas, sobretudo das populações marginalizadas e com baixo grau de escolaridade.

As bibliotecas públicas, para além de centros de informação, devem se posicionar como espaços dinâmicos de cultura e cidadania. Milanesi (2002) defende a importância da proatividade dessas instituições na promoção de ações culturais, pois estas funcionam como catalisadoras da interação entre biblioteca e comunidade, fomentando vínculos duradouros. Para Almeida (1987), essas ações extrapolam o mero entretenimento, ao estimularem a criatividade, a expressão individual e coletiva, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e o desenvolvimento do senso crítico.

Nesse sentido, a integração entre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e práticas culturais desponta como uma solução eficaz. Bernardino e Thomazi (2016) apontam que essa articulação tem potencial para combater o isolamento social, ao promover maior integração comunitária e fomentar a formação cidadã. Experiências concretas, como as realizadas em bibliotecas da Colômbia, Chile e de estados brasileiros como Rio de Janeiro e São Paulo, demonstram impactos positivos no desenvolvimento local, na ampliação das interações sociais e na abertura de novas possibilidades intelectuais e profissionais, sobretudo para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Atualmente, apesar desses avanços, ainda persiste uma tendência de atendimento concentrado em usuários já letrados, voltados à busca por informações registradas (Almeida Júnior, 2009). Essa limitação demanda uma ampliação do escopo das bibliotecas, que precisam incluir também sujeitos analfabetos e reconhecer outras formas de linguagem informacional. Como salienta Milanesi (1989), a leitura do mundo vai além das letras, incorporando sons e imagens como elementos igualmente legítimos na construção do conhecimento.

Nessa direção, Coelho (2012) e Milanesi (1989) ressaltam a urgência de romper com o caráter elitizado dessas instituições, que historicamente privilegiaram o acervo bibliográfico e o público alfabetizado. Ambos defendem a incorporação de linguagens lúdicas, artísticas e culturais como vias eficazes para democratizar o acesso à informação e atingir públicos mais amplos e diversos.

Assim, a biblioteca como espaço de lazer e cultura, torna-se peça-chave para o desenvolvimento intelectual ao promover a discussão, a criação artística e a troca de conhecimentos, processos nos quais a informação adquire significado e relevância. Ao integrar a prática da ação cultural em seu cotidiano, as bibliotecas públicas, apoiadas por seus profissionais da informação, consolidam-se como agentes culturais capazes de democratizar o acesso ao conhecimento, ampliar as possibilidades educacionais e contribuir para a formação de cidadãos críticos e participativos.

6.1 Bibliotecário como mediador cultural

A concepção ampliada de documento proposta por Briet (1951), já discutida anteriormente, reforça a legitimidade da biblioteca pública como um espaço que ultrapassa a função tradicional de guarda de livros. Ao se constituir como um ambiente plural, a biblioteca acolhe diferentes suportes e linguagens, permitindo que múltiplas formas de expressão cultural e simbólica sejam reconhecidas como fontes de conhecimento. Nessa perspectiva, o

bibliotecário atua como mediador cultural, promovendo o acesso, a compreensão e a produção de sentidos a partir da diversidade de manifestações presentes na sociedade.

De forma complementar, a memória humana se ancora em sistemas simbólicos – com destaque para a linguagem escrita –, cuja preservação depende de suportes informacionais variados, como os impressos, eletrônicos e audiovisuais. Esses suportes, potencializados pelas Tecnologias de Informação, funcionam como extensões da memória, ampliando significativamente o alcance e a acessibilidade do conhecimento (Monteiro; Carelli; Pickler, 2006).

Desse modo, restringir o papel da biblioteca pública ao livro impresso é uma limitação anacrônica. Embora Otlet (1934) tenha reconhecido o livro como o principal repositório da memória humana em sua época, foi Briet (1951) quem deslocou esse entendimento ao incluir qualquer signo concreto ou simbólico capaz de representar um fenômeno como documento, o que abrange uma ampla gama de mídias e linguagens.

Diante dessa ampliação conceitual e das transformações nos modos de registrar e acessar a informação, o papel do bibliotecário torna-se ainda mais relevante: cabe a ele realizar a mediação cultural de forma sensível e contextualizada, contribuindo para que a arte, a informação e o conhecimento sejam assimilados adequadamente. Afinal, a informação só se converte em conhecimento quando encontra ressonância nas experiências e referências do receptor; caso contrário, tende a ser rejeitada, ignorada ou mal interpretada.

Um exemplo ilustrativo é o estudo de Pirolo (2011), que analisou dois grupos expostos a informações artísticas visuais: apenas o grupo que recebeu mediação adequada de profissionais da informação conseguiu interpretar e produzir novos conhecimentos a partir das obras, demonstrando que o simples acesso à informação não é suficiente – a mediação humana qualificada é imprescindível para atribuí-la valor e significado.

Contudo, a formação dos bibliotecários ainda carece de uma abordagem ampla em mediação cultural. Muitas graduações focam em atividades técnicas e administrativas, como catalogação e gestão, sem aprofundar a capacitação para mediação cultural e para o atendimento a públicos diversos, especialmente diante das demandas trazidas pelas TICs.

O bibliotecário, portanto, deve ir além da técnica, reconhecendo as possibilidades de produção de sentidos a partir dos artefatos culturais e construindo um diálogo entre as informações artísticas e a comunidade. A interdisciplinaridade da formação é um recurso útil para atender às variadas necessidades comunicacionais dos usuários.

Ademais, o profissional da informação deve conhecer profundamente a realidade da comunidade atendida – sua formação, modos de apreensão da informação e necessidades específicas – para que a mediação seja eficaz e potencialize a assimilação do conhecimento social e cultural.

Propostas como a de Suaiden (1995), que defende a implantação de serviços de informação baseados no diagnóstico das necessidades locais, evidenciam a importância de um atendimento contextualizado, atento às especificidades de cada realidade. Complementarmente, Varela (2007) destaca que compreender o usuário em sua dimensão social, política e econômica é condição indispensável para que a mediação da informação seja efetiva e transformadora.

Nesse sentido, o bibliotecário deixa de ser um mero facilitador técnico para assumir o papel de agente social capaz de intervir criticamente na realidade local. Ao mediar o acesso à informação de forma sensível e contextualizada, ele promove o reconhecimento da condição dos sujeitos, estimulando a reflexão e a geração de novos saberes.

As ações culturais, nesse processo, expandem as formas de mediação, permitindo às bibliotecas públicas atender a diversas demandas informacionais. Essas atividades fortalecem a consciência social e incentivam o protagonismo cidadão, ampliando o impacto social da instituição.

6.2 Ações culturais em bibliotecas

A atuação do bibliotecário como mediador cultural é necessária para que a biblioteca pública se constitua como um espaço democrático de acesso ao conhecimento, capaz de atender às diversas formas de leitura e às necessidades específicas de sua comunidade. Por meio de atividades culturais que envolvem variadas linguagens e suportes, é possível ampliar o alcance da informação, estimular o senso crítico, a criatividade e a participação social.

A exibição de filmes literários, por exemplo, parte do princípio de que a biblioteca deve oferecer diferentes modos de leitura, alcançando públicos que nem sempre têm acesso a salas de cinema. Ao levar a literatura para a tela, a biblioteca promove uma mediação que aproxima o usuário do universo literário de forma sensorial e emocional, despertando o interesse pelo livro e pela leitura. Ademais, a realização de debates após a exibição transforma o evento em um espaço de diálogo e reflexão coletiva, incentivando a construção compartilhada de sentidos e o fortalecimento da consciência literária da comunidade.

Outra ação relevante é o teatro de fantoches, cuja linguagem lúdica e acessível exerce forte apelo, especialmente junto às crianças em fase inicial de alfabetização, embora sua

abrangência ultrapasse esse público. Conforme aponta Vigotski (2007), as experiências práticas e interativas proporcionadas pelo teatro de fantoches são fundamentais para a construção de sentidos e para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade interpretativa. Ao estimular a imaginação, a criatividade e o diálogo, essa atividade contribui para o interesse pela leitura da linguagem escrita, consolidando a base para o aprendizado escolar. Além disso, o promove a socialização e o senso crítico desde a infância, favorecendo a formação de sujeitos capazes de questionar, criar e interagir de maneira mais consciente e reflexiva.

No campo da educação ambiental, a biblioteca pública pode atuar na sensibilização da comunidade sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e da preservação dos recursos naturais. Por meio de exposições, palestras, atividades práticas e projetos participativos, as bibliotecas fomentam a construção da “leitura de mundo” abordada por Milanese (1989), integrando diferentes formas de conhecimento e experiência.

Por fim, as oficinas de inclusão digital mostram-se relevantes no combate às desigualdades no acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sobretudo em comunidades de baixa renda e entre faixas etárias mais elevadas que encontram dificuldades na adaptação às inovações tecnológicas. Bernardino e Thomazi (2016) destacam que a integração entre ações culturais e o uso das TICs é uma estratégia eficaz para combater a passividade social, estimulando a participação ativa dos cidadãos. Essas oficinas capacitam os usuários a navegar, buscar, avaliar e produzir informações de forma crítica e autônoma, ampliando suas oportunidades educativas, profissionais e sociais.

Dessa forma, ao serem mediadas pelo bibliotecário e articuladas com o apoio de profissionais de áreas correlatas, as atividades culturais fortalecem a atuação da biblioteca pública como agente de transformação social, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania na comunidade atendida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou a relevância das informações artísticas enquanto fontes primárias essenciais para a compreensão da cultura, reafirmando o papel das bibliotecas públicas como agentes mediadores entre o conhecimento e as comunidades que atendem. Ao analisar o conceito de informação em sua relação com o campo cultural, demonstrou que a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, com suas múltiplas vertentes, revela o poder inerente à informação. A ampliação do conceito de documento para além do suporte físico tradicional, incorporando registros orais, simbólicos e visuais, reforça a compreensão de que a

informação artística consiste em uma vertente notável dos processos informacionais desde as primeiras formas de comunicação humana.

A arte, enquanto fonte de informação, atua no reconhecimento, na reflexão e na crítica da realidade social, colaborando para a preservação da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural. Nesse sentido, a integração entre Arte e Ciência da Informação contribui para a valorização dos patrimônios culturais, promovendo o respeito às diversidades e o desenvolvimento humano.

Destacou-se, ainda, a cultura como processo dinâmico e transformador, intimamente ligada à atuação dos agentes sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A democratização cultural constitui instrumento de reconhecimento dos direitos e deveres sociais, enquanto a linguagem, em particular em sua dimensão simbólica e não verbal, torna-se basilar na construção de sentidos e na afirmação da identidade social. A comunicação eficaz depende da contextualização mental do receptor, pois, sem ela, a informação perde seu significado, e a estrutura social permanece estática, limitando a participação ativa da comunidade em sua própria transformação.

A seu turno, as ações culturais desenvolvidas nas bibliotecas, enquanto expressões de linguagens não verbais, mostraram-se decisivas para a democratização da cultura e o fortalecimento da consciência social, atendendo diretamente ao objetivo de compreender os processos de reconhecimento cultural e construção de sentidos. Assim, a biblioteca pública deve transcender sua função tradicional de armazenadora passiva de conhecimento para se consolidar como uma instituição dinâmica, capaz de democratizar o acesso à informação e fomentar a participação social. Apesar das dificuldades estruturais e de financiamento, é papel da biblioteca interagir efetivamente com a comunidade, reconhecendo suas necessidades específicas e incluindo aqueles historicamente marginalizados do sistema educacional.

As atividades culturais promovidas nesses espaços ampliam seu campo de atuação, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e a inovação, e capacitando a comunidade a assumir um papel ativo na transformação social. Nesse processo, o bibliotecário, enquanto mediador cultural, torna-se o intermediador entre informação e usuário, utilizando sua formação interdisciplinar para responder às diversas necessidades comunicacionais da comunidade.

Esta pesquisa, além de confirmar a urgência de reconfigurar o papel das bibliotecas públicas para além do armazenamento passivo de informações, também destaca seu potencial transformador como espaços de resistência cultural e construção social. Ao consolidarem-se

como mediadoras dinâmicas entre a informação artística e a comunidade, as bibliotecas promovem a justiça social, a inclusão e o desenvolvimento sustentável, reafirmando seu compromisso indispensável com a construção de sociedades mais críticas, pluralistas e democráticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170/170>. Acessado em: Mar. 2025.

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandezas de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 31-38, jan./dez. 1987. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000770988.pdf>. Acessado em: Mar. 2025.

ARAÚJO, V. H. de; FREIRE, I. M. A rede internet como canal de comunicação, na perspectiva da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 45-55, maio/ago. 1996. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1610/1582>. Acessado em: Mar. 2025.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/248858>. Acessado em: Mar. 2025.

BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros do ocidente**. Tradução de Marcela Morata. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BARRETO, M. V. **Abordando o passado: uma introdução à arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010.

BAX, M. P.; DIAS, E. W. **A abordagem “construção de sentido”**. São Paulo: ECA/USP, 1997.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Série Antropologia; 5).

BERNARDINO, R. M. C.; THOMAZI, A. R. G. Bibliotecas públicas e ações culturais como fator de desenvolvimento local. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/02/biblioteca.html>. Acessado em: Mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**. Rio de Janeiro: FGV; FBN, 2010. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acessado em: Fev. 2025.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

CANCLINI, N. G. **A socialização da arte:** teoria e prática na América Latina. São 2. ed. Paulo: Cultrix, 1984.

CAPURRO, R. **Information:** a contribution to the foundation of the concept of information based on its etymology and in the history of ideas. Munich: Saur, 1978.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio de Azevedo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360/17954>. Acessado em: Mar. 2025.

COELHO, T. **O que é ação cultural.** São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção primeiros passos; 216).

CRESPI, F. **Manual de sociologia da cultura.** Tradução de Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Estampa, 1997.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIOP, C. Los três pilares de la identidad cultural. **El Correo de la Unesco**, España, v. 35, n. 8/9, p. 5-7, ago./sep. 1982. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000-50551_spa. Acessado em: Mar. 2025.

FUNARI, P. P. **Arqueologia.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. 26. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (Série Antropologia Social).

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação.** 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MARCONDES, C. H. Linguagem e documento: externalização, autonomia e permanência. In: FREITAS, L. S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Org.). **Documento:** gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 97-110.

MARCUSE, H. **Cultura e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MILANESI, L. **Biblioteca.** São Paulo: Ateliê, 2002.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar:** centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MONTEIRO, S.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300011>. Acessado em: Mar. 2025.

ORTEGA, C. D. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, L. S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 57-80.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre – Théorie et pratique**. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934. Disponível em: https://libstore.ugent.be/fulltxt/BIB-038A0-06_2006_0001_AC.pdf. Acessado em: Mar. 2025.

PENA, M. G.; SILVA, A. C. A digitalização de documentos históricos e a gestão eletrônica de documentos para disponibilização online. **Saber Digital: Revista eletrônica do CESVA**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 80-96, mar./ago. 2008. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/SaberDigital/article/view/1032/741>. Acessado em: Dez. 2024.

PIROLO, A. C. da S. A informação artística. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 1-35, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v9i1.1917>. Acessado em: Mar. 2025.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. 4. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Edição do autor, 2005.

SALOMÃO, J. C. **A importância da informação para os profissionais da área artístico-cultural: um estudo exploratório na área de Belo Horizonte**. 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos; 110).

SANTOS, P. L. V. A. C.; CARVALHO, A. M. G. de. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/91340>. Acessado em: Abr. 2025.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

VARELA, A. **Informação e construção da cidadania**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

VIGOSTKI, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAPÍTULO 3

POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LITERATURA: INTEGRANDO COMPETÊNCIAS DIGITAIS NA SALA DE AULA

Rosana Ferreira Alves
Jeane Borges dos Santos

RESUMO

Este capítulo discute as possibilidades de inovação no ensino de literatura por meio da integração de competências digitais, considerando os desafios contemporâneos da educação em uma sociedade marcada pela cibercultura. Com base em quadro teórico da Linguística Aplicada, considerando autores como Coscarelli (2016), Kenski (2013), Rojo (2013) e Lévy (1999), propõe-se uma abordagem pedagógica que una práticas literárias e tecnologias digitais, visando à formação de leitores críticos, criativos e conectados. O trabalho enfatiza a necessidade de formação docente voltada para o uso pedagógico das tecnologias, propondo um modelo de ensino de literatura ancorado na multimodalidade, na mediação crítica e na autoria.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de literatura; Competências digitais; Letramento digital; Inovação pedagógica; Tecnologias educacionais.

1 INTRODUÇÃO

Na vastidão do mundo digital, onde as palavras ganham trilhas invisíveis e vozes se entrelaçam em teias eletrônicas, imaginemos um encontro improvável: Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Clarice Lispector, três luminares da literatura brasileira, conversando à sombra das redes, entre postagens, mensagens e vídeos que pulsam vida. Graciliano, com seu olhar severo e crítico, ponderaria sobre as transformações sociais e os desafios do ensino da literatura num tempo em que o silêncio dos livros cede lugar ao ruído constante das telas, questionando a profundidade e a intensidade das leituras digitais. Guimarães Rosa, com sua linguagem inventiva e os caminhos tortuosos do sertão em seus versos, enxergaria nas redes digitais uma nova "terra de veredas" — espaço aberto para a reinvenção da palavra, onde a leitura vira uma dança, um jogo infinito de sentidos. Clarice Lispector, com sua sensibilidade aguda e olhar introspectivo, acrescentaria uma dimensão subjetiva à conversa: a literatura digital como espaço para a descoberta do ser, para o encontro íntimo com o mistério das palavras que se desdobram em múltiplas camadas de significado.

A cultura digital alterou profundamente as formas de ler, escrever e ensinar literatura. As antigas margens do livro expandiram-se para telas, *hiperlinks*, multimodalidades e redes colaborativas. O leitor contemporâneo não se limita mais ao papel passivo; ele interage, comenta, recria. As plataformas digitais transformaram a leitura em experiência compartilhada, onde o texto não está mais fechado em si mesmo, mas aberto às interpretações coletivas.

Graciliano, defensor de uma linguagem contida, exata, talvez visse com desconfiança a fluidez dos textos digitais. Sua prosa enxuta se contrapõe à fragmentação das redes, mas não negaria o poder social da leitura. Rosa, por sua vez, celebraria a expansão das formas expressivas. Seu sertão já era um espaço de experimentação linguística e cultural — o ciberespaço seria apenas uma nova paisagem a ser desbravada. Clarice veria na tela um espelho: a palavra que emerge do silêncio, da pausa, do "quase", agora traduzida em pixels.

O conceito de multiletramentos, proposto pelo New London Group e ampliado no Brasil por autores como Rojo, Coscarelli e Santaella, aponta para a necessidade de integrar diferentes linguagens, culturas e tecnologias no ensino da leitura e da escrita. Ensinar literatura hoje implica acolher as mudanças na forma como os jovens leem: por meio de imagens, vídeos, sons, redes sociais e aplicativos.

Nessa perspectiva, o educador assume o papel de mediador entre o cânone literário e os fluxos digitais, guiando os estudantes em experiências de leitura críticas, autorais e colaborativas. Ferramentas como podcasts literários, fóruns de discussão, blogs e fanfics têm se mostrado potentes para conectar o texto clássico à vida digital do aluno.

A emergência de novas tecnologias e o avanço da cibercultura transformaram as formas de acesso à informação, de produção de sentidos e de interação social. Nesse cenário, o ensino de literatura enfrenta o desafio de dialogar com as novas linguagens e de reinventar suas práticas, a fim de permanecer significativo e formativo para os estudantes da contemporaneidade. Como afirmam Coscarelli e Rojo (2012), o espaço escolar precisa incorporar a diversidade de textos e mídias presentes no cotidiano dos alunos, sem abrir mão da profundidade crítica e estética que caracteriza a leitura literária.

O presente capítulo objetiva refletir sobre a inovação no ensino de literatura a partir da integração das competências digitais na prática pedagógica. Compreende-se que tais competências envolvem não apenas o domínio técnico de ferramentas digitais, mas também a capacidade de utilizá-las de maneira crítica, ética e criativa, conforme destaca Eshet-Alkalai (2004). Dessa forma, pretende-se contribuir para o debate sobre a formação docente em Letras, considerando os desafios impostos pela cultura digital e as potencialidades das tecnologias na mediação da leitura e da escrita literária.

2 DA IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA ESCOLA

A literatura ocupa um papel fundamental na formação intelectual, emocional e crítica dos estudantes. Ao ser integrada ao ambiente escolar de forma significativa, ela contribui para

o desenvolvimento de competências linguísticas, estéticas, éticas e socioculturais, conforme apontam diversos autores que refletem sobre o ensino da leitura literária.

Segundo Antonio Candido (2004), a literatura é um direito humano, pois promove o exercício da imaginação, a empatia e a compreensão do outro. Para o autor, o contato com textos literários amplia o horizonte de experiências dos sujeitos, funcionando como um instrumento de humanização. Na escola, portanto, a literatura deve ser mais do que um conteúdo a ser memorizado; ela deve ser vivida como uma prática cultural que dialoga com as múltiplas vivências dos estudantes.

Rosenblatt (2004), por sua vez, defende a concepção da leitura como um processo transacional, em que texto e leitor constroem juntos o sentido da obra. Essa abordagem, centrada na resposta do leitor, reforça a ideia de que o ensino de literatura deve considerar o repertório e a subjetividade do aluno, permitindo que ele se reconheça nos textos lidos e desenvolva sua sensibilidade estética.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) também reconhece o papel da literatura na formação integral dos estudantes. No componente de Língua Portuguesa, especialmente no Ensino Fundamental e Médio, a BNCC destaca a leitura de obras literárias como essencial para o desenvolvimento da imaginação, da criticidade e do repertório cultural. A literatura é entendida, nesse documento, como um eixo estruturante para a formação leitora, sendo fundamental para a construção da identidade, da cidadania e da autonomia intelectual.

Além disso, autores como Cosson (2014) argumentam que a escola tem a responsabilidade de democratizar o acesso à literatura, aproximando os estudantes das diferentes tradições culturais e promovendo a formação do leitor literário. Para isso, ele propõe o uso do letramento literário como estratégia pedagógica, articulando leitura, análise e produção de textos em atividades significativas, que respeitem os níveis de proficiência dos alunos.

No entanto, é necessário destacar que, apesar do reconhecimento teórico de sua importância, a literatura ainda enfrenta obstáculos na prática escolar. Em muitos contextos, o ensino literário ainda se reduz à cobrança de informações sobre autores e escolas literárias, descolando-se da experiência estética e crítica da leitura. Para superar essa visão reducionista, é preciso investir na formação de professores que saibam mediar o contato entre os estudantes e os textos literários, valorizando tanto os clássicos quanto a literatura contemporânea e a diversidade de vozes e linguagens que compõem o cenário cultural atual (Zilberman, 2003).

Em síntese, a literatura na escola é indispensável para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e conscientes de seu lugar no mundo. Ela não deve ser vista como um apêndice do currículo, mas como um direito cultural e uma ferramenta potente de ensino e aprendizagem. A escola que valoriza a literatura contribui para a construção de uma educação mais humanizada, inclusiva e transformadora.

3 LITERATURA, TECNOLOGIA E MULTIMODALIDADE

A literatura, como arte da linguagem, sempre dialogou com as transformações culturais e comunicacionais. No entanto, a inserção das tecnologias digitais no cotidiano trouxe novas formas de expressão, circulação e recepção dos textos literários. Os e-books, audiolivros, fanfics, vídeos literários e narrativas transmídia são exemplos de gêneros emergentes que demandam competências específicas de leitura e interpretação (Rojo, 2013).

3.1 Sobre multiletramentos na era digital

A professora e pesquisadora Roxane Rojo, vinculada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é uma das principais referências brasileiras nos estudos sobre letramento, gêneros discursivos e multiletramentos. Sua obra propõe uma renovação teórico-metodológica no ensino de língua portuguesa, em diálogo com as transformações culturais, tecnológicas e comunicacionais da sociedade contemporânea.

Rojo parte de uma perspectiva sociocultural da linguagem, fortemente influenciada pelas teorias do Círculo de Bakhtin, pelos Novos Estudos do Letramento e pela pedagogia dos multiletramentos proposta pelo grupo *New London Group*. Sua produção destaca-se pela clareza teórica, articulação entre teoria e prática pedagógica, e pela defesa de um ensino crítico e inclusivo da linguagem.

Uma das obras centrais nesse percurso é "Multiletramentos na escola" (Rojo; Moura, 2012), organizada em parceria com Eduardo de Moura. A coletânea reúne artigos que discutem práticas pedagógicas alinhadas à proposta de multiletramentos, enfatizando a diversidade cultural, a multiplicidade de linguagens e a integração entre leitura crítica e produção multimodal. O livro propõe uma ruptura com o modelo tradicional de ensino centrado apenas no texto verbal escrito, mostrando como é possível incluir mídias, sons, imagens e vídeos nas práticas de letramento escolar.

Em continuidade a essa proposta, a obra "Escola conectada: os multiletramentos e as TICs" (Rojo, 2013) oferece uma reflexão profunda sobre o papel das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na educação linguística. A autora argumenta que, para formar leitores e

produtores competentes no século XXI, é imprescindível considerar os novos gêneros digitais e os modos de comunicação mediados por tecnologias. O livro apresenta experiências de sala de aula que utilizam blogs, redes sociais, vídeos e plataformas colaborativas, defendendo um modelo de ensino mais participativo, dialógico e digitalmente letrado.

Outro trabalho relevante é o livro "Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos" (Rojo; Barbosa, 2015), em que Rojo aprofunda o debate sobre os desafios da formação de professores e estudantes diante do que chama de hipermodernidade — uma era marcada por intensificação da conectividade, fluidez das fronteiras entre real e virtual, e valorização de identidades múltiplas e móveis. Nesse cenário, os gêneros discursivos também se transformam, exigindo do educador uma postura flexível e aberta à inovação metodológica.

O conjunto da obra de Roxane Rojo revela um compromisso com a formação crítica e cidadã dos sujeitos, por meio do reconhecimento da diversidade textual e cultural que marca a contemporaneidade. Sua abordagem rompe com uma concepção normativa da linguagem, defendendo um ensino pautado no diálogo, na autoria e na mediação consciente das tecnologias. Ao integrar teoria linguística, práticas pedagógicas e discussões socioculturais, a autora contribui de forma decisiva para o avanço do ensino de língua portuguesa no Brasil.

Em síntese, as obras dessa autora podem colaborar para compreender os desafios e possibilidades do ensino de línguas e Literaturas em tempos de cultura digital. Suas obras oferecem não apenas referenciais teóricos consistentes, mas também caminhos práticos para transformar a sala de aula em um espaço de letramento plural, crítico e conectado com o mundo.

No contexto de ensino de literatura, a noção de multimodalidade torna-se central. Segundo Rojo (2013), ler no digital implica decodificar e atribuir sentido a diferentes modos semióticos – imagem, som, movimento, além do verbal. Assim, o ensino de literatura precisa incorporar práticas que explorem essas linguagens, promovendo a análise crítica de obras literárias em diferentes suportes e formatos. Nessa perspectiva, a presença da multimodalidade é uma das marcas mais fortes da literatura em ambientes digitais. Combinando texto verbal, imagem, som, vídeo e hiperlinks, os novos gêneros digitais literários exigem competências ampliadas de leitura. Rojo (2013) argumenta que os leitores do século XXI precisam desenvolver um letramento que vá além da decodificação, sendo capazes de articular diferentes linguagens em processos de interpretação crítica e criativa.

Essa articulação amplia o potencial de engajamento dos estudantes, tornando a experiência literária mais significativa e conectada ao cotidiano digital em que estão imersos.

Além disso, como aponta Lévy (1999), as tecnologias digitais ampliam o potencial de interação e colaboração no processo de aprendizagem. Ferramentas como fóruns, blogs, podcasts e plataformas de escrita coletiva permitem que os estudantes se tornem autores, leitores e críticos em um ambiente dinâmico e compartilhado.

3.1.1 Sobre Práticas Multimodais de Leitura, Escrita e Crítica

No cenário contemporâneo, a literatura passa a circular em plataformas diversas, como blogs, fóruns, podcasts e redes colaborativas, o que exige novas formas de mediação pedagógica e crítica literária. A digitalização do texto não se limita à sua conversão para o meio eletrônico, mas envolve a reformulação dos modos de produção, recepção e interpretação da linguagem literária.

A leitura literária, ao adentrar os espaços digitais, deixa de ser uma prática isolada e passa a fazer parte de um ecossistema interativo, dinâmico e multimodal. Nesse contexto, os estudantes não apenas leem, mas produzem sentidos, comentam, remixam e compartilham textos literários, o que amplia sua atuação como autores e críticos. As tecnologias digitais, portanto, representam não apenas ferramentas, mas ambientes de aprendizagem e criação.

3.1.2 Sobre a Cibercultura e a Inteligência Coletiva

Segundo Lévy (1999), a cibercultura promove a descentralização do saber e a valorização da inteligência coletiva — um modo de produção de conhecimento que emerge da colaboração entre indivíduos conectados em rede. Essa perspectiva ressignifica o papel do leitor e do escritor, que passam a atuar de maneira interdependente, em um espaço marcado pela troca de informações, construção coletiva e autoria compartilhada.

No campo literário, esse fenômeno permite que estudantes e leitores ampliem sua participação no processo criativo e crítico, interagindo com obras clássicas e contemporâneas, criando conteúdos derivados e estabelecendo conexões entre diferentes mídias. Assim, a literatura se adapta à lógica da cultura digital, mantendo sua força estética e formativa.

3.1.3 Plataformas Digitais e o Espaço da Literatura

Dentre as plataformas que acolhem e transformam o texto literário, destacam-se quatro ambientes digitais fundamentais para a prática pedagógica contemporânea: fóruns, blogs, podcasts e plataformas de escrita colaborativa.

3.1.3.1 Fóruns de Discussão

Os fóruns são espaços de debate coletivo que estimulam a leitura crítica e o diálogo interpretativo. Nesses ambientes, os estudantes compartilham suas impressões sobre textos literários, constroem argumentos, questionam personagens e estilos, e reinterpretam obras a partir de diferentes perspectivas. Trata-se de uma prática que favorece o letramento literário crítico, conforme propõe Rojo (2013), ao estimular a produção de sentidos em um contexto dialógico e social.

3.1.3.2 Blogs Literários

Nos blogs, a literatura ganha espaço para releituras criativas, produção autoral e curadoria de textos. Os estudantes podem publicar resenhas, narrativas, poemas e ensaios literários, exercitando a escrita autoral e reflexiva. Coscarelli (2016) destaca que os blogs representam uma importante ferramenta de autoria digital, na qual o sujeito constrói sua voz e identidade discursiva por meio da linguagem.

3.1.3.3 Podcasts e Oralidade Literária

Os podcasts permitem explorar a dimensão sonora da literatura, seja por meio de leituras dramatizadas, entrevistas com autores, análises temáticas ou adaptações orais de contos e romances. A valorização da oralidade amplia o acesso à literatura e contribui para a formação de leitores que compreendem a diversidade de suportes e linguagens. Como afirma Santaella (2013), vivemos uma cultura midiática em que o som, a imagem e o texto coexistem de forma integrada, exigindo novas competências cognitivas e sensíveis.

3.1.3.4 Plataformas de Escrita Coletiva

As plataformas colaborativas, como Google Docs, Wattpad e Padlet, permitem que os estudantes criem histórias em grupo, reescrevam narrativas conhecidas e explorem a criação literária a várias mãos. Essa prática valoriza o processo e não apenas o produto final, e fortalece a noção de autoria coletiva. Segundo Coscarelli (2016), ao escrever com o outro, o sujeito também se reconfigura como leitor mais crítico e mais consciente das escolhas estilísticas e temáticas.

4 COMPETÊNCIAS DIGITAIS APLICADAS AO ENSINO DE LITERATURA

Integrar competências digitais ao ensino de literatura significa ir além da simples utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Trata-se de desenvolver habilidades que permitam ao professor e ao aluno navegar criticamente no ciberespaço, selecionar fontes

confiáveis, interpretar textos multimodais, produzir conteúdos autorais e refletir sobre os efeitos sociais, políticos e culturais do uso das mídias digitais (Coscarelli, 2016).

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao estabelecer as dez competências gerais da educação básica, destaca na competência 5 a necessidade de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. Tal diretriz reforça a urgência de articular os saberes literários às linguagens digitais, de modo que os estudantes possam exercer sua autoria e leitura crítica nos múltiplos espaços de circulação da literatura contemporânea.

Conforme propõe Eshet-Alkalai (2004), as competências digitais englobam dimensões cognitivas, críticas e sociais. No ensino de literatura, isso pode se concretizar, por exemplo, por meio da produção de podcasts com resenhas literárias, da criação de blogs de análise crítica, da construção de perfis de personagens em redes sociais ou da realização de leituras dramatizadas em vídeo. Tais práticas estimulam o engajamento dos estudantes, fomentam a autoria e desenvolvem habilidades linguísticas e estéticas compatíveis com a realidade da cultura digital.

Além disso, a BNCC para o componente curricular de Língua Portuguesa, especialmente nos itinerários do Ensino Médio, propõe que os alunos desenvolvam a competência de “analisar, interpretar e valorizar produções literárias” em diferentes suportes e mídias, incluindo as produções multimodais e digitais. Isso implica reconhecer que a literatura, enquanto arte da linguagem, também se reconfigura em ambientes digitais, exigindo do professor práticas pedagógicas atualizadas, contextualizadas e sensíveis à diversidade cultural e tecnológica dos estudantes.

Para que a integração das competências digitais ocorra de maneira efetiva no ensino de literatura, é necessário repensar a formação docente. Kenski (2013) argumenta que o uso pedagógico das tecnologias exige uma mudança de postura por parte do educador, que deve deixar de ser apenas transmissor de conteúdos para atuar como mediador de experiências significativas de aprendizagem. Tal mediação requer planejamento intencional, domínio das ferramentas digitais e sensibilidade para promover o diálogo entre tradição literária e inovação tecnológica.

5 A FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA CULTURA DIGITAL

A formação inicial e continuada dos professores de literatura deve contemplar, de forma sistemática, o desenvolvimento de competências digitais em sua dimensão pedagógica, técnica e ética. Isso significa não apenas capacitar o docente para lidar com as novas formas de

produção e circulação de textos em ambientes digitais, mas também prepará-lo para refletir criticamente sobre os usos, limites e implicações sociais e culturais das tecnologias no processo educativo.

A Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2019) destaca, entre suas competências profissionais, a de número 5, que trata do “uso de tecnologias digitais na educação” de forma crítica, reflexiva e integrada à prática pedagógica. Essa diretriz reforça a necessidade de que os cursos de licenciatura, em especial o curso de Letras, atualizem seus currículos à luz das transformações provocadas pela cultura digital e pelas novas exigências formativas dos professores do século XXI.

Autores como Kenski (2013) e Coscarelli (2016) defendem que a formação docente deve promover o uso pedagógico das tecnologias digitais como forma de enriquecer as práticas de ensino e ampliar o acesso à produção de conhecimento. No entanto, o que se observa em muitos cursos de Letras é a manutenção de uma estrutura curricular ainda fortemente centrada nos estudos literários e linguísticos tradicionais, com pouca ou nenhuma articulação com os temas da cibercultura, da leitura multimodal e das práticas digitais de linguagem. Essa lacuna entre a formação universitária e as demandas da escola básica evidencia a urgência de se repensar os componentes curriculares, de forma a incluir disciplinas ou módulos que contemplem as tecnologias digitais como objetos de estudo e como ferramentas pedagógicas.

A atualização curricular, nesse sentido, deve considerar a inserção de conteúdos voltados à análise crítica de produtos culturais digitais, ao estudo dos gêneros discursivos emergentes, à criação de materiais didáticos digitais e ao planejamento de práticas pedagógicas inovadoras. Essa renovação não implica a substituição dos clássicos da literatura ou da tradição analítica, mas sim a ampliação dos horizontes formativos, permitindo que futuros docentes transitem com fluidez entre diferentes suportes, linguagens e plataformas (Rojo, 2013; Lévy, 1999).

Ainda são escassas, contudo, as experiências formativas que promovem efetivamente essa articulação entre literatura e cultura digital. Muitas vezes, o ensino literário na formação inicial permanece atrelado ao livro impresso, à análise cronológica dos períodos literários e à reprodução de modelos interpretativos canônicos, pouco dialogando com a realidade social e tecnológica vivida pelos estudantes nas escolas.

Superar esse cenário demanda não apenas mudanças curriculares, mas também políticas públicas de valorização da formação docente, investimentos em infraestrutura tecnológica e o

incentivo a práticas pedagógicas experimentais, que promovam o protagonismo estudantil e o uso criativo das tecnologias como meios para a leitura, a fruição e a autoria literária. Formar professores de literatura para o século XXI é, portanto, formar mediadores culturais que saibam integrar tradição e inovação, texto literário e linguagem digital, estética e criticidade.

6 PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA FORMAÇÃO DOCENTE

Com base nos fundamentos teóricos apresentados, propõe-se uma ação formativa voltada à capacitação de professores de Língua Portuguesa e Literatura, com o objetivo de promover a integração das competências digitais ao ensino de literatura. Tal proposta se ancora na compreensão de que o professor, diante das novas demandas da cultura digital, deve ultrapassar o domínio instrumental das tecnologias e assumir o papel de mediador de práticas leitoras significativas, autorais e críticas em ambientes multimodais.

A formação docente sugerida estrutura-se em três eixos centrais: a reflexão teórica sobre o ensino de literatura na cultura digital; o reconhecimento e a exploração de gêneros literários digitais; e o planejamento de sequências didáticas que integrem práticas literárias e recursos tecnológicos. Como etapa inicial, propõe-se a realização de uma atividade diagnóstica em formato de roda de conversa, com a finalidade de identificar as experiências, dificuldades e percepções dos docentes em relação ao uso das tecnologias no ensino da literatura. Esse momento de escuta ativa possibilita o levantamento de saberes prévios e promove o engajamento coletivo na construção do conhecimento.

No primeiro eixo, os participantes são convidados a aprofundar suas reflexões a partir da leitura e discussão de textos de autores como Coscarelli (2016), Rojo (2013), Kenski (2013) e Lévy (1999), que abordam a inserção da literatura nos ambientes digitais, o conceito de letramento digital e as transformações nas práticas de leitura e escrita. Tais discussões visam à compreensão crítica das exigências cognitivas, sociais e éticas do uso das tecnologias digitais na educação literária.

O segundo eixo contempla o mapeamento e a análise de gêneros literários digitais, como fanfics, booktrailers, videopoemas, podcasts, audiolivros, blogs de crítica literária e perfis ficcionais em redes sociais. Esses gêneros, fortemente presentes nos repertórios dos estudantes, permitem explorar novas formas de recepção e produção de textos literários. Os professores são convidados a interagir com essas produções, identificar suas características discursivas e refletir sobre como incorporá-las em práticas pedagógicas que estimulem a leitura crítica e a autoria dos alunos.

No terceiro eixo da formação, propõe-se que os docentes elaborem planos de aula ou sequências didáticas interdisciplinares que integrem o trabalho com obras literárias e o uso pedagógico das tecnologias digitais. Esses planejamentos devem conter a definição de objetivos de aprendizagem, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escolha da obra ou do gênero literário a ser abordado, a seleção de ferramentas digitais adequadas (tais como Canva, Padlet, Google Docs, CapCut, Anchor, entre outras), e a descrição do produto final a ser desenvolvido com os estudantes. Exemplos dessas produções incluem: gravação de podcasts de análise literária, criação de videopoemas baseados em obras clássicas, elaboração de fanfics colaborativas, construção de murais interativos com resenhas críticas e simulação de perfis de personagens em redes sociais.

A avaliação da formação docente pode ser realizada por meio de autoavaliações reflexivas, coavaliações entre pares e análise coletiva dos planejamentos desenvolvidos. Recomenda-se ainda a constituição de um repositório digital colaborativo, onde os participantes possam registrar suas propostas e experiências, contribuindo para a circulação de práticas pedagógicas inovadoras no âmbito institucional.

Essa proposta formativa visa, em última instância, promover a articulação entre tradição literária e inovação pedagógica, incentivando o protagonismo docente na criação de práticas significativas que ampliem o acesso à literatura, estimulem a criticidade e valorizem a diversidade de linguagens próprias da cultura digital. Ao formar professores capazes de mediar a leitura literária em diferentes suportes e plataformas, amplia-se o horizonte de sentidos da literatura e reafirma-se seu papel social, estético e formativo na contemporaneidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se Drummond andasse hoje por salas digitais, se Clarice clicasse em silêncios pixelados e se Rosa escrevesse fanfics no sertão da nuvem, talvez todos se surpreendessem ao perceber que a literatura não morreu — apenas migrou. A palavra, agora pixelada, continua a emocionar, provocar e ensinar. A literatura na escola permanece como semente fecunda que germina sujeitos críticos, sensíveis e atuantes, mesmo quando atravessa os territórios eletrônicos da cibercultura. É flor que desabrocha no concreto das telas, poesia que se insinua entre algoritmos e afetos, palavra que transforma e ressignifica, formando seres humanos por inteiro — na ética, na estética e na emoção.

Contudo, o solo fértil dessa experiência exige o jardineiro atento: o professor, esse artífice do tempo, deve estar preparado para cultivar novas linguagens, mediando com

competência e sensibilidade as conexões entre literatura e tecnologia. Sua formação, inicial e continuada, precisa acolher saberes que entrelacem tradição e inovação, papel e tela, livro e link. A Base Nacional Comum para a Formação de Professores (Brasil, 2019) indica a importância de incorporar as tecnologias digitais de forma crítica e reflexiva ao projeto pedagógico. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) destaca que o ensino de literatura deve promover autoria, leitura crítica e diálogo intercultural, articulando competências digitais e literárias.

É necessário que os cursos de Letras se abram à contemporaneidade, incluindo em seus currículos conteúdos relacionados à cultura digital, à leitura multimodal e aos gêneros emergentes. Nesse cenário, práticas inovadoras se anunciam: podcasts de leitura poética, videopoemas que unem voz e imagem, booktrailers que antecipam o encantamento, fanfics que reimaginam narrativas, perfis de personagens em redes sociais, blogs de crítica e resenha literária. Todas essas atividades renovam a fruição estética, ampliam as formas de produção literária e tornam o aprendizado mais significativo, dinâmico e conectado ao universo cultural dos estudantes.

As tecnologias digitais, longe de ameaçarem a literatura, colaboram para sua reconfiguração, inserindo-a em novas dinâmicas estéticas, sociais e educativas. Ao ocupar fóruns, blogs, plataformas de escrita coletiva e redes sociais, o texto literário torna-se mais acessível, interativo e formativo. Cabe ao professor assumir o papel de mediador ativo, capaz de selecionar, adaptar e criar situações didáticas que valorizem a autoria, a escuta e a diversidade de linguagens.

Ensinar literatura na cultura digital é atravessar tempos e tecnologias com escuta atenta, invenção e partilha. É transformar a tela em novo papel, a rede em novo sertão, e o estudante em leitor-autônomo, criativo e sensível às muitas vozes do mundo. A literatura, enquanto prática social e cultural, permanece estratégica na formação integral do ser humano, desenvolvendo não apenas competências cognitivas, mas também sensibilidades éticas, emocionais e estéticas. A escola que valoriza a literatura e investe na formação crítica e tecnológica de seus professores colabora para uma educação que forma cidadãos plenos — autônomos, criativos e responsáveis — capazes de atuar em um mundo cada vez mais complexo, interconectado e digital.

Se Graciliano, Rosa e Clarice dialogassem com os ventos da era digital, talvez se encantassem ao ver que a palavra, mesmo transfigurada, continua viva. A escola, então, precisa

abrir espaço para essas novas veredas de leitura, sem perder o valor da linguagem, da forma e da escuta sensível. Porque a travessia continua — e a literatura é seu mais belo caminho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acessado em: Jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acessado em: Jun. 2025.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 169-191. 2004.

COSCARELLI, C. **Letramento digital**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ESHET-ALKALAI, Y. Digital literacy: a conceptual framework for survival skills in the digital era. **Journal of Educational Multimedia and Hypermedia**, v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ROJO, R. **Semiótica social: uma teoria da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROJO, R. (Org.). **Escola conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROJO, R.; MOURA, E. de. (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROSENBLATT, L. M. **A literatura como exploração**. Tradução de Geise Montardo. São Paulo: Ática, 2004.

SANTAELLA, L. **Leituras ubíquas: da cultura do livro à cultura do digital**. São Paulo: Paulus, 2013.

ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

CAPÍTULO 4

O PIONEIRISMO DA MULHER NA POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE ALZIRA SORIANO DO RIO GRANDE DO NORTE À AMÉRICA LATINA

Leísia Galvão de Azevedo Costa
Kilza Fernanda Moreira de Viveiros

RESUMO

Este artigo tem como objeto conhecer a trajetória de Luiza Alzira Teixeira Soriano, mulher, inserida em uma sociedade marcada pelo machismo estrutural e pela consequente submissão da mulher ao homem, rompeu barreiras históricas e tornou-se pioneira na história do voto feminino no Brasil. Em 1928, Alzira Soriano candidatou-se à prefeitura do município de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte, sendo empossada em 1º de janeiro de 1929 como a primeira prefeita eleita não apenas da cidade, mas também do Estado, do Brasil e da América Latina, inscrevendo seu nome na história da luta pelo voto feminino e pela representação política das mulheres. Desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN), o presente estudo tem como objetivo discutir o pioneirismo da mulher nordestina na política, e como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise documental de fontes físicas e digitais. O recorte teórico-metodológico se apoia nos conceitos de mulher e educação feminina trabalhados por Michelle Perrot, e ainda com os estudos da historiadora Rachel Soihet sobre a história das mulheres na política. Conclui-se que, apesar das conquistas, a invisibilidade da trajetória de mulheres em espaços demarcados por homens como o de como Alzira Soriano ainda reverbera na historiografia, que frequentemente as apresenta como figuras coadjuvantes ou apenas em relação ao protagonismo do masculino. Assim, a memória histórica das mulheres continua a ser marcada por silêncios, lacunas e omissões, o que reforça a importância de estudos que resgatem e valorizem suas contribuições para a construção da cidadania e da democracia no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; História; Política; Representação.

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a inserção da mulher na política a partir da década de 1980, especialmente em relação àquelas que conquistaram espaço de destaque no Senado Federal, conforme dados coletados no Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, é ainda em 1928, no estado do Rio Grande do Norte, que se registra a candidatura pioneira de uma mulher à chefia do Executivo municipal: Luiza Alzira Teixeira Soriano, que disputou a prefeitura de Lajes.

No início do século XX, o município de Jardim de Angicos, também no Rio Grande do Norte, localizado a cerca de 124 quilômetros de Natal, baseava sua economia principalmente na criação de gado e no cultivo agrícola, atividades voltadas à subsistência da população local. A política exercia forte influência na vida da comunidade, inserida em uma sociedade dominada pelo patriarcalismo característico da época.

Foi nesse contexto que nasceu Luiza Alzira Teixeira Soriano, em 29 de abril de 1896. Criada em uma realidade marcada pelo machismo e, consequentemente, pela submissão da

mulher ao homem, sua trajetória destacou-se justamente por romper essas barreiras. Tornou-se um marco na história do voto feminino no Brasil e simbolizou o ingresso das mulheres na política ao ser eleita prefeita em 1928. Tomou posse em 1º de janeiro de 1929, tornando-se não apenas a primeira prefeita de Lajes, mas também do Rio Grande do Norte, do Brasil e de toda a América Latina.

Diante da relevância histórica desse período e da importância de compreender como Alzira Soriano alcançou uma posição de destaque, autonomia e protagonismo político em pleno contexto dos anos 1920 — sobretudo frente à escassez de obras sobre sua trajetória política e social em bases de dados acadêmicos — torna-se essencial um aprofundamento investigativo. Este estudo busca evidenciar o pioneirismo dessa mulher nordestina na luta por igualdade de gênero na história política do Rio Grande do Norte, destacando sua relevante atuação como figura pública e, para além dela, compreendendo os desafios que enfrentou ao longo de sua trajetória que a fez ser reconhecida mundialmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O entrelaçamento de fatos e mudanças nas sociedades que a história apresenta nos permite a compreensão das organizações atuais. No entanto, quando se trata da história política, social e educacional, percebe-se uma fragilidade significativa no que diz respeito ao registro de narrativas protagonizadas por mulheres, encontrando-se, por vezes, somente relatos daquelas que acompanharam ou que estiveram em posições de apoio a figuras masculinas, especialmente no início do século XX.

Como afirma Perrot (2007, p. 16), “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. No contexto social do início do século XX, a mulher era restrita ao espaço doméstico, à submissão, à maternidade e à obediência, não sendo reconhecida como sujeito de direitos civis e políticos. Situadas à margem da esfera pública, as mulheres sobreviveram em um sistema estruturado sobre bases patriarcais.

No campo político, essa exclusão era ainda mais evidente. Perrot (1998, p. 129) ressalta que “a entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino”. Essa concepção de gênero adequada à política foi resignificada ao longo do século XX não apenas pela ação de mulheres que desafiaram as normas sociais, mas também com o apoio de alguns homens que compreenderam a importância da participação feminina na política.

No Brasil, o direito ao voto feminino foi conquistado nacionalmente pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, ficando estabelecido em seu artigo 2º que é eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. Contudo, o Estado do Rio Grande do Norte antecipou-se à legislação nacional, garantindo o direito de eleger e ser eleito e eleita sem distinção de sexo por meio da Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927. Essa norma foi fundamental para permitir a candidatura de Luiza Alzira Teixeira Soriano à prefeitura do município de Lajes, como será detalhado adiante.

Ainda de acordo com Perrot (1998, p. 131), “[...] não se escolhe qualquer mulher. Escolhem-se as mulheres particularmente enérgicas, aptas a enfrentar as tempestades. Mulheres que superariam os homens no plano da autoridade”. Nos escritos sobre a vida de Alzira Soriano são evidenciadas sua personalidade firme, a habilidade política desenvolvida também no seio familiar e a resistência às adversidades, uma vez que sua história pessoal é marcada pela viuvez precoce e pelo enfrentamento ao preconceito e ataques que sofria de seus adversários políticos.

Outro elemento importante para a compreensão da trajetória de Alzira Soriano é o estudo da história cultural, que permite identificar a realidade social posta que se pretende decifrar, a saber:

[...] as ‘visões de mundo’, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os “modos de vida” relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. Com um investimento mais próximo à História das Mentalidades, podem ser estudados ainda os modos de pensar e de sentir tomados coletivamente (Barros, 2005, p. 130).

Compreender essas concepções de mundo e os valores sociais da época são fundamentais para dimensionar tanto os enfrentamentos necessários para sua colocação e permanência nesse espaço, como também os novos valores e costumes que sua atuação deixou como legado às novas gerações.

Ainda sobre os valores sociais da época, Soihet (1996) faz menção às críticas sofridas pelas mulheres que buscavam sua emancipação no final do século XIX e início do XX naquela sociedade, a saber:

[...] A mulher intelectual, emancipada, em fins do século XIX e início do XX, constituía-se num mau exemplo para outras mulheres, levando-as a acreditar que poderiam subsistir sozinhas sem o concurso do marido, comprometendo toda a organização da sociedade. Voluntariamente recusando-se a restringir seu universo à maternidade e à casa, desprezando suas funções naturais, eram a fonte de todos os flagelos sociais (Soihet, 1996, p. 104).

Entender como se davam essas relações de gênero e, conseqüentemente, de poder nos anos 1920 é essencial para compreender a atuação sociopolítica de Alzira Soriano e o modo

como ela exerceu seu papel de agente transformador nesta realidade, refletindo ainda sobre o legado que a mesma deixou como herança para a história do Rio Grande do Norte.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender a trajetória política de Luiza Alzira Teixeira Soriano, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de caráter exploratório, voltada à construção de conhecimento a partir da análise de fontes históricas e referenciais teóricos. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados como métodos o estudo bibliográfico e a análise documental, com base em materiais físicos e digitais, possuindo como recorte teórico metodológico os conceitos sobre concepção de mulher e educação femininas abordadas por Michelle Perrot, perpassando ainda pelas ideias de Roger Chartier em seus escritos sobre a cultura e representação, e nas análises da historiadora Rachel Soihet sobre a história das mulheres na política.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental em acervos físicos e digitais — como os da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM/UFRN), Periódicos CAPES, Hemeroteca Digital, Instituto Histórico e Geográfico do RN (IHGRN), IBGE, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do RN (TRE/RN) —, verificou-se uma escassa produção científica sobre Alzira Soriano, a exemplo da biografia impressa que embasou este escrito. Parte significativa do material consultado, como recortes de jornais, discursos e fotografias, provém do acervo pessoal da família, gentilmente cedido ao TRE/RN.

Como já mencionado anteriormente, nos escritos sobre a vida de Alzira Soriano observa-se relatos sobre sua personalidade forte, habilidade política e resistência às adversidades. A infância e juventude de Alzira Soriano é vivida durante a Primeira República, marcada pelo patriarcalismo e coronelismo que limitava – e por vezes impossibilitava – o protagonismo das mulheres da época; e que, para além disso, ditava as regras políticas e sociais nas regiões onde residiam e possuíam propriedades.

Seu pai, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, detinha grande poder político na região que abrangia os municípios de Lajes e Pedra Preta, sendo também o maior comerciante local, que se beneficiava da constante passagem de viajantes (Souza, 1993, p. 17). Ademais, ele também detinha um expressivo patrimônio de terras na região e forte influência na cidade, de quem ela possivelmente herdou habilidades para a vida política uma vez que experienciou no seio familiar vivências referentes a este universo.

Naquele contexto, os casamentos eram “arranjados”, por vezes provenientes de acordos políticos, financeiros ou sociais, buscando-se casar as filhas ainda em sua juventude. Em 29 de abril de 1914, aos 17 anos, Alzira casou-se com Thomaz Soriano de Souza Filho, jovem advogado que havia sido transferido de sua comarca de origem para a de Jardim de Angicos por tratativa política entre o então governador do Rio Grande do Norte, o Sr. Ferreira Chaves; Antônio Melo e Souza, parente do governador e amigo do pai de Thomaz; e o Coronel Miguel Teixeira. Após o casamento, foram morar em Ceará-Mirim/RN, onde Thomaz foi nomeado promotor. Em 1919, ele faleceu vítima da gripe espanhola, deixando Alzira viúva com duas filhas pequenas e grávida da terceira, fato este que provocou o seu retorno para Jardim de Angicos (Souza, 1993, p. 19).

Após a perda do marido, Alzira retornou à fazenda da família, onde passou a participar mais ativamente das conversas políticas e na administração da propriedade de seu pai. A fazenda Primavera era considerada “...parada obrigatória dos políticos e centro das decisões políticas da região. Nada se passava ou acontecia por aquelas bandas sem o conhecimento ou consentimento do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos” (Souza, 1993, p. 24).

Em 25 de outubro de 1927, o então governador do Rio Grande do Norte, Sr. Juvenal Lamartine, sancionou a Lei nº 660 – já anteriormente mencionada – cujo artigo 77 estabelecia: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.” Com isso, o estado tornou-se pioneiro na concessão do direito ao voto às mulheres ali residentes, antecipando-se à legislação nacional, que só reconheceria esse direito em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto nº 21.076, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas.

Souza (1993, p. 25) relata que, em 1928, Juvenal Lamartine recebeu Bertha Lutz – reconhecida à época como a principal liderança feminista do país na luta pelo sufrágio feminino – para discutir a possibilidade de incluir uma mulher na disputa por um cargo eletivo. Durante um encontro realizado na Fazenda Primavera, Alzira Soriano foi convidada a concorrer à prefeitura do município de Lajes. Naquele período, Jardim de Angicos havia perdido sua emancipação e deixado de ser sede municipal, passando a integrar o território de Lajes como distrito.

Esta mesma autora relata que Alzira Soriano foi eleita aos 31 anos de idade, obtendo 60% dos votos válidos. Seu adversário, sentindo-se humilhado por ter sido derrotado por uma mulher, chegou a mudar de Estado após o resultado. A vitória de Alzira teve grande

repercussão, inclusive na imprensa internacional, sendo destaque no jornal The New York Times, na edição de 8 de setembro de 1928. Sua posse ocorreu em 1º de janeiro de 1929, com cobertura e discurso publicados no jornal A República (p. 30).

Segundo estudo realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte - TRE/RN, a promulgação da Lei Estadual nº 660 não somente permitiu como incentivou a inscrição de 35 eleitoras e sete candidatas em diferentes municípios do estado, a saber: 01 candidata à intendência municipal e 01 eleitora na cidade de Caicó; 01 candidata à intendência municipal na cidade de Canguaretama; 01 candidata à prefeitura municipal de Lajes; 01 candidata à intendência municipal na cidade de Macau; 02 eleitoras na cidade de Martins; 01 candidata à intendência municipal e 04 eleitoras na cidade de Natal; 01 candidata à intendência municipal e 05 eleitoras na cidade de Nova Cruz; e 01 candidata à intendência municipal e 23 eleitoras na cidade de Pau dos Ferros (Brasil, 2023, p. 15). Este fato evidencia a importância e o impacto da legislação potiguar na ampliação dos direitos políticos das mulheres.

Esse mandato de Alzira Soriano foi interrompido ao final do seu segundo ano de gestão, em decorrência da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. Segundo relatos de familiares registrados por Souza (1993), nesse curto período ela enfrentou abertamente a misoginia¹ por parte de adversários políticos que rejeitavam sua presença na vida pública, chegando a compará-la, de forma ofensiva, a uma prostituta. Ainda assim, “Alzira conseguiu se impor graças à sua personalidade firme, ao apoio do pai e do governador Juvenal Lamartine” (p. 30).

Apesar do convite para permanecer no cargo como interventora, recusou a proposta e retornou à vida privada. Retornou para a Fazenda Primavera e, em seguida, se mudou para Natal, capital do Estado, para que as filhas pudessem concluir os estudos. Como meio de subsistência, Alzira passou a costurar por encomenda. Em 1947, após a restauração da democracia no país, Alzira voltou à política elegendo-se como vereadora por Lajes (Souza, 1993, p. 37-39).

Reconhecendo a relevância histórica de Alzira Soriano para a política potiguar e para a luta das mulheres no Estado, o TRE-RN destinou um espaço em seu prédio-sede para alocar o Museu Alzira Soriano. De acordo com informações disponíveis no site do Tribunal, em 2012 um representante da família de Alzira entrou em contato oferecendo parte do acervo relacionado

¹ Segundo o dicionário Aurélio, misoginia é o sentimento de repulsa, ódio ou aversão às mulheres.

à sua trajetória pessoal e política. Esse material encontra-se em exposição permanente no Centro de Memórias Professor Tarcísio Medeiros, além de estar acessível em formato digital por meio do Museu Virtual, cujo endereço é: <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/memoria-portal/museu-virtual>. Dos documentos expostos, destacam-se: recortes de jornais e revistas, fotografias, certidão negativa da Ata de Posse, o discurso de posse, um busto e até mesmo a máquina de costura de Alzira Soriano.

O protagonismo de Alzira Soriano representa um marco na história política brasileira, rompendo com o silêncio e a invisibilidade impostas às mulheres da época. Embora sua entrada na vida pública tenha sido, em parte, favorecida pela influência política de seu pai, seu mérito e competência uma vez que foi eleita vereadora do mesmo município anos depois não podem ser desconsiderados.

Alzira Soriano faleceu em 28 de maio de 1963, vítima de câncer, deixando um legado que ainda inspira reflexões sobre a participação das mulheres na política e sobre os caminhos da igualdade de gênero no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, constatou-se que Luiza Alzira Teixeira Soriano foi a mulher pioneira na política brasileira, tornando-se prefeita do município de Lajes, no Rio Grande do Norte, em 1929. Sua eleição representou um marco histórico não apenas para o estado, mas também para o país e para a América Latina. No entanto, sua trajetória foi marcada por inúmeros desafios, desde o preconceito de gênero somente pelo fato de ser mulher numa sociedade que não admitia sua equiparação ao homem, até o apagamento histórico, evidenciado pelo escasso número de registros sobre sua atuação e sobre mulheres públicas da época de forma geral.

Observou-se, ainda, que sua inserção na política foi viabilizada devido, em grande parte, à influência política e econômica exercida por seu pai, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, o que não desqualifica, mas contextualiza sua ascensão em uma sociedade patriarcal e profundamente excludente em relação à participação feminina na esfera pública. Sua eleição e colocação da vida pública contribuiu diretamente para o movimento feminista, demonstrando que o lugar da mulher não se resume à esfera privada.

Conclui-se, portanto, que a trajetória de Alzira Soriano, embora pioneira, revela as limitações impostas às mulheres por uma estrutura social que historicamente silenciou suas contribuições. Esse silêncio, ainda hoje perceptível, muitas vezes relega a história das mulheres

a uma posição secundária, como apêndice das narrativas protagonizadas por homens. No entanto, a pesquisa ainda está em andamento, podendo desta forma trazer novas perspectivas e evidências.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125 - 141, 22 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Rio de Janeiro, RJ, 24 fev. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: Set. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. **As mulheres e a luta pela cidadania**: conquistas e representatividade política no Rio Grande do Norte. Natal: TRE-RN, 2023, 30p. (Coleção Memória Eleitoral; v. 4, t. 2)

FERREIRA, M. de M.; FRANCO, R. Os significados da História; O ofício do historiador. In: FERREIRA, M. de M.; FRANCO, R. **Aprendendo história**: reflexo e ensino. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 12-16; 36-37.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. [tradução Roberto Leal Ferreira]. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

PERROT, M. **Minha história de mulheres**. [tradução Angela M. S. Côrrea]. - São Paulo: Contexto, 2007.

SOIHET, R. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. **Acervo**, [S. l.], v. 9, n. 1-2, p. 99-105, 1996. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revista-acervo/article/view/401>. Acessado em: Set. 2023.

SOUZA, H. M. G. P. de. **Luisa Alzira Teixeira Soriano**: Primeira mulher eleita prefeita na América Latina. Natal/RN: CCHLA, 1993 (Biografia)

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrativo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

JORNAL THE NEW YORK TIMES. **'Americanized' Town Elects Brazil's First Woman Mayor**. 1928. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1928/09/08/archives/americanized-town-elects-brazils-first-woman-mayor.html>. Acessado em: Abr. 2024.

CAPÍTULO 5

A DESSIMBOLIZAÇÃO DA SEXUALIDADE NA PORNOGRAFIA DIGITAL: A TÉCNICA A SERVIÇO DA PLATAFORMIZAÇÃO

Lucas Pimenta Alampe²

RESUMO

A contemporaneidade, marcada pela onipresença tecnológica e pela consolidação das plataformas digitais, impõe novos desafios ao entendimento das interações sociais e da própria sexualidade. Nesse contexto, a pornografia digital, com sua difusão massiva e dinâmica algorítmica, revela-se como um campo privilegiado para investigar as mudanças na vivência do erótico. Partindo da hipótese de que as trocas humanas são cada vez mais controladas por ferramentas tecnológicas orientados à eficiência e ao engajamento, propõe-se que, sob a ótica da técnica de Jacques Ellul e do fenômeno da plataformação, a pornografia online reforça a dessimbolização da sexualidade. Para tanto, a fim de analisar esse processo, adotou-se o método hipotético-dedutivo aliado à pesquisa bibliográfica, combinando reflexões teóricas sobre técnica e plataformação com estudos sobre roteiros sexuais. A investigação demonstrou que a busca pela otimização e pelo automatismo se materializa nas plataformas digitais. Isso porque a internet funciona como extensões de racionalidade orientada pela técnica, reestruturando setores sociais inteiros em torno de infraestruturas que coletam dados e ajustam as interações por meio de algoritmos. No caso da pornografia, essa sofisticação técnica reduz o sexo a pacotes visuais padronizados cujo valor se mede em cliques, tempo de exibição e retenção de usuários. A promoção de conteúdos violentos, intensamente recompensada pelas métricas de engajamento, também agrava a dessimbolização. Inferiu-se que a pornografia digital, ao operacionalizar os princípios da técnica, não apenas exemplifica a redução da sexualidade a um produto quantificável e rentável, mas também atua como agente ativo na reconfiguração da percepção erótica, privilegiando dados e eficiência em detrimento do sentido simbólico e afetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Técnica; Jacques Ellul; Plataformação; Pornografia digital; Sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade, profundamente marcada pela ubiquidade da tecnologia e pela ascensão das plataformas digitais, impõe novos desafios à compreensão das interações sociais e das dimensões mais intrínsecas da experiência humana. Nesse cenário de digitalização crescente, a sexualidade emerge como um campo particularmente suscetível às reconfigurações impostas pela lógica técnica e seus avanços decorrentes destas.

A análise da pornografia digital, em sua vasta disseminação e intrincada operação algorítmica, torna-se, assim, um ponto fulcral para desvendar as transformações na percepção e na vivência do erótico na sociedade atual.

Partindo-se da premissa de que a interação humana, inclusive a sexual, é cada vez mais mediada por arranjos técnicos que visam à eficiência e ao engajamento, têm-se a seguinte

² Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

hipótese: a pornografia digital, sob a perspectiva da técnica proposta por Jacques Ellul e do fenômeno da plataformação, reforça a dessimbolização da sexualidade ao padronizar a experiência erótica e, via algoritmos focados em eficiência e engajamento, promover roteiros sexuais que desconsideram suas dimensões relacionais e simbólicas, reificando, inclusive, a violência sexual.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo compreender como, e em que medida, a pornografia digital reforça o fenômeno de dessimbolização da sexualidade.

2 METODOLOGIA

A presente investigação adota, como fundamento epistemológico, uma abordagem qualitativa, que se mostra intrinsecamente adequada à complexidade do fenômeno estudado. Este tipo de pesquisa não se limita à quantificação de variáveis, mas, antes, busca aprofundar-se na compreensão dos fenômenos em sua multidimensionalidade, revelando os aspectos subjetivos, contextuais e as nuances que permeiam as interações sociais (Prodanov; Freitas, 2013).

Este delineamento permite uma análise mais rica e detalhada das dinâmicas que envolvem a pornografia digital e seus impactos na percepção da sexualidade, fugindo de simplificações e abraçando a intrínseca complexidade do objeto de estudo.

No que tange ao método de abordagem, optou-se pelo hipotético-dedutivo. Este método, caracterizado por iniciar-se a partir de uma hipótese provisória, busca testá-la e confirmá-la (ou refutá-la) por meio da dedução lógica e da confrontação com a realidade empírica ou teórica.

Desenvolveu-se uma estrutura argumentativa que deduziu as implicações da hipótese exposta em relação aos fenômenos observados, buscando conexões lógicas entre a teoria da técnica, a plataformação, a teoria dos roteiros sexuais e a dessimbolização da sexualidade. A análise subsequente dos dados e das construções teóricas visou testar a coerência e a validade dessa proposição inicial.

O método de procedimento para a coleta de dados consistiu, exclusivamente, em uma pesquisa bibliográfica que foi operacionalizada por meio de uma revisão narrativa (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Este tipo de revisão, ao contrário das revisões sistemáticas, caracteriza-se por uma abordagem mais ampla e interpretativa, visando aprofundar a discussão sobre um tema específico.

No presente trabalho, a revisão narrativa foi empregada como uma ferramenta para aprofundar e correlacionar os conceitos-chave, permitindo um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Por meio dela, foi possível traçar as linhas de argumentação que sustentam a hipótese central, desenvolvendo e interligando as ideias de forma coesa e lógica, a partir da vasta produção acadêmica pertinente.

As etapas metodológicas foram sequencialmente e logicamente estruturadas para construir o argumento de forma progressiva e compreensiva. Inicialmente, o trabalho elucidou o conceito de técnica de Jacques Ellul e seu papel central na formação da civilização contemporânea.

Em seguida, explorou-se o fenômeno da plataformização, com um recorte específico para a pornografia digital. Por fim, o estudo direcionou-se à análise da dessimbolização da sexualidade, conectando as discussões prévias aos impactos na percepção e na vivência da sexualidade, especialmente sob a luz da teoria dos roteiros sexuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Jacques Ellul e a lógica da técnica na era digital

A compreensão da contemporaneidade, especialmente no que tange ao desenvolvimento e à disseminação das plataformas digitais, torna-se incompleta sem a análise do conceito de técnica proposto por Jacques Ellul. Para o autor, a técnica transcende a mera instrumentalidade, configurando-se como um conjunto de métodos racionais que visam promover a máxima eficiência em todas as esferas da existência humana (Ellul, 1964).

Longe de ser um meio neutro à disposição do homem, a técnica adquire uma autonomia inerente, operando como um fim em si mesma, em que a otimização e a performance suplantam considerações de ordem moral, ética ou tradicional. A preocupação primária daquela é oferecer a eficácia, isto é, a capacidade de gerar e produzir efeitos e qualquer valor que não se alinhe a esse propósito tende a ser relegado ou reconfigurado.

Dentre as características fundamentais da técnica, destacam-se a racionalidade, que se manifesta na busca incessante pelo meio mais eficiente, pautado em cálculos precisos e lógica rigorosa, a artificialidade, que se expressa na criação de um ambiente próprio, intrinsecamente superficial, capaz de sobrepor-se ao ambiente natural e de moldar a percepção da realidade e o automatismo, ou seja, a capacidade de se progredir autonomamente, buscando sua autoexpansão e ocupando todos os espaços da vida social (Ellul, 1964).

Essa onipresença da técnica e seu poder de moldagem culminam na emergência da civilização técnica que, conseqüentemente, conduz a uma padronização da vida, resultando na formação de uma sociedade de massa, em que as individualidades são subsumidas pelas exigências do sistema técnico. Conforme pontua o autor:

Civilização técnica significa que nossa civilização é construída pela técnica (faz parte da civilização apenas o que pertence à técnica), para a técnica (no sentido de que tudo nesta civilização deve servir a um fim técnico), e é exclusivamente técnica (no sentido de que exclui o que não é técnica ou o reduz à forma técnica) (Ellul, 1964, p. 127-128).

Nesse contexto, a técnica não é apenas um componente, mas a essência que define a natureza e os propósitos da civilização. É a partir dessa premissa que se pode compreender a forma como a internet e, subsequentemente, as plataformas digitais se desenvolveram, não como meras ferramentas neutras, mas como manifestações e extensões da própria lógica da técnica.

3.2 O fenômeno da plataformização da sociedade técnica

Na esteira da emergência desta civilização, a internet surgiu não apenas como um meio de comunicação, mas como a materialização de uma lógica de ação orientada pela busca incessante de eficiência, padronização e automação da própria comunicação.

De acordo com Benakouche (2024), a internet surgiu nos anos 1960, em pleno contexto da Guerra Fria, como iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para criar uma rede de comunicação descentralizada e resistente a eventuais ataques militares.

Batizada de ARPANET, essa infraestrutura inicial interligou universidades e centros de pesquisa, fomentando o intercâmbio científico e tecnológico entre instituições norte-americanas. Posteriormente, sua utilização extrapolou o âmbito militar, sendo gradualmente incorporada ao meio acadêmico internacional e, a partir daí, disseminada globalmente para o uso massificado (Benakouche, 2024).

Esse processo — da concepção militar à expansão acadêmica e, finalmente, à popularização comercial — ilustra a lógica da técnica em que cada avanço no aparato comunicacional gerou imperativos internos de continuidade e aperfeiçoamento, reforçando a busca pela eficiência e pela automatização das trocas de informação.

A internet, longe de ser um simples canal de transmissão, tornou-se uma infraestrutura autorreferente, cujas próprias exigências de escalabilidade e rapidez moldaram o modo como nos relacionamos e produzimos na sociedade contemporânea.

Dentro desse contexto, e mais alinhado à contemporaneidade, se desenvolveu o fenômeno da plataformização, pelo qual distintos setores da vida social – da mobilidade urbana ao lazer, do comércio eletrônico ao aprendizado de línguas, dentre outros exemplos – passaram a se estruturar em torno de plataformas digitais. Tais plataformas são definidas como:

[...] infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 4).

Em outras palavras, estas se materializam como arranjos técnicos que congregam infraestrutura de rede, mecanismos de coleta e processamento de dados, modelos de negócio e regras de governança, oferecendo aos usuários ambientes interativos cujos fluxos são meticulosamente calibrados para maximizar engajamento, desempenho e, sobretudo, o tempo em que o usuário passa nessas plataformas.

O processo de plataformização operada, via de regra, por grandes conglomerados empresariais extrapola o mero fornecimento de serviços *online* para reconfigurar padrões culturais, econômicos e até mesmo identitários³. Elas agem como um dispositivo técnico autorreferente que incitam o usuário a interagir dentro de parâmetros cada vez mais calibrados, gerando um ciclo contínuo de coleta de dados e refinamento dos processos internos.

Dentro desse panorama, as plataformas pornográficas configuram-se como um laboratório extremo das dinâmicas plataformizadas. Gigantes como *Xvideos*, *Pornhub* e *Xtube* empregam toda a sofisticação técnica disponível para rastrear cada clique, tempo de visualização e seleção de categorias, alimentando algoritmos que entregam ao usuário um fluxo ininterrupto de imagens-dados e sugestões personalizadas.

A segmentação *freemium*, que mescla conteúdo aberto e áreas restritas a assinantes, reforça, também, a lógica mercadológica de retenção de atenção, enquanto termos de serviço e políticas de privacidade disciplinam o acesso sem revelar os critérios exatos de filtragem e recomendação.

Nesse ambiente, o sexo deixa de ser uma dimensão simbólica e afetiva para se tornar um produto técnico. A dessimbolização opera quando a experiência erótica se reduz a pacotes

³ Conforme Snicek (2018), as plataformas online configuram-se como um novo modelo de empresa que disponibiliza a infraestrutura necessária para intermediar a interação entre distintos usuários. Seu funcionamento assenta-se na coleta contínua e no processamento crescente de dados pessoais, os quais servem para gerir e moldar essas interações. Além disso, tais empresas exibem claras tendências ao monopólio — tanto por meio de integração vertical quanto horizontal —, fenômeno alimentado pelos robustos efeitos de rede.

visuais padronizados, cujo valor se mede exclusivamente pela eficiência do engajamento e pelo volume de dados gerados pela navegação.

Esse recorte evidencia como, na sociedade técnica, a plataformização da pornografia submete até mesmo o íntimo ao império da técnica autônoma, transformando o corpo e o desejo em matéria-prima para circuitos digitais de consumo.

Não trata de uma oferta de vídeos personalizados que se adequam aos gostos de seus usuários, mas sim o contrário em que os vídeos ofertados são aqueles geram mais tempo de tela e engajamento como conteúdos que exploram condutas de gênero violentas.

Tanto é que um em cada oito títulos mostrado para usuários iniciantes em páginas de sites pornográficos tradicionais descrevem atividade sexual que constitui violência sexual (Vera-Gray *et al.*, 2021). Isso ocorre porque conteúdos violentos podem atrair novos usuários por até três anos após a publicação inicial (Trindade, 2020) e, consequentemente, reter o usuário pelo engajamento que esses conteúdos apresentam.

3.3 A dessimbolização da sexualidade

É nesse ponto que a teoria dos roteiros sexuais, proposta por John Gagnon e William Simon (1973), oferece uma lente teórica crucial para analisar a internalização e reprodução da sexualidade na civilização técnica. Postula-se que a sexualidade humana não é intrinsecamente biológica, mas sim um fenômeno socialmente construído, aprendido e reproduzido. Segundo essa perspectiva, a conduta sexual é guiada por "roteiros" cognitivos organizados que ditam as interações, performances e a interpretação de contextos sexuais (Gagnon; Simon, 1973).

Se, como Ellul argumenta, a técnica busca a máxima eficiência e padronização, e as plataformas digitais são a sua extensão material, então a pornografia plataformizada atua como um poderoso motor na formação e reforço de roteiros sexuais, formando e concebendo a ideia do que é a sexualidade à seus usuários.

A racionalidade e o automatismo da técnica, manifestados nos algoritmos das plataformas pornográficas, não apenas organizam e otimizam a entrega de conteúdo, mas também calibram os passos e sinais que compõem a conduta sexual conforme os roteiros, sequestrando e moldando a percepção da sexualidade com base na própria dessimbolização sexual.

A artificialidade do ambiente digital, com sua dessimbolização da experiência erótica em pacotes visuais padronizados, contribui para que esses roteiros sejam percebidos como a norma, desvinculados de suas implicações afetivas e sociais mais amplas.

Em síntese, a análise empreendida revela que a pornografia digital, operando sob a lógica da técnica elluliana e manifestada por meio da plataformização, não é um mero repositório de conteúdo, mas um agente ativo na dessimbolização da sexualidade. Tal busca pela eficiência, inerente à técnica, traduz-se na categorização, massificação e otimização algorítmica da oferta de vídeos.

Esse processo reduz a sexualidade a um conjunto de imagens-dados, esvaziando-a de suas ricas camadas de significado, qual seja, o relacional, a intimidade, a conexão humana profunda. A datificação do consumo massivo de pornografia digital exemplifica a redução da complexidade da experiência sexual a padrões gerenciáveis e eficientes, em que o valor se mede em cliques, tempo de visualização e engajamento por meio de conteúdos violentos.

Constrói-se um ambiente artificial em que o desejo e o corpo são transformados em matéria-prima para circuitos digitais de consumo. Os roteiros sexuais, que outrora eram construções sociais mais multifacetadas, são agora fortemente influenciados e padronizados pelas dinâmicas algorítmicas das plataformas.

Consequentemente, a estrutura da plataforma não apenas veicula, mas moldam a percepção da sexualidade, direcionando-a para uma visão dessimbolizada. Há uma reconfiguração da sexualidade pela própria técnica, que prioriza dados e eficiência em detrimento do significado simbólico e afetivo.

O que antes era um fim em si mesmo — a expressão da sexualidade humana em suas diversas formas — é agora transformado em meio para maximizar a eficiência dessas plataformas e seus respectivos lucros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que a pornografia digital reforça o fenômeno de dessimbolização da sexualidade. A análise empreendida demonstrou que a lógica da técnica apresentada por Ellul, com sua busca incessante por eficiência, automatismo e padronização, manifesta-se de forma acentuada no ambiente das plataformas digitais.

Nesse contexto, a pornografia online, ao operar como um laboratório extremo das dinâmicas plataformizadas, emprega algoritmos e mecanismos de datificação que reconfiguram profundamente a experiência sexual.

Constatou-se que a pornografia digital, impulsionada pela lógica de maximização do engajamento e coleta de dados, reduz a sexualidade a um conjunto de imagens-dados e pacotes visuais padronizados. Esse processo culmina no esvaziamento das camadas de significado relacional, intimidade e conexão humana que tradicionalmente compõem a sexualidade.

Nessa dinâmica, a promoção algorítmica de conteúdos com elementos de violência se torna um fator crucial para a maximização do engajamento, exacerbando a dessimbolização e a reificação da experiência sexual. A teoria dos roteiros sexuais, de Gagnon e Simon, revelou-se fundamental para compreender como essa reconfiguração técnica ativamente molda e padroniza as percepções sobre a sexualidade, influenciando os comportamentos e expectativas de seus usuários.

Dessa forma, a pornografia digital, ao operacionalizar os princípios da técnica, contribui para que a sexualidade seja cada vez mais percebida não como uma dimensão complexa da experiência humana, mas como um produto padronizado, quantificável e, em grande medida, desprovido de seu caráter simbólico e relacional.

REFRÊNCIAS

BENAKOUCHE, T. **História da internet**. Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo – IME/USP, 2024. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~is/in-fousp/tamara.htm>. Acessado em: Abr. 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**. Belo Horizonte, v. 05, n. 11, pp. 121-136, maio/agosto 2011.

ELLUL, J. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

GAGNON, J. R.; SIMON, W. **Sexual conduct**: the social sources of human sexuality. Chicago: Aldine, 1973.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. Tradução de Rafael Grohmann. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, 136 n. 1, p. 2-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>. Acessado em: Abr. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. 1. ed. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TRINDADE, L. V. de P. **No laughing matter race joking and resistance in brazilian social media**. Wilmington, DE: Vernon Press, 2020.

VERA-GRAY, F. *et al.* Sexual violence as a sexual script in mainstream online pornography. **The British Journal of Criminology**, v. 61, n. 5, p. 1243–1260, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/bjc/azab035>. Acessado em: Abr. 2025.

CAPÍTULO 6

A PERSPECTIVA (DE)COLONIAL DO MÉTODO COMPARATIVO NA HISTÓRIA CULTURAL DAS RELIGIÕES: UMA CRÍTICA À SOCIOLOGIA DE DURKHEIM E A FENOMENOLOGIA DAS RELIGIÕES

Osorio Vieira Borges Junior

RESUMO

Os conceitos que circulam a sociologia de Émile Durkheim e a Fenomenologia das Religiões - especificamente a praticada por Rudolf Otto e Mircea Eliade - foram considerados pela Escola Italiana de História das Religiões como perspectivas eurocêntricas, formuladas a partir de uma lógica ocidental, essencialistas, e por vezes, positivistas em busca de racionalidade exagerada. Tal escola surgiu em 1925 com a revista *Studi e Materiali di Storia delle Religioni* (SMSR), e foi iniciada a partir da obra de Raffaele Pettazzoni que introduziu o método histórico-comparativo na História das Religiões a partir da ênfase na necessidade de historicização do fenômeno religioso considerando seus aspectos culturais, espaciais e temporais. A imperatividade de decolonização neste campo de pesquisa tem se demonstrado desde então. Este trabalho apresenta uma síntese da discussão em torno dos temas citados e quer evidenciar o método histórico-comparativo como possibilidade de contribuição analítica no processo de decolonização em curso no campo da História das Religiões.

PALAVRAS-CHAVE: Religião; Decolonização; Fenomenologia; Método; Cultura.

1 INTRODUÇÃO

É necessário creditar a sociologia das religiões o pioneirismo pelo estudo do fenômeno religioso distante da teologia e metafísica. No final do século XIX e início do século XX, sociólogos como Émile Durkheim, Max Weber e mesmo Karl Marx (ainda que não fosse sua principal preocupação), começaram a abordar a religião como um fenômeno social, sujeito a estudo científico. A busca pela compreensão das funções sociais, os papéis simbólicos e os efeitos coletivos da religião, separando-a das crenças e doutrinas específicas de uma determinada fé foram elementos motivadores. A sociologia das religiões buscou analisar a religião como um fenômeno socialmente construído, examinando suas manifestações, práticas, instituições e interações sociais. Essa abordagem trouxe uma perspectiva mais ampla e acadêmica para o estudo da religião.

Marx, em sua obra *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), apresenta uma visão crítica da religião como uma forma de alienação. Para o autor, a religião é uma ilusão que surge devido às condições socioeconômicas opressivas nas quais os indivíduos estão inseridos e funciona como uma forma de distração e consolo das dificuldades cotidianas, que impede o homem de lidar com sua causa estrutural: o modo de produção capitalista. Para Marx (2015, p. 145) “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração,

assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo”. Este pensamento é semelhante ao que encontramos em Friedrich Nietzsche que entende a busca pela religião como uma maneira do homem afirmar-se e Sigmund Freud que “aposta na religião [como] sendo uma grande produtora de neuroses obsessivas, exatamente porque aliena o sujeito em seu ato de pensar” (Souza, 2016, p. 3-4).

Durkheim, em sua obra clássica *As formas elementares da vida religiosa* (1912), adota uma abordagem influenciada por certo evolucionismo social típico da segunda metade do século XIX. Para o autor, a religião é uma representação simbólica da sociedade, que unifica os indivíduos em torno de crenças e práticas compartilhadas. Enquanto tenta buscar estruturas comuns nas mais diversas religiões, dispensa a particularidade da cultura como geradora e receptora do fenômeno religioso como propõe Antonio Benatte. Nesse sentido, Benatte (2014, p. 70) segue Paul Ricoeur em “resistir ‘a todo ensaio de redução da linguagem religiosa a ideologia, ao ressentimento ou à neurose obsessiva’”, e ao contrário, entende que negar a especificidade do religioso, reduz sua complexidade.

Weber, em seu trabalho *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905), examina a influência da religião na formação do *ethos* capitalista. O autor argumenta que certas correntes religiosas, como o calvinismo, desenvolveram uma ética que valorizava o trabalho árduo, a disciplina e a acumulação de riqueza como sinais de salvação. Logo no início do terceiro capítulo: “A concepção de vocação de Lutero” da obra já citada, o autor evidencia que

Quanto maior a ênfase colocada na palavra em um caso concreto, mais evidente a conotação. E se traçarmos a história da palavra dos idiomas civilizados, aparecerá que nem os povos predominantemente católicos nem os da antiguidade clássica possuíam qualquer expressão que tivesse tal conotação, do que hoje chamamos de ‘vocação’, (no sentido de uma tarefa de vida, de um campo definido no qual trabalhar) enquanto ela existiu para todos os povos predominantemente protestantes (Weber, 2004, p. 34).

Essa ética religiosa, segundo Weber, contribuiu para o surgimento do espírito do capitalismo e para a transformação da sociedade moderna. Portanto é possível entender que o autor credita à religião, a possibilidade de transformação da cultura na qual ela está inserida, e mais, possibilidade de criação de cultura.

Essas diferentes perspectivas de Marx, Durkheim e Weber ilustram a variedade de abordagens sociológicas em relação à religião. E ainda que citadas de maneira sumária, já evidenciam um teor colonial em sua própria introdução. Mas vamos nos concentrar na sociologia das religiões de Durkheim, que numa tentativa positivista em estabelecer uma evolução e hierarquia entre as religiões revelou o traço colonial mais notável em seus escritos.

A influência do darwinismo social no pensamento de Durkheim teve implicações teóricas e metodológicas significativas. Teoricamente, Durkheim enfatizava a importância da adaptação das religiões às necessidades sociais e considerava que as formas religiosas que melhor contribuem para a coesão e a integração social eram as mais evoluídas. Metodologicamente, Durkheim defendia uma abordagem científica e objetiva para o estudo da religião, semelhante à aplicada nas ciências naturais, quase como que estabelecendo uma “seleção natural” das religiões. Ele buscava identificar regularidades sociais e leis que pudessem explicar a evolução e a hierarquização das religiões desconsiderando seu aspecto cultural, afinal, segundo o autor “foi a ciência, e não a religião, que ensinou aos homens que as coisas são complexas e difíceis de compreender” (Durkheim, 1989, p. 19).

A influência positivista e cientificista se estabeleceu no século XIX à medida que “a civilização europeia manifestava sua mais completa convicção de superioridade” (Agnolin, 2019, p. 34). A divisão da África (1878) inaugurou uma nova forma de colonizar formando impérios supostamente civilizadores de outras nações.

É justamente nessa conjuntura que alguns pensadores - ligados de algum modo à história de seu próprio País, à sua cultura, a incentivos acadêmicos que permitem determinados percursos de pesquisa, etc - começam a se interessar pelas culturas dos outros povos da terra sistematizando seus estudos sobre suas religiões (Agnolin, 2019, p. 34 - 35).

Considerando as condições do período analisado, se faz compreensível a noção de religião estabelecida por intelectuais europeus, influenciados e encantados pelo darwinismo social, que fez entender a Europa, o seio da civilização humana, o ápice da evolução. A tarefa implícita do continente era colonizar, não apenas os territórios, mas o conhecimento, a cultura, a pesquisa e a religião. O Cristianismo europeu se estabeleceu como uma espécie de justa medida para a maioria dos pensadores: a civilização era cristã. Nicola Gasbarro (2006, p. 77) entende que “isso teve consequências no pensamento moderno sobre a alteridade e na estrutura da antropologia científica”, ou seja, a investigação científica foi comprometida já que o pensamento eurocêntrico, fortemente influenciado pelo cristianismo europeu, moldou as percepções dos pesquisadores e antropólogos, criando preconceitos culturais e estereótipos. As culturas indígenas, africanas, asiáticas e outras frequentemente foram vistas a partir de uma lente distorcida, destacando diferenças em relação à cultura ocidental, mas ignorando a complexidade, diversidade e riqueza dessas sociedades. Tais perspectivas tendenciosas impactaram negativamente a pesquisa, reforçando estereótipos e concepções preconceituosas, levando ao uso de terminologias desumanizadoras e à justificação de práticas coloniais e imperialistas.

A obsessão de Durkheim em racionalizar o fenômeno religioso pouco agrega à sua compreensão, se distancia das humanidades e o estabelece, nos tempos atuais, como um autor colonial, já que reforça uma idéia eurocentrada do fenômeno ao persistir num positivismo que busca uma estrutura em comum nas mais divergentes experiências do sagrado que parece ser uma “imitação semiológica dos fenômenos matemáticos”, numa tentativa de legitimar sua sociologia através da racionalidade e consistência exagerada, como que numa “inveja da ciência”, criticada por Lewis Gordon (2017, p. 118).

Durkheim sustentava a crença de que as religiões começavam de forma simples e se desenvolviam gradualmente para se tornarem mais refinadas no decorrer do tempo. De acordo com Durkheim (1989, p. 14-16), as sociedades primitivas possuíam sistemas religiosos rudimentares, caracterizados por crenças e rituais simples e à medida que as sociedades progrediam e se tornavam mais complexas, as religiões evoluíam, adquirindo uma estrutura mais elaborada e simbólica. Mas é difícil dizer que uma religião tradicional que sincretiza sistemas de mitologia, cosmologias complexas, deidades múltiplas, uma variedade de rituais e cerimônias e uma conexão profunda com a natureza e o ambiente, pode ser tratada como simples, ou rudimentar. Não encontramos a mesma perspectiva essencialista e evolucionista da religião em Clifford Geertz (2019, p. 70). Para o autor

Quer se veja a concepção de um espírito guardião pessoal, de uma tutela familiar ou de um Deus imanente como formulações sinópticas da realidade ou como gabaritos para a produção de uma realidade com um tal carácter, parece muito arbitrária a escolha do aspecto que se quer colocar em foco. [...] Os símbolos concretos envolvidos - qualquer figura mitológica que se materializa na selva, a crânio do falecido chefe da casa severamente pendurado nos caibros ou uma “voz do silêncio” imaterial, entoando silenciosamente uma poesia clássica enigmática - apontam em qualquer das direções. Ambos expressam o clima do mundo e o modelam (Geertz, 2019, p. 70).

Segundo Geertz, não há hierarquia entre sistemas religiosos pioneiros e mais experimentados, ao invés disso entende a complexidade e subjetividade dessas crenças e símbolos, destacando que a escolha de enfocar um aspecto específico é, em certa medida, arbitrária. Nesse sentido, a perspectiva essencialista e evolucionista de Durkheim se revela um tanto quanto eurocêntrica e colonial, pois tomou os sistemas religiosos modernos da Europa como parâmetros de análise ao desconsiderar a riqueza e diversidade das crenças e práticas religiosas de outras culturas. A visão de Geertz, por outro lado, valoriza a compreensão da religião em seu próprio contexto cultural, reconhecendo que cada sistema religioso tem sua própria lógica interna e significados simbólicos sem estabelecer juízos de valor baseados em uma suposta escala evolutiva.

A suposição de que as religiões progridem necessariamente em direção à complexidade e refinamento negligencia a diversidade de sistemas religiosos. Além disso, a visão de Durkheim tende a enfatizar a progressão unilinear das religiões, negando a possibilidade de regressões, transformações ou ressurgimentos ao longo da história. A história das religiões é marcada por movimentos de reforma, renovação e até mesmo *revivals* de tradições religiosas consideradas antigas ou pioneiras. A subestimação da complexidade e dinamicidade das religiões, limitada a uma perspectiva evolucionista que não captura a heterogeneidade desse fenômeno, pode levar o historiador a um erro sumário: desconsiderar o aspecto cultural na formação do religioso. Nesse sentido, Adone Agnolin (2019, p. 183-184) nos faz entender que

Isolar religião de um determinado contexto cultural parece impossível, e de qualquer forma difícil, se levarmos em consideração o fato de que o próprio conceito de religião apresenta, ele mesmo, um produto histórico que, como tal, é ausente nas línguas dos povos ‘primitivos’ e, como o conhecemos hoje, dentro da própria Antiguidade ocidental (Agnolin, 2019, p. 183-184).

Durkheim dedicou menos atenção, ou quase nenhuma, à dimensão individual da experiência religiosa, como as experiências pessoais, as motivações individuais e as percepções subjetivas do sagrado ao passo que entendia as crenças e práticas religiosas como produtos da vida social e que o sagrado era uma construção social compartilhada que refletia e reforçava os valores e normas coletivas de uma sociedade. Isto está claro quando o autor decide que “a noção do religioso está longe de coincidir com a do extraordinário e do imprevisto” (Durkheim, 1989, p. 20). Benatte (2014, p. 70), ao contrário, entende que é preciso “nunca partir da ideia de uma cultura religiosa homogênea ou homogeneizadora dos comportamentos, atitudes e valores: mesmo os cânones e dogmas não impossibilitam uma epiqueia pessoal”.

2 O MÉTODO NA FENOMENOLOGIA DAS RELIGIÕES: SAGRADO OU PROFANO?

Um dos grandes nomes da fenomenologia das religiões, Mircea Eliade foi profundamente influenciado pelas ideias de Rudolf Otto, em especial por sua obra seminal *O Sagrado: O Irracional na Ideia do Divino e sua Relação com o Racional* (1917). Neste livro, Otto apresenta uma análise profunda da experiência do sagrado, destacando sua suposta irracionalidade, essencialidade e impacto emocional. Sua abordagem, um tanto quanto distante da compreensão histórica e cultural teve um impacto significativo na obra de Eliade, especialmente em seu trabalho *O Sagrado e o Profano* (1959).

Otto cria o conceito de *numinoso*: uma presença divina que transcende a compreensão humana e inspira um senso de veneração e reverência, uma experiência direta e imediata da

sacralidade, que desperta uma resposta emocional nos indivíduos; enquanto Eliade descreve as *hierofanias*: revelações ou irrupções do sagrado em objetos, lugares, ações ou eventos ordinários, conferindo-lhes um significado religioso e o *homo religiosus*: a natureza inata voltada à religiosidade e busca de significado, transcendência e conexão com o sagrado que o homem supostamente tem.

O *numinoso* refere-se a uma experiência ou sensação de algo misterioso, transcendente e sagrado, que desperta um sentimento de fascínio, temor e tremor no indivíduo. Otto descreve o *numinoso* como uma presença ou manifestação do divino que transcende o mundo ordinário e que é percebida como algo incompreensível e além da capacidade humana de explicação racional (Souza, 2009). Segundo Otto, a experiência do *numinoso* é caracterizada por três elementos principais: *mysterium tremendum et fascinans*. O *mysterium* refere-se ao aspecto misterioso, desconhecido e inacessível do *numinoso*. O *tremendum* envolve um sentimento de temor, medo reverencial e até mesmo terror diante da presença divina. Já o *fascinans* representa o aspecto atrativo, encantador e fascinante do *numinoso*, que desperta um sentimento de atração, admiração e êxtase religioso (Kretle, 2016, p. 21-26).

A verdade é que o conceito de *numinoso* parece se adaptar bem ao contexto do Cristianismo, onde a imagem da divindade incorpora as características que adjetivam o conceito. No entanto, esse princípio pode não ser tão facilmente aplicável à maioria das variações do sistema de crenças e rituais budistas⁴. Por exemplo, no Budismo Theravada⁵, praticado no sudeste asiático e considerado uma das formas mais antigas da religião, o foco está na busca pela iluminação e pela libertação do sofrimento seguindo os ensinamentos do Buda Gautama. Nesse contexto, a adoração de um ser divino externo e transcendental não é enfatizada. Portanto, pode ser desafiador, ou até mesmo impossível, aplicar o conceito de *numinoso* ao Budismo Theravada de forma direta e coerente.

Também se faz necessário, questionar o conceito de *hierofania* proposto por Mircea Eliade, especialmente em relação à sua perspectiva transcendental e sacral da experiência religiosa. Eliade argumenta que a experiência religiosa do ser humano é influenciada pela manifestação do sagrado no espaço, resultando em uma percepção e vivência não homogêneas. Para o autor, a presença ou ausência de manifestações sagradas molda a forma como o homem

⁴ É preciso lembrar que o Budismo é uma tradição religiosa que se desenvolveu ao longo do tempo e se espalhou por várias regiões da Ásia, resultando em diferentes escolas, práticas e tradições. Essas variações são resultado de influências culturais, geográficas e históricas, além das interpretações individuais dos ensinamentos do Buda.

⁵ Para maior entendimento sobre o Budismo Theravada, veja: GOMBRICH, Richard. Budismo Theravada Historia Social desde el Antiguo Benares Hasta el Moderno Colombo. Ediciones Cristiandad, 2003.

religioso percebe e experimenta o espaço, definindo-o como sagrado ou profano. No entanto, essa perspectiva pode ser problemática, pois implica que a transformação do espaço não está principalmente relacionada a fatores geográficos, territoriais ou práticas culturais, como sugerido por Michel de Certeau. Para Eliade, o espaço é uma categoria ontológica que transcende as dimensões físicas e culturais, sendo determinado pela presença do sagrado. Nesse sentido, pensar a espacialidade em sua dimensão histórica e cultural parece mais adequado. Para Certeau (1998, p. 199-203)

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um tempo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas (Certeau, 1998, p. 199-203).

O pensamento de Michel de Certeau e Mircea Eliade apresentam perspectivas bastante diferentes em relação à compreensão do espaço e sua natureza. Enquanto Mircea Eliade entende o espaço em sua dimensão sagrada, a partir de uma perspectiva essencialista da religião, Michel de Certeau oferece uma abordagem voltada para as dinâmicas culturais e sociais que moldam o espaço. Para Certeau, o espaço é resultado de operações e práticas humanas que o temporalizam, orientam e dão significado, sendo influenciado por diversas convenções e transformações ao longo do tempo. A diferença fundamental reside na perspectiva ontológica de Eliade, que enfatiza a dimensão sagrada e simbólica do espaço, enquanto Certeau destaca a dimensão cultural e social da sua construção e interpretação.

Pensar em *hierofanias* e dar a elas a imperatividade nos sistemas de crenças e ritos exclui toda e qualquer experiência religiosa que não determina o sagrado e profano como naturalmente dicotômicos. É preciso entender que esse paradoxo pode ser compreensível no mundo ocidental, mas perde aderência na realidade em culturas como a indiana, onde a distinção entre sagrado e profano é permeável e fluída. Não poderíamos dizer que o sagrado se estabelece nos rituais religiosos e o profano nas atividades seculares, já que o conceito de atividade secular, ou a sua prática num ambiente ou espaço dessacralizado inexistente para o Hinduísmo. Ainda é possível dizer que esta noção não se estabelece como padrão entre os fiéis, já que diferentes

regiões do território onde a religião é amplamente observada podem variar seu entendimento e prática religiosa⁶.

A interpretação inadequada ou simplificada das religiões não ocidentais, ignorando suas complexidades e diversidades culturais que reforçam uma visão exótica, e por vezes até romântica, dessas tradições, perpetuando estereótipos e desigualdades coloniais se estabelece de forma implícita no conceito de *hierofania*, já que ele é intraduzível em culturas onde é impossível, ou difícil, aplicá-lo. Podemos entender que a obsessão de Eliade na definição de *hierofanias* como estruturas mais ou menos comuns nas mais diversas culturas e civilizações colapsa numa busca por “consistência máxima” (Gordon, 2017, p. 118). Este é um traço evidente de um método colonial.

Outra criação de Eliade a ser problematizada é o conceito de *homo religiosus*: um comportamento em comum nas mais diversas culturas religiosas envolvendo uma suposta necessidade inata de significação e compreensão metafísica do universo. Para Eliade (2018, p. 97) “o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e o tornando real”. Ao entender que o ser humano é dotado de uma vocação natural à religião, credita o religioso ao inato e desconsidera o tempo, espaço e condições no qual os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, Eliade se recusa a uma perspectiva holística do religioso.

É importante entender que Eliade não nega a heterogeneidade religiosa nos diferentes campos religiosos, mas o autor parte da premissa que o comportamento religioso se emancipa de toda compreensão cultural, espacial e temporal, conferindo e categorizando este comportamento como imperativo ao indivíduo e comum a todos os homens. Isto está claro quando Eliade (2018, p. 23) afirma que “todos esses fatos [religiosos e pertencentes a diferentes culturas] partem de um mesmo comportamento, que é o do *homo religiosus*.”

É possível dizer que a construção deste conceito, quase que, devolve o método à teologia, ou se converte a ela, já que, desprovido de coesão cultural, entrega a construção do sentimento e comportamento religioso a uma condição inata não verificável. Nesse sentido, Angelo Brelich (1977, p. 32-33) considera que é inadmissível ao historiador adotar o

⁶ Para maior entendimento sobre cultura e religião indiana, veja: DONIGER, Wendy, *The Hindus: An Alternative History*. São Paulo: Penguin, 2011.

entendimento de que a religião é inata ao homem já que se trata de uma construção ocidental não aplicável a tantas culturas diversas. Considere o exemplo: a capacidade de andar é amplamente considerada inata aos seres humanos, pois a maioria das pessoas desenvolve essa habilidade naturalmente, sem a necessidade de aprendizado ou treinamento específico. É uma capacidade que pode surgir e se desenvolver independentemente de estímulos externos, até mesmo sem a visualização do ato. No entanto, em contraste, quando se trata do comportamento religioso, uma criança não seria capaz de desenvolvê-lo se não fosse exposta a um ambiente encorajador ou a qualquer que seja o contexto cultural em que está inserida. Portanto, se o aspecto cultural for removido da experiência, a manifestação do religioso também é suprimida. Nesse sentido, é preciso assumir uma postura contrária a este eurocentrismo e compreender que

Estamos acostumados a pensar a religião e as religiões como um sistema mais ou menos ortodoxo de fé-crenças que orienta necessariamente as práticas; ao ponto de que qualquer questão que de alguma forma diz respeito ao “sentido da vida e da morte” é, para nós, um problema implicitamente “religioso”. Não é assim sempre e em todo lugar: outras civilizações podem formular e resolver o problema de uma forma radicalmente diversa, ou sem soteriologia, ou com uma soteriologia sem divindade (Gasbarro, 2006, p. 70).

3 O MÉTODO HISTÓRICO COMPARATIVO

A fenomenologia, longe de entender a religião como objeto de pesquisa histórico que deve ser posto de lado à observação em função de uma determinada cultura como propõe Agnolin (2013, p. 41), descontextualiza, ou seja, opera contra e apesar da história e cultura, objetivando o religioso e desistoricizando-o. Posto isto e considerando o entendimento de que a religião não deve ser apartada da história e cultura, assim como propõe Antônio Benatte (2014, p. 59-79) ao dizer que “a relação entre história, religião e cultura é hoje tão umbilical que dificilmente podemos imaginar a história religiosa abstraída do campo da história cultural”, se fez necessário historicizar, culturalizar e iniciar um processo de decolonização nessa área de pesquisa. A historicização das religiões é essencial para compreender suas transformações ao longo do tempo. O método histórico-comparativo permite situar as religiões em seus contextos históricos específicos, analisando as influências e transformações que ocorreram. Reconhecendo que as práticas religiosas estão intrinsecamente ligadas às culturas em que se desenvolvem, essa abordagem busca entender como as influências culturais moldam as expressões religiosas.

Para compreender a persistente busca pela análise essencialista do fenômeno religioso, direcionada a compreender as manifestações do sagrado de forma estereotipada ou

simplificada, como demonstrado por Durkheim e outros pioneiros no estudo das religiões distante da teologia, é importante lembrar que

A perspectiva antropológica da modernidade se abre como missão cristianizadora, porque a civilização do Ocidente europeu é cristã, não apenas a Espanha católica ou o poder temporal da Igreja, mas todo o Ocidente, em sentido extensivo e ostensivo. A expulsão dos muçulmanos e as missões no novo Mundo fazem parte de uma ‘reconquista espiritual’ que tende a ampliar os confins da ‘cidade de Deus’, até coincidirem com os da humanidade (Gasbarro, 2006, p. 76).

O método, portanto, se tornou colonial, à medida que o estudo da religião e das religiões se deu a partir de uma métrica europeia que entendia o Cristianismo como uma religião desenvolvida e civilizada, portanto, peso para contrapor outras experiências com o sagrado. Como resultado, o cristianismo moldou as estruturas e pressupostos da disciplina, e as tradições religiosas não cristãs foram frequentemente interpretadas e analisadas em comparação com o cristianismo. Esse viés eurocêntrico influenciou a forma como as religiões eram classificadas, interpretadas e valorizadas no campo acadêmico resultando em uma tendência a enquadrar outras tradições religiosas em termos de semelhanças ou diferenças em relação à doutrina cristã. Essa abordagem eurocêntrica muitas vezes não levava em conta a diversidade e complexidade das tradições religiosas não cristãs em seus próprios termos. Assim “a generalização cristã produz ‘as religiões dos povos primitivos’”: expressão eurocêntrica bastante usada por Durkheim e estudiosos da fenomenologia a ser evitada a favor de uma perspectiva decolonial tendo em vista que a linguagem conduz à compreensão (Gasbarro, 2006, p. 77).

Para Pettazzoni (2016, p. 254), “na fenomenologia, a comparação é necessária para obter, da similaridade das estruturas, o senso fundamental dos fenômenos religiosos, ou seja, o seu próprio estudo religioso”. Ao focar a similaridade das estruturas religiosas, essa análise negligencia a importância dos processos históricos subjacentes que moldam e influenciam as expressões religiosas. Sendo assim, o método comparativo fenomenológico se prova ineficaz à medida que trata os fenômenos religiosos de forma isolada, sem considerar plenamente suas conexões com sua realidade cultural. Ao enfatizar a sincronia, estabelece um risco em limitar a compreensão das origens e transformações das práticas religiosas ao longo do tempo, bem como sua interação com as dinâmicas culturais e sociais em constante evolução.

Segundo Pettazzoni (2016, p. 249), Adolfo Omodeo critica o método comparativo em sua integridade, o autor

Afirmou que ‘o método [...] é a contradição absoluta da história’. A crítica de Omodeo era dirigida explicitamente contra as ‘ciências das religiões’, pois para ele o método comparativo não poderia ter um caráter de História. Fato é que as instâncias do historicismo colocaram em discussão, não somente a validade historiográfica do

método comparativo, mas também a legitimidade teórica de uma História da religião como uma ciência histórica distinta (Pettazzoni, 2016, p. 249).

As contribuições de Omodeo para o enfoque na historicidade do fenômeno religioso foram importantes para a construção de uma nova tradição, mas a Escola Italiana de História das Religiões, representada por Pettazzoni, não o acompanhou integralmente ao entender que a simples negação do método comparativo seria tão reducionista quanto às análises fenomenológicas. Pettazzoni (2016, p. 250) entendeu que “ao invés de deduzir implicitamente a ineficiência historiográfica do método comparativo e de sua incongruência teórica com um determinado sistema filosófico, talvez seja melhor examinar criticamente os modos singulares de comparação”. Sendo assim, a questão a ser problematizada no método fenomenológico não está na comparação enquanto tal, mas na sua maneira, já que, estabelece uma balança entre pesos incomparáveis: estruturas. Ao fazer isso e

Entendendo o fenômeno religioso como ‘aparição’ ou ‘revelação do sagrado’ e como experiência do sagrado, a fenomenologia deliberadamente ignora o outro modo de pensar e de entender, pelo qual cada *phainómenon*, é um *genómenon*, cada aparição pressupõe uma formação e cada evento, tem por trás de si, um processo de desenvolvimento (Pettazzoni, 2016, p. 255–256).

Nesse sentido, seu método tem alicerce na negação do historicismo enquanto reconhece a religião como valor autônomo. A História das Religiões oferece um método histórico-comparativo, dependente das condições culturais, sociais e espaciais nas quais uma determinada experiência com o sagrado se manifesta, já que

Toda religião é um produto histórico, culturalmente condicionado pelo contexto e, por sua vez, capaz de condicionar o próprio contexto em que opera: tal afirmação contém tanto o reconhecimento de uma dimensão comum, quanto o pressuposto que permite compreender as diferenças entre os sistemas religiosos tomados separadamente (Massenzio, 2005, p. 149).

Considerando o pressuposto, a comparação histórica se apresenta como superação da perspectiva colonial implícita na fenomenologia, já que “pressupõe a descoberta das analogias entre formações variadas como fase preliminar que permite, depois, definir com rigor a especificidade de cada fenômeno, de cada contexto [que conduz a] reconstrução do processo de formação de um dado produto religioso ou de uma dada religião em seu conjunto” (Massenzio, 2016, p. 150).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do posto, é possível dizer que o método histórico-comparativo, surgido no seio da Escola Italiana de História das Religiões⁷, se estabelece como marco inicial da decolonização do estudo das religiões, já que historiciza e culturaliza o fenômeno reconhecendo sua relação com as condições sociais além do espaço e tempo. Mas ainda há o que decolonizar; é preciso lembrar que a expressão “religião” é ausente na língua de certos povos antigos (Agnolin, 2019, p. 183-1840). Para Nicola Gasbarro (2006, p. 66-67), mesmo a História das Religiões que “nasceu e desenvolveu-se no interior da consciência europeia como exigência de compreensão histórico-social da religião e das religiões” se torna refém de uma “ilusão etnocêntrica de um ‘universal concreto’ (as religiões)”.

Nesse sentido, a aparição da História das Religiões enquanto disciplina e o método histórico-comparativo se estabelecem como saldos positivos de um esforço pela alteridade e necessidade de historicização do fenômeno, mas se estabelecem como um *problema de Moisés*⁸.

Lembre-se da história bíblica de Êxodo, onde Moisés conduziu os ex-israelitas escravizados (e membros de outras tribos que se uniram a eles) à Terra Prometida, Moisés, devemos lembrar, não foi permitido entrar. O comentário, pelo menos em Passover Seeders, explica que o senso de Moisés de poder (ego) ficou no caminho, e ele apresentou o seu poder como uma fonte de libertação dos israelitas, há muito que não que refletimos sobre como uma fonte de libertação dos israelitas, poderia aprender com a vida mítica dos povos antigos. [...] A admoestação é esta: aqueles que são mais adequados para a transição da colonização/escravidão para o estágio de liberdade inicial não são necessariamente as melhores pessoas para a próxima fase, mais difícil: viver a prática da liberdade. Não é por acaso que, ao invés do fim da colonização, surgem novas formas de colonização. Os movimentos, por outras palavras, são os seguintes: da liberdade inicial à escravidão/colonização, à descolonização/libertação inicial, à neocolonização, à oposição interna, às pós colonias (neocolonialismo num mundo em que o colonialismo é vergonhoso), a manifestações concretas de liberdade (Gordon, 2017, p. 123).

Não sugiro nem insinuo, por meio dessa comparação, que o método histórico-comparativo deva ser aniquilado ou evitado. Pelo contrário, ele se estabelece como um ponto de partida para um processo em curso de decolonização. É significativo e quase perturbador, nesse sentido, que intelectuais europeus estejam liderando esse processo. Seria interessante ver autores e conceitos na História das Religiões sendo criados por pensadores da África, Ásia e América Latina e se tornando conhecidos na mesma proporção em que os europeus o são. Não

⁷ A Escola Italiana de História das Religiões surge em 1925 com a revista “*Studi e Materiali di Storia delle Religioni*” (SMSR), iniciada a partir da obra de Raffaele Pettazzoni.

⁸ O problema de Moisés é um conceito criado por Lewis Gordon na tentativa de explicar que os que evidenciam a colonialidade no método, nem sempre estão preparados para a próxima fase do processo de decolonização do conhecimento: viver a prática da liberdade.

proponho traçar os caminhos para isso, afinal, como Gordon (2017, p. 124) ironiza, a liberdade “é sempre uma prática para os outros”.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, A. **História das religiões: perspectiva histórico-comparativa**. São Paulo: Paulinas, 2019.

BENATTE, A. P. **A história cultural das religiões: contribuição a um debate historiográfico. Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a história da igreja e a história da religião**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.

BRELICH, A. Prolegómenos a una historia de las religiones. *In*: PUECH, H. C. (comp.). **Historia de las Religiones - Volume 1: Las Religiones Antiguas 1, Siglo XXI**, Madrid, 1977, p. 30-97.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. São Paulo: Hemus, 2003.

AQUINO, M. J. M. de; PRAZERES, R. S. dos; VIEIRA, L. E. M. Paradigma para a defesa da descrença: Crítica de Friedrich Nietzsche à religião cristã. **REVELETEO-Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 6, n. 9, p. 55-73, 2012.

SILVA, M. H. de S. **Freud e Nietzsche: os encontros e desencontros à religião**. 2016.

DONIGER, W. **The Hindus: An Alternative History**. São Paulo: Penguin, 2011.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões**. São Paulo: Martins. Fontes, 2018.

GASBARRO, N. Missões: A civilização cristã em ação. *In*: MONTEIRO, P. **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Ed. Globo, 2016, p. 67-109.

GEERTZ, C. A Religião como sistema cultural, *In*: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GOMBRICH, R. **Budismo Theravada Historia Social desde el Antiguo Benares Hasta el Moderno Colombo**. Ediciones Cristiandad, 2003.

GORDON, L. R. Decadência disciplinar e a de(s)colonização do conhecimento. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 110-126, 2017.

KRETLE, E. dos S. **Os aspectos irracionais do sagrado em Rudolf Otto**. XII Simpósio Internacional Filosófico - Teológico “Filosofia e Teologia: relações e tensões”. Belo Horizonte: FAJE, 2016.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, 2015.

MASSENZIO, M. A história das religiões na Itália. *In*: MASSENZIO, M. **A história das religiões na cultura moderna**. São Paulo: Hedra, 2005, p. 149.

OTTO, R. **O sagrado**. Aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2017.

PETTAZZONI, R. O método comparativo (1959). **Religare**, v.13, n.1, 2026, p. 246-265.

SOUZA, A. F. de. **A narrativa de um malogro**: vivência e linguagem religiosas em A paixão segundo GH, de Clarice Lispector, examinadas a partir de Rudolf Otto. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. edição de Antônio Flávio Pierucci e tradução de José Marcos Mariani de Macedo, Companhia das Letras, 2004.

CAPÍTULO 7

VIDAS TRANSGRESSORAS E A INTERFACE COM A TRAJETÓRIA EDUCATIVA

Junior Vítório Romanzini
Maurício Rodrigues
Rosilei Gugel Ficagna

RESUMO

A produção a seguir é resultado das pesquisas conceituais realizadas através do Grupo Institucional de Pesquisa em Gênero, Educação e Sexualidade (GPGES) e do trabalho de campo realizado no trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade do Oeste Catarinense (FAOSC) e foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e busca a campo por intermédio do estudo de caso com o tema “Vidas transgressoras e a interface com a trajetória educativa”. A partir dessa temática, foi demarcado o seguinte problema: “A educação interferiu na decisão de pessoas em atuar profissionalmente na chamada vida marginalizada da prostituição de mulheres trans e travestis?”. Diante dessa problemática, para respondê-la, foram abordadas as seguintes questões: a) Quais elementos da história de vida destes sujeitos apresentam a educação como fator de decisão? b) Como a educação pode contribuir na superação de temas como marginalização pela prostituição? c) Qual a concepção de educação para a mulher trans e travestis? d) Como a educação pode implementar nas práticas pedagógicas ações de inclusão da diversidade? O problema e as questões de pesquisa foram norteados por um objetivo geral de pesquisar a interferência da educação na tomada de decisão de mulheres trans e travestis em atuar profissionalmente na chamada vida marginalizada da prostituição. A partir do objetivo geral, buscaram-se responder objetivos específicos: a) Mapear elementos da história de vida destes sujeitos que mencionem a educação como fator de decisão. b) Pesquisar a educação e suas contribuições na superação de temas como marginalização pela prostituição. c) Conhecer a concepção de educação para a mulher trans e travestis. d) Identificar possibilidades de a educação implementar práticas pedagógicas e ações de inclusão da diversidade no campo escolar. Metodologicamente, o trabalho é de cunho fenomenológico, com nível de pesquisa exploratório, abrangendo pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa mostrou durante todo o delineação a importância de uma educação inclusiva na qual se saiba incluir a diversidade LGBTQIA+, em especial trans e travestis, para não haver a evasão escolar, e estas pessoas não tenham que procurar a marginalidade da prostituição nas ruas para sobreviver. Ainda, adentrar na conceituação da Pedagogia da Sexualidade e da Teoria Queer fomenta a capacidade para novos projetos teórico-metodológicos, além de inspirar a interdisciplinaridade no enfrentamento a preconceitos ou dissidência no campo escolar e na educação em sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Pedagogia da Sexualidade; Prostituição; Transexual; Travesti.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a ideia de Paulo Freire: A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo, citada em seu livro "educar para transformar: fotobiografia". A frase faz referência à ideia de que todas as pessoas que passam pela educação de alguma forma são influenciadas ou incentivadas a viver uma vida longe da marginalidade. Tendo em vista que a educação é para todos e deve acontecer para todos, surgiu o interesse nesta pesquisa. A sociedade brasileira é composta por uma diversidade de culturas, estilos e manifestações sociais de existência. Assim, como a escola age e acolhe as pessoas LGBTQIA+, em especial as pessoas trans e travestis ou as pessoas *queers* (no inglês, na tradução para o português estranho ou peculiar)? Será que a

educação brasileira os acolhe ou age com dissidência? Pensamentos como este movimentaram o desejo de conhecer a temática e questionar a quem vive a realidade pós-educação.

No Brasil, ainda vivemos em uma educação que não quer ver o diferente e finge não ver, sendo assim não acolhe, não se preocupa com a existência desse indivíduo, por não estar no padrão heteronormativo. Ao excluir pautas como esta da educação, deixa-se um grande vazio no papel da educação, que é de ressignificar o pensamento de pessoas para se tornarem independentes, críticas e inovadoras. Rompendo com este propósito a escola se torna um lugar prejudicial e sem sentido para qualquer pessoa, em especial estas pessoas, e por este motivo a comunidade trans e travesti acabam por abandonar os estudos e procuram as ruas onde são aceitas, como diversos estudos têm apontados nos últimos anos.

Levando estas considerações em conta, a escola tem influência sobre marginalização de trans e travestis, uma vez que a educação é a primeira porta para socializar e respeitar. Todo estudante de licenciatura, desde o estágio pode perceber que diversas vezes ou senão sempre, a escola se preocupa mais em dar conta de conteúdos programados, do que acolher e abrir espaço para a discussão de temas como sexualidade e marginalização da sociedade, que são temas presentes em nosso cotidiano, mas que a escola negligencia e finge que não vê, devido ao desconhecimento teórico-metodológico e a ideologias do pensamento conservadora, diz que estes assuntos não são de interesse escolar.

Como se sabe, nas escolas têm pessoas trans e travestis, com isso este se torna um tema da educação, porque todas as pessoas passam pelos ciclos da educação e são influenciadas por eles, e por isso se torna necessário entender o porquê grande parte dos trans e travestis vão para a rua se prostituir, e se tem alguma interferência escolar com esta decisão, por este motivo torna-se um tema de pesquisa que envolve a educação e a escola.

Diante do exposto, surgiu a necessidade de problematizar a temática: “Vidas transgressoras e a interface com a trajetória educativa”. A partir deste, surge o interesse por entender se: “A educação interferiu na decisão de pessoas em atuar profissionalmente na chamada vida marginalizada da prostituição de mulheres trans e travestis?” Pelo nível de complexidade do tema e do problema apresentado acima, foram desdobradas algumas questões de pesquisa: a) Quais elementos da história de vida destes sujeitos apresentam a educação como fator de decisão? b) Como a educação pode contribuir na superação de temas como marginalização pela prostituição? c) Qual a concepção de educação para a mulher trans e travestis? d) Como a educação pode implementar nas práticas pedagógicas ações de inclusão

da diversidade? O objetivo geral que conduziu o tema e o problema foi o de pesquisar a interferência da educação na tomada de decisão de mulheres trans e travestis em atuar profissionalmente na chamada vida marginalizada da prostituição. A complexidade do objetivo geral origina a necessidade de objetivos específicos, sendo os seguintes: a) Mapear elementos da história de vida destes sujeitos que mencionem a educação como fator de decisão. b) Pesquisar a educação e suas contribuições na superação de temas como marginalização pela prostituição. c) Conhecer a concepção de educação para a mulher trans e travestis. d) Identificar possibilidades de a educação implementar práticas pedagógicas e ações de inclusão da diversidade no campo escolar.

O detalhamento sobre os procedimentos foi exposto durante o trabalho. Enquanto estrutura de apresentação, o trabalho inicia com esta breve introdução, na sequência, a seção 2 com a Metodologia utilizada. Após se apresenta a seção 3 contendo os resultados da pesquisa e apropriação conceitual. Finalizando, com a seção 4, encontram-se as considerações finais com os últimos apontamentos percebidos sobre o tema, referências contendo os autores e os anexos registrando os documentos de pesquisa.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2024 no período de agosto a novembro e, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, conforme proposto por Denzin e Lincoln (2006) e Bauer e Gaskell (2002), ao priorizar a compreensão de fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, buscou-se captar aspectos subjetivos e simbólicos relacionados às experiências de mulheres trans e travestis no campo educacional.

O método adotado foi o fenomenológico, fundamentado em Husserl (2006) e corroborado por Giorgi (2009), uma vez que o estudo visa descrever e interpretar as experiências vividas pelas participantes, revelando suas percepções e sentidos atribuídos ao processo educativo. O nível da pesquisa é exploratório, conforme definido por Gil (2008), pois se pretende compreender com profundidade um fenômeno ainda pouco investigado em seu contexto específico. No que tange à tipologia da pesquisa, foram empregadas as seguintes estratégias metodológicas: a) Pesquisa bibliográfica, com o intuito de embasar conceitual e teoricamente o objeto de estudo, conforme orientações de Lakatos e Marconi (2017). Utilizou-se, para tanto, literatura especializada nas temáticas de gênero, sexualidade, pedagogia queer e direitos humanos, com foco na produção científica dos últimos dez anos. b) Pesquisa

documental, com análise de registros oficiais e institucionais (públicos e privados) dos últimos cinco anos, sobretudo documentos emitidos por órgãos de saúde, entidades representativas e movimentos sociais que tratam da realidade da população trans no Brasil, em especial de mulheres trans e travestis. c) Estudo de caso, conforme delineado por Yin (2015), bem como Denzin e Lincoln (2006), aplicado a um grupo representativo de mulheres trans e travestis do município de Chapecó – SC. A escolha da localidade baseou-se na existência de um cadastro ativo na UNA – União Nacional LGBT, organização que atua na defesa de direitos da população LGBTQIA+ no oeste catarinense.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, adotaram-se as seguintes estratégias: I) Na pesquisa bibliográfica, utilizaram-se mapas conceituais e tabelas analíticas com o objetivo de sistematizar os principais conceitos relacionados às “vidas transgressoras”, conforme discutido por Louro (2000), Butler (2003), Preciado (2014) e Bento (2017), correlacionando-os com as trajetórias educacionais de mulheres trans e travestis. II) Na pesquisa documental, foram elaboradas fichas-resumo com base em registros, legislações, políticas públicas e dados estatísticos, articulando-os à temática da exclusão/inclusão educacional e à realidade de violência simbólica e estrutural, conforme discutida por Bourdieu (1998) e Passeron (2023). III) Para o estudo de caso, utilizou-se a técnica do grupo focal, conforme Minayo (2012), composto por até quatro participantes previamente cadastradas na UNA e indicado pelos representantes do movimento. As entrevistas foram realizadas em locais indicados pelas próprias participantes, respeitando o princípio da autonomia e do conforto dos sujeitos da pesquisa. As falas foram gravadas e transcritas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a garantia de sigilo e anonimato, por meio da atribuição de nomes fictícios.

A seleção da população e amostra deu-se da seguinte forma: IV) Na pesquisa bibliográfica, foram analisadas obras publicadas nos últimos dez anos, com ênfase em autoras/es que abordam a pedagogia da sexualidade, corpos dissidentes, marginalização e as interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça e classe. V) Na pesquisa documental, foram utilizados dados e registros emitidos por fontes confiáveis – como IBGE, Ministério da Saúde, UNAIDS, Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), entre outras – com recorte temporal dos últimos cinco anos. VI) No estudo de caso, os dados foram obtidos a partir da interação direta com participantes do grupo focal, priorizando a escuta de trajetórias educacionais e vivências de exclusão e resistência. Todo o processo foi orientado por uma escuta ética, empática e politicamente comprometida com a valorização das vozes

historicamente silenciadas. Cabe destacar que, devido à problemática da mulher trans e travesti apresentar agravo na região, dificultou-se encontrar as Participantes. Neste sentido, a representante da UNA, Karla Muniz, indicou como caminho o acesso ao banco de dados do site de prostituição legalizada no Brasil chamado Fatalmodel. Através do filtro de cidade, foi possível encontrar as Participantes.

A combinação dessas estratégias permitiu uma análise crítica e ampliada da realidade investigada, assegurando densidade interpretativa e respeitando os pressupostos da pesquisa qualitativa com perspectiva interseccional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir é apresentado os resultados obtidos das participações das entrevistas. No intuito de melhorar a composição das respostas, dividimos análise nos blocos de perguntas realizados:

3.1.1 Bloco I – Identificação

As Participantes foram escolhidas de forma aleatória por indicação inicial de Karla Muniz, representante das mulheres trans no Oeste de Santa Catarina e participante da UNA. E, dela, o uso do sistema Fatalmodel, como dito nos procedimentos metodológicos. Assim, foram convidadas e, para preservar sua identidade, são usados nomes fictícios por elas solicitadas. Abaixo o Quadro 01 com a identificação geral das Participantes:

Quadro 01: Identificação.

PERGUNTA	PARTICIPANTE 01	PARTICIPANTE 02	PARTICIPANTE 03	PARTICIPANTE 04
Nome/designação	KARLA	DANIELLY	JESSIKA	NIKOLLE
Idade	50 anos	25 anos	23 anos	31 anos
Você é uma mulher trans ou uma travesti?	Trans	Trans	Trans	Trans
Cidade de origem?	Naviraí - MS	Chapecó - SC	Maravilha - SC	Pato branco - PR, mas eu cresci em Chapecó - SC
Casada ou solteira?	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
Cidade que reside?	Chapecó - SC	Chapecó – SC e SP	Chapecó e São Miguel - SC	Chapecó, Florianópolis – SC, São Paulo ou onde tiver trabalho

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como se observa no Quadro 01, as Participantes se identificam como transgênero, sendo três Participantes do sul do Brasil e uma da região central. Faixa de idade varia entre 25 e 50 anos e todas estão na condição de solteiras e atuando na prostituição.

3.1.2 Bloco II – Educação

Neste bloco as Participantes foram questionadas sobre a experiência educacional, no qual registramos abaixo na ordem das questões os pontos marcantes das participações:

A primeira questão formulada foi: *Qual a escolaridade?* Obtivemos:

Ensino médio completo e fiz vestibular para psicologia na XX, mas não cursei devido na universidade XX não ter nem um histórico na época de mulher trans ter estudado, aí fiquei com medo de sofrer violências novamente e ‘amarelei’ (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Ensino Médio (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Ensino médio, iniciei pedagogia, mas tranquei por falta de grana! (JESSIKA, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Esqueci, mas acho que terminei até a 8ª série (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Como visto, a participante Nikolle lembra-se que estudou somente até a 8ª série do ensino fundamental, as outras três participantes concluíram o ensino médio, destas a Danielly parou de estudar assim que concluiu o ensino médio, Karla chegou a fazer o vestibular para psicologia, mas desistiu por medo de sofrer novamente violências tanto psicológicas ou físicas durante o curso. E Jessika chegou a iniciar o curso de Pedagogia, mas desistiu devido a não ter dinheiro para pagar as mensalidades. A segunda pergunta formulada foi: *Estudou sempre na mesma escola? Qual foi sua história escolar?* Enquanto resposta obtivemos:

Estudei em várias escolas diferentes, minha mãe era cigana mudava de casa igual, mudava de roupa, 2 em 2 anos estava em escola diferente, da primeira série até o ensino médio foi barra. Do 1º à 4ª série fiz em uma escola só, tinha as piadinhas brincadeiras nas na época não entendia que isso era preconceito, por minha voz ser afeminada tinha uma professora que me tacava as unhas, da 5ª série a diante mudei de escola, aí o negócio pegou, todos os dias tinha um grupo de meninos que me batiam se não era no início era no final da aula (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Não, eu estudei em várias escolas. Na verdade, quando eu comecei era num bairro, daí mudava, porque a gente vivia de aluguel, então quando minha família não conseguia pagar, a gente mudava. Aff, escola para viado é a mesma coisa, acho que todas as trans vão dizer o mesmo né. Eu, até a 3ª série vivia na inocência que diz, mas depois, comecei a levar xingamento. Eu me lembro que os meninos da minha escolha me chamavam de mini-piranha, e, olha a coincidência, virei piranha mesmo. A minha professora não dizia nada, via e dava rizada. Quando cresci, comecei a piorar os xingamentos. Mas eu não dava bola. Até que descobri que o sexo, abre portas (risos) (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Olha gato, eu tive até uma vida mais ou menos na escola. Porque eu sou barraqueira. Então me defendia bem. Mas eu sempre fui meio mulher. Lembro que eu roubava as calcinhas da minha irmã e ia para a escola vestido. Eu não tinha amigos, mas eu rebolava e sambava. Até que um dia, minha professora viu e me chamou pra saber o que estava acontecendo. Sei que na época deu barraco, porque chamaram meu país pra saber, e daí viu o bolor que dá (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu sou do São Pedro, então já sabe que estudar a gente enrola, mas aprende bem na rua. Eu só estudei na escola do CAIC, então aprendi bem. Mas na época minha professora tinha medo até de ir no meu bairro, porque sabe o São Pedro para achar um corpo em pedaço era dois toques. Foi aí que entendi que era possível ganhar dinheiro usando meu corpo, porque sou preta, minha mãe morreu de câncer. Meu pai tentou

ser evangélico, mas nunca foi nem na escola, então cresci solta (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

As participantes Karla e Danielly retratam que estudaram em várias instituições de ensino. Karla retrata que estas mudanças de escola aconteciam devido à cultura de sua mãe. Danielly fala que as mudanças escolares aconteciam pela condição socioeconômica familiar, que quando não tinham condições para pagar o aluguel acabavam por ter que se mudar. Já as Participantes Jessika e Nikolle não falam sobre as mudanças escolares. Sobre a situação *bullying*, Jessika por ser ‘barraqueira’, afirma que não sofreu *bullying* ou violação de direitos, já Karla e Danielly, falam que eram vítimas *bullying*, por serem mais afeminadas, e Karla retrata até mesmo violência física vinda da professora que a agredia por ter uma voz afeminada, e de seus colegas de sala que a agrediam pelo seu comportamento considerado distinto, como ela denomina ‘por ser ela mesma’. Nikolle retrata o desinteresse pelos estudos e a falta de incentivo vindo da família devido à morte da mãe e ao abandono do pai. Foi nesse período em que Danielly e Nikolle retratam que descobrem formas de ganhar dinheiro vendendo o corpo, e acabam indo para a vida marginalizada da prostituição. A terceira pergunta formulada foi: Durante sua trajetória escolar, você teve algum professor(a) marcante que o acolhia e/ou identificou sua condição homoafetiva? Enquanto respostas foram obtidas:

Todos os professores percebiam que eu era afeminado, mas teve um professor especial que era mais idoso, eu o amava, e gente tinha uma troca muito boa como ele não tinha com quem conversar eu também não tinha, ele me dava ótimos conselhos e eu em troca o ouvia a gente conversava horas, ele me aconselha a somente seguir meu coração e ser feliz e nada mais (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Olha, como eu disse, difícil, os professores viam, mas não diziam nada. Mas eu levava bronca se eu desmunhecasse muito. Tive uma professora evangélica, até óleo ungido ela quis me passar. Mas geralmente eu não existia na escola, até me passavam pra não ver minha viadisse (risos) (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Não me lembro, porque geralmente eu não me sentia bem na escola, eu já queria ser mulher, então eu aprendi a pesquisar como mudar meu corpo. A única matéria que eu gostava era biologia, aprendi o corpo humano. eu lembro que pedi para professora Luciana como que eu podia ter seio, ela ficou com uma cara e disse que eu era homem e não poderia. Mas para não gerar deboche nunca mais falei (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Não lembro faz tempo, mas como eu era de favela, o máximo era dizerem todo dia não use drogas. Eu podia ir pelada que ninguém falava nada (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Como é percebido, as Participantes Karla, Danielly e Jessika afirmam que os professores percebiam as suas condições homoafetivas, mas que negligenciavam ou tentavam mudar de assunto quando eram questionados sobre o tema. Nikolle fala sobre o esquecimento, sobre seus professores perceberem a sua condição homoafetiva, mas lembra que seus professores falavam sobre o não uso das drogas, devido ao lugar onde morava. Ressaltando a fala da Karla, na qual ela retrata sobre um professor de mais idade, que a acolhia, lhe dava atenção e a aconselhava a

fazer as coisas que a faziam feliz. A quarta pergunta formulada foi: enquanto você estava na escola, já se identificava como trans ou travesti? As respostas obtidas foram:

Durante a escola já me identificava como gay, a transição só começou a partir que estava formada (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Eu sabia desde os meus 8, ou 9 anos que eu não gostava de mulher, mas não entendia. Na escola eu era obrigada a jogar com os meninos. Eu vivia apanhando. Mas o professor nunca me deixou jogar com as meninas, mesmo eu já tendo um corpo de mulher. Porque eu sempre fui seca e magrela, mulher de tudo, mas aprendi a me montar lá pelos 14 com minhas amigas que me emprestavam roupa (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu já sabia que a coisa comigo não era mulher, mas era difícil falar em casa. Eu buscava na internet na televisão. Mas a escola nunca me disse nada (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Até tentei ficar com mulher, mas eu gostei de um menino alemãozinho na escola. Só que ninguém queria ficar comigo, essas coisas, mas algumas meninas que inclusive hoje são colegas na noite me ajudaram. Esse alemãozinho eu ficava com ele escondida na escola, mas eu tinha que pagar 5 reais, nossa eu trabalhava para ir na aula pra ficar com ele (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Como registrado, a participante Karla retrata que, durante o período escolar, já se identifica como gay, mas não como mulher trans, e sua transição foi acontecer após sua formação no ensino médio. Já as participantes Danielly, Jessika e Nikolle não falam sobre como entendiam sua orientação sexual em sala de aula, mas elas por si só já identificavam que não gostavam de mulher. Danielly retrata que começou a utilizar roupas femininas a partir dos 14 anos, mas era escondido, assim como, Jessika fala que buscava a *internet* e a televisão escondido para ter referência de como fazer as transições, e Nikolle declara que se interessava por meninos e chegava a pagar para conseguir ter o afeto com outra pessoa devido à exclusão que sofria no ambiente escolar. Assim, fica evidente a invisibilidade que a escola apresentou com os corpos anômalos, já que não estavam no padrão culturalmente esperado para um menino naquele período. Fica claro que a escola não tinha espaço para falar sobre sexualidade. A quinta pergunta formulada foi: Considerando a sua experiência como estudante, como foi a educação em relação a sua vida? Sua experiência de vida neste aspecto, considerando a homoafetividade e convivência com o aprendizado. As respostas obtidas foram:

Naquela época ninguém sabia da vida de ninguém, e a escola não falava sobre isso e também ninguém sabia o que era o que sentia e o que gostava, porque se fosse se assumir apanhava em casa e na escola. Sempre fui uma ótima aluna, e minha orientação não tem nada a ver com os meus estudos, a minha orientação é o que eu sou, já o ensino escolar é como eu aprendo as coisas, tive ótimos professores que me ensinaram muito bem da mesma forma que ensinaram os outros, minha educação foi ótima, porque ninguém me tratou com indiferença, a educação em si me tratou como normal, o que fez a indiferença foi o convívio social com outras crianças no âmbito escolar (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Eu acho que se você é bicha padrão e sabe fingir a educação no Brasil funciona. Agora se você se revelar mulher, aí não tem jeito. A gente que é mulher nascida em homem, é difícil ser aceita em casa, na escola, em resumo todas nós é assim (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Desde não se falasse no assunto gay estava ótimo. As minhas profs. começaram a me notar quando eu deixei meu cabelo crescer. Eu sempre tive cabelo bom, então pessoal olhava e pedia o que eu fazia pra deixar assim (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

É o que eu disse, escola era onde eu tinha que ir. Não tinha mais mãe, meu pai daquele jeito. A escola era na época o lugar mais seguro (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Karla, Danielly e Jessika lembram que no período em que estavam na escola não se falava sobre o assunto sexualidade, até mesmo as pessoas não se assumiam por medo de apanhar nas próprias escolas, por isso acabavam por se esconder atrás de padrões exigidos pela sociedade, para não sofrer preconceito ou agressões físicas, ou verbais. Mas Karla diferencia sua fala quando cita “[...] minha orientação não tem nada a ver com os meus estudos, a minha orientação é o que eu sou, já o ensino escolar é como eu aprendo as coisas” (KARLA, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024) porque ela retrata que a escola com seu papel de oportunizar conhecimento era muito eficaz, e os professores a ensinavam como qualquer outra pessoa, mas que isso não se aplicava ao contexto de convívio social já que sofria violência dos estudantes da escola. Nikolle retrata a escola não como um lugar ruim de estar, já que este era o lugar mais seguro que podia estar. A sexta pergunta formulada foi: Como você percebe a educação enquanto importância na vida da mulher trans ou travesti? Como respostas obtidas foram:

Como estudante na questão segurança é traumática porque não houve e não há. Nunca vi indiferenciação por eu ser trans, até porque não tem o que diferenciar ou adaptar conteúdo nada ali porque sou uma pessoa normal. Minha experiência com a educação sempre foi boa o que não foi é parte da segurança. Devido a violência as mulheres trans são as que mais sofrem com a não educação, de ir para a escola de ter uma formação, porque ela tem que escolher se trabalha estuda ou sobrevive. Senão fosse o preconceito teríamos estáticas bem melhores de trans na educação (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024)

Não sei como está a escola hoje, gato. Mas eu acho que mudou um pouco, porque agora tem novela e tudo mais. Fala-se mais da causa. E, tem as famosas como a Pablo, Gloria Grover. Daí abriu, mas não sei se falam ainda não (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu queria ter aprendido, terminado pedagogia, por isto aceitei falar, mas não há espaço para mulher trans no oeste de Santa Catarina. A gente não é bem vista na escola, a gente não é bem vinda na educação superior, porque eu estudei na Universidade XX, mas a cara feia todos me faziam, então a mulher trans pode ser mais que prostituta, mas não deixam (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Importante é porque eu nem saberia o tempo do programa (risos). Mas a educação é boa, eu não pude estudar, mas se eu tivesse um filho, eu ia incentivar (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

As participantes retratam que a educação é ‘bom’ e de extrema importância nas vidas de mulheres trans, a educação é capaz de oportunizar melhores posições sociais, mas o grande empecilho está na segurança, que não havia, e não há segurança para trans, que a protegem de sofrer violências no âmbito escolar. E, senão fosse a falta de segurança, haveria uma taxa muito maior de trans estudando e com formações acadêmicas. Mas, como elas citam, hoje em dia as

coisas mudaram muito para as trans, devido à divulgação e ao surgimento de pessoas trans no meio de comunicação, como na música e na televisão. Neste ponto é relevante destacar a compreensão da autora Guacira Lopes Louro sobre a escola e educadores:

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os ‘cheiros especiais’; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados — portanto, não são concebidos — do mesmo modo por todas as pessoas (Louro, 1997, p. 59). A escola, assim como os educadores, como descrito no trecho acima, devem aguçar os sentidos para ser capaz de ver, ouvir e sentir as múltiplas formas de constituição do sujeito que está no processo cotidiano escolar. Percorrer corredores observando sons, falas e, com isto, superar o que as participantes retrataram, ou seja, o descaso educacional.

3.1.3 Bloco III – Vida Marginalizada

Neste bloco, questionamos sobre a educação e a escolha da chamada vida marginalizada da prostituição. As questões que foram solicitadas foram ordenadas abaixo. A primeira formulada foi: Quanto tempo você atua na prostituição e/ou quanto anos você atua nesta condição de vida? Enquanto resposta, obtivemos:

Atuei 30 anos na prostituição. Tem treze anos que entrei no mercado de trabalho (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024)

Comecei com 13 anos a sair de graça, depois com 16 eu descobri como cobrar. Então faz 10 a 12 anos (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Deixa-me ver, faz uns 5 anos que eu conheci um prostíbulo em Floripa. Então, comecei a dançar a noite e me prostituir, mas hoje eu somente uso a plataforma (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu tinha 14 anos, depois do alemãozinho eu fica com dois caras que me davam comida e não tenho porque esconder, eu usava cocaína, então eu transava por isto (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

As participantes retratam uma diferença significativa em seu tempo de atuação na prostituição, que está relacionado também à idade que apresentam. Karla fala que atuou na prostituição por trinta anos, e há treze anos conseguiu sair e entrar no mercado de trabalho. Danielly conta que começou a ter relações sexuais fazendo de graça e a partir dos dezesseis começou a cobrar, por isso então, atua por volta de dez a doze anos na prostituição. Jessika fala que começou a se prostituir em Florianópolis em um prostíbulo há cinco anos, mas que hoje só atua pela plataforma. Já Nikolle atua há quatorze anos e começou com a “alemãozinho”, depois

disso começou a ficar com dois caras que lhe davam comida e cocaína, retratando as mazelas interseccionais presentes na questão social vivida. A segunda pergunta formulada foi: Quais as causas que levaram/conduziram você a esta decisão profissional? Enquanto resposta, obtivemos:

O que nos levam a esta condição, acho que todas falam isso, é o preconceito dentro de casa que te chutam de casa, você vai para onde fazer o que você não tem qualificação profissional você é menor de idade, você se torna puta, é a única coisa que tem. Ou você se vende para sobreviver para não ter que dormir na rua. O que conduziu a isso é que naquela época as empresas não davam emprego para nós trans (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024)

Trabalho né, porque é difícil você em transição hormonal alguém dar trabalho. Em loja você precisa ser padrão homem, em empresa como a Sadia sem chance, porque a primeira coisa que eu fiz foi por silicone, primeiro automotivo, só um pouco, depois eu graças a deus coloquei prótese (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu queria ser professora, mas nem grana tinha pra pagar, e trabalhar eu tentei empregada, mas não deu certo. Eu até queria ser secretária, mas ninguém pega. Parece que tem um bloqueio para mulher trans. E as mulheres não apoiam também, então sobra a rua ou zona ou fazer viagens (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu já me acostumei de cedo, então eu não quis ser outra coisa. Já fiz Europa e ano que vem vou ficar na temporada em Amsterdã (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

As participantes, todas elas, falam que a falta de oportunidade de trabalho para mulheres trans e travestis a conduzirão a vida da prostituição, porque as empresas têm preconceito ao contratar pessoas trans por acreditar que elas não anômalas, sendo assim o que sobra é a prostituição, onde por meio dela conseguem um lugar para morar, dormir e comer na qual sobrevivem com uma vida de subsistência. Karla afirmou que uma das razões que a levou para o caminho da prostituição foi o preconceito familiar, já que ela foi expulsa de casa ainda menor de idade, não tinha qualificação profissional, sendo assim, foi para a casa de prostituição para poder sobreviver. Jessika fala que queria ser professora, mas devido à dissidência que sofreu e por falta de dinheiro durante os dois períodos que cursou, acabou por abandonar a graduação e tentou entrar no mercado de trabalho, onde foi barrada em diversas empresas, e então o que sobrou foi a prostituição. A terceira questão formulada foi: Tem alguma outra profissão além da prostituição? As respostas obtidas foram:

É muito difícil de conseguir outro emprego se você não tiver um corpo normativo que caiba no padrão exigido, e se existe e pra a área da beleza ou estética (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Hoje eu trabalho com isto, mas de vez em quando eu trabalho como acompanhante de luxo, nestes casos não preciso me prostituir, geralmente sirvo bebida em eventos. Mas em Chapecó eu só venho na baixa temporada, agora vou para as capitais e só volto ano que vem (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Não, vivo somente disto (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024). Até gostaria, mas tô velha e a gente se acostuma a ganhar bem. Usar uma roupa e uma joia. Então neste momento, achar um trabalho que pague os 15 conto que ganho mês é meio difícil (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Todas as participantes falam sobre a dificuldade de ter outro emprego, que não seja a prostituição, por não ter um ‘corpo normal’ do esperado ao sexo biológico. Danielly, Jessika e Nikolle não têm outra profissão além da prostituição. No entanto, Karla, como já citado na pergunta anterior, conseguiu sair da prostituição e entrar em uma empresa. A quarta questão formulada foi: A educação contribuiu para você chegar a esta situação? De forma mais específica, suas experiências educativas e sociais contribuíram na sua decisão? As respostas obtidas foram:

Não, não contribuiu porque educação é uma coisa, e prostituição é outra, Nesta situação e educação ajuda a entender qual caminho escolher, se usa a prostituição para conseguir uma formação para sair da vida marginalizada, a educação só nos melhora e não deixa ir para situações piores, a se tornarem uma marginal. Se eu não tivesse esta base da educação que ajuda a como formadores de opiniões de eu não conseguiria ter saído das drogas e da prostituição para ser entrem no mercado de trabalho (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

A gente escolhe também a vida, mas eu sinto falta as vezes de lembrar e dizer que a escola me ajudou. Não sei até hoje o nome do diretor da escola. Então a escola é distante da minha vida (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024). Eu acho que a escola podia ter acolhido mais. Estudei Paulo Freire, eu li Piaget, mas isso bonito no papel, agora na vida é diferente. Desmotiva um pouco pensar em educação no Brasil quando não se tem nada quando você é da diversidade. Se fala, mas quero ver uma escola que de fato faz alguma. Não faz, é só fingimento (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

A escola nunca me disse que eu deveria ser garota de programa, mas também não me ajudou a ser outra coisa (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Karla fala que a educação não contribuiu para ela ir para o caminho da prostituição. E disse também que prostituição e educação são coisas totalmente diferentes, mas que a educação não a deixou ir para caminhos piores e se tornar uma marginal porque a escola, enquanto formadora de opinião, pode ajudar as pessoas a saírem de condições precárias. Danielly afirma que escolhemos a vida que temos e sente falta da escola, já que ela sempre esteve distante de sua vida. Jessika conta que chegou a cursar pedagogia e teve contato com teorias que falam de diversidades oprimidas, mas que as escolas não fazem o que está no papel, se tornando assim somente uma falsa inclusão da diversidade. Já Nikolle fala que a educação não a fez ir para este caminho, mas também lhe mostrou outras oportunidades. A quinta pergunta formulada foi: Na sua opinião, como a educação poderia contribuir para ajudar jovens LGBTQIA+ na superação das experiências negativas ou nas decisões que fogem dos direitos a empregos melhores, etc. As respostas obtidas foram:

A educação ajuda em tudo principalmente as minorias que estão e situação de vulnerabilidade porque a educação é o único meio de chegar em algum lugar na vida é a educação para essas pessoas (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Acho que deixar falar e ser você mesmo. Deixa os viados saírem do armário na escola, porque ali você não apanha de pai, mãe de ninguém (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Ser ouvido, acredito que a escola deve trabalhar mais, ver o aluno sem fingir que não existe. Isso que mais dói, você está do lado da sua professora, mas ela finge que você não existe (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Nem sei o que dizer. Sei lá, acho que a escola é tudo. Ensina matemática, português, mas se ensinasse também essas coisas da vida é melhor. Parece que taxa a gente, como que fala, rótulo. Isso, sou meio lesada (risos) a escola deve deixar as coisas fluírem melhor (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

As participantes retratam a educação como algo de extrema importância para os alunos LGBTQIA+, já que através dela é capaz de mudar as realidades de vida e capacitar para ocupar melhores posições sociais. Elas também esperam que a escola, como espaço de socialização de diferentes culturas e identidades de gênero, deve abrir lugar para estas diversidades se expressarem, para assim a escola elevar o conhecimento de todos sobre a diversidade.

A sexta e última pergunta formulada foi: você gostaria de deixar alguma mensagem, recado ou crítica sobre a educação em relação aos LGBTQIA+? As respostas obtidas foram:

Mais trabalhos voltados a educação para os LGBTQIA+ é oportunizar que esta nova geração de LGBT entenda que com educação você entra em todos os espaços, você pode ser tudo desde que você tenha educação (Karla, 2004, informação verbal concedida em 29/09/2024).

Me sentir importante agora (risos), a louca! A educação precisa sair do padrão. Acho que prefeito, sei lá vereador não diz o que é a escola, então se o prefeito é evangélico sei lá a escola deve cuidar mais do aluno, não dizer que não sabe que não vê (Danielly, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

O Brasil é o país que mais mata travesti e mulher trans. E daí? Ninguém quer saber se eu tô morta ou viva. A escola deve falar sobre transexualidade, sobre homossexualidade. Até uma amiga sapatão faz uns 15 dias mataram no Paraná, ninguém nem foi investigar. Acharam baleada. A polícia disse pra mãe dela que era por tráfico, mas eu a conheço, nunca que ela usava drogas. E isto, é palavra de todos contra a nossa. Então acho que é aí que se deve falar e deixar falar (Jessika, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

Eu acho que a escola deveria ter travestir, mulher trans. Muito medo né! Parece que temos um vírus como o Covid, então vai que pega (risos). Acredito que cuidar pra que os alunos não sejam esquecidos. Porque eu fui esquecida, mas eu dei a volta por cima (Nikolle, 2024, informação verbal concedida em 24/11/2024).

No recado final as Participantes ressaltaram sobre a importância da escola e a necessidade da presença de pessoas da diversidade nas escolas, e que as instituições de ensino devem ter professores capacitados para lidar com isso, para assim, diminuir os casos de violência e mortes de pessoas LGBTQIA+, deste modo, fazendo a nova geração de LGBTQIA+ entender que é através da educação que conseguirão melhores condições de vida e posições sociais. Em destaque evidenciamos a afirmativa: “Eu acho que a escola podia ter acolhido mais”. Uma das reflexões após concluir as entrevistas. Os relatos trazidos pelas participantes são de extrema importância para entender como funciona o sistema educacional no Brasil, com as pessoas LGBTQIA+. Sendo uma educação que não acolhe, mas recrimina as pessoas por sua orientação sexual.

O Brasil lidera o *ranking* de país que mais mata pessoas LGBTQIA+, um dos fatores que leva a isso é a escola não ter lugar de fala sobre sexualidade. Com visto nas participações, nega-se os corpos anômalos existentes em sala de aula, ou seja, aqueles que não são normativos a cultura e ao comportamento biológico. Neste grupo de pessoas negadas em existência encontramos todos que estão na fronteira da sexualidade, que são eles: os gays, lésbicas, bissexuais, trans, travestis e tantos outros oprimidos pela educação conservadora. Com os relatos trazidos pelas participantes da pesquisa, consegue-se entender que a educação brasileira não está preparada para ter um convívio igualitário com todas as pessoas independentes da raça, etnia e principalmente a orientação sexual, já que as discriminações acontecem em todos os níveis da educação. Ainda, como retrata as participantes mesmo estando no ensino superior, cursando pedagogia, que é um curso que prepara os acadêmicos para entender as diversas formas de ensinar e buscar manter os educandos interessados no aprender e na sala de aula, os incluindo, e adaptando as práticas educacionais para todos se sentirem acolhidos no ambiente escolar. Foi neste curso que prepara para o professor ter estas aptidões que ocorreram as dissidências que a fizeram uma das participantes desistir de uma formação acadêmica.

As participações demonstraram que para diminuir as violências e agressões principalmente as pessoas LGBTQIA+, a escola deve assumir com compromisso e o seu dever de acolher e socializar, garantindo a inclusão e difusão diversos saberes sociais, que falam sobre sexualidade e orientações sexuais, explicando que sexualidade não é somente relação sexual, mas uma forma de entender a si por meio das informações obtidas através do convívio, com diferentes culturas e comportamentos. A sexualidade na escola deve ser falada, de maneira clara, sem que haja entrelinhas, para não ocorrer entendimentos equivocados sobre o assunto. Dentre os possíveis inícios, começar as reflexões de sexualidade nas escolas falando sobre as estruturas familiares e, a partir disso, criar grupos de pesquisas ou de esclarecimentos sobre o assunto que socialize as dúvidas que os estudantes tenham sobre o tema sexualidade, mas com assuntos organizados conforme a idade e a fase educacional deles.

Deste modo, vai fazer com que as pessoas já cresçam entendendo as diversidades que existem na sociedade, preparando a sociedade para uma forma harmônica de viver na qual não haja discriminações e preconceitos com o outro. Assim, diminuindo as marginalizações causadas pelo não entendimento e aceitação/respeito, que não permitem estas pessoas a ocuparem posições de destaque na sociedade, sendo obrigadas a sobreviver de formas marginalizadas ou segregadas.

3.2 Referencial teórico

3.2.1 Vidas Transgressoras: Definição de Mulher Trans e Travesti

Os corpos humanos, para além de uma biomecânica existencial, desafiam a entender existências que se manifestam na multiplicidade de compreensões, desejos e vivências. Sobre este aspecto, a pedagogia enquanto ciência educativa é desafiada também a compreender teorias de diversidade, como, por exemplo, a teoria dos corpos educados e da sexualidade em sua manifestação. O movimento teórico da educação sobre a existência dos chamados ‘corpos anômalos’ permite entender o movimento que produz a denominação de vidas transgressoras.

Assim, uma identidade de gênero de uma pessoa se refere à forma como ela se sente internamente em relação ao seu próprio gênero, o que pode ou não coincidir com o sexo atribuído ao nascimento. No contexto da diversidade de gênero, trans a travesti faz surgir grandes dúvidas sobre o tema, como se define e como se constitui estas identidades de gênero. Segundo Rocha (2022), a transgeneridade é o ponto principal para entender o que é travesti e trans, já que este termo se refere a pessoas que não se entendem com o gênero atribuído ao nascimento. A partir disso, começam a surgir as ramificações da transgeneridade.

Rocha (2022) explicando, trans seria então, a identidade de gênero na qual não está relacionado ao sexo atribuído ao nascimento, mas a maneira como ela se entende a se mostra ao mundo, a partir disso a trans se define como o sexo oposto de seu nascimento, por passar pelo processo de transição na qual utilizasse processos hormonais e muitas vezes cirúrgicos, para a partir disso o indivíduo se sentir bem com o seu corpo de intelecto. Já travesti Rocha (2022) defini que é mais fluído, e pode se identificar com o gênero masculino, feminino ou com uma identidade de gênero própria, que não se limita a esses rótulos. A travestilidade é uma construção cultural específica, sobretudo no Brasil e em outros países da América Latina, e está mais ligada à expressão de gênero do que à transição de gênero, travesti adota uma aparência feminina ou masculina e pode modificar o corpo, mas não tem necessariamente a intenção de mudar sua identidade de gênero ou se tornar legalmente mulher ou homem, deste modo expressa sua identidade de maneira única, fora das normas comportamentais biológicas do corpo.

3.2.2 Pedagogia da Sexualidade: Realidade Queer, Sociedade e Representação

A pedagogia da sexualidade exige uma compreensão crítica dos corpos enquanto expressões culturais, históricas e subjetivas. O corpo, longe de ser apenas uma estrutura biológica, é um espaço de significação e dominação, atravessado por discursos sociais, como

argumenta Weeks (2003) ao afirmar que os desejos, comportamentos e identidades sexuais “têm sido modelados no interior de relações definidas de poder” (Weeks, 2003, p. 42). A partir disso, emerge a necessidade de discutir sexualidade como construção social e política.

A teoria queer contesta normas fixas de gênero e sexualidade, propondo rupturas com modelos binários e heteronormativos. Segundo Dinis (2013), a teoria queer surge da intersecção entre estudos feministas e LGBTQIA+, dando visibilidade ao que é considerado “estranho” pela sociedade. Costa (2021, p. 89) reforça que a pedagogia queer busca “um modelo educativo mais respeitoso e menos normatizador”. Ao tratar o corpo como expressão identitária, compreende-se a importância de uma educação que acolha pluralidades e combata invisibilizações (Louro, 1997).

3.2.3 Sexualidade, Escola e Currículo

A abordagem da sexualidade nas escolas permanece restrita, limitada a temas como prevenção de doenças. Britzman (2003) denuncia que essa abordagem impede um diálogo autêntico e perpetua opressões ao não tratar a sexualidade como construção cultural e política.

A omissão do tema reflete uma concepção conservadora de educação, reforçada por legislações como o Projeto de Lei nº 42-A/2007, que atribui à família o papel exclusivo de discutir sexualidade (Louro, 2003). No entanto, ao assumir a missão de formar cidadãos críticos, a escola deve incluir no currículo a discussão de gênero e diversidade.

3.2.3 Pedagogia e Controle dos Corpos: Eros e Erotismo na Educação

A pedagogia atua como dispositivo de controle simbólico dos corpos, moldando comportamentos conforme normas heteronormativas. Louro (2003) aponta que os corpos escolares são “ensinados, medidos, categorizados”, produzindo subjetividades adequadas ao modelo dominante. Foucault (*apud* Louro, 1997) traz a noção de biopoder, compreendendo o controle da vida e da sexualidade como formas de dominação política e social. Hooks (2003) propõe o reconhecimento do Eros como força transformadora na educação, desafiando a anulação do corpo na sala de aula. A pedagogia precisa acolher o corpo sensível e desejante, compreendendo o erotismo como parte da subjetividade e da aprendizagem. A integração entre corpo, mente e afetos é fundamental para promover uma educação libertadora, que rompa com o paradigma da docência autoritária.

3.2.4 Sexualidade, Discurso e Regulação: Dissidência e Exclusão Escolar

Judith Butler (2003) problematiza a naturalização da diferença sexual, afirmando que as normas que regem o gênero e a sexualidade são reiteradas discursivamente. Ao denunciar o “ideal regulatório”, Butler revela como o discurso molda os corpos e os desejos, operando uma normatização que invisibiliza a diversidade. A sexualidade, nesse contexto, não é uma essência, mas uma construção discursiva sujeita à repressão simbólica e institucional. A dissidência é compreendida como resistência aos padrões normativos de corpo e comportamento. Rodrigues (2018) evidencia como a escola, ao tratar crianças fora do “modelo bonança”, reproduz exclusões simbólicas e materiais. Comentários, silenciamentos e negligências cotidianas funcionam como formas de violência simbólica, produzindo traumas e desigualdades. A pedagogia, nesse sentido, precisa se responsabilizar pelas múltiplas infâncias e subjetividades.

3.2.5 Corpos Queer e Moralidade Cristã

Historicamente, o prazer e a diversidade sexual foram reprimidos pelo discurso cristão-moral, que associava a sexualidade à culpa e à reprodução (Foucault, 2020). A homoafetividade, a transgeneridade e as identidades dissidentes continuam sendo marginalizadas por uma moral que regula os corpos e define o aceitável. Nesse contexto, pensar a sexualidade exige compreender os mecanismos de poder simbólico e o papel da escola na manutenção ou ruptura dessas normas.

3.2.6 Marginalização, Violência de Gênero, Violência Simbólica e Poder na Escola

O Brasil lidera os índices de violência contra pessoas LGBTQIA+ (Cut, 2024; G1, 2024). As mortes de travestis e pessoas trans revelam a urgência de um debate educacional que enfrente o preconceito. Marques (2019) aponta que viver nas margens limita a expressão da identidade e reforça a dominação social. Anzaldúa, citada por Marques, identifica os corpos queer como alvos do medo coletivo, o que intensifica a exclusão e a violência.

Bourdieu e Passeron (2023) conceituam a violência simbólica como imposição de significados pelo grupo dominante, sem uso direto da força. A escola, como espaço de reprodução social, legitima desigualdades ao selecionar e excluir com base em critérios arbitrários, como o domínio da linguagem formal e o capital cultural herdado. A autoridade pedagógica, nesse processo, opera como mediadora do poder simbólico, influenciando a formação dos sujeitos.

3.2.7 Ensinar, Aprender e a Relação com a Diversidade

Rosa (2014) distingue o papel civilizador da educação moderna e propõe que ensinar e aprender sejam experiências baseadas na singularidade e na escuta. A educação deve romper com o modelo bancário, em que o estudante é tratado como recipiente vazio, e assumir uma postura dialógica e inclusiva. O corpo, nesse processo, precisa ser reconhecido como sujeito de aprendizagem e expressão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa, foi possível perceber como a educação está entrelaçada com todos os meios da sociedade. Ainda, como a educação é o meio de desenvolvimento social, ou seja, aquela que oportuniza melhores condições de vida, sendo assim, a educação vai interferir na oportunidade de empregos melhores que levam a uma vida longe da marginalidade.

Quanto ao objetivo de responder ao problema de pesquisa e entender a primeira questão, que consistiu em quais elementos da história de vida dessas pessoas apresentam a educação como fator de decisão? Visualiza-se que as participantes retratam como a escola, enquanto lugar de acolhimento, não cumpre o papel integral, agindo com diferenciação e com dissidência com os corpos anômalos que, diante destes fatos, acabam por não continuar os estudos ou os abandonar. Evidenciou-se que as Participantes acreditam que educação poderia contribuir para ajudar jovens LGBTQIA+ na superação das experiências negativas ou nas decisões que fogem dos direitos a empregos melhores, etc. A partir disso, elas retratam que a educação é de suma importância para auxiliar principalmente as minorias, a sair da condição de subsistência.

As Participantes em suas experiências de vida, consideram a homoafetividade e convivência com o aprendizado como um tabu escolar a ser superado. Eles retrataram que a escola enquanto aprendizado é algo bom e funciona, mas o convívio social com outras crianças e adolescentes, na qual estes não entendam sobre as maneiras de expressar a sexualidade vai fazer com que a diversidade acabe por se esconder a se coagir por medo de sofrer as dissidências e opressões. Teoricamente, por fim, refletimos sobre a realidade dos corpos anômalos e como a escola tenta criar padrões de comportamento, deste modo percebe-se a necessidade de forjar um novo método de educação que vise a difusão de diversos saberes sociais que abram campo para estas discussões de sexualidade e maneiras de implementar a discussão de práticas pedagógicas inclusivas e que reconheçam as concepções *queer* e da pedagogia da sexualidade nas práticas do cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ACCARINI, A. **Brasil lidera ranking de países que mais matam LGBTQIA+**. Maioria é de pessoas trans. CUT – Centro Única dos Trabalhadores. 2024. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/brasil-lidera-ranking-de-paises-que-mais-matam-lgbtqia-maioria-e-de-pessoas-tra-6f58>. Acessado em: Nov. 2024.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 4ª Ed. Rio Janeiro: Vozes, 2002.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2. ed. São Paulo: Editora UFMG, 2017.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2023.
- BRASIL. **Projeto Lei 42-A/2007**. Brasília: 2007.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. *et al.* **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.83-112.
- BUTLER, J. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. *et al.* **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.151-172.
- COSTA, J. A. O que é pedagogia *queer*? In: NASCIMENTO, A. *et al.* **Genealogia Queer**. 1ª Ed. Salvador/BA: Editora Devires, 2021, p. 84-106.
- DENZIN, N. K. *et al.* **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DINIS, N. F. Por uma pedagogia queer. **Itinerarius Reflectio**ns, Jataí, volume 2, n. 2, 2013.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: 2. uso dos prazeres**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GIORGI, A. **The descriptive phenomenological method in psychology: a modified Husserlian approach**. Pittsburgh: Duquesne University Press, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Vozes, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HOOKE, B. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, G. L. *et al.* **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.113-124. 67

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. *et al.* **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

MARQUES, F. **Contrabandos subjetivos**: transgressões e irregularidades dos modos de vidas marginais. 1ª ed. Salvador: Devires, 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PARTICIPANTE 01, Karla. TÍTULO DA ENTREVISTA. [Entrevista concedida a] Maurício Rodrigues. Chapecó/SC: Bairro Efapi, 29/09/2024.

PARTICIPANTE 02, JESSIKA. TÍTULO DA ENTREVISTA. [Entrevista concedida a] Maurício Rodrigues. Palmitos/SC por meio telefônico gravado, 24/11/2024.

PARTICIPANTE 03, DANIELLY. TÍTULO DA ENTREVISTA. [Entrevista concedida a] Maurício Rodrigues. Palmitos/SC por meio telefônico gravado, 24/11/2024.

PARTICIPANTE 04, NIKOLLE. TÍTULO DA ENTREVISTA. [Entrevista concedida a] Maurício Rodrigues. Palmitos/SC por meio telefônico gravado, 24/11/2024.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

ROCHA, R. **O que é travesti?** Saiba a diferença entre travesti e transexual. Blog Bicha da Justiça. 2022. Disponível em: <https://bichadajustica.com/blog/o-que-e-travesti-diferenca-entre-travesti-e-transexual/>. Acessado em: Nov. 2024.

RODRIGUES, A. *et al.* **Crianças em dissidências**: narrativas desobedientes. 1ª ed. Salvador: Devires, 2018.

ROSA, S. S. Da. **Pinóquio educador**: ensina e aprender na escola contemporânea. São Paulo: Cortez, 2014.

SORES, J. G.; FERRARI, R.; MENDONCA, M. **Troca de calçada**, Música. São Paulo: Som Livre, 2021.

WEEKS, J. O corpo é a sexualidade. In: LOURO, G. L. *et al.* **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.35-82.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO 8

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: ANÁLISE DAS IDENTIDADES CULTURAL E PERFORMATIVA EM DEPOIMENTOS DE MEMBROS DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA APLICADA

Tiane Cléa Santos Oliveira Dias

RESUMO

Este artigo explora as identidades cultural e performativa em depoimentos de membros de Narcóticos Anônimos (NA), utilizando a perspectiva da Linguística Aplicada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, com análise de conteúdo e discurso de depoimentos coletados. Os resultados indicam que os membros de NA utilizam a linguagem não apenas para relatar suas experiências, mas como um mecanismo transformador que lhes permite ressignificar suas identidades. A prática discursiva nas reuniões de NA revela-se um espaço onde os indivíduos podem reconstruir suas narrativas, superando o estigma da adicção e reafirmando suas identidades de recuperação. A performatividade do discurso emerge como uma ferramenta crucial para solidificar o compromisso com a sobriedade e fortalecer a autoestima dos participantes. O estudo contribui para a compreensão do papel da linguagem na ressignificação identitária em contextos de apoio mútuo, destacando a importância das narrativas como práticas de empoderamento e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade cultural; Performatividade; Linguística aplicada; Narcóticos Anônimos; Análise de discurso.

1 INTRODUÇÃO

A análise da identidade cultural e performativa em grupos de apoio, como os Narcóticos Anônimos (NA), constitui um campo fértil para o estudo das intersecções entre linguagem, subjetividade e ressignificação de experiências de vida. No contexto contemporâneo, em que questões identitárias ganham crescente relevância tanto no campo das ciências sociais quanto nos estudos linguísticos, torna-se essencial compreender como os indivíduos constroem e transformam suas identidades por meio da linguagem (Hall, 2006; Cavalcanti, 1986). A Linguística Aplicada, ao tratar das múltiplas formas de uso da linguagem em contextos sociais específicos, oferece ferramentas para desvendar como práticas discursivas podem moldar e redefinir a percepção que os indivíduos têm de si mesmos, especialmente em situações de vulnerabilidade e marginalização (Sousa; Moura, 2020).

A irmandade Narcóticos Anônimos, fundamentada em princípios de ajuda mútua e partilha de experiências, proporciona um ambiente em que a linguagem não apenas comunica vivências, mas também atua como um agente performativo, permitindo aos participantes construírem novas narrativas de identidade (Burns, 1995). Nesse sentido, o espaço discursivo das reuniões de NA torna-se um locus privilegiado para o estudo da ressignificação identitária,

na medida em que os indivíduos, ao narrar suas trajetórias de adicção e recuperação, mobilizam recursos linguísticos que não apenas descrevem, mas também transformam suas experiências passadas e presentes (Oliveira, 2021).

A relevância deste estudo reside, portanto, na investigação de como a linguagem opera como um meio de reconstrução da identidade para indivíduos que vivenciaram experiências de adicção. Ao articular suas histórias pessoais nos encontros de NA, os participantes ressignificam o passado marcado pelo uso de substâncias e projetam uma nova identidade que privilegia a sobriedade e o autoconhecimento (Vieira; Henriques, 2014). Assim, a análise das práticas discursivas em NA permite não apenas compreender como esses indivíduos utilizam a linguagem para se reapropriar de suas trajetórias de vida, mas também evidencia o papel transformador do discurso na construção de novas subjetividades (Caixeta; Barbato, 2004).

Este trabalho tem como objetivo principal investigar como os membros de Narcóticos Anônimos constroem e ressignificam suas identidades por meio da linguagem em suas narrativas de recuperação. Ao focar nas estratégias discursivas utilizadas nos depoimentos, busca-se evidenciar de que maneira esses indivíduos renegociam suas identidades, transformando o estigma associado à adicção em narrativas de superação e crescimento pessoal (Dias; Santos, 2020). Dessa forma, este estudo contribui para o campo da Linguística Aplicada ao explorar como práticas discursivas influenciam a constituição de identidades culturais e performativas em contextos de apoio e recuperação.

2 LINGUAGEM, IDENTIDADE E PERFORMATIVIDADE NO CONTEXTO DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS

A investigação das práticas discursivas no contexto de Narcóticos Anônimos (NA) revela-se uma abordagem fundamental para entender como a linguagem atua como ferramenta de reconstrução e ressignificação de identidades em trajetórias de recuperação. Neste capítulo, exploramos os conceitos de identidade cultural e performatividade, ancorados nas teorias de Stuart Hall e Judith Butler, bem como os conceitos de linguagem como ação propostos por J.L. Austin e John Searle. Além disso, examinamos como o modelo dos 12 passos utilizado por NA se entrelaça com essas noções, promovendo um ambiente discursivo propício à transformação pessoal.

2.1 Identidade Cultural: Perspectivas de Stuart Hall

Stuart Hall (2006) sustenta que a identidade cultural deve ser compreendida como uma construção social e histórica, um processo dinâmico que reflete não apenas as práticas culturais,

mas também as condições contextuais em que os indivíduos se encontram. A identidade, nesse sentido, é sempre “em construção”, uma narrativa em constante transformação que nunca está completa. No contexto dos Narcóticos Anônimos, os participantes são desafiados a revisitar suas identidades à luz das novas experiências de sobriedade e pertencimento ao grupo.

A identidade cultural em NA é construída por meio da interação entre os membros, que compartilham suas histórias de vida em um esforço coletivo de ressignificação. Esses relatos oferecem uma nova moldura para interpretar o passado marcado pela dependência, permitindo a construção de uma identidade baseada na recuperação (Caixeta; Barbato, 2004). A linguagem, nesse caso, não apenas descreve a experiência, mas a reconfigura, possibilitando aos membros a redefinição das suas trajetórias de vida.

2.2 Performatividade e Linguagem como ação: J.L. Austin e John Searle

No que tange à teoria da performatividade, Judith Butler (1995) argumenta que a identidade não é algo que possuímos, mas algo que fazemos. Essa abordagem é inspirada nos conceitos de J.L. Austin (1962a) sobre a linguagem como ação, onde o “ato de fala” não se limita a descrever a realidade, mas tem o poder de modificá-la. Para Austin, certos enunciados têm a capacidade de realizar ações ao serem pronunciados, um conceito que Searle (1969) expande ao destacar que o contexto social é determinante para que esses atos de fala sejam eficazes.

No ambiente de NA, as narrativas dos membros podem ser vistas como atos performativos que não apenas comunicam, mas também transformam a identidade do falante. Ao narrar suas histórias de recuperação, os participantes de NA estão, simultaneamente, reconstruindo suas identidades, afastando-se do estigma da adicção para adotar uma nova identidade focada na sobriedade (Oliveira, 2021). Nesse sentido, a linguagem funciona como um meio de “fazer” identidade, uma vez que os enunciados proferidos nas reuniões têm o poder de redefinir o “eu” dos participantes (Sousa; Moura, 2020).

2.3 O Modelo de Recuperação pelos 12 Passos

O programa dos 12 passos, que é central para a filosofia de Narcóticos Anônimos, oferece uma estrutura discursiva que orienta os membros em sua jornada de recuperação (Burns, 1995). Cada um dos passos pode ser interpretado como um conjunto de atos de fala que têm como objetivo transformar não apenas o comportamento, mas também a identidade dos participantes. Ao seguir esse modelo, os membros são incentivados a refletir sobre suas vidas

passadas, admitir suas falhas e, através do compartilhamento em grupo, ressignificar suas experiências de dependência.

O modelo dos 12 passos é, portanto, uma prática discursiva que permite a reconstituição identitária, à medida que os membros utilizam a linguagem para narrar suas histórias e reinterpretar suas vivências de forma que promovam um novo senso de pertencimento e propósito (Oliveira, 2021). Esses momentos de partilha nas reuniões de NA são atos performativos que não apenas solidificam a identidade de “recuperação” dos membros, mas também fortalecem o vínculo social entre eles, criando um senso de comunidade.

2.4 Linguística Aplicada e a Análise de Discurso em contextos de Apoio Mútuo

A Linguística Aplicada, conforme Cavalcanti (1986), propõe um enfoque interdisciplinar que busca compreender como a linguagem é utilizada em situações reais de interação social. No contexto de Narcóticos Anônimos, a análise discursiva revela-se uma ferramenta poderosa para explorar como os membros do grupo constroem suas identidades através de narrativas performativas.

A partilha de experiências em grupos de apoio como NA pode ser vista como uma prática discursiva que permite aos indivíduos ressignificar suas identidades. Ao narrar suas histórias, os membros renegociam sua relação com o passado, transformando memórias de fracasso em narrativas de superação (Dias; Santos, 2020). O discurso, nesse contexto, é uma ferramenta de empoderamento que permite aos indivíduos reformularem suas identidades de forma positiva, ajudando-os a se libertar dos estigmas sociais associados à adicção (Medeiros; Maciel; Sousa, 2017).

Além disso, o estudo da linguagem em contextos de apoio mútuo destaca a importância do discurso como um meio de construção de novas realidades. Através das reuniões de NA, os indivíduos são capazes de transformar suas identidades de adictos em recuperação, usando a linguagem como uma ferramenta de autorreflexão e ressignificação (Hall, 2006). Esse processo é facilitado pelo ambiente de apoio mútuo, onde os participantes encontram um espaço seguro para expressar suas vulnerabilidades e explorar novas possibilidades identitárias.

A análise das identidades cultural e performativa em Narcóticos Anônimos, sob a perspectiva da Linguística Aplicada, permite entender como a linguagem pode ser utilizada como um instrumento de transformação pessoal e social. Ao analisar os depoimentos dos membros, torna-se evidente que a linguagem desempenha um papel central na ressignificação de experiências e na construção de uma nova identidade baseada na recuperação.

Os conceitos de identidade cultural e performatividade demonstram que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta ativa na (re)construção das subjetividades. Ao performar suas narrativas de recuperação, os membros de NA não apenas compartilham suas histórias, mas também recriam suas identidades, desafiando o estigma associado à dependência química e promovendo a transformação pessoal e coletiva (Sousa; Moura, 2020; Oliveira, 2021).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com abordagem interpretativa. A pesquisa qualitativa é especialmente adequada para investigações que buscam compreender significados subjetivos, práticas sociais e experiências vividas pelos indivíduos (Caixeta; Barbato, 2004; Hall, 2006). Neste caso, a investigação está centrada em depoimentos de membros de Narcóticos Anônimos (NA), visando explorar como a linguagem é utilizada para a reconstrução e ressignificação de suas identidades ao longo do processo de recuperação. Conforme apontado por Oliveira (2021), a abordagem qualitativa permite uma análise profunda das narrativas pessoais, possibilitando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas identitárias e performativas.

A abordagem interpretativa é empregada para captar as nuances discursivas que emergem nos relatos dos participantes. De acordo com Sousa e Moura (2020), esse tipo de abordagem é essencial para analisar como os sujeitos ressignificam suas experiências de vida através da linguagem, especialmente em contextos de vulnerabilidade e transformação pessoal.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro participantes, cujos depoimentos foram documentados e transcritos para posterior análise tomando como base os referenciais de: identidade, performatividade e linguagem no contexto de recuperação (Cavalcanti, 1986; Burns, 1995). Os entrevistados C., L., M., e L. receberam os codinomes de “Turmalina”, “Ametista”, “Safira” e “Topázio”. O uso de entrevistas semiestruturadas possibilitou um equilíbrio entre flexibilidade e foco temático, permitindo que os entrevistados narrassem livremente suas histórias por vinte minutos, a partir das perguntas: “Quem eu era, quem eu sou?”. À semelhança das práticas narrativas observadas em eventos da irmandade de NA.

A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo e análise de discurso, com ênfase na performatividade linguística, conforme proposto por Judith Butler e J.L. Austin. A análise de conteúdo buscou identificar padrões e categorias emergentes nos

depoimentos, como narrativas de transformação, construção de novas identidades e estratégias discursivas de autorreflexão (Vieira; Henriques, 2014). Já a análise de discurso focou nas formas como os participantes utilizam a linguagem para performar novas identidades, transformando suas histórias de adicção em narrativas de superação.

A teoria da performatividade de Butler (1990) e os conceitos de atos de fala de Austin (1962) foram utilizados como base teórica para interpretar como os membros de NA utilizam seus depoimentos não apenas para relatar experiências passadas, mas também para construir novas realidades e identidades (Dias; Santos, 2020). A performatividade, nesse contexto, é entendida como a capacidade da linguagem de transformar a realidade dos sujeitos, proporcionando-lhes um novo sentido de pertencimento e autorreflexão.

Os critérios para a seleção dos depoimentos utilizados neste estudo incluíram a representatividade dos relatos em termos de diversidade de experiências, tempo de recuperação e profundidade das reflexões sobre o processo de reconstrução identitária. “Turmalina”, “Ametista”, “Safira” e “Topázio” foram os colaboradores escolhidos porque seus relatos capturam aspectos centrais do tema investigado, oferecendo uma gama rica de vivências que ilustram como os membros de NA utilizam a linguagem como ferramenta de transformação. A escolha desses depoimentos foi fundamentada em sua capacidade de demonstrar a relação entre linguagem e identidade no contexto da recuperação, permitindo uma análise detalhada das estratégias linguísticas que os participantes utilizam para performar novas identidades. A diversidade de gênero, idade e contexto socioeconômico também foi considerada para garantir uma representação equilibrada, conforme apontado por Medeiros *et al.* (2017) e Queiroz (2015).

Ao adotar essa metodologia, espera-se que a pesquisa ofereça uma compreensão aprofundada de como os discursos dos membros de Narcóticos Anônimos contribuem para a construção de novas identidades culturais e performativas, promovendo uma ressignificação de suas trajetórias de vida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos depoimentos dos membros de Narcóticos Anônimos (NA) revela um profundo processo de reconstrução identitária, conduzido pela prática discursiva de compartilhar experiências nas reuniões. Essa narrativa coletiva não apenas auxilia na superação de traumas, mas também possibilita a construção de novas identidades mais resilientes.

Um exemplo é o relato de Turmalina, que descreve como a mudança geográfica foi essencial para sua recuperação. Ele menciona que, ao se mudar para Salvador, conseguiu afastar-se do ambiente que alimentava sua adicção, criando vínculos sociais que foram fundamentais para sua jornada de sobriedade. Em suas palavras: "Foi a melhor decisão que eu tomei, sair daquele ambiente no Rio de Janeiro que não me fazia bem. Aqui, longe de tudo, consegui reconstruir minha vida, formar novas amizades e encontrar um novo sentido de pertencimento". A mudança física, portanto, refletiu também uma transformação simbólica, onde Turmalina pôde se desvencilhar de antigas influências e adotar uma nova identidade pautada na sobriedade.

Ametista, por sua vez, apresenta uma narrativa marcada pela ressignificação de traumas de infância e pela busca de uma identidade própria. Ela compartilha como as memórias de abusos emocionais e a falta de apoio materno influenciaram sua autoestima: "Minha mãe sempre dizia que eu era um estorvo, e aquilo ficou marcado em mim. Por muitos anos, busquei esse amor que nunca veio". Nas reuniões de NA, Ametista encontrou um espaço seguro para revisitar essas feridas e transformar o sofrimento em um processo de autodescoberta. Ao narrar suas experiências, ela relata: "Hoje, com a ajuda dos companheiros de NA, estou reconstruindo minha vida. Aprendi a perdoar meu passado e a me ver como alguém que merece respeito". O compartilhamento de sua trajetória nas reuniões contribuiu significativamente para a reconstrução de sua autoestima e identidade.

Esses depoimentos refletem o que Hall (2006) descreve como um processo contínuo de construção da identidade, influenciado pelo contexto social e pelas interações pessoais. Ao partilhar suas histórias, os membros de NA não apenas processam traumas passados, mas também constroem novas narrativas que lhes permitem reformular sua identidade de maneira positiva.

A performatividade da linguagem é uma característica central nas práticas discursivas de Narcóticos Anônimos, onde os membros utilizam o poder do discurso para transformar suas vidas e afirmar novas identidades. Nos relatos de Safira e Topázio, podemos observar como a linguagem é usada para legitimar a transição de uma identidade marcada pela dependência para uma nova fase de recuperação.

Safira relata que o processo de verbalizar suas experiências foi fundamental para sua transformação pessoal. Ao compartilhar sua jornada, ela enfatiza: "Os 12 passos me ajudaram a olhar para mim mesma com honestidade. Eu não podia mais mentir para mim mesma;

precisava ser verdadeira, mesmo que isso significasse confrontar meus próprios demônios". O uso da linguagem nas reuniões é, para Safira, um ato de reafirmação de seu compromisso com a sobriedade e um meio de consolidar sua nova identidade. A honestidade rigorosa, que ela menciona como um princípio fundamental, é essencial para o desenvolvimento de sua nova autoimagem como uma pessoa em recuperação.

Topázio, por outro lado, utiliza o discurso para legitimar sua nova identidade frente ao estigma social associado à adicção. Ele compartilha um episódio em que, ao ser confrontado publicamente no ambiente de trabalho, decidiu assumir sua condição: "Eu disse: 'Sim, eu sou um adicto em recuperação, mas também sou um vencedor. Não tenho mais vergonha disso'". Essa afirmação pública marcou um ponto de virada em sua vida, permitindo que ele rompesse com o estigma e abraçasse uma nova identidade focada em sua recuperação. Em suas palavras: "Ao assumir minha história, percebi que não era mais refém do meu passado; pelo contrário, eu tinha o controle sobre minha vida". Esse ato performativo de autoafirmação, como discutido por Butler (1990), demonstra como o uso consciente da linguagem pode transformar a percepção de si mesmo e dos outros.

Ambos os relatos ilustram como a linguagem pode atuar como um poderoso instrumento de transformação pessoal e social. Ao compartilhar suas experiências de forma autêntica e honesta, os membros de NA criam identidades que os ajudam a superar o estigma e a construir vidas mais significativas. Isso se alinha à noção de performatividade de Austin (1962) e Butler (1990), que afirmam que o discurso não apenas reflete a realidade, mas a constitui.

Os depoimentos dos membros de Narcóticos Anônimos analisados evidenciam como o uso estratégico da narrativa e da linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um ato constitutivo de novas identidades. As histórias de "Turmalina", "Ametista", "Safira" e "Topázio" demonstram como o poder do discurso pode ser utilizado para transformar a percepção que os indivíduos têm de si mesmos e para reconfigurar suas trajetórias de vida.

A análise corrobora com as teorias de identidade e performatividade na linguística aplicada, destacando o papel central da linguagem na ressignificação de experiências e na construção de novas subjetividades (Cavalcanti, 1986; Hall, 2006). Em última análise, os membros de NA utilizam suas narrativas não apenas para processar o passado, mas para criar possibilidades de vida, o que reforça a importância das práticas discursivas como uma ferramenta de empoderamento e transformação.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como tema a análise das identidades cultural e performativa em depoimentos de membros de Narcóticos Anônimos (NA) sob a perspectiva da Linguística Aplicada. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender como a linguagem, no contexto das reuniões de apoio mútuo, contribui para a reconstrução das identidades dos participantes em recuperação. A pesquisa explorou, especificamente, como a narrativa pessoal e o discurso performativo desempenham papéis fundamentais na ressignificação das experiências de vida desses indivíduos.

Os objetivos propostos foram alcançados. A investigação permitiu observar como, por meio do uso estratégico da linguagem, os membros de NA conseguem transformar suas histórias pessoais, renegociando suas identidades de forma a superar o estigma da adicção e promover a autoaceitação. Foi possível identificar que a linguagem utilizada nas reuniões não apenas comunica, mas também age como um mecanismo performativo que legitima novas identidades de sobriedade e resiliência.

O problema de pesquisa, que buscava entender como os membros de NA constroem e ressignificam suas identidades por meio da linguagem, foi respondido ao demonstrar que os depoimentos analisados revelam um processo contínuo de reconstrução identitária. A narrativa compartilhada nas reuniões possibilita aos participantes uma reformulação de suas trajetórias, transformando um passado marcado pela adicção em uma nova perspectiva focada na recuperação e no autoconhecimento.

Os principais resultados obtidos indicam que os membros de NA, ao compartilhar suas histórias, utilizam a linguagem para afirmar novas identidades e construir vínculos comunitários que reforçam seu compromisso com a sobriedade. Relatos como os de Turmalina e Ametista ilustraram como a narrativa pode ser usada para transformar a visão que os indivíduos têm de si mesmos, enquanto os depoimentos de Safira e Topázio destacaram a importância da performatividade no fortalecimento da identidade em recuperação. Esses resultados demonstram que, no contexto das reuniões de NA, a linguagem é um recurso vital para a ressignificação de experiências e para a construção de novas identidades.

As contribuições deste estudo estão relacionadas à compreensão do papel da linguagem na transformação de identidades em contextos de apoio mútuo. A pesquisa acrescenta ao campo da Linguística Aplicada uma análise detalhada das práticas discursivas em NA, demonstrando como essas práticas podem servir como ferramentas de empoderamento e transformação

pessoal. Além disso, destaca a relevância dos espaços discursivos como instrumentos para a reconstrução identitária de indivíduos em recuperação.

Quanto às limitações, enfrentamos desafios relacionados à interpretação de depoimentos pessoais, que, por sua natureza, carregam complexidades emocionais e subjetivas. A análise qualitativa pode ter sido influenciada por essas subjetividades, uma vez que a interpretação dos significados é, em certa medida, condicionada pelo contexto e pelas experiências do pesquisador. No entanto, os métodos utilizados buscaram mitigar essas influências, mantendo o rigor científico.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do estudo para incluir uma análise longitudinal dos efeitos das práticas discursivas em diferentes estágios de recuperação. Além disso, seria interessante investigar como a linguagem influencia a construção de identidades em diferentes públicos dentro de NA, considerando variáveis como gênero, classe social e localidade geográfica. Explorar essas nuances pode trazer novas compreensões sobre o papel da linguagem na construção de comunidades de apoio e na ressignificação de experiências de vida.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words* Harvard University Press. 1962a. (Traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho. **Quando Dizer é Fazer Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990).

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURNS, J. E. **O caminho dos doze passos**. São Paulo: Loyola, 1995.

CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina: um conceito complexo. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 14, n. 29, p. 211-220, 2004.

CAVALCANTI, M. C. A propósito de linguística aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 7, p. 5-12, 1986.

DIAS, M. de S.; SANTOS, B. T. O. Contação de histórias e a identidade feminina. **A Cor das Letras**, v. 21, n. 2, p. 131-141, 2020.

SOUSA, A. R. de; MOURA, J. B. de. **Narrativas de Vida e Análise Do Discurso**. In: COGITE - Colóquio sobre gêneros & textos, 2020.

DUARTE, V. M.; SILVA, M. C. **Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS, J. R. V. A quebrada é quente: gênero e infância na periferia de São Paulo. **Periferia**, v. 11, n. 4, P. 245-270, 2019.

MEDEIROS, K. T.; MACIEL, S. C.; SOUSA, P. F. A mulher no contexto das drogas: representações sociais de usuárias em tratamento. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 27, n. 68, P. 439-447, 2017.

OLIVEIRA, M. A. S. **Espiral narrativa do adicto em recuperação através do programa de 12 passos de narcóticos anônimos**. 183 F. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 427-436, 2006.

QUEIROZ, I. S. **Norma de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres**. 2015. 226 F. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

QUEIROZ, M. I. P. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo social**, v. 1, n. 1, P. 29-46, 1989.

SEARLE, J. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. [S.l.: s.n.] p. 13: 84, 1969.

VIEIRA, A. G.; HENRIQUES, M. R. A construção narrativa da identidade. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 27, n. 1, 2021.

CAPÍTULO 9

SEXUALIZAÇÃO E CONSUMO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MARCA ITAIPAVA E SEU PRINCIPAL PRODUTO

José Diniz do Nascimento Neto
Matheus Felipe Fernandes
Matheus Oliveira Barbosa e Silva
Raphael dos Santos Marins
Elton Orris Marinho da Silva
Vanessa Cristhina Gatto
Adriano Carlos Moraes Rosa

RESUMO

O artigo aborda a sexualização feminina nas publicidades de cervejas e bebidas alcoólicas, com foco no caso da Itaipava. A análise inclui comerciais de televisão, internet e outras mídias, destacando a recorrência de estereótipos de gênero e a representação da mulher como objeto de consumo. O estudo revela que essa prática reforça o machismo estrutural e impacta negativamente a percepção social da mulher. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa discutem-se as regulamentações vigentes e as críticas da sociedade. Conclui-se que as implicações éticas e legais dessas estratégias publicitárias, considerando a sexualização nas propagandas de bebidas alcoólicas, exemplificada pela Itaipava, perpetua desigualdades de gênero e necessita de uma abordagem mais ética e responsável na publicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Caso; Itaipava; Marca; Publicidade; Sexualização.

1 INTRODUÇÃO

Os anúncios são uma forma de publicidade amplamente utilizada no marketing, aplicadas em diversos meios, como panfletos, comerciais, pôsteres e outdoors (Kotler; Keller, 2018). A indústria de cerveja, em particular, sempre se destacou por suas campanhas publicitárias, atraindo e cativando o público.

No entanto, percebeu-se que essa indústria tem um histórico de polêmicas devido ao uso de imagens femininas de forma objetificada para atrair a atenção, especialmente em campanhas que abusam da figura feminina para promover o consumo do produto.

Este estudo analisa as publicidades da marca de cerveja itaipava, destacando a presença de elementos de sexualização e objetificação do corpo feminino em suas campanhas. O objetivo foi compreender como essas práticas eram implementadas e investigar o impacto dessa abordagem na percepção do público.

A escolha pelo ramo de bebidas alcoólicas deve-se ao fato de que esse setor, especialmente em propagandas de cerveja, historicamente objetifica e explora a imagem feminina. Em períodos passados, havia menos atenção sobre o uso da figura feminina na

publicidade, de modo que as pessoas da época não enxergavam problematização o que torna esse material ideal para uma análise crítica.

Utilizando de metodologia exploratória, bibliográfica, documental apoiada por estudo de caso, buscou-se entender como a sexualização nos comerciais e propagandas da Itaipava funcionava na época e como a sociedade enxerga de maneira diferente hoje em dia. Busca-se como esses comerciais eram recebidos, por que a marca podia adotar essa abordagem publicitária.

Ao analisar o contexto histórico e os comerciais da marca, o estudo pretendeu também discutir como as propagandas são vistas nos dias de hoje e como a mentalidade da sociedade mudou. Pretendeu-se e conseguiu-se compreender como o marketing da época influenciava psicologicamente a percepção da mulher na mente dos homens, investigando por que a Itaipava utilizava essa abordagem e de que maneira incentivava o consumo de cerveja.

Assim, este trabalho examinou também como a propaganda idealizava e exibia os desejos de parte do seu público, além de avaliar os impactos psicológicos dessas campanhas sobre as mulheres se fossem lançadas hoje em dia.

Foi analisado o contexto da época para ilustrar a normalização desse tipo de conteúdo publicitário e a ausência de representatividade feminina nas decisões sobre a própria imagem.

2 REVISÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta os assuntos focais da pesquisa e seus mais consolidados autores e/ou pesquisadores nos temas propaganda, publicidade, sexualização, mercado de bebidas no Brasil, legislação, como segue.

2.1 Propagandas

Os comerciais televisivos mesclam culturas, impulsionando o consumo de produtos, conforme destaca Alves *et al.* (2024). As campanhas desenvolvidas por meio das propagandas ampliam a individualidade e o protagonismo das marcas, fazendo com que o uso dos produtos se torne cada vez mais frequente (Kotler; Keller, 2018).

Os comerciais televisivos podem ser retratados como uma narrativa cinematográfica, na qual o produto se torna a "estrela" da trama. Toda a história cativa o espectador e destaca como essa "estrela" é reconhecida e admirada, estimulando o interesse do telespectador pelo produto anunciado (Amponsah, 2024). Embora muitas vezes o público não se recorde detalhadamente

do enredo do comercial, ele lembra da performance do produto e da experiência emocional proporcionada ao assisti-lo.

E, de acordo com a Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB, 2024), os anúncios direcionados são um tipo de propaganda muito comum na internet, aparecendo em conjunto com os conteúdos favoritos dos consumidores e com foco em públicos específicos.

Ainda para a ADVB (2024), eles realmente funcionam, considerando que, um levantamento mostrou que 37% dos consumidores brasileiros fazem compras logo depois de verem alguma propaganda no formato de anúncio direcionado. A porcentagem é impressionante, se mostrando bem acima da média mundial, que fica em 14%. A Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, também ficam longe do Brasil nesse quesito, com apenas 12% dos consumidores fazendo compras após um anúncio direcionado.

2.2 Publicidade

De acordo com Santos (2005), a publicidade consiste em divulgar ao público um fato ou idéia, visando prepará-los para as massas ou um grupo específico de pessoas, com o intuito de motivar uma ação específica, como a compra de um produto, a abertura de conta em um banco ou a prática da reciclagem de embalagens.

E, segundo Muniz (2004), a atividade publicitária remonta à Antiguidade Clássica, onde se observam os primeiros vestígios dessa prática, como anúncios de combates de gladiadores e referências às casas de banho existentes nas cidades. Atualmente, a maioria das mensagens publicitárias é baseada em estudos de mercado e motivação, sendo predominantemente sugestiva.

Embora a publicidade informativa e combativa ainda exista, seu espaço foi parcialmente ocupado pelas relações públicas, enquanto a propaganda assumiu o papel de divulgação em larga escala. Não é exagero afirmar que a publicidade reflete a cultura de um povo. Um dos grandes desafios das organizações que operam em nível global é desenvolver campanhas publicitárias que possam ser veiculadas em diferentes países. Muitas vezes, a diversidade de valores e comportamentos exige que as mensagens sejam adaptadas para se adequar ao contexto cultural de cada local (Kotler; Keller, 2018).

Esta, está na vida do brasileiro em toda a parte. Em casa, na rua, na internet. Até mesmo quando não se espera, ela chega por meio de notificações no celular, como mostra Negócios SC

(2023). Em um estudo da emissora Rede Globo (G1) apontou também que 83% da população brasileira está exposta a algum tipo de publicidade on-line ou off-line.

E a tendência é que este número cresça, já que a própria quantidade de anunciantes têm aumentado. Seu faturamento cresce 16% no país, a rede social e TV aberta estão perdendo fôlego, o mercado de publicidade em junho de 2024 superou os 10 bilhões em faturamento, como destaca Ravache (Valor Econômico, 2024), com destaque nos podcast que dobraram a receita.

2.3 Sexualização

De acordo com Paixão (2023), a sexualização é um recurso utilizado na mídia com a intenção de chamar atenção, geralmente por meio da figura feminina, o que pode resultar na objetificação e erotização da mulher, tratando-a como um produto e algo a ser "conquistado" pelo público masculino. Ocorre quando se atribui um aspecto erótico ou sexual a um objeto ou pessoa e pode prejudicar diretamente as mulheres, pois pode reforçar a ideia de que elas são inferiores e devem ser valorizadas apenas pelo corpo, além de promover a idealização de um "corpo perfeito", invalidando corpos que estão fora desse "padrão".

Santos e Nascimento Jr. (2024), explicam em sua pesquisa que, muitas jovens têm sua saúde mental afetada pela sexualização na mídia. Sua prática é consequência de uma sociedade machista, que exclui a mulher e ofende sua imagem.

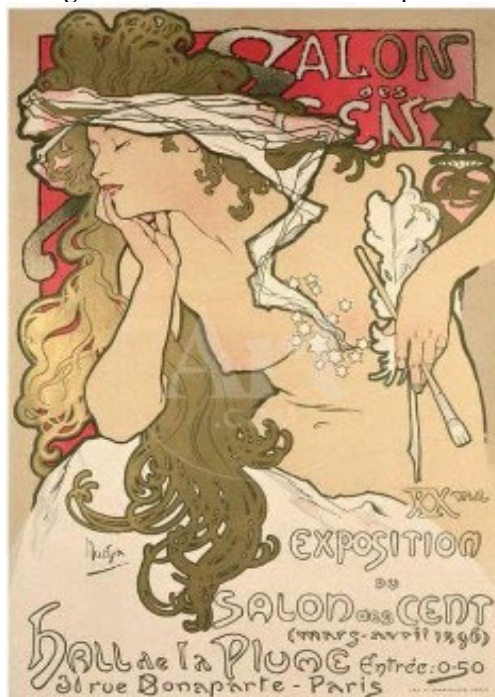
Silva (2016), em sua obra, também colabora com o tema declarando:

Ao analisar a presença das mulheres na sociedade, percebemos que sua trajetória histórica foi marcada por mecanismos de exclusão, os quais contribuíram negativamente para uma representação errônea da mulher, na medida em que estes deturpam sua imagem e ferem seus direitos, passando a violar seus princípios morais (Silva, 2016, p. 1).

Historicamente, a mulher não possuía voz na sociedade e era tratada como um objeto de serventia para a figura masculina. Segundo Beauvoir (2008), a representação do mundo é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta. Consequentemente, sua representação na mídia servia apenas como estratégia para atrair a atenção dos homens. A sexualização nas propagandas remonta ao século XIX, quando artistas como Alphonse Mucha e Jules Chéret começaram a utilizar imagens de mulheres em poses sugestivas em pôsteres para espetáculos (Alves *et al.*, 2024).

A seguir, apresenta-se um dos pôsteres elaborado por Alphonse Mucha (Figura 1).

Figura 1: Poster Salon Des Centsposter.



Fonte: Muchafoundation.org (2024).

Como é possível observar pela Figura 1, utilizavam-se a imagem da mulher nua para atrair atenção. Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento das propagandas, a sexualização continuou sendo uma prática comum, especialmente em campanhas publicitárias no ramo de bebidas alcoólicas. Nesses anúncios, a figura da mulher como "garota-propaganda" é frequentemente apresentada como objeto de desejo, servindo simbolicamente às vontades masculinas.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2016), 65% das brasileiras não se identificam com campanhas publicitárias. Além disso, 84% dos entrevistados apontam que o corpo feminino é usado para vender produtos, e 58% afirmam que as propagandas utilizam as mulheres como objetos sexuais. Com o uso recorrente da sexualização na publicidade, o setor de bebidas alcoólicas se tornou um dos maiores exemplos de como a figura feminina é objetificada para atrair o público masculino.

2.4 Mercado de bebidas no Brasil

No Brasil, o consumo de bebidas alcoólicas, como a cerveja, cresceu significativamente a partir dos anos 1980 (Gomes, 2015).

A Figura 2, extraída de uma matéria do G1 (2018), mostra a realidade do consumo de bebidas no país, como segue:

Figura 2: Consumo de bebidas no Brasil.



Fonte: G1 “a” (2018).

Consoante à Figura 2, o consumo de cerveja no Brasil se apresenta no topo do índice, sendo classificada como a bebida alcoólica mais consumida no país. Em seguida, aparecem a cachaça, o vinho, as bebidas mistas e a vodca.

De acordo com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel, 2024), projetou-se um crescimento na categoria de cervejas para a temporada de 2024, atingindo um faturamento de R\$1 bilhão. Esse alto consumo foi acompanhado pelo uso de publicidades, como comerciais, que se tornaram palco para a padronização de estereótipos, como a sexualização e objetificação. Assim, nos últimos anos, essas visões ficaram perpetuadas por meio de trocadilhos em diversas campanhas publicitárias, que começaram a associar o consumo de bebidas ao corpo feminino, como anúncios que mostram mulheres servindo bebidas aos homens com roupas sensuais (Santos; Nascimento Jr., 2024).

A produção e o consumo de cervejas no Brasil foram altos, em grande parte devido à acessibilidade e popularização. No entanto, diversas pesquisas e experimentos realizados por muitas instituições demonstraram que bebidas como essas, apresentam fortes indícios de desenvolvimento de doenças e câncer. Após o tabagismo e os agentes infecciosos responsáveis por infecções crônicas, o álcool é a mais importante causa conhecida de câncer em humanos (Wunsch, 2012) e, muitas vezes, os malefícios dessa droga lícita na população são agravados pela falta de adesão legislativa por parte do governo e das grandes produtoras.

A Constituição Federal de 1988 define que a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

2.5 Legislação

Segundo Pacheco (2021), legislação é um conjunto de leis e normas que regem um país, estado ou comunidade, inclui todas as regras jurídicas criadas por órgãos, congresso, senado entre outros, e tem como objetivo organizar e regular a vida social, econômica e política de uma sociedade. Assim como também deve existir regras em um grupo social também deve existir regras em conteúdos que é consumido, seja um comercial, propaganda ou publicidade.

O órgão responsável por expor essas regras em publicidade, comerciais ou propagandas para o público, é o CONAR ou Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, que acaba sugerindo as devidas regulamentações em comerciais de bebidas alcoólicas, existem sugestões de diferentes fatores para esses comerciais, um deles é sobre o apelo a sensualidade e indução ao vício de uma bebida alcoólica. E, conforme o anexo “A”, número 3, “Eventuais apelos à sensualidade não constituirão o principal conteúdo da mensagem; modelos publicitários jamais serão tratados como objeto sexual” (CONAR, 2024).

Embora tudo isso, sendo preciso o CONAR reger certas empresas que publicam comerciais desse tipo, o que é muito importante até mesmo para não acabar ocorrendo o incentivo de bebidas a menores de idade. Contudo, nos anos de 1980 a 1990 era frequente ver anúncios que utilizavam a imagem feminina de maneira estereotipada e objetificada para atrair a atenção do público masculino, logo essas práticas começaram a ser questionadas e criticadas por movimentos sociais e órgãos reguladores como o CONAR, levando a uma mudança nas estratégias de publicidade, após os anos 2000 com a conscientização maior do público e dos órgãos, houve um esforço maior para criar campanhas e leis mais responsáveis e respeitosas.

Conforme a Nota Técnica nº6/2023 da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon, 2023), estabelece diretrizes para evitar a objetificação e a sexualização da figura feminina nas propagandas. Ainda conforme o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na já referenciada Nota Técnica (6/2023), por exemplo, implementou-se uma legislação que proíbe propagandas sexistas, prevendo multas significativas para as empresas que violarem essa regulamentação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica constitui um estudo teórico realizado por meio de referências teóricas, com o objetivo de auxiliar o pesquisador a compreender o tema do trabalho.

Segundo Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades.

A pesquisa qualitativa busca compreender os motivos e causas de um fenômeno por meio de perguntas e entrevistas, priorizando a profundidade das respostas em vez da quantidade de amostras. E, conforme Andrade (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A mesma autora (Andrade, 2010), explica que a pesquisa exploratória visa estudar e levantar os aspectos principais do tema, destacando experiências práticas relacionadas ao problema investigado.

E, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória procede quando o estudo se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Por fim, para Gil (2022), a técnica do estudo de caso é um modo de organizar os dados em termos de uma determinada unidade escolhida. Trata-se de uma metodologia válida nas situações em que as questões a serem respondidas são do tipo “como?” ou “por que?”, quando o pesquisador se encontra em uma situação com vários fenômenos complexos e contemporâneos, inseridos no contexto da vida real.

3.1 Estudo de caso

A Itaipava é uma marca de cerveja brasileira, conhecida por suas campanhas publicitárias que frequentemente utilizava a sexualização como estratégia de marketing. A marca foi criticada por suas propagandas que objetificam mulheres, apresentando-as de maneira sensual para atrair a atenção do público. Essa abordagem gerou debates sobre a ética na publicidade e o impacto negativo na imagem feminina, reforçando estereótipos e o machismo estrutural na sociedade.

Conforme as Figuras 3, 4 e 5 as campanhas da Itaipava apresentam a abordagem de sexualização.

Figura 3: Trecho do Vídeo Vai e Vem.



Fonte: Cerveja Itaipava (2015).

Como observado na Figura 3, a sexualização da imagem feminina é presenciada na campanha. Isso fica evidente na representação da “Mulher Verão, Aline Campos da Silva, como garçonete servindo cerveja aos homens, acompanhada pela frase: “Vai verão, vem verão”. Eles a fazem andar de um lado para o outro só para vê-la desfilando.

Além disso, também se percebe como a gravação foi feita, pelo posicionamento da câmera baixa, roupas curtas e estilo de desfile a fim de mostrar partes do corpo de forma sensual. No final da publicidade, aparece uma *hashtag* “verãoénosso”, no qual fica evidente a personificação de uma estação do ano a um movimento fazendo com que se popularize e se torne normal esse tipo de conteúdo. E, consoante à matéria veiculada na revista Exame (2024), nessa campanha, a marca recebeu uma enxurrada de críticas no Twitter, pelo tom machista e pela forma que transformou a mulher como objeto de desejo. Colocado a frente, a Itaipava usou respostas automáticas dizendo apenas “obrigado”, concluindo-se, que apesar das diversas repercussões ela não demonstrou interesse em se preocupar com a imagem feminina.

Figura 4: Campanha verão-Itaipava.



Fonte: Cerveja Itaipava (2015).

Ao analisar a Figura 4, observa-se uma publicidade que sexualiza a mulher Verão, comparando os seios da personagem com o tamanho das garrafas, de 300ml e 350ml. De acordo com a fonte (Exame, 2024) a campanha foi suspensa pelo órgão CONAR devido ao apelo excessivo à sensualidade.

Figura 5: Print do vídeo Itaipava-Sair do Mar.



Fonte: Cerveja Itaipava (2015).

Como se vê na Figura 5, a publicidade de 2015 mostra a personagem “Mulher Verão” saindo do mar, e enquanto ela sai, um personagem masculino olha e depois tenta disfarçar algo, fazendo uma sugestão de que ele havia ficado “ereto”. Assim, a publicidade deixa entender que “Às vezes a pessoa acaba se empolgando demais com o Verão e deixa a maré subir. Nessa hora, como é que se faz pra sair do mar sem passar vergonha? Aprenda essa lição com o mestre da Malandragem 100%.” Esta é a descrição do vídeo pela própria Itaipava, 100% era um

personagem de algumas publicidades que ensinava a como se comportar e disfarçar quando estiver olhando uma moça na praia. O CONAR suspendeu essa publicidade por apelo sexual excessivo depois de diversas denúncias, determinando que ela deixe de ser exibida livremente e passe a ser veiculada exclusivamente em canais em que haja o controle do acesso para menores de 18 anos.

3.2 Pesquisa Qualitativa Sobre o Tema

Baseado em uma pesquisa qualitativa com 106 (cento e seis) respondentes/respostas da região do Vale do Paraíba, observou-se que:

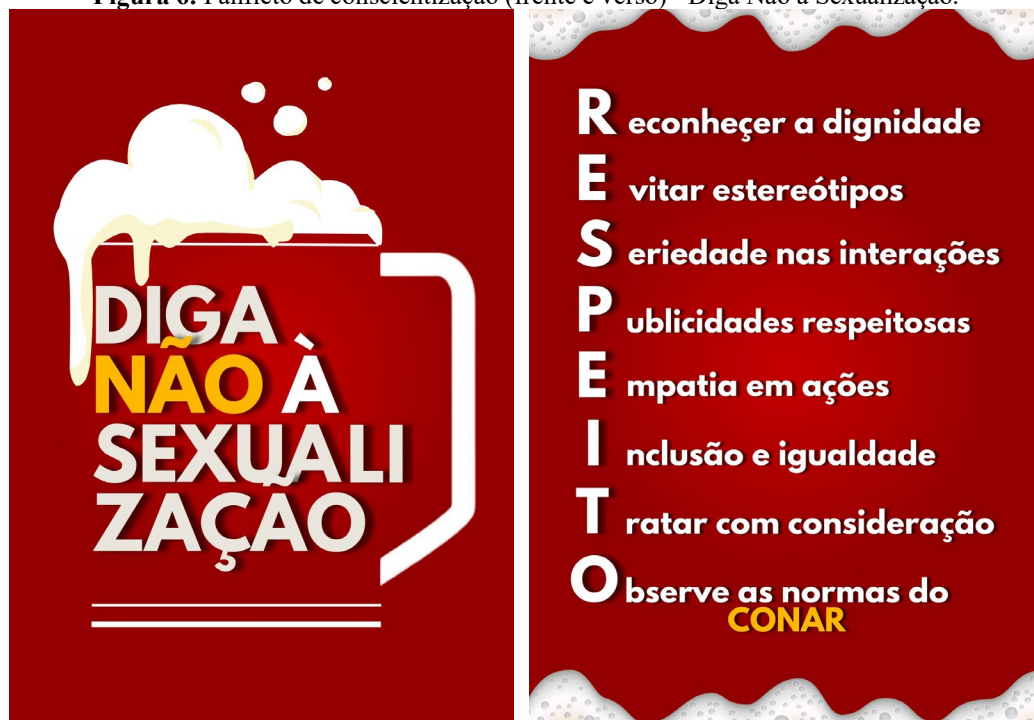
- As propagandas de cerveja são “sim” associadas à sexualização por 63,21% dos participantes.
- Além disso, 96,23% do público reconhece a marca Itaipava.
- Conforme apontado e com base nas respostas, a recepção é negativa em relação à maneira como as mulheres são tratadas, sendo frequentemente vistas como objetificadas e exploradas, e muitas vezes apresentadas como produtos, conforme indicado por 70% das respostas.
- Aproximadamente 67,92% dos participantes concordam que os principais motivos da sexualização nas propagandas são para chamar a atenção.
- E, também, 53,77% dos respondentes acreditam que isso afetou negativamente a imagem feminina, reforçando o machismo estrutural e enfatizando a mulher como um produto.
- Entretanto, ao observar as respostas individuais, é possível perceber que, aqueles que marcam a idade mais avançada respondiam de forma neutra ou afirmativa a recepção, de modo que não enxergavam nada de errado e alguns até apontavam como criativo.

3.3 Proposta de solução

A estratégia adotada consistiu na distribuição de um panfleto de conscientização conforme Figura 6 (a seguir), com o objetivo de alertar os microempreendedores sobre o uso da sexualização em publicidades.

O material visou redirecionar o foco para outras abordagens, evitando a utilização de apelos sexuais. A proposta também foi elaborada para promover uma publicidade mais “respeitosa” e “responsável”, alinhada com as expectativas da sociedade atual.

Figura 6: Panfleto de conscientização (frente e verso) - Diga Não à Sexualização.



Fonte: Dos próprios autores. Behance.Net (2024).

De acordo com Heller (2021) em sua obra “A Psicologia das Cores”, as cores despertam sensações. A ciência que estuda o comportamento do cérebro ao interagir com as cores é chamada de psicologia das cores. Em concordância com isso, no panfleto foram utilizadas as cores amarela (#fffb800), vermelha (#920000) e branca (#eae6dd).

A cor amarela foi escolhida para gerar um sentimento de alerta e atenção, enquanto a vermelha, uma sensação de agressividade e urgência. Já a cor branca, um novo começo e pureza, o que está alinhado com a adoção das novas publicidades brasileiras, equilibrando as cores mais intensas. Além disso, no panfleto, foi criado um acróstico com palavras relacionadas a respeito, que refletem características de uma publicidade respeitosa em alinhamento com o CONAR.

4 RESULTADOS, DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O presente estudo analisou criticamente a construção da imagem feminina nas campanhas publicitárias da cerveja Itaipava, evidenciando o uso recorrente da sexualização como estratégia de marketing. Com base em uma abordagem qualitativa e bibliográfica (Andrade, 2010; Marconi; Lakatos, 2021), aliada à análise de estudo de caso e à percepção do público da região do Vale do Paraíba, identificou-se que a marca frequentemente explora o corpo feminino de forma objetificada, associando-o a padrões estéticos irreais e papéis subordinados.

Tais práticas reforçam o machismo estrutural e contribuem para a naturalização da hipersexualização feminina na mídia (Paixão, 2023; Silva, 2016), impactando negativamente a construção social da identidade das mulheres. De acordo com pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2016), 84% dos entrevistados afirmam que o corpo da mulher é utilizado para vender produtos, e 58% apontam que elas são apresentadas como objetos sexuais. Esses dados corroboram os resultados obtidos neste estudo, que revelam a percepção crítica do público quanto às campanhas da Itaipava.

Embora essas estratégias possam gerar visibilidade e engajamento no curto prazo, elas comprometem a ética na publicidade e ignoram a diversidade de corpos, vozes e experiências femininas (Beauvoir, 2008).

Paralelamente, observou-se o avanço de normativas legais e autorregulatórias, como a atuação do CONAR (2024) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon, 2023), que impõem limites ao apelo sexual e à objetificação da mulher em anúncios.

Diante desse panorama, evidencia-se a necessidade de repensar as estratégias comunicacionais adotadas pelas marcas de bebidas alcoólicas. É imperativo que as campanhas publicitárias abandonem os estereótipos limitadores e adotem representações mais autênticas, plurais e respeitosas da mulher. Como argumenta Heller (2021), a comunicação visual e simbólica pode ser usada para promover transformações sociais positivas quando orientada por valores éticos e inclusivos.

Por fim, esperou-se e conseguiu-se que este estudo contribua para o debate acadêmico e profissional sobre os limites e responsabilidades da publicidade no Brasil, incentivando práticas mais alinhadas com os direitos humanos, a equidade de gênero e o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

ABRASEL. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. **Faturamento do consumo de bebidas deve gerar R\$ 1 bilhão no verão**. 2024. Disponível em: <https://abrasel.com.br/revista/mercado/faturamento-1-bilhao-verao-2024/>. Acessado em: Jun. 2025.

ADVB. Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. **Anúncios Direcionados**. 2024. Disponível em: <https://advb.org.br/a-instituicao/#:~:text=SOBRE%20A%20ADVB&-text=Dentre%20os%20principais%20objetivos%20da,marketing%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs>. Acessado em: Jun. 2025.

ALVES, C. *et al.* Percepção do grau de sexualização no design de personagens femininas em jogos contemporâneos. **DATJournal**, v.9, n.1, p. 85-102, 2024. Disponível em: <https://datjournal.emnuvens.com.br/dat/article/view/783/590>. Acessado em: Jun. 2025.

AMPONSAH, P. N. Journalism and Ethical Engagement with Visual Media: Illuminating Stories through Engaging Imagery. **Scientific Research Publishing**, Irvine (CA-USA), 2024.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo (SP): Atlas, 2010.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Nova Fronteira, 2008.

BEHANCE.NET. Panfleto informativo: **Diga Não à Sexualização**. 2024. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/65845503/Itaipava-Full-CGI>. Acessado em: Jul. 2025.

CERVEJA ITAIPAVA. **Vai e Vem**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=64kqOYkfCsk>. Acessado em: Maio. 2025.

CONAR. **Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária**. A propaganda de cigarros, charutos e derivados do tabaco só poderá ser feita na TV e rádio entre 21h e 6h. 2024. Disponível em: <http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php>. Acessado em: Jun. 2025.

EXAME. **CONAR pede que Itaipava suspenda sua campanha**. 2024. Disponível em: <https://exame.com/marketing/conar-pede-que-itaipava-suspenda-sua-campanha/>. Acessado em: Jun. 2025.

G1. **Brasil é o 10º maior mercado de vodca, a bebida 'anfitriã' da Copa**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-e-o-10-maior-mercado-de-vodca-a-bebida-anfitriã-da-copa.ghtml>. Acessado em: Maio. 2025.

G1. **Conar restringe propaganda da Itaipava por apelo sexual excessivo**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/04/conar-restringe-propaganda-da-itaipava-por-apelo-sexual-excessivo.html>. Acessado em: Maio. 2025.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª Ed. São Paulo (SP): Atlas. 2022.

GOMES, A. Relevância do Mercado Cervejeiro Brasileiro: avaliação e perspectivas e a busca de uma agenda de regulação. **Revista Pensamento e Realidade**, v. 30, n. 2. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/24655/179>. Acessado em: Jun. 2025.

HELLER, E. **A Psicologia das Cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. 5ª. reimpressão. São Paulo (SP): Editora Olhares, 2021.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **65% das mulheres não se reconhecem na mídia e publicidade**, 2016. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/concurso1minuto/pesquisa-mulher-e-propaganda.html>. Acessado em: Jul. 2025.

KOTLER, P.; KELLER, K. **Administração de marketing**. 15ª. ed. São Paulo (SP): Pearson Education do Brasil, 2018.

MOREIRA JR, S. **Regulação da publicidade das bebidas alcoólicas**. Senado Federal, 2005, p. 18. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-20-regulacao-da-publicidade-das-bebidas-alcoolicas>. Acessado em: Jun. 2025.

MUCHAFOUNDATION.ORG. **Poster Salon des Cents**, idealizado por Alphonse Mucha em 1896, exemplificando a figura feminina sexualizada. Disponível em: <https://muchafoundation.org>. Acessado em: Maio. 2025.

MUNIZ, E. **Consultoria de Comunicação**. 2004 Disponível em: <https://cliqueapostilas.com/Content/apostilas/47159ba3a75f88c7a55a58cdae613395.pdf>. Acessado em: Jul. 2025.

NEGOCIO SC. **Dados mostram o papel da publicidade na vida do brasileiro**. Florianópolis (SC), 2023. Disponível em: <https://www.negociossc.com.br/blog/dados-mostram-o-papel-da-publicidade-na-vida-do-brasileiro/>. Acessado em: Jul. 2025.

PACHECO, L. B. **Como Se Fazem as Leis?** 4ª.ed. Brasília (DF): Edições Câmara, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/mesa/segundavice/interacao-legislativa/publicacoes/como-se-fazem-as-leis.pdf>. Acessado em: Jun. 2025.

PAIXÃO, K. M. **A Imagem Feminina e a Dignidade Sexual no Ciberespaço: uma reflexão contemporânea a partir da problemática da pornografia ilícita**. Dissertação (Mestrado Direitos Fundamentais e Alteridade). Universidade Católica do Salvador. Salvador (BA): UCSAL, 2023. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/2e8ebaaa-fc58-4c72-adc2-9cdab3018698>. Acessado em: Jul. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SANTOS, A. R.; NASCIMENTO JUNIOR, F. A. Educação, Infância e Cultura Digital: um ensaio sobre os efeitos da hipersexualização no ensino e aprendizagem. **EGAL Revista Escola de Governo de Alagoas**, 2ª, ed, v. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.escoladegoverno.al.gov.br/storage/artigos/6qscMzGd83O4PkJPWwcr4if6vL1uquvmQIqw0z0p.pdf>. Acessado em: Maio. 2025.

SANTOS, G. **Princípios da publicidade**. 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TvsN9TGW5uUC&oi=fnd&pg=PA15&dq=publicidade&ots=rXqAe-CJ4dc&sig=4RKcQL5p2Y5FzKF_J1DSYIXulQE#v=onepage&q=publicidade&f=false. Acessado em: Maio. 2025.

SENAÇON. **Secretaria Nacional do Consumidor**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nota Técnica nº 6, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/notastecnicas/nota-tecnica>. Acessado em: Jun. 2025.

SILVA, M. A. **Músicas que violentam a mulher: representações machistas nas letras do forró estilizado**. In.: XII Conages Colóquio Nacional de Representações de Gênero e Sexualidade. Campina Grande (PB), 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2016/trabalho_ev053_md1_sa3_id1749_09052016230400.pdf. Acessado em: Jun. 2025.

VALOR ECONÔMICO. **Faturamento de publicidade cresce 16% no país: rede social e TV aberta perdem fôlego, com uma exceção**. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/op->



iniao/guilherme-ravache/coluna/faturamento-de-publicidade-cresce-16percent-no-pais-rede-social-e-tv-aberta-perdem-folego-com-um-a-excecao.ghml. Acessado em: Maio. 2025.

WUNSCH, V. Consumo de bebidas alcoólicas e risco de câncer. **Revista USP**. p. 40. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52255>. Acessado em: Maio. 2025.

CAPÍTULO 10

INFLUÊNCIA DOS LIVROS APÓCRIFOS E O PENSAMENTO HETEROPATRIARCAL DE DOMINAÇÃO NA IGREJA CONTEMPORÂNEA

Claudio Noel de Toni Junior

RESUMO

Este artigo analítico propõe uma investigação aprofundada acerca da relação histórica e contemporânea entre a exclusão dos livros apócrifos do cânon bíblico durante o Império Romano e as estruturas de poder que, na atualidade, aproveitam esse legado para reforçar uma lógica heteropatriarcal. A análise examina como a marginalização de determinados textos religiosos que abordavam temas como a reencarnação, práticas ligadas ao biopoder e à necropolítica das diferenças permite à igreja e a outras instituições perpetuar o controle social sobre minorias, especialmente em relação às populações LGBTQIA+.

PALAVRAS-CHAVE: Biopoder; Sociedade de Controle; Doutrina da Dominação; Resistência.

1 INTRODUÇÃO

A história das tradições religiosas é marcada por processos complexos de seleção e exclusão de textos que moldaram a formação dos cânones sagrados. Durante períodos decisivos, como o Concílio de Trento (1546), a Igreja Católica Romana realizou escolhas que acabaram por excluir uma série de livros denominados apócrifos ou deuterocanônicos dos relatos oficialmente reconhecidos, conforme Ribeiro (2024). Essa exclusão não apenas redefiniu os limites do discurso teológico, mas também serviu para solidificar estruturas de poder que, historicamente, favoreceram a supremacia de determinadas narrativas em detrimento de outras vozes.

Este artigo tem por objetivo discutir, de maneira crítica e fundamentada, como a exclusão dos livros apócrifos durante o Império Romano e suas consequências históricas ainda repercutem na configuração do pensamento heteropatriarcal e, na prática de controle social sobre grupos minoritários com ênfase especial na população LGBTQIA+. Assim, a pesquisa propõe a análise de como práticas de biopoder e necropolítica, conforme defendidas por teóricos como Foucault e Mbembe (2016), se articulam na perpetuação de desigualdades e na manutenção de uma ordem social que se apresenta como “natural” e imutável.

Para alcançar esse objetivo, o presente estudo divide-se em seções temáticas que abordam, primeiramente, o contexto histórico da exclusão dos livros apócrifos e os fundamentos teológicos que levaram à sua marginalização. Em seguida, analisa-se o papel dos textos apócrifos na contestação das interpretações heteropatriarcais que predominam na

teologia cristã. O estudo avança para discutir os conceitos de biopoder e necropolítica, evidenciando como tais dispositivos teóricos permitem compreender as práticas contemporâneas de controle social. Por fim, o artigo examina a exclusão de temas como a reencarnação e suas implicações para a consolidação de uma ordem institucional que, por meio de práticas simbólicas e políticas, visa à manutenção de desigualdades.

Esta análise procura oferecer subsídios teóricos e apontar caminhos para a superação dos discursos normativos que historicamente marginalizaram grupos minoritários. A partir de uma leitura crítica dos textos religiosos tanto os canônicos quanto os apócrifos, este trabalho propõe repensar as bases epistemológicas e normativas que fundamentam o controle social e a exclusão, oferecendo uma perspectiva interdisciplinar que dialoga com a teologia, a sociologia e a teoria política (Urbano, 2016).

Conforme se observa atualmente, tanto a igreja católica romana exclui indiretamente as pessoas transgêneras, embora houve a tentativa de reaproximação destas pessoas pelo papa Francisco, mas retrocede com seu sucessor. Fato este, que além dos livros que foram inseridos em cada religião e sua doutrina, como a católica romana, a carismática, o protestantismo e o espiritismo, cada uma, exceto o último, usa trechos bíblicos para condenar o ser homossexual-transsexual, ao aceitarem acolher textos desta magnitude.

Vem o espiritismo e suas doutrinas como a Umbanda e o Candomblé que na maioria das vezes, acolhem os renegados pelas igrejas e religiões que condenam as práticas não heteropatriarcais onde interpretam os mesmos trechos que outros excluem para a inclusão das pessoas não binárias tendo outra visão destes mesmos trechos, o que devem prevalecer, pois muitas igrejas neopentecostais de hoje usa a religião como sinônimo de política como a disseminação do ódio e de informação, falsas, apropriação da opinião de seus “fiéis” e ideias de regeneração, que se a pessoa não tiver um forte senso de superação, ocorrem casos inclusive de suicídios, quando o interesse por trás desta dominação são objetos que não pertencem aos ensinamentos do Cristo, que não se posicionou por ideologias políticas, informacionais, de dinheiro, de poder, de obtenção de *posição* e de religião, quem as criou foram homens que em conluio com reis e a elite escreveram livros e praticam suas ideologias, uma diferente da outra.

2 METODOLOGIA

A metodologia é referencial bibliográfico, analítica e comparada. Emprega os conceitos teóricos de Michel Foucault e Achille Mbembe para fundamentar a análise crítica das práticas de poder, ao mesmo tempo, em que se problematiza a função dos livros apócrifos na

configuração histórica e contemporânea da doutrina cristã como forma de segmentação e do poder exercido entre dominados e dominadores e que estas práticas sociais que se entendem por religião é o cerne de rupturas dos corpos que tem direito de viver e aqueles que são inferiorizados e devem se “converter” conforme as conveniências de escrituras escolhidas a dedo por cada religião pela força da dominação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A influência dos Livros Apócrifos na igreja contemporânea e o heteropatriarcalismo teológico social

O termo “livros apócrifos” refere-se a textos religiosos que não foram incluídos no cânon oficial da Bíblia. Embora haja divergências na definição e na aceitação desses textos, no contexto das discussões históricas, sobretudo na tradição protestante, são sete livros frequentemente citados. Alguns destes são, de acordo com Kuiper (1974): Tobias, Judite, Sabedoria (ou Sabedoria de Salomão), Eclesiástico (ou Siracida), Baruque, 1º, Macabeus e 2º Macabeus, ao qual pode se citar:

Tobias, também conhecido como *Tobit*, enfatiza temas como a piedade, Judite, relato de uma mulher heroica que salva seu povo. Sabedoria de Salomão enfatiza a justiça, a imortalidade e a fé. Eclesiástico ensina conceitos éticos e práticos na vida social. Baruque, que possuem orações e ensinamentos sobre o exílio. Macabeus I e II enfatizam a luta do povo judeu pela liberdade religiosa e social no período helenístico no século II a.C.

É importante ressaltar que, além dos livros acima, outros textos como o evangelho de Barnabé também aparecem nas discussões sobre literatura apócrifa. O evangelho de Barnabé é frequentemente citado em contextos críticos por ser condenado historicamente e considerado uma obra pseudepigráfica.

A formação do cânon bíblico sempre foi um processo marcado por debates, decisões conflituosas e divergências doutrinárias. A exclusão dos livros apócrifos pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais se destacam as discrepâncias doutrinárias encontradas nestes textos. Enquanto a Igreja Católica, por exemplo, reconheceu esses livros como canônicos em decisões como as do Concílio de Trento (1546), as tradições protestantes os rejeitaram—fundamentando-se em uma interpretação que enfatizava a supremacia dos textos hebraicos originais e a busca por coerência doutrinal. Essa ênfase denunciava as inconsistências percebidas em termos de narrativa, moral e filosofia comparadas aos demais livros do Antigo Testamento (Urbano, 2016).

Para Brackemeier (2003), os críticos dos apócrifos contestavam a origem dos mesmos, questionando se realmente possuíam inspiração divina e se refletiam a mesma tradição histórica dos demais livros canônicos. Por exemplo, debates relativos ao Livro de Baruke giram em torno de sua datação e de sua associação direta com a figura profética de Jeremias. Alguns textos foram considerados pseudoepigráficos ou de autoria duvidosa, o que minava sua elegibilidade para inclusão no cânon oficial.

O desenvolvimento dos critérios de canonização implicou a criação de padrões rigorosos para definir quais textos possuíam a “inspiração divina” que justificaria sua permanência na Bíblia. Esses critérios históricos e teológicos levaram os líderes religiosos a inclinar-se para uma seleção que priorizava a consistência com a tradição judaica e as doutrinas emergentes da fé cristã. Na perspectiva protestante, a ausência dos livros apócrifos refletia uma tentativa de preservar a “pureza” da mensagem bíblica consolidada, sem as influências que consideravam não autênticas.

Ademais, o papel das decisões concílicas, como a do Concílio de Trento, evidenciou a tensão entre a tradição estabelecida e a necessidade de reformas. Enquanto o Concílio de Trento consolidava os deuterocanônicos no cânon católico, as obras eram vistas com ceticismo pelos reformadores protestantes, que priorizavam os textos do Antigo Testamento originalmente escritos em hebraico. Essa dicotomia não só influenciou a formação dos cânones, mas também moldou a interpretação teológica dos textos, que hoje reverbera em debates sociais e políticos (Geisler, 1997).

Desde os primórdios do Cristianismo, a questão da autoridade dos textos sagrados tem sido objeto de disputas intensas e delineamentos teológicos. A exclusão dos livros apócrifos do cânon bíblico representa um marco histórico relevante, tendo ocorrido em momentos específicos da história da Igreja, como evidenciado pelo Concílio de Trento, quando tais textos foram declarados não canônicos (Geisler, 2021). Essa seleção não foi arbitrária, mas sim parte de um processo deliberado de construção de uma identidade teológica que se opunha a narrativas consideradas dissidentes ou incompatíveis com a doutrina oficial.

A exclusão dos apócrifos, para Camargo (2011), permitiu à igreja consolidar uma narrativa única e homogênea, na qual somente os textos autorizados detinham o poder de definir a verdade teológica. Ao fazer isso, testemunhou-se não só a marginalização de textos que abordavam temas alternativos, por exemplo, a reencarnação, como também a desvalorização de perspectivas que poderiam romper com o estabelecido. Essa seleção textual foi um instrumento

de poder que consolidou determinadas relações de autoridade, reforçando uma estrutura hierárquica na qual o discurso canônico era, por excelência, o portador da verdade.

A influência desses processos de exclusão foi profunda e duradoura. Ao longo dos séculos, a marginalização dos textos apócrifos permitiu que certas práticas e ideias, muitas vezes com potencial subversivo, fossem relegadas a um segundo plano, contribuindo para a consolidação de um pensamento heteropatriarcal. O caso do Protoevangelho de Tiago, por exemplo, ilustra como um texto apócrifo deixou marcas na celebração de ritos e festividades, usualmente reinterpretados para se adequar aos parâmetros da doutrina oficial. Nesse sentido, a exclusão dos apócrifos funcionou simultaneamente como um mecanismo de pureza doutrinária e como uma estratégia para eliminar ou minimizar textos que desafiavam as normas de gênero e poder.

Para Nascimento (2020), historicamente, a decisão de excluir certos livros do cânon foi permeada por interesses políticos e eclesiásticos que visavam solidificar a autoridade da instituição religiosa. Ao definir um conjunto restrito de textos que passariam a ser considerados “sagrados”, a igreja não só estabeleceu os contornos da fé cristã, mas também pôs em prática uma forma de controle sobre as narrativas que circulavam na sociedade. Temas que poderiam questionar ou subverter a ordem hierárquica, como a presença de lideranças femininas evidenciada em textos como o Evangelho de Maria Madalena, foram sistematicamente desconsiderados, reforçando uma visão de mundo que privilegia a masculinidade e a heterossexualidade.

A delimitação têmporo-histórica desta análise se ancora na transformação ocorrida no período romano, quando debates sobre a autenticidade e a autoridade dos textos religiosos culminaram na exclusão de determinados livros do cânon bíblico do Evangelho de Judas. Trata-se de um processo que não somente moldou o conteúdo teológico, mas também contribuiu para o fortalecimento de estruturas de poder que, ao privilegiar narrativas alinhadas com o heteropatriarcado, abriram espaço para a marginalização de grupos e para a imposição de normas que persistem na sociedade contemporânea.

Para Stuckenbruck (2011), a exclusão dos livros apócrifos do cânon bíblico, ocorrida em períodos decisivos durante o Império Romano, representa um marco na história do cristianismo. Esses textos, que alguns estudiosos classificam como deutero-canônicos, continham abordagens teológicas e narrativas plurais que questionavam as coisas *como são*,

proporcionando interpretações alternativas que poderiam ter ampliado o escopo da doutrina cristã do Evangelho de Judas.

Durante o período de consolidação do cristianismo no Império Romano, a definição do que seria considerado “ortodoxo” passou a ser fortemente influenciada por grupos que possuíam um interesse específico em promover uma narrativa que legitimasse estruturas de poder dominadas por homens. Ao excluir textos que traziam perspectivas desafiadoras como o Evangelho de Judas, que sugere uma relação de cumplicidade e entendimento alternativo entre Judas Iscariotes e Jesus, a igreja não só estabeleceu uma linha divisória entre o “aceitável” e o “herético”, mas também reforçou uma ordem social que privilegia o patriarcado.

A centralidade do heteropatriarcado nessa configuração não pode ser subestimada. A exclusão dos livros apócrifos permitiu que a Igreja elaborasse uma teologia que não só reafirmava a importância da autoridade masculina, mas que também impunha desconfortáveis barreiras à expressão de identidades e práticas que não se enquadravam no modelo tradicional. A marginalização de narrativas femininas e de práticas sexuais e afetivas divergentes foi, assim, reforçada por um corpo doutrinário que se apresentou como a única verdade legítima, excluindo silenciosamente outras vertentes que poderiam contribuir para uma visão de mundo mais plural conforme Yovan (2024).

Deve-se destacar que a formação do cânon bíblico não se tratou de uma mera escolha teológica, mas de um processo marcado por intensas disputas internas e por um desejo de estabelecer uma ordem que consolidasse o controle social. Ao selecionar textos que se alinhassem com uma visão de mundo hierarquizada na qual a autoridade dos homens era incontestável, as lideranças eclesiásticas promoveram, de forma indireta, a marginalização de qualquer reivindicação que pudesse colocar em xeque os fundamentos do poder tradicional do evangelho de Judas, essa exclusão não se limitou a um aspecto meramente literário, mas reverberou na formação de identidades e na estruturação de relações de poder ao longo dos séculos de acordo com Jenkins e Preston (2016).

Para Souza (2016), o percurso histórico que culminou na exclusão dos livros apócrifos constitui, por si só, um processo de elaboração identitária, em que a Igreja – como instituição de poder – procurou consolidar sua autoridade por meio da padronização do discurso religioso. A consolidação de um cânon único foi, portanto, um elemento fundamental na construção da identidade coletiva dos fiéis e na perpetuação de uma ordem social na qual as diferenças eram, sistematicamente, subordinadas a uma lógica normativa dominante.

Diversos estudos apontam para a importância dos livros apócrifos como fontes alternativas de conhecimento. Esses textos ofereceram, em diferentes momentos históricos, narrativas que desafiavam a visão unívoca e autoritária que se desenvolveu no seio da tradição cristã dominante. Por meio de suas histórias, ritos e imagens simbólicas, os apócrifos permitiam uma visão que valorizava a multiplicidade e a complexidade da experiência humana, inclusive no que tange à questão dos papéis de gênero e das relações afetivas (Xavier, 2019).

Todavia, a exclusão desses textos não se limitou ao campo da produção literária, mas teve profundas consequências para a conformação das instituições e para como os corpos e as identidades passaram a ser percebidos socialmente. Ao estabelecer um modelo de interpretação que excluía as vozes dissidentes, a igreja comprometeu a possibilidade de um diálogo mais aberto e plural, em que a diversidade fosse reconhecida como um valor intrínseco à condição humana. Esse legado, carregado de implicações políticas, reverbera até os dias atuais na maneira como políticas públicas e normativas sociais se estruturam, reafirmando hierarquias que historicamente beneficiaram determinados grupos e marginalizaram outros.

Embora os livros apócrifos não façam parte do cânon oficial da Bíblia, sua influência histórica não pode ser subestimada. Esses textos, mesmo sem o reconhecimento de sua autoridade dogmática, contribuíram para a formação do imaginário religioso e para a perpetuação de práticas litúrgicas e artísticas que se mantêm até os dias atuais. Como apontado por Tomazzo (2006), o Evangelho de Maria Madalena, por exemplo, expõe uma dinâmica de poder na qual as mulheres ocupavam posições de liderança que, posteriormente, foram minimizadas ou recontextualizadas em uma leitura que favorece a ordem heteropatriarcal.

Na contemporaneidade, a influência dos apócrifos se manifesta de forma ambivalente: por um lado, há um reconhecimento crescente da importância desses textos para uma compreensão mais plural e histórica da tradição cristã; por outro, as instituições eclesiais frequentemente fazem uso seletivo desse legado para reforçar uma narrativa que exclui ou marginaliza determinadas identidades. Assim, o mesmo repertório textual que poderia ser utilizado para promover uma visão inclusiva e diversa da fé é, em muitos contextos, reinterpretado de modo a perpetuar práticas discriminatórias.

Para Stewart (2020), a utilização contemporânea dos livros apócrifos, mesmo que de maneira velada, é um reflexo da continuidade de um projeto teológico que sempre esteve imbuído de estratégias políticas. Ao realçar determinadas passagens ou rituais de origem apócrifa, a Igreja atual acaba por reproduzir um discurso que legitima a exclusão, seja de

mulheres ou de pessoas LGBTQIA+. Portanto, a análise crítica desses textos revela que a história dos apócrifos está intrinsecamente ligada à manutenção de barreiras simbólicas e estruturais que dificultam a inclusão de narrativas dissidentes.

O legado dos apócrifos, quando confrontado com as demandas por justiça social e igualdade de direitos, evidencia as tensões entre tradição e modernidade. Enquanto uma corrente progressista busca reavaliar o papel desses textos na configuração de uma espiritualidade mais democrática, outras forças dentro da Igreja persistem em utilizar esses elementos para reforçar uma ordem estabelecida que privilegia visões conservadoras e normativas. Essa dualidade reflete o dilema de uma instituição que precisa, por um lado, permanecer fiel às suas raízes históricas e, por outro, adaptar-se a uma sociedade em constante transformação.

Assim, a influência dos livros apócrifos na literatura contemporânea constitui um campo fértil para a reflexão sobre o papel do poder e da tradição na construção das identidades religiosas. A herança dos textos exilados do cânon não apenas nos revela os contornos de um passado de exclusões, mas também ilumina as formas sutis e nem sempre conscientes com que essa história informa os mecanismos de controle social que perduram atualmente.

A continuidade do discurso religioso excludente na contemporaneidade evidencia como a tradição pode ser mobilizada para a manutenção de estruturas de poder arraigadas. A utilização seletiva dos textos sagrados que privilegia interpretações homogêneas e normativas é uma estratégia que se reflete tanto na retórica das instituições religiosas quanto nas políticas públicas. Essa articulação, ao fundir tradição e Estado, legitima ações que restringem a liberdade dos corpos e das identidades que não se conformam ao padrão dominante.

Os mecanismos de biopoder, conforme descritos por Foucault (2010), revelam a operação de dispositivos de controle que se fundamentam na normatização da vida. Essa normatização, integrada à utilização de narrativas religiosas, impõe um padrão de existência que exclui a multiplicidade e condensa as possibilidades de expressão. Por conseguinte, o controle social exerce-se não apenas por meio de ações coercitivas, mas também por uma imposição simbólica onde o discurso religioso legitima a marginalização e a violência institucional contra corpos considerados desviantes.

O conceito de heteropatriarcado tem sido amplamente debatido em estudos críticos que analisam a construção social dos relacionamentos de poder. Na teologia cristã, essa estrutura revela-se através da marginalização de vivências, identidades e interpretações que fogem aos

padrões estabelecidos. Uma análise dos textos apócrifos mostra que, mesmo nos escritos que apresentam um cenário de maior participação feminina – como o Evangelho de Maria Madalena foram progressivamente absorvidos por uma lógica interpretativa que, intencionalmente ou não, silenciou as vozes dissidentes conforme Tomazzo (2006).

A construção do heteropatriarcado na tradição cristã não se limita à exclusão dos apócrifos. Trata-se de um processo cumulativo que envolve a interpretação sistematizada das escrituras e a implementação de normas sociais rígidas. Essa abordagem, que privilegia a heterossexualidade e a autoridade masculina, tem permitido à igreja legitimar práticas e discursos que, explicitamente ou sub-representativamente, marginalizam grupos que não se enquadram no “padrão” normativo.

Ao reavaliar a margem deixada pelos textos excluídos, observa-se que a presença de narrativas que apresentavam perspectivas alternativas, inclusive aquelas que sublinhavam a importância de lideranças femininas e de experiências não normativas oferecia um contraponto à visão homogênea que emergiu no domínio institucional. Contudo, a marginalização dessas vozes resultou, em última instância, na solidificação de um discurso teológico que visa o controle social por meio da imposição de normas rígidas.

3.2 A exclusão dos temas da Reencarnação e da comunidade LGBTQIA+

Para Arruda Filho (2010), entre os temas que sofreram sistemática exclusão dos textos canônicos, destacam-se as doutrinas de cunho esotérico, como a reencarnação, presentes em alguns dos livros apócrifos. Em contraste com a visão tradicional cristã de salvação única e final, textos como o Evangelho de Tomé identificado a partir dos achados na Biblioteca de *Nag Hammadi* sugerem a possibilidade de múltiplas vidas e enfatizam a importância do autoconhecimento para a redenção espiritual (Nascimento, 2009).

Embora essa ideia faça parte de diversas tradições espirituais e filosóficas, sua ausência no discurso oficialmente reconhecido pela maioria das correntes do Cristianismo evidencia um esforço deliberado de delimitar os contornos da fé. A ênfase na ressurreição e na vida eterna, características fundamentais do imaginário cristão, acabou por suprimir a possibilidade de abordagens que considerassem a reencarnação como uma alternativa interpretativa.

Para Miranda (1982), essa exclusão teve, e continua a ter, implicações profundas no âmbito social e político. Ao restringir as alternativas metafísicas disponíveis aos fiéis, a instituição religiosa contribuiu para a consolidação de um discurso que negligencia a pluralidade e a dinâmica intrínseca da existência humana. A ausência de narrativas

reencarnacionismo, por exemplo, não somente limita o leque de interpretações sobre a vida e a morte, mas também reforça uma visão linear e hierarquizada da existência, na qual o corpo e a alma são regulados por dispositivos teológicos que reforçam a diferença e a supremacia de determinados grupos.

Para Matos (2021), a reencarnação foi excluída do discurso aprovado oficialmente. Também ilustra o interesse em consolidar uma ordem que privilegia a estabilidade e a previsibilidade. Ao evitar narrativas abertas à reinterpretção, a Igreja optou por uma abordagem que enfatiza a certeza de uma única trajetória—a vida terrena seguida por uma recompensa ou punição final, tornando-se, assim, mais fácil controlar a fé e os comportamentos dos seus seguidores. Em contextos onde a fé era e continua a ser um instrumento de regulação social, essa estratégia proporcionou uma forma de administração das esperanças e dos medos dos fiéis, deixando pouco espaço para vozes dissidentes.

Para Ramoee e Majeed (2019), a rejeição da reencarnação reforça a ideia de que os ensinamentos espirituais devem convergir para um fim único, desconsiderando a possibilidade de transformações e evoluções espirituais progressivas. Essa postura não somente limita a diversidade de experiências subjetivas em relação ao sagrado, mas também se alinha com estratégias de controle social que visam a uniformização das crenças e práticas religiosas. Dessa forma, a marginalização de uma crença que poderia oferecer interpretações alternativas da existência contribui para o fortalecimento de um discurso que se apresenta como absoluto e imutável.

É importante salientar que a exclusão da reencarnação também possui repercussões na maneira como os conceitos de biopoder e necropolítica operam na modernidade. Ao insistir numa narrativa monolítica do ciclo vital, o controle sobre os corpos e as existências individuais é configurado de maneira que se torna mais facilmente mensurável e regulável pelos poderes instituídos. Esse dispositivo de controle, ao negar a fluidez da existência humana, contribui para uma normatização que privilegia a manutenção de uma ordem social já estabelecida, restringindo a possibilidade de transformações que poderiam emergir de uma compreensão mais plural e dinâmica da vida.

Para Miranda (1982), a recusa em abraçar interpretações mais flexíveis da existência humana se traduziu em práticas que persistem até os dias atuais, na forma de políticas e normas que regulam comportamentos e identidades de maneira excludente. Ao reprimir a possibilidade de múltiplas interpretações sobre o ser e o espiritual, a Igreja contribuiu para a formação de um

ambiente ideológico que rejeita a diversidade e que reforça a supremacia de uma ordem que privilegia a homogeneidade.

No contexto contemporâneo, a exclusão de temas alternativos tem servido como base para a implementação de práticas sociais e políticas que reforçam a desigualdade. Governos e instituições, ao adotar uma abordagem normativa inspirada em uma herança histórica excludente, contribuem para a perpetuação de um sistema de controle que legitima a inferiorização de certos grupos. Dessa maneira, a análise dos processos que levaram à marginalização de temas como a reencarnação permite compreender de que forma o discurso religioso e político se alimenta de um legado histórico que visa à manutenção de desigualdades. Conforme Matos (2024).

A interpretação tradicional dos textos religiosos tem sido frequentemente utilizada como justificativa para a exclusão e o controle de identidades consideradas “desviantes” em relação aos padrões heteronormativos. Na prática, essa abordagem tem permitido à Igreja e a outros organismos normativos exercer um controle social rigoroso sobre as populações LGBTQIA+, estabelecendo barreiras que dificultam o reconhecimento e a legitimação dos direitos dessas pessoas. Em diversas ocasiões, a marginalização de narrativas alternativas, incluindo aquelas presentes nos textos apócrifos, reforça a ideia de que a diversidade sexual e de gênero representa uma ameaça à ordem tradicional.

Por exemplo, conforme Repo (2015), ao recorrer a interpretações que enfatizam a supremacia de um modelo heteronormativo, os discursos religiosos contribuem para a construção de uma sociedade onde a diferença é vista como desvio ou desordem. Tal perspectiva se integra ao conceito de biopoder, no sentido de que os corpos e as identidades são normatizados por um aparato de poder que visa a sua “correção” e inclusão em um modelo único de organização social. Essa lógica de exclusão, que tem raízes históricas na definição dos limites do cânon bíblico, representa um dos principais desafios enfrentados por ativistas e pesquisadores de direitos LGBTQIA+ na busca por uma sociedade mais inclusiva e plural.

A retomada de narrativas históricas contidas nos textos apócrifos pode oferecer uma perspectiva alternativa para a interpretação dos textos religiosos. Ao revelar a presença de vozes femininas e de perspectivas que contestavam a normatividade vigente, esses textos oferecem subsídios para uma leitura que valoriza a diversidade e promove a equidade. Nesse sentido, a reinterpretação crítica dos apócrifos pode servir como ferramenta para questionar a hegemonia

dos discursos normativos e para propor novas bases epistemológicas que valorizem a pluralidade das experiências humanas.

A relação entre direitos LGBTQIA+ e a interpretação dos textos religiosos implica, portanto, uma necessária ressignificação do discurso teológico. Em vez de ser utilizado como instrumento de exclusão, o legado dos textos tanto canônicos quanto apócrifos pode se transformar em um recurso para a promoção de uma visão crítica e emancipatória das identidades. Essa transformação exige, contudo, uma revisão dos fundamentos que historicamente legitimaram práticas de exclusão e repressão, bem como o reconhecimento de que a tradição religiosa também pode ser fonte de inspiração para a construção de uma sociedade mais justa e plural, conforme Stryker (2014).

A análise dos discursos e práticas institucionais contemporâneas revela que os legados históricos da exclusão dos textos apócrifos e das narrativas alternadas continuam a permear as estratégias de controle social. A imposição de um conjunto de valores excludentes, que se apoia no paradigma heteropatriarcal, evidencia como a história religiosa e suas disputas internas têm consequências palpáveis nas estruturas sociais e políticas atuais.

A articulação entre biopoder e necropolítica na contemporaneidade permite compreender, de maneira aprofundada, como determinadas práticas institucionais se orientam para a regulação dos corpos e a desvalorização de certos grupos. Esse aparato se manifesta, por exemplo, na construção de normas de comportamento, na vigilância dos corpos considerados desviantes e na implementação de políticas que restringem direitos e garantias fundamentais. Assim, as instituições que se legitimam no discurso religioso acabam, muitas vezes, por incorporar mecanismos de poder que reforçam a desigualdade e a segregação.

Na prática, o controle social exercido pelas instituições religiosas e políticas se apoia em estratégias que evocam a autoridade dos textos sagrados. Ao recorrer a argumentos baseados numa tradição que nega pluralidade, resultado da exclusão dos livros apócrifos e dos temas alternativos, essas instituições encontram argumentos para a manutenção das coisas *como são* que penaliza a diferença. Essa lógica, por sua vez, é utilizada para justificar desde a repressão de movimentos sociais até a implementação de políticas discriminatórias que afetam majoritariamente mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados (Perez; Souza, 2023).

Para Mbembe (2016), o estudo das práticas contemporâneas, portanto, ressalta a importância de se compreender os dispositivos psicossociais e políticos que operam na

manutenção de uma ordem excludente. A análise crítica dessas práticas revela a necessidade de desconstruir narrativas e ideologias que, fundamentadas em um legado histórico de exclusão, continuam a legitimar a marginalização e a desigualdade social. Dessa forma, o imperativo de ressignificar os discursos religiosos passa a ser também um chamado para a transformação das políticas sociais e para a construção de uma sociedade que valorize a diversidade e a justiça.

3.3 Perspectivas de Superação e a Reinvenção da Tradição Religiosa: O biopoder e a necropolítica na religião

Diante do desafio de um sistema excludente e controlado por dispositivos de biopoder e necropolítica, emerge a necessidade de repensar as bases epistemológicas da tradição religiosa. A retomada dos textos apócrifos, bem como a reivindicação de uma interpretação plural e inclusiva dos textos sagrados, oferecem caminhos de resistência e de transformação para a reconfiguração das práticas institucionais.

A reavaliação dos livros apócrifos permite, por um lado, a reconstrução de um legado histórico que reconhece a importância das vozes marginalizadas e, por outro, a abertura para uma prática teológica que valorize a diversidade de experiências. Ao incorporar as perspectivas subalternizadas, seja em relação às lideranças femininas ou às expressões de identidade LGBTQIA, a igreja e outras instituições podem caminhar para uma transformação que rompe com a lógica do controle e da exclusão.

Essa proposta de reinvenção da tradição requer, para Preciado (2020), além da reinterpretação dos textos, uma mudança estrutural que desafie as bases do pensamento heteropatriarcal. É fundamental, portanto, que os espaços de debate e de ação social possam dialogar com as demandas contemporâneas por direitos e inclusão. Essa abordagem interdisciplinar, que abrange teologia, política e sociologia, pode servir de base para a elaboração de uma nova narrativa institucional, uma narrativa que reconheça o valor da pluralidade e que promova a emancipação dos corpos e das identidades.

A transformação do discurso religioso passa, assim, a ser uma ferramenta na luta contra práticas excludentes e autoritárias. Ao ressignificar o legado dos textos apócrifos e dos dispositivos teóricos relacionados ao biopoder e à necropolítica, é possível construir uma nova base que, ao invés de impor limites rígidos, abraça a diversidade e promove a justiça social. Essa perspectiva não se restringe à Teologia, mas se estende também à política e à organização social, oferecendo uma alternativa concreta à lógica excludente que tem marcado a história.

Recentemente, correntes teológicas contemporâneas têm buscado ressignificar a leitura das Escrituras, enfatizando mensagens de amor, compaixão e acolhimento que podem ser estendidas à diversidade de gênero e às pessoas transexuais. Essa abordagem propõe uma leitura contextualizada, que considera os aspectos históricos, culturais e sociais dos textos, possibilitando que leituras antes consideradas excludentes possam ser transformadas em fontes de inclusão e justiça social (Prazeres, 2021).

Por exemplo, enquanto os livros apócrifos ou deuterocanônicos continuam a ser objeto de críticas por inconsistências e questionamentos de autenticidade, a reinterpretação contemporânea dos textos sagrados enfatiza os valores universais de dignidade e reconhecimento da diversidade. Essa mudança de perspectiva, apesar de ainda enfrentar resistência das elites religiosas tradicionais, tem influenciado a discussão sobre inclusão social, especialmente no que tange aos direitos das comunidades LGBTQIA+.

A exclusão dos livros apócrifos não foi motivada por um desejo de excluir determinados grupos sociais, mas sim por preocupações relacionadas à autenticidade, coerência doutrinária e critérios históricos de canonização. Contudo, os modelos de interpretação que se desenvolveram a partir dessas decisões históricas têm, indiretamente, contribuído para a formação de uma visão rígida e, por vezes, excludente da identidade humana. O debate contemporâneo sobre a aceitação de pessoas transexuais no contexto religioso é, assim, emblemático de uma tensão entre tradições antigas e a necessidade de adaptação frente às demandas sociais atuais.

Outra faceta dessa discussão é como a “autoridade” dos textos bíblicos é invocada para manter estruturas de poder que privilegiam visões conservadoras. Tais estruturas derivam de interpretações que, ao privilegiar certos textos e negar outros – como os apócrifos – reforçam uma narrativa de exclusão.

A teologia inclusiva propõe uma releitura dos textos sagrados que permita a superação dos preconceitos estabelecidos ao longo da história. Essa abordagem destaca que as escrituras, quando interpretadas de maneira contextualizada, podem oferecer fundamentos para a promoção do amor, da justiça e da dignidade humana. Assim, a reavaliação crítica tanto dos textos canônicos quanto dos apócrifos, independentemente da sua exclusão formal, pode contribuir para a construção de uma narrativa religiosa que acolha a diversidade.

A concepção de biopoder, elaborada por Michel Foucault (2008), propõe que o poder moderno se exerça através do controle da vida e dos corpos, regulando de maneira minuciosa

os aspectos biológicos e sociais da existência dos indivíduos. Nessa perspectiva, o Estado e outras instituições detêm a capacidade de intervir nos processos vitais mediante normas que definem o que é considerado “normal” ou “aceitável”. Complementando essa ideia, Achille Mbembe (2018) introduz o conceito de necropolítica, o qual evidencia como determinadas populações são designadas para a morte ou para condições de extrema marginalização.

A aplicação desses conceitos na análise das práticas institucionais contemporâneas permite compreender como a exclusão de determinados temas como a reencarnação ou outras formas de espiritualidade presentes nos apócrifos se articula com dispositivos políticos que visam a manutenção de uma hierarquia social. Ao negar a circularidade e a multiplicidade de formas de existência e de experiências espirituais, as instituições e governos acabam por reforçar um modelo de biopoder que impõe um padrão uniforme de comportamento e de identidade.

Em particular, a marginalização das populações LGBTQIA+ evidencia a interseção entre o biopoder e a necropolítica. A imposição de normas heteronormativas e a exclusão de narrativas que valorizam a diversidade levam estes grupos a serem tratados como “alteridade perigosa”, desprovida de direitos plenos e sujeita a práticas que podem chegar a expô-los a condições de risco e violência. Assim, as estruturas de poder atuais recorrem a dispositivos retóricos e práticos, muitas vezes fundamentados em uma tradição que remonta à exclusão dos textos apócrifos, para regular a vida daqueles que não se enquadram no modelo dominante.

A compreensão do biopoder e da necropolítica, conforme articulada por Foucault (2010) e Mbembe (2018), revela que a imposição de normas rígidas sobre corpos e identidades é parte de uma estratégia mais ampla de controle social. Essa estratégia não apenas legitima a exclusão, mas também estabelece mecanismos através dos quais a diferença é transformada em argumento para a inequidade. Em última análise, a análise desses conceitos expõe os contornos de um projeto político que, de maneira sistemática, busca determinar quem pode viver e sob quais condições, eliminando ou reduzindo ao silêncio as vozes dissonantes.

Assim, ao considerar o legado dos textos apócrifos e sua exclusão dos debates teológicos oficiais, torna-se evidente que os dispositivos de biopoder e necropolítica não surgiram de forma isolada. Eles estão inseridos em uma continuidade histórica na qual a normatização dos corpos e a regulação das experiências existenciais sempre fizeram parte das estratégias de poder que, desde o Império Romano, se perpetuaram até os dias atuais.

Na interface entre esses dois conceitos e a influência religiosa, torna-se evidente que a construção de um discurso heteropatriarcal, alicerçado na exclusão dos livros apócrifos e na repressão de crenças alternativas como a reencarnação cria um ambiente propício para a consolidação de estratégias de controle social. Essa articulação se manifesta, particularmente, na forma como políticas públicas e práticas institucionais operam na manutenção da dominação e do medo, do culpar e dizer que o outro está errado segundo o que lê na bíblia utilizada pela sua religião, que privilegia a ordem e a uniformidade. Em diversos contextos, a utilização de discursos religiosos como justificativa para intervenções que regulam comportamentos e identidades demonstra como o poder sobre a vida pode ser exercido de maneira sutil e penetrante.

O biopoder, enquanto instrumento de gerenciamento e regulação da vida, encontra na exclusão de narrativas plurais um terreno fértil para a criação de um discurso que enfatiza a conformidade e a disciplina. Essa imposição se evidencia tanto em políticas de saúde pública quanto em medidas legislativas que, sob o pretexto da proteção da moral e da ordem, restringem direitos e promovem a marginalização de grupos que desafiam as normas tradicionais. Essa dinâmica encontra uma ressonância direta na forma como a influência religiosa se articula com a necropolítica para justificar, por meio de uma retórica moral, práticas que perpetuam desigualdades e excluem minorias, onde a lógica do biopoder e da necropolítica se integra a um discurso que visa garantir a permanência de um modelo de ordem que, historicamente, tem legitimado a marginalização e a exclusão. Esse processo de desvalorização, muitas vezes justificado por interpretações religiosas, evidencia como determinadas vidas são estrategicamente desumanizadas e relegadas à condição de vulnerabilidade extrema.

Dessa forma, para Maffia (2011), o estudo demonstra que o uso contemporâneo das práticas de biopoder e necropolítica não é um fenômeno isolado, mas parte integrante de um legado que remonta à exclusão dos livros apócrifos durante a formação do cânon. Essa herança ideológica, imbuída de valores excludentes e normativos, continua a oferecer uma justificativa teórica e prática para a manutenção de estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão de grupos minoritários. Assim, a análise crítica desses mecanismos se torna indispensável para a compreensão não apenas do passado histórico, mas também dos modos pelos quais o controle social é concebido e aplicado na contemporaneidade.

Os estudos de Busin (2011) indicam que, em ambientes religiosos de caráter conservador, indivíduos LGBTQIA+ enfrentam desafios expressivos, mesmo quando seus próprios pensamentos divergem das posições excludentes propagadas por suas comunidades.

Essa dicotomia, a existência de uma fé que, ao mesmo tempo que oferece consolo e sentido, impõe normas rígidas de conduta, evidencia a complexidade inerente à interação entre religião e direitos humanos. Ao utilizar os textos oficiais produzidos a partir do processo de exclusão dos livros apócrifos, a igreja tem reiterado, de forma velada ou explícita, a necessidade de controlar as expressões de identidade que não se conformam ao modelo heteronormativo (Musskopf, 2021).

Para Omaley (2012), as consequências desse discurso são múltiplas. Por um lado, mantêm-se estruturas sociais que promovem a normatização dos comportamentos e a supressão de identidades diversas. Por outro lado, consolidam um ambiente no qual a discordância se apresenta como uma ameaça à ordem estabelecida, justificando medidas de controle que repercutem na vida pessoal e política dos afetados. Esse duplo efeito de fragmentação social e de intensificação do controle sobre os corpos evidencia como a influência das narrativas oficiais produzidas no contexto da exclusão dos livros apócrifos se mantém ativa e perniciosa na contemporaneidade.

De acordo com Aragão (2015), a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, reitera a importância da intersecção entre liberdade religiosa e o respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+, ressaltando que a fé e a espiritualidade devem ser espaços abertos e inclusivos, sem discriminação (ONU defende interseção entre liberdade religiosa e respeito a pessoas LGBTQIA+. Essa posição, embora representativa de uma tentativa de reconfiguração dos discursos religiosos, ainda enfrenta resistências profundamente enraizadas nas tradições e na história da exclusão de narrativas alternativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou evidenciar como a exclusão dos livros apócrifos do cânon bíblico, fruto de decisões históricas que remontam ao Império Romano e se acentuaram com o Concílio de Trento, deixou um legado que ainda reverbera nas estruturas de poder e nas práticas institucionais atuais. Ao analisar a influência desses textos na configuração do pensamento heteropatriarcal e na implementação de mecanismos de controle social particularmente no que diz respeito à marginalização de identidades LGBTQIA+ esta pesquisa evidenciou como narrativas alternativas foram sistematicamente reprimidas para favorecer uma ordem única e normatizada.

Um dos caminhos possíveis para a superação do legado excludente consiste na reapropriação dos textos apócrifos como instrumentos de inclusão e valorização da diversidade.

Ao resgatar as tradições narrativas que rejeitaram o modelo de interpretação unívoco, é possível promover uma leitura que reconheça a complexidade dos relatos sagrados e que autorize múltiplas formas de expressão da fé. Essa reinterpretação, ao desconstruir a lógica do heteropatriarcado, abre espaço para uma nova leitura dos papéis de gênero e das relações afetivas, permitindo que as vozes marginalizadas sejam reintegradas ao discurso religioso.

Essa abordagem implica não somente a ressignificação histórica dos textos, mas também a construção de um diálogo aberto entre tradição e modernidade. Por meio de seminários, publicações acadêmicas e debates interdisciplinares, é possível aproximar estudos teológicos dos movimentos sociais que defendem a igualdade e a inclusão. Tal diálogo pode, inclusive, contribuir para a formulação de novos paradigmas interpretativos, nos quais os textos apócrifos deixem de ser vistos como elementos subalternos e sejam reconhecidos por sua riqueza simbólica e pela diversidade de perspectivas que oferecem.

Para Bezerra (2011), ao reivindicar o acesso a uma pluralidade de narrativas, os movimentos de direitos LGBTQ+ encontram nos textos exilados do cânon uma ferramenta poderosa para questionar a autoridade tradicional e para propor visões alternativas de existência. Essa estratégia de reapropriação manifesta, assim, um potencial subversivo capaz de transformar não somente a esfera religiosa, mas também as práticas políticas e sociais que dela se originam.

Ao empregar os conceitos teóricos de Foucault (2008) e Mbembe (2018), esta análise critica as práticas do controle social que se encontram em articulação com as bases históricas da exclusão textual. Dessa forma, a investigação não só aponta as raízes de um pensamento que favorece a hegemonia do heteropatriarcado, mas também sugere a necessidade de uma ressignificação dos discursos religiosos que, a partir da reintegração das vozes apócrifas e da valorização da pluralidade, possam abrir caminho para uma convivência mais equitativa e inclusiva.

O que se percebe hoje em pessoas que frequentam uma determinada denominação religiosa, visto que, no decorrer do tempo, os protestantes se subdividiram em diversas denominações pentecostais e neo-pentecostais da mesma forma que a igreja se subdivide em 24 Igrejas autônomas, chamadas *sui iuris*, sendo uma ocidental de origem latina e o restante oriental. A Igreja Ortodoxa congrega 15 denominações independentes, sendo uma estrutura que está no catolicismo.

Os conceitos, por exemplo, de rezar por um santo, acreditar na reencarnação, não acreditar que pessoas não heterossexuais estão em pecado através da simbologia de uma imagem, de livros e suas interpretações e sua aceitação ou rejeição por determinadas doutrinas religiosas fazem com que, haja outros fatores que pela inclusão ou exclusão de livros e textos que interessem aquele estilo de pensar forme uma doutrina religiosa diferente da outra.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, G. Da intolerância religiosa ao diálogo trans-religioso. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, S. 1.], v. 12, n. 1, p. 152-171. 2015.

ARRUDA FILHO, W. E. de *et al.* **Vida após a morte dentro do conceito bíblico de Reencarnação e Ressurreição**. 2010.

BRAKEMEIER, G. Autoridade da bíblia, **A Controvérsias-Significado-Fundamento**. Editora Sinodal. 2003.

BUSIN, V. M. Religião, sexualidades e gênero. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, v. 11, n. 1, p. 105–124. 2011.

CAMARGO, R. S. S.; BUENO, M. S. Dádiva e hospitalidade na Bíblia. **Revista Hospitalidade**, p. 52–70. 2011.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. Edições 70. 2010

GEISLER, N.; NIX, W. **Introdução bíblica**. Tradução de Oswaldo Ramos. São Paulo: Vida. 1997.

GEISLER, N. **Não tenho fé suficiente para ser ateu**. Editora Vida Ltda. 2021.

JENKINS, A. K.; PRESTON, P. **Biblical scholarship and the church: a sixteenth-century crisis of authority**. Routledge. 2016.

KUIPER, A. de. The Apocrypha. **The Bible Translator**, v. 25, n. 3, p. 301–313. 1974.

MATOS, C. F. de. **Carma e Reencarnação**: 2ª Edição Ilustrada. A Luz do Ser. 2024.

MATOS, C. F. de. **Carmas e reencarnação**: A lei de causa e efeito. A Luz do Ser, 2021.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122–151. 2016.

MAFFÍA, D. Tecnología y control social de los cuerpos sexuados. **Ciencia, tecnología e género**: abordagens iberoamericanas, p. 297–306. 2011.

MIRANDA, H. C. **Reencarnação Na Bíblia**, a. Editora Pensamento. 1982.

NASCIMENTO, A. **Seitas e Heresias**. Clube de Autores. 2009.

NASCIMENTO, M. V. **A Bíblia É ou Contém A Infalível Palavra De Deus?** Clube de Autores. 2020.

MUSSKOPF, A. S. Teologia queer e grupos cristãos lgbtqia+ na américa latina: entrevista com André S. Musskopf. **Interações**, v. 16, n. 1. 2021.

O'MALLEY, J. W. **Trent: What happened at the council.** Harvard University Press. 2012.

PRAZERES, A. de J. dos. Fundamentalismo, Bíblia e Relações de Gênero. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 20, n. 1, p. 63–85. 2021.

PRECIADO, P. B. **Testo yonqui.** Anagrama. 2020.

RAMOSE, M.; MAJEED, H. Reincarnation, resurrection and the question of representation. **Filosofia Theoretica: Journal of African Philosophy, Culture and Religions**, v. 8, n. 2, p. 139–158. 2019.

REPO, J. **The biopolitics of gender.** Oxford University Press. 2015.

RIBEIRO, L. M. P. Os livros deuterocanônicos/apócrifos e a liderança feminina na Igreja. **Mandrágora**, v. 30, n. 1, p. 185–214. 2024.

SOUZA, C. B. de. Violência e gênero: As mulheres entre os discursos de Marcos, Mateus e Lucas. **Revista Bíblica**, v. 82, n. 3-4, p. 349–372. 2020.

STEWART, D. T. Deuteronomy in the LGBTQIA+ Community. *In*: BENJAMIN, D. C. **The Oxford Handbook of Deuteronomy.** Oxford University Press. 2020.

TOMMASO, W. S. de. Maria Madalena nos textos apócrifos e nas seitas gnósticas. **Último andar**, n. 14, p. 48–59. 2006.

URBANO, C. M. A hagiografia depois de Trento. **Concílio de Trento. Inovar na Tradição, História, Teologia, Projeção**, p. 167–173. 2016.

XAVIER, L. Mulheres na genealogia de Jesus: uma história de marginalização e transgressão. **Mandrágora**, v. 25, n. 2, p. 21–46. 2019.

YOUVAN, D. C. **The Formation of the New Testament Canon: Key Moments in Exclusion and Affirmation.** 2024.

CAPÍTULO 11

DESAFIOS DA INSERÇÃO LABORAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Laura Barbosa Barreto
Daizio Lopes Bezerra Neto
Hellen Fernanda Dantas Coringa
Itamirys Marcionilia Rocha de Medeiros
Beatriz Cinthia da Silva
Álvaro Micael Duarte Fonseca

RESUMO

As pessoas com Síndrome de Down enfrentam uma variedade de desafios que impactam suas vidas diárias e seu desenvolvimento social e profissional. Entre os principais obstáculos estão o preconceito e a discriminação, que limitam suas oportunidades e afetam sua autoestima. No mercado de trabalho, as barreiras incluem a falta de aceitação e adaptações necessárias, o que dificulta a inserção dessas pessoas em funções adequadas. Este trabalho tem o objetivo de identificar os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Down na inserção e permanência no mercado de trabalho, assim, trata-se de uma revisão integrativa, com os termos *Down Syndrome*, *Job Market* e *Social Inclusion*. A busca pelos artigos que embasaram esse estudo foi feita nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no total foram selecionados 7 artigos. Os resultados indicam que barreiras sociais, estigmas e a falta de preparação das empresas dificultam a inclusão de pessoas com Síndrome de Down e a desinformação gera expectativas limitadas e oportunidades reduzidas, impactando negativamente a autoimagem e o desenvolvimento desses indivíduos. As pesquisas apontam que a capacitação profissional, o suporte contínuo e a conscientização de empregadores são cruciais para o sucesso da inclusão. Além disso, a falta de estudos recentes e o conhecimento incipiente dos contratantes sobre a condição de Síndrome de Down, revelam a necessidade de maior atenção e aprofundamento nesse tema.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma; Inclusão Social; Autonomia Pessoal; Reconhecimento Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD), também conhecida como trissomia do 21, é uma condição geneticamente determinada e a alteração cromossômica mais comum em humanos, sendo a principal causa de deficiência intelectual na população. O diagnóstico clínico da SD baseia-se no reconhecimento das características físicas, sendo que quanto mais características específicas forem identificadas, maior a segurança do diagnóstico (Brasil, 2013; Baumer; O'Neill, 2022).

A deficiência intelectual presente na SD varia em grau, mas geralmente envolve comprometimentos no desenvolvimento cognitivo e adaptativo, afetando habilidades como o raciocínio, aprendizado e autonomia. O fenótipo neuropsicológico destes apresentam alterações perceptíveis no domínio da linguagem, dificuldades nos campos da atenção e da memória, dentre outros (Baumer; O'Neill, 2022).

Considerando os avanços tecnológicos e terapêuticos que têm aumentado a expectativa de vida das pessoas com SD, torna-se necessário desenvolver sistemas que promovam a melhoria das condições de vida desses adultos. Ademais, os estudos direcionados a adultos com deficiência intelectual são particularmente relevantes, dado o número reduzido de pesquisas sobre essa fase da vida em comparação à infância (Andrade; Pereira-Silva, 2018).

A trajetória rumo à equidade de oportunidades permanece desafiadora para pessoas com Deficiência Intelectual, especialmente no que diz respeito à sua inclusão no mercado de trabalho. Os obstáculos enfrentados vão além das limitações cognitivas, abrangendo fatores sociais, como estigmas que influenciam a percepção dos empregadores e a falta de preparo das empresas para acolher esses indivíduos (Souza; Ribeiro; Moreira, 2023).

O trabalho é compreendido como um conjunto de ações dotadas de significado, que promovem a transformação do sujeito e da realidade ao seu redor. A percepção sobre o trabalho é influenciada por fatores individuais, sociais e culturais, sendo atravessada por experiências subjetivas e condições objetivas do contexto vivido. Para além da remuneração, o trabalho está relacionado a dimensões como identidade, reconhecimento social, autonomia, pertencimento e cidadania (Matos; Duarte, 2025).

No que se refere ao mercado de trabalho, sua definição ultrapassa a mera relação entre oferta e demanda de empregos, configurando-se como um espaço onde diversos agentes, incluindo indivíduos, organizações e órgãos reguladores, interagem. Esse espaço é regulado por regras sociais que orientam as estratégias para seu funcionamento (Oliveira; Piccinini, 2011).

Diante disso, este trabalho tem o objetivo de identificar os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Down na inserção e permanência no mercado de trabalho.

2 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa sobre os percalços enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Down quando procuram se inserir e permanecer no mercado de trabalho. Dessa forma, para este trabalho, foram escolhidos artigos científicos que procuraram evidenciar a realidade através de uma fundamentação teórica sólida. Mendes, Silveira e Galvão (2008), definem a revisão integrativa como um método que visa reunir e organizar resultados de estudos referentes a uma determinada temática, para que dessa forma, o tema de investigação seja mais bem explorado.

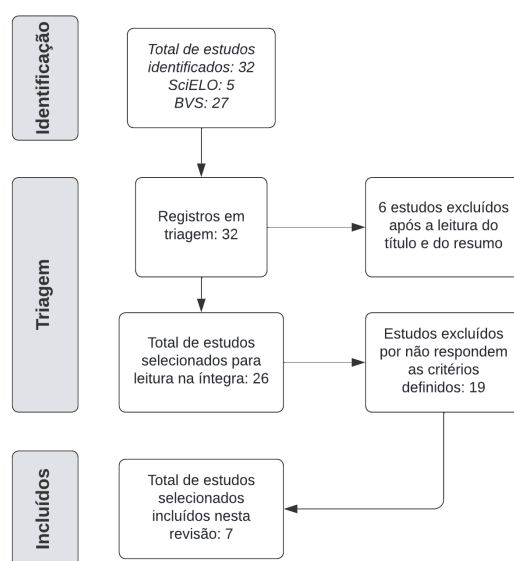
A produção ocorreu por meio da avaliação crítica de estudos selecionados das plataformas de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online*

(SciELO), que foram escolhidos a partir de um conjugado de critérios. Inicialmente foram estabelecidos os descritores para a pesquisa que foram devidamente confirmados como válidos na plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

A estratégia de busca se baseou na utilização de duas combinações diferentes utilizando os descritores e os operadores booleanos "AND" e "AND NOT", que foram feitas nas seguintes formas, “*Down Syndrome*” AND “*Job Market*” AND “*Social Inclusion*” AND NOT “*Child*”, e “*Down Syndrome*” AND “*Work*” AND “*Social Inclusion*” AND NOT “*Child*”. As pesquisas também foram refeitas utilizando os mesmos descritores em português.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram baseados na língua de publicação que devem incluir português, inglês ou espanhol, disponibilidade na íntegra, e abordagem da temática escolhida. Já os critérios de exclusão foram: artigos duplicados em bases de dados diferentes, estudos de revisão, editoriais, resumos, notas de editor, teses, dissertações e livros (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma das etapas de seleção de estudos.



Fonte: Autoria própria (2025).

Inicialmente, foram identificados 32 estudos nas bases SciELO (n = 5) e BVS (n = 27). Após a leitura dos títulos e resumos, 6 estudos foram excluídos por não se adequarem ao tema proposto. Logo, restaram 26 estudos que foram avaliados na íntegra, dos quais 19 foram excluídos por não atenderem aos critérios previamente estabelecidos. Dessa forma, 7 estudos foram considerados elegíveis e incluídos na presente revisão (Figura 1).

A análise desses dados foi feita de maneira qualitativa e se voltou para a investigação dos desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Down quando vão se inserir no

contexto de mercado de trabalho e os obstáculos que encontram quando já estão inseridas nele. Para esta análise de dados, partiu-se da Análise de Conteúdo de Bardin.

A Ética em Pesquisa foi preservada em sua totalidade durante a elaboração do presente artigo. Por se tratar de uma revisão de literatura de caráter integrativo, não houve a necessidade de obter um parecer junto ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1, é apresentada a caracterização das publicações encontradas na pesquisa, organizadas conforme: autores, ano de publicação, tipo de estudo, objetivo e conclusão. Assim, obtém-se uma visão geral dos artigos escolhidos para o estudo em questão.

Quadro 1: Síntese dos artigos incluídos na revisão.

Autores e Ano	Tipo de Estudo	Objetivo	Conclusões
Pires; Bonfim; Bianchi, 2007	Estudo quantitativo e descritivo	Expor os achados de um estudo quantitativo e descritivo realizado com indivíduos com Síndrome de Down em duas instituições de ensino.	Apesar de muitos indivíduos com Síndrome de Down estarem em idade apropriada, uma parcela significativa ainda não está inserida em instituições de ensino voltadas à formação profissional. Além disso, embora as empresas conheçam a Lei de Cotas, muitas ainda não estão preparadas para implementar de forma eficaz a inclusão desses sujeitos.
Gomes-Machado; Chiari, 2009	Estudo quantitativo e descritivo	Dirigir uma análise sobre como a inserção no mercado de trabalho pode influenciar no desenvolvimento de habilidades adaptativas para pessoas com Síndrome de Down.	A inserção no trabalho proporciona diversos benefícios às habilidades adaptativas de pessoas com Síndrome de Down. No entanto, em uma lógica capitalista, aqueles com maior desenvolvimento prévio dessas habilidades tendem a obter vantagens mais expressivas na tentativa de inclusão no mercado de trabalho.
Lima; Silva; Galvão, 2010	Pesquisa qualitativa	Avaliar a perspectiva dos empregadores sobre a contratação de pessoas com SD.	Observa-se, entre os empregadores entrevistados, certa resistência em acolher e adaptar os postos de trabalho para pessoas com Síndrome de Down, sendo essa postura associada, principalmente, à falta de conhecimento sobre as especificidades da condição e sobre como essas pessoas podem se integrar ao ambiente laboral.
Barbosa et al., 2018	Estudo de prevalência	Realizar uma análise referente a como a fonoaudiologia pode influenciar no processo de profissionalização de jovens com Síndrome de Down.	A atuação fonoaudiológica contribui significativamente para mudanças positivas no comportamento social de jovens com Síndrome de Down, promovendo maior autonomia, aprimoramento da comunicação e fortalecimento da autoconfiança, o que favorece sua inclusão no mercado de trabalho.
Corrêa et al., 2021	Estudo quantitativo descritivo	Analisar a importância da inserção no mercado de trabalho para a vida de pessoas com Síndrome de Down, e como isso influencia na autonomia e no bem-estar desses sujeitos.	A maioria dos sujeitos entrevistados relatou um grau significativo de desenvolvimento da autonomia, atribuindo tal progresso à inserção no mundo do trabalho, além de destacarem melhorias na autoconfiança e maior independência financeira.

Casco et al., 2021	Estudo quantitativo descritivo	Articular as impressões obtidas a partir de dados coletados de uma pesquisa voltada à situação de inclusão de jovens com síndrome de Down já dentro do ambiente de trabalho.	Os processos de inclusão profissional e social de pessoas com Síndrome de Down foram considerados satisfatórios em uma das empresas analisadas, especialmente por adotarem práticas de educação adaptada às necessidades de suporte desses indivíduos e por implementarem um modelo de emprego apoiado.
Calvopiña-Roca; Ayala, 2024	Estudo de caso	Redigir os resultados de um estudo de caso que investigou a inclusão laboral de quatro pessoas com Síndrome de Down em uma instituição privada no Equador.	Os trabalhadores exercem um impacto positivo na empresa, uma vez que seu desempenho tem sido considerado satisfatório, caracterizado pela execução metódica e dedicada de suas atividades. Como resultado, demonstram progresso e desenvolvimento profissional consistentes.

Fonte: Autoria própria (2025).

Todos os artigos analisados têm como assunto principal, a interação de pessoas com Síndrome de Down e o mercado de trabalho, trazendo aspectos da inclusão social, autossuficiência e o desenvolvimento de habilidades adaptativas. Todos eles trazem enfoque para a própria pessoa adulta com SD que está inserida ou tentando se inserir no mercado de trabalho. Pois, o trabalho é um espaço de socialização e desenvolvimento pessoal, logo, pessoas com Síndrome de Down, esse ambiente pode oferecer oportunidades únicas de interação e crescimento, contribuindo para um maior reconhecimento de suas habilidades e capacidades.

Além de não haver muitos estudos voltados para essa temática, ainda é possível ver uma lacuna entre os anos de 2010 e 2018 onde não foi encontrado nenhum artigo científico utilizando esses descritores, dentro das plataformas escolhidas. Indicando que esse não é um tema amplamente pesquisado, o que por sua vez, traz respaldo para a relevância dessa revisão integrativa. A grande maioria dos artigos encontrados foram estudos escritos originalmente em português e apenas um em espanhol, mesmo que os critérios de idioma ainda incluíssem artigos em inglês.

Além da ampliação das relações e círculos de amizade, o emprego pode, também, ser uma oportunidade importante para que as pessoas com deficiência intelectual desenvolvam a autonomia, uma vez que este desenvolvimento se vincula aos ideais de independência, liberdade e autossuficiência (Corrêa *et al.*, 2021).

Nesse estudo conduzido por Corrêa *et al.* (2021), o qual busca abrir uma investigação quantitativa e qualitativa sobre a relação do trabalho com o bem-estar para pessoas com Síndrome de Down, foi possível afirmar que as relações afetivo-sociais dos sujeitos entrevistados foram enriquecidas com a inserção no trabalho, levando a amizades mais sólidas e um aumento na autonomia e autoestima. Os participantes por sua vez também apresentaram interesse por questões políticas, uma rotina funcional de organização da casa, uma melhoria na memorização e gestão financeira.

Todavia, numa pesquisa realizada por Pires, Bonfim e Bianchi (2007) com pessoas com SD em duas instituições de ensino, foi possível concluir que apesar de essas organizações trazerem um enfoque na inclusão e na educação desses sujeitos, ainda se mostravam muito precárias no que diz respeito aos direcionamentos profissionais que visassem uma futura inserção no mercado de trabalho.

Em sintaxe, a ênfase na inclusão e na educação é um passo importante, mas a falta de estratégias eficazes ou por vezes, de maneira incipiente, para direcionar esses indivíduos em suas trajetórias profissionais demonstra uma lacuna crítica, e por mais que esses dados estejam desatualizados, a falta de estudos atuais sobre essa temática sugere que o assunto ainda não vem recebendo uma devida atenção ao longo dos anos.

Diante disso, pensa-se que o processo educacional dos sujeitos com SD deve focar as competências de vida diária, socialização e comunicação, visando à inclusão profissional, posto que o trabalho funciona como fator protetor perante as adversidades enfrentadas por esses indivíduos. Os autores Gomes-Machado e Chiari (2009), em seu estudo comparativo, puderam concluir que indivíduos com SD inseridos no mercado de trabalho apresentaram maior aquisição de habilidades adaptativas, ao mesmo tempo que essas habilidades atuam como preditoras do sucesso profissional em pessoas com deficiência intelectual.

Os pesquisadores Barbosa *et al.* (2018) trazem uma análise sobre como a fonoaudiologia pode contribuir para a inclusão de jovens com síndrome de Down no mercado de trabalho, e no que isso diz respeito a sua profissionalização, eles afirmam que, por mais que os sujeitos com SD demonstrem uma satisfatória competência em se tratando da convivência, interatividade e compreensão de discursos, a sua linguagem tem uma organização relativamente simples.

Durante o estudo, pode-se perceber que a Fonoaudiologia pode se inserir nas diversas etapas que o indivíduo com síndrome de Down perpassa. Atuando desde a estimulação infantil até a abertura de caminhos profissionais na idade adulta, podendo, assim, contribuir mais efetivamente nas demandas comunicativas, sendo capaz de agir como mediador no falar da pessoa com SD (Barbosa *et al.*, 2018).

Os autores Pires, Bonfim e Bianchi (2007), trazem o conceito “responsabilidade social”, que seria uma prática que estaria ganhando popularidade nos campos acadêmicos e empresariais. Ela implicaria numa abordagem de aproximação, onde seria adotado uma postura ética com a comunidade, os prestadores de serviço, os parceiros comerciais e o meio ambiente,

sendo essa uma estratégia que visa agradar o consumidor e impulsionar os lucros e o desenvolvimento dessa instituição.

Nesse sentido, os autores supracitados concluem que, por mais que as empresas estejam conscientes sobre a Lei de Cotas, ainda enfrentam desafios para a inclusão profissional de pessoas com SD, sendo estes desafios referentes ao preconceito e a ineficácia na aplicação dos direitos das pessoas com deficiência, o que se trata de uma negligência tanto por parte do governo quanto do setor privado, que por sua vez, dificulta a inclusão e o apoio necessário para que essas pessoas tenham acesso às oportunidades adequadas dentro do ambiente de trabalho.

De acordo com a pesquisa de Lima, Silva e Galvão (2010), a qual buscava explorar a perspectiva dos contratantes sobre a admissão de seus funcionários com SD, foi possível observar que no que diz respeito às contratações, os empregadores tomaram essa iniciativa tendo um conhecimento muito superficial sobre a síndrome, além de se embasarem sobre estereótipos que definem essas pessoas como persistentes, carinhosas, comunicativas e obedientes.

Lima, Silva e Galvão (2010) ainda atenuam que a maior parte do trabalho oferecido a esses sujeitos é de natureza repetitiva, não havendo de fato um problema em encaixá-los nessas funções, mas eles não devem ser limitados a essas tarefas. Dito isso, é possível compreender o porquê da profissionalização se fazer tão importante para pessoas com a síndrome, já que possibilita que esses sujeitos possam conhecer suas opções e explorar suas aptidões.

Desse modo, é possível perceber que os indivíduos com SD constantemente têm de lidar com percepções negativas. Os estigmas que cercam essas pessoas podem influenciar a forma como os empregadores as veem, prejudicando suas chances de emprego. Ademais, quando esses sujeitos são considerados como funcionários em potencial, por mais que a intenção de inclusão seja positiva, o fato de os empregadores terem um conhecimento superficial sobre a condição pode levar a decisões baseadas em estereótipos.

Casco *et al.* (2021) trazem as impressões dos colaboradores com SD sobre o seu ambiente de trabalho, assim, dentre as insatisfações, foi possível destacar relatos onde os sujeitos afirmam que por mais que se sintam úteis, continuam limitados as mesmas tarefas simples, sendo privados de funções mais desafiadoras e/ou que se identifiquem mais. Essas narrativas expressam situações de discriminação desses trabalhadores devido às hipotéticas limitações imputadas por seus chefes e colegas de trabalho, acarretando privações e possíveis situações consideradas como humilhação social.

No estudo dirigido por Calvopiña-Roca e Ayala (2024), propõem que existem fatores decisivos para a inclusão social satisfatória de pessoas com SD no ambiente de trabalho, tendo em vista que primeiramente, esses sujeitos devem receber uma educação e treinamento especializado, uma formação estruturada em habilidades e competências profissionais, sociais e de vida diária, além do suporte e acompanhamento contínuo por mentores tanto dentro quanto fora da organização.

A partir da análise de todos os artigos, foi percebido que, apesar dos avanços na discussão sobre a inclusão de pessoas com Síndrome de Down no mercado de trabalho, ainda existem desafios significativos. As pesquisas apontam que a capacitação profissional, o suporte contínuo e a conscientização de empregadores são cruciais para o sucesso da inclusão. Além disso, a falta de estudos recentes e o conhecimento incipiente dos contratantes sobre a condição de Síndrome de Down, revelam a necessidade de maior atenção e aprofundamento nesse tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa revisão integrativa abordou as dificuldades enfrentadas por pessoas com SD em relação à equidade de oportunidades e a inclusão no mercado de trabalho. Mediante isso, foi destacado que os desafios não se restringem apenas às limitações cognitivas associadas à deficiência, mas também se estendem para barreiras sociais.

Além disso, há um reconhecimento de que muitas empresas ainda não estão preparadas para acolher adequadamente esses indivíduos, o que torna ainda mais difícil sua inserção no mercado de trabalho. Essa análise ressalta a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e consciente nas políticas de emprego e formação profissional das pessoas com Síndrome de Down onde elas possam ser respeitadas e ouvidas.

Os principais desafios encontrados nesse estudo se deram por conta da escassez de estudos focados na inclusão de pessoas com SD no mercado de trabalho, o que por sua vez, impossibilitou uma revisão focada nos parâmetros atuais, além de que alguns dos estudos analisados se limitaram a relatos de terceiros sem adição da perspectiva do próprio colaborador com SD.

Portanto, para concluir esse estudo é proposto que sejam dirigidas mais investigações e publicações sobre o assunto, pois a ausência de informações atualizadas impede a formulação de estratégias informadas que poderiam beneficiar a inclusão e o desenvolvimento profissional dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. F. C. de M.; PEREIRA-SILVA, N. L. Adultos com síndrome de Down por eles mesmos: relatos de suas vivências. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2018.
- BARBOSA, T. M. M. F. *et al.* Contribuições da Fonoaudiologia na inserção de pessoas com síndrome de Down no mercado de trabalho. **Communication Disorders, Audiology and Swallowing**, São Paulo, v. 30, n. 1, 2018.
- BAUMER, N. T.; O'NEILL, M. E. Neurological and neurodevelopmental manifestations in children and adolescents with Down syndrome. **International Review Of Research In Developmental Disabilities**, p. 187-246, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 60 p.
- CALVOPIÑA-ROCA, E. L.; AYALA, J. F. Inclusión laboral y social de personas con síndrome de Down: un estudio de caso. **Revista Científica de la UCSA**, Asunción, v. 11, n. 1, 2024.
- CASCO, R. *et al.* Inclusão profissional de trabalhadores com síndrome de Down na cidade de São Paulo: satisfação pessoal, produtividade e relações sociais no ambiente de trabalho. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Braga, v. 8, n. 2, 2021.
- CORRÊA, A. S. *et al.* Trabalhadores com síndrome de Down: autonomia e bem-estar no trabalho. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Braga, v. 8, n. 2, 2021.
- GOMES-MACHADO, M. L.; CHIARI, B. M. Estudo das habilidades adaptativas desenvolvidas por jovens com Síndrome de Down incluídos e não incluídos no mercado de trabalho. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 652–661, 2009.
- LIMA, J. P.; SILVA, T. B.; GALVÃO, E. C. F. A percepção dos empregadores sobre a admissão de trabalhadores com síndrome de Down. **Journal of the Health Sciences Institute**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2010.
- MATOS, T. M.; DUARTE, M. de F. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência: um estudo em uma instituição federal de ensino superior. **REAd: Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 31, e137418, 2025.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, São Paulo, v. 17, n. 4, 2008.
- OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, 2011.
- PIRES, A. B. M.; BONFIM, D.; BIANCHI, L. C. A. P. Inclusão social da pessoa com síndrome de Down: uma questão de profissionalização. **Arquivos de Ciência da Saúde**, São José de Rio Preto, v. 14, n. 4, 2007.



SOUSA, A. da S. O.; RIBEIRO, L. M. N.; MOREIRA, E. de F. da S. F. A dificuldade de inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência e seus desafios. **Revista Acadêmica Online**, v. 9, n. 48, p. e1336, 2023.

CAPÍTULO 12

ACERVO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL: PERSPECTIVAS SOBRE O PROJETO IÊ CAPOEIRA EM SÃO MATEUS-ES

Daniel Junior da Silva
Érique Brito Santos
Larissa Alves Dias
Louisy Gaia Marinho
Luciene Santos Souza
Mariana Ferreira Honorato Silva
Samara Couto

RESUMO

Este capítulo explora o acervo digital do projeto de extensão Iê Capoeira em São Mateus – ES, analisando suas estratégias de criação e manutenção, e o impacto na preservação do patrimônio cultural da capoeira. Com uma abordagem de pesquisa exploratória e método misto, os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, aplicado a 68 participantes do projeto, contendo questões abertas e fechadas. Os resultados quantitativos revelam a percepção positiva dos participantes quanto à clareza, acessibilidade e relevância do acervo, destacando sua eficácia na difusão cultural e na compreensão da capoeira como patrimônio imaterial. Qualitativamente, a experiência de acesso promoveu inclusão digital, aprofundamento do conhecimento e a preservação da memória e identidade cultural local, ressaltando a capoeira como práxis de resistência e um vetor de desenvolvimento humano e combate ao preconceito. Conclui-se que o acervo digital não apenas preserva a história do projeto e da capoeira local, mas também se configura como uma ferramenta vital para a formação acadêmica e social dos participantes, apoiando o ensino-aprendizagem, fomentando a pesquisa, promovendo a integração universitária-comunidade e contribuindo para a disseminação cultural, o que valida os objetivos propostos.

PALAVRAS-CHAVE: Acervo Digital; Preservação Cultural; Capoeira; Extensão Universitária; Patrimônio Imaterial.

1 INTRODUÇÃO

A capoeira, manifestação cultural brasileira de matriz africana, é reconhecida mundialmente por sua multifacetada combinação de luta, jogo e dança, que se completa ao som de instrumentos como berimbau, pandeiro e atabaque (Souza, 2019; Silva, 2019). Além de sua riqueza expressiva, a capoeira desempenha um papel fundamental na transmissão da história e dos saberes brasileiros (Lafaiete Junior *et al.*, 2019). A história oral, por sua vez, emerge como uma fonte crucial na preservação desse conhecimento, sendo transmitida de geração a geração e forjando valores como experiência, hierarquia e cooperação, essenciais ao processo pedagógico da capoeira (Barros, 2012).

Essa prática polissêmica, um diálogo corporal de improvisação e criatividade (Pasqua, 2020; 2024), ao ser integrada a projetos de extensão universitária, estabelece um diálogo fundamental entre ensino, pesquisa e extensão. Tais iniciativas valorizam os saberes corporais

brasileiros de matriz africana e fomentam a proteção do patrimônio cultural imaterial do país e da humanidade, criando um espaço de troca entre a universidade e a sociedade.

Nesse contexto, a crescente digitalização da informação e a necessidade de salvaguardar manifestações culturais imateriais evidenciam a relevância de acervos digitais. O Projeto Iê Capoeira, localizado em São Mateus – ES, representa uma iniciativa significativa de extensão universitária que busca, por meio de um acervo digital, preservar e disseminar a rica história e práticas da capoeira local. Contudo, as estratégias de criação e manutenção desses acervos e seu real impacto na preservação do patrimônio cultural da capoeira ainda demandam investigação.

Diante do exposto, este capítulo procura compreender as estratégias e práticas adotadas na criação e manutenção de um acervo digital do projeto de extensão Iê Capoeira e seu impacto na preservação do patrimônio cultural da capoeira em São Mateus – ES.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto histórico brasileiro, a capoeira é uma manifestação cultural carregada de sentidos e significados, tanto simbólicos, quanto práticos, que preserva a história da diáspora africana nas américas. Por isso, pensa-la para além de sua expressividade e saberes, é compreender que

A capoeira, como práxis cultural de resistência, não se restringe à performance lúdica ou combativa, mas configura-se como um campo de possibilidades para a construção e reconstrução das identidades e, sobretudo, para a manifestação de uma corporeidade que desafia as normatizações e hierarquias sociais (Falcão, 2004, p. 104).

Porém, a capoeira, por sua riqueza cultural, histórica e social, promove reflexões críticas e o desenvolvimento de diversas habilidades que não se limitam a atividade física ou prescrição de exercícios. Nessa perspectiva, Falcão (2006) argumenta que a capoeira, ao transcender metodologias prescritivas na Educação Física, atua como um complexo temático capaz de promover o desenvolvimento humano integral e a formação crítica dos indivíduos.

Sendo assim, integra-se efetivamente à extensão universitária, promovendo diálogos entre ensino, pesquisa e extensão. Tais iniciativas valorizam saberes corporais afro-brasileiros, protegem o patrimônio imaterial e criam um espaço de troca entre a academia e a sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por exemplo, destaca a extensão como um meio de difundir as conquistas acadêmicas à população (Brasil, 1996).

A extensão universitária é um pilar fundamental da educação superior, promovendo a troca e construção de conhecimento e valores através de atividades que conectam a universidade

à comunidade. Essa interação é crucial, pois, como aponta Souza (2013), as reflexões e transformações sociais são trazidas para o ambiente acadêmico, enriquecendo o processo formativo. A produção de conhecimento, portanto, transcende a exclusividade universitária, emergindo da interação com a sociedade, seja por meio de financiamento público ou parcerias (Bernardes *et al.*, 2014).

Contudo, para Alves (2014), o conhecimento se constitui nas trocas entre os saberes acadêmicos e sociais, beneficiando a sociedade ao aproximar o científico da realidade social. Nessa perspectiva, o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão atua sobre os problemas sociais identificados no diálogo com a comunidade (Silva, 2016), oferecendo aos estudantes um espaço para vivenciar seu objeto de estudo e desenvolver trabalhos acadêmicos e científicos, como a restauração de acervos digitais.

A participação em eventos e a colaboração em equipe em projetos extensionistas, como os de capoeira, promovem crescimento pessoal, acadêmico e profissional. A capoeira, em particular, com sua gestualidade, musicalidade e história, propicia um ambiente de diálogo – a "roda dos conhecimentos e saberes" – onde há democracia, liberdade de expressão, interação social e o exercício da cidadania (Venâncio; Lemos, 2025). Essa vivência contribui para a valorização social e cultural, impactando na educação contra o preconceito e na disseminação de conhecimentos sobre a cultura africana, afro-brasileira e indígena.

No contexto da preservação de saberes e documentos, o acervo digital emerge como uma estratégia contemporânea e eficaz para facilitar o acesso e garantir a durabilidade de informações valiosas (Lins; Faria, 2004; Vieira, 2011). A digitalização, impulsionada pela expansão das redes tecnológicas, democratiza o acesso a documentos históricos e culturais, atendendo às necessidades de comunidades específicas e disseminando conhecimento (Arellano, 2008). Essa abordagem tecnológica não apenas otimiza a preservação, mas também permite a difusão de fontes informativas que são cruciais para a formação da identidade cultural local.

A capoeira, por sua vez, carrega uma trajetória histórica de marginalização no Brasil, superada pelo reconhecimento de sua fundamental contribuição para a cultura nacional (Iphan, 2007). O art. 216, da Constituição Federal Brasileira de 1988, já reconhece bens materiais e imateriais como patrimônio cultural. Em 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) deliberou o registro da Capoeira como patrimônio imaterial brasileiro, incluindo o Ofício dos Mestres e a Roda de Capoeira nos Livros dos Saberes e das Formas de

Expressão, respectivamente. Este reconhecimento, resultado de um esforço multidisciplinar em parceria com universidades, ressalta a presença multifacetada e a uniformidade estilística da capoeira em todo o território nacional, evidenciando sua resiliência e valor multidimensional (Iphan, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem de pesquisa exploratória, fundamental para investigar um tema ainda não completamente delimitado e para gerar maior familiaridade com o problema em questão. O caráter exploratório permitiu o desenvolvimento de novas compreensões sobre o fenômeno estudado, sendo flexível à análise de múltiplas dimensões do objeto (Gil, 2008). A pesquisa possui uma natureza qualiquantitativa, combinando a análise descritiva de dados quantitativos com a análise de conteúdo dos dados qualitativos.

A investigação foi desenvolvida com 68 participantes do Projeto de Extensão "Iê Capoeira: cultura e cidadania", vinculado a um centro universitário em São Mateus – ES. No primeiro momento da pesquisa, foi apresentado aos participantes o acervo digital do projeto, criado em 2024, que inclui registros históricos, informações e diversos materiais em texto e imagem sobre as ações do "Iê Capoeira". O acesso a este acervo foi disponibilizado a todos os participantes adultos, ambos os sexos, e também ao público em geral. O público infantil atendido no projeto não participou da pesquisa.

Para a coleta de dados, após o acesso dos participantes ao acervo, foi aplicado um questionário estruturado online via *Google Forms*. O instrumento continha nove questões fechadas e uma questão aberta, desenhadas para capturar as perspectivas dos participantes. A voluntariedade e o anonimato das respostas foram assegurados, e todos os participantes foram devidamente informados sobre o objetivo da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Adicionalmente, o termo de consentimento da instituição coparticipante foi assinado pela pró-reitoria responsável, resguardando os princípios éticos da pesquisa.

Os dados quantitativos, resultantes das questões fechadas, foram organizados e apresentados em gráficos para análise descritiva. As respostas obtidas das questões abertas foram submetidas à análise de conteúdo, permitindo a identificação de temas e categorias relevantes.

4 O PROJETO DE EXTENSÃO IÊ CAPOEIRA: CULTURA E CIDADANIA

O Projeto de Extensão Iê Capoeira: Cultura e Cidadania, iniciado em 2015 em um centro universitário localizado em São Mateus – ES, representa uma iniciativa de grande relevância acadêmica, científica e social. Vinculado ao curso de Educação Física da instituição, o projeto oferece vivências da capoeira em suas diversas facetas — luta, dança, jogo, história e musicalidade — tanto para a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários) quanto para o público externo, através de aulas regulares de capoeira, eventos e apresentações culturais. As atividades são estruturadas em turmas segmentadas por idade, atendendo tanto o público infantil quanto o adulto. As informações detalhadas sobre o projeto foram obtidas em seu documento oficial, registrado/arquivado na Pró-Reitoria de Inovação, Extensão e Pesquisa da instituição.

A justificativa do projeto fundamenta-se na Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura afro-brasileira, e na Resolução CES/CNE nº 7/2018, que estabelece diretrizes para a extensão na Educação Superior. Desde sua criação, o "Iê Capoeira" busca conciliar teoria e prática da cultura da capoeira e das manifestações afro-brasileiras, promovendo a igualdade, equidade e inclusão social.

Além de incentivar a atividade física, o projeto objetiva proporcionar, por meio do ensino dos fundamentos da capoeira, um espaço para discussões e práticas corporais. Ele também visa contribuir para a formação docente de futuros professores de Educação Física e para o desenvolvimento sociocultural e de cidadania dos demais participantes.

O projeto, portanto, atua na interface entre universidade e comunidade, com o propósito de trabalhar questões étnico-raciais e culturais a partir da capoeira. Seus objetivos específicos incluem fomentar a integração com a comunidade externa, aprimorar saberes sobre questões étnico-raciais, socializar estudos e práticas da capoeira, e ampliar experiências educacionais para acadêmicos, sempre buscando promover diálogos e práticas que contribuem para discussões sobre a história afro-brasileira e a cidadania.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

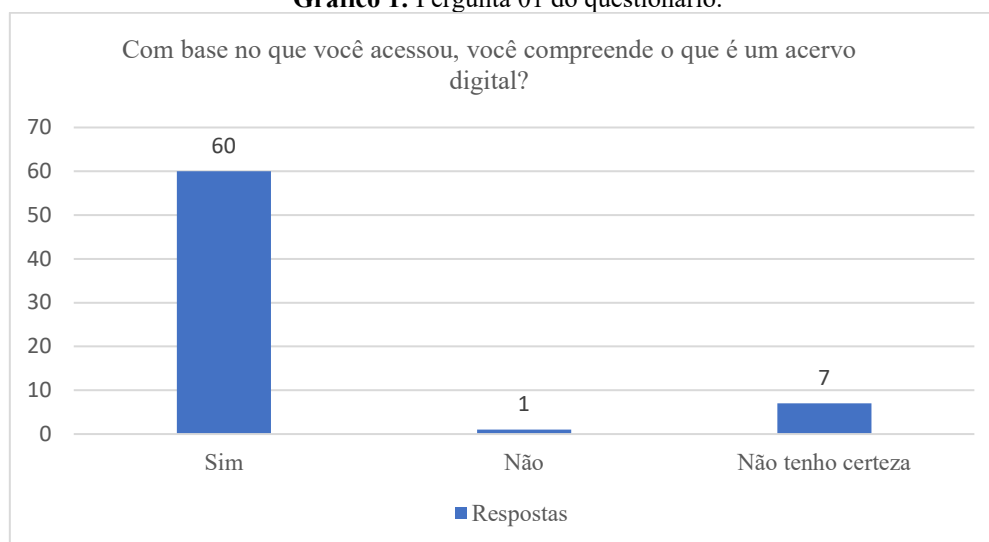
A tessitura desta seção é dedicada à apresentação e análise dos dados coletados por meio do questionário, fundamental para alcançar os objetivos desta pesquisa sobre o acervo digital do Projeto Iê Capoeira. Inicialmente, serão apresentados e discutidos os resultados quantitativos obtidos a partir das questões fechadas. Os dados, organizados em gráficos, permitirão uma compreensão detalhada das percepções dos participantes sobre as características e a relevância

do acervo. Em seguida, aprofundará a análise, explorando as respostas qualitativas da questão aberta. Esta abordagem articulada busca fornecer uma visão completa do impacto do acervo, conectando os dados numéricos às experiências e compreensões dos participantes.

5.1 Conhecendo o acervo: Percepções e Importância

A análise dos dados quantitativos obtidos junto aos 68 participantes do Projeto Iê Capoeira revelou percepções significativas sobre o acervo digital e sua relevância. Primeiramente, conforme o Gráfico 1, constatou-se que a maioria dos participantes (60 de 68) compreende o conceito de acervo digital após o acesso ao material, embora 7 deles ainda manifestem incerteza sobre o tema.

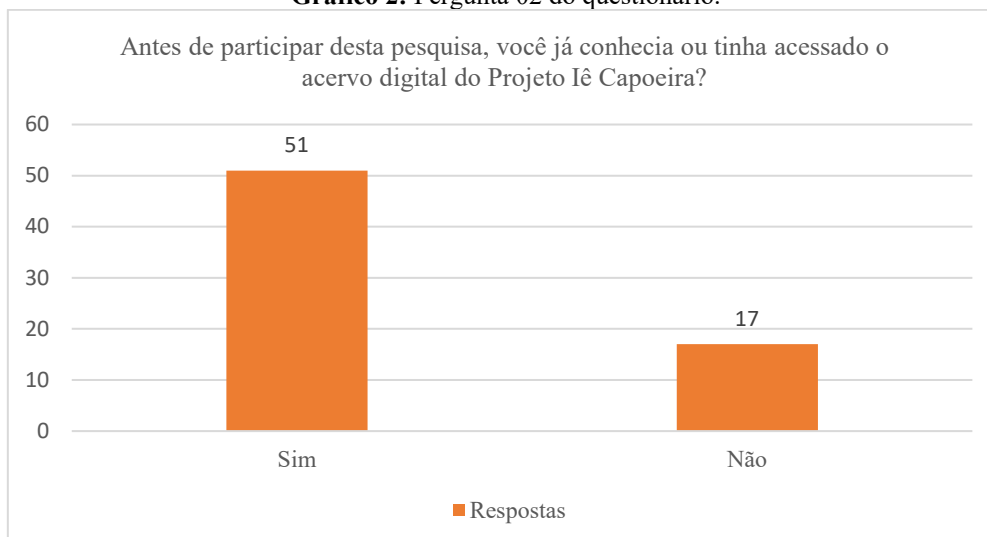
Gráfico 1: Pergunta 01 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observa-se, como ilustra o Gráfico 2, que, antes da pesquisa, a maioria dos participantes (51 de 68) já conhecia ou havia acessado o acervo digital do projeto, indicando uma prévia familiaridade com a ferramenta. No entanto, o número de participantes que demonstraram desconhecimento ainda é considerável (17 de 68), o que pode estar relacionado à disponibilidade das informações e/ou aos impactos das estratégias de divulgação da ferramenta.

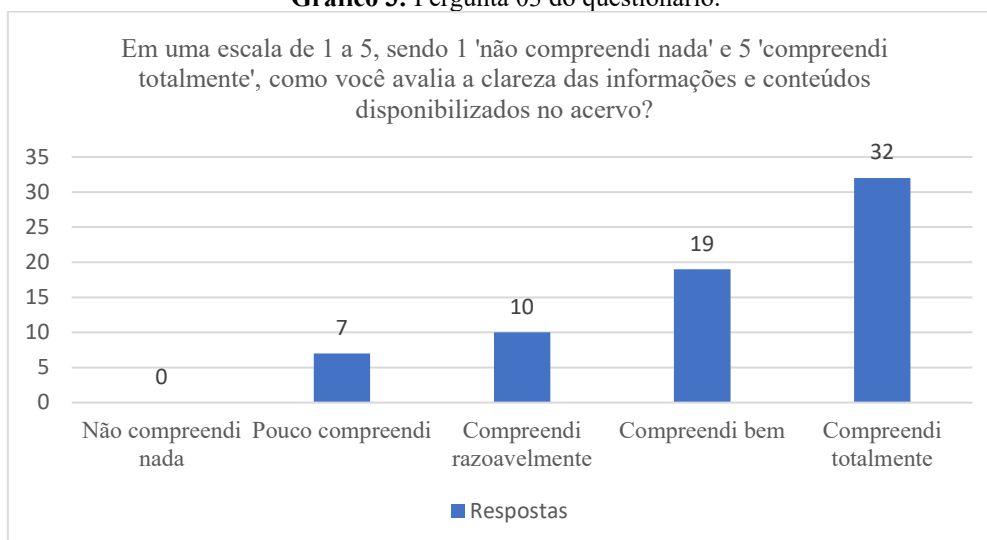
Gráfico 2: Pergunta 02 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A clareza das informações e do conteúdo do acervo foi amplamente evidenciada pelos participantes. Conforme o Gráfico 3, a maioria absoluta (32) compreendeu totalmente o material, seguida por um número expressivo (19) que o compreendeu bem. É notável que, embora uma parcela menor (10) tenha reportado compreensão razoável, apenas uma pequena minoria (7) relatou ter compreendido pouco, e ninguém indicou não ter compreendido nada. Isso sugere a eficácia da interface e da organização do conteúdo do acervo quando acessado pelos usuários.

Gráfico 3: Pergunta 03 do questionário.

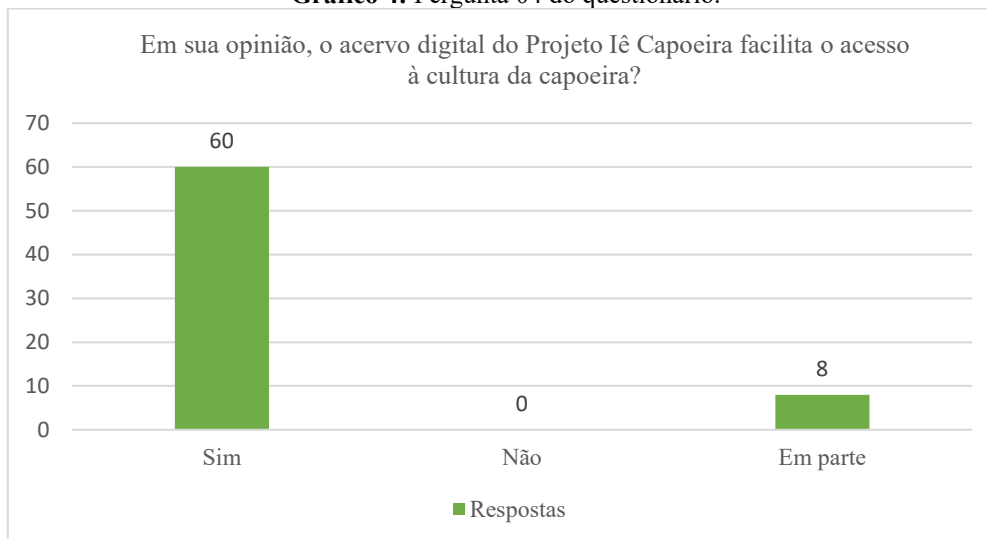


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere ao impacto do acervo, os resultados reforçam sua contribuição para a difusão cultural e a compreensão da capoeira. A maioria dos participantes (60 de 68) concorda que o acervo digital facilita o acesso à cultura da capoeira, como se evidencia no Gráfico 4. É

importante salientar que essas respostas foram coletadas após o acesso dos participantes ao acervo digital, o que garante que suas opiniões se baseiam em uma experiência concreta com a ferramenta.

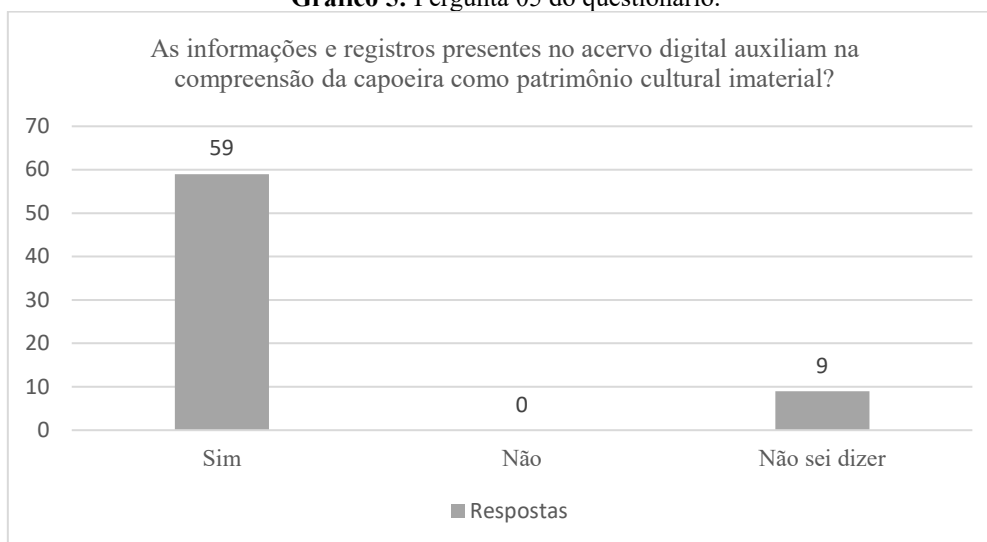
Gráfico 4: Pergunta 04 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Adiante, um número similar de participantes (59 de 68) considera que as informações e registros do acervo auxiliam na compreensão da capoeira como patrimônio cultural imaterial (Gráfico 5). Este é um importante indicativo de que a ferramenta pode, de fato, contribuir para o processo educativo e de conscientização cultural.

Gráfico 5: Pergunta 05 do questionário.

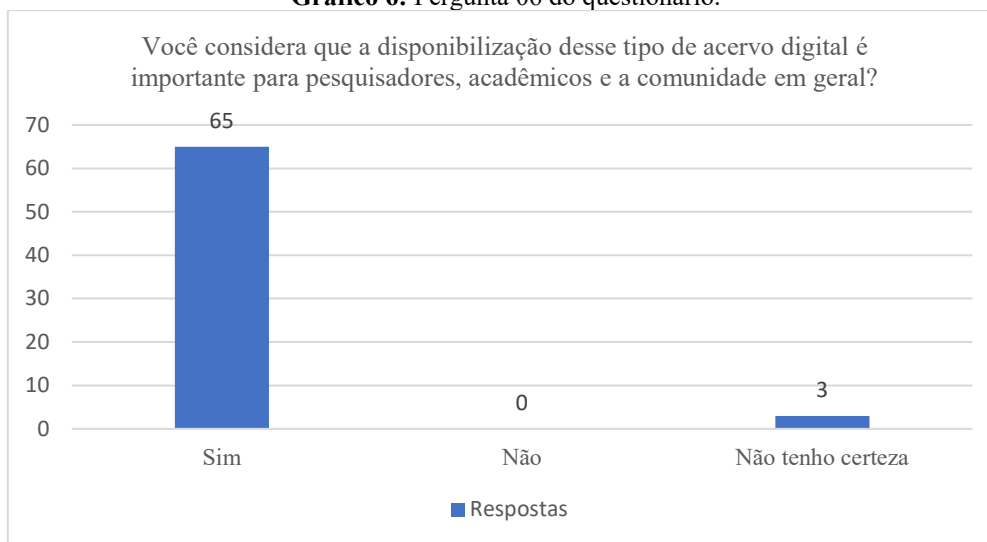


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A importância da disponibilização desse tipo de acervo para pesquisadores, acadêmicos e a comunidade em geral foi amplamente reconhecida, com 65 dos 68 participantes confirmando essa relevância (Gráfico 6). Esses achados corroboram a importância da

digitalização do acervo para a democratização do conhecimento e a valorização de bens imateriais, conforme discutido por Lins e Faria (2024) e Schäfer e Flores (2013).

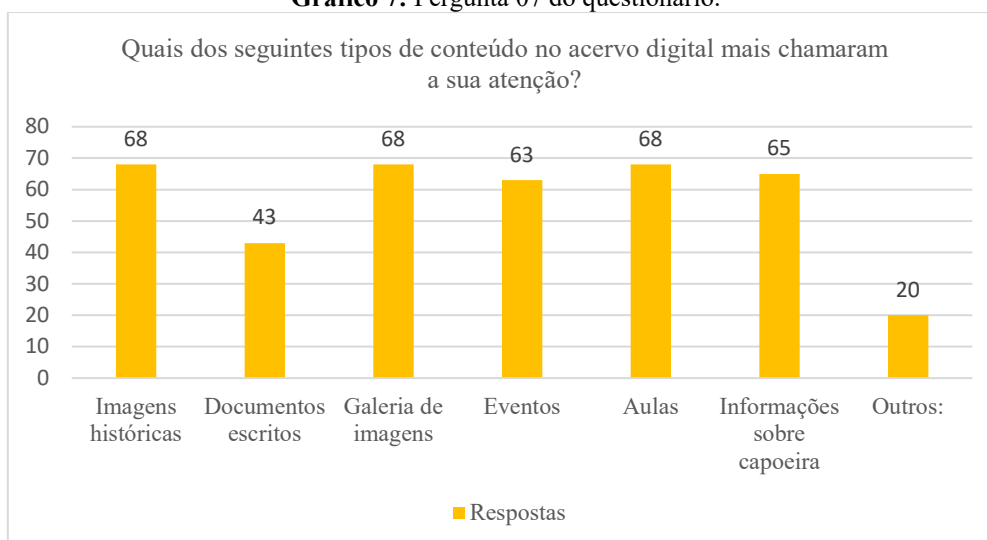
Gráfico 6: Pergunta 06 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação aos conteúdos que mais despertaram atenção no acervo, o Gráfico 7 revela que as Imagens históricas, a Galeria de imagens e o registro de Aulas foram unanimemente apontados por todos os 68 participantes. As Informações sobre capoeira (65) e os Eventos (63) também tiveram alta relevância, enquanto os Documentos escritos (43) e a categoria Outros (20, incluindo informações de participação, rodas e apresentações) complementam o espectro de interesse. Essa preferência por conteúdos visuais e relacionados à prática demonstra o potencial do acervo em engajar o público por meio dos elementos dinâmicos da capoeira.

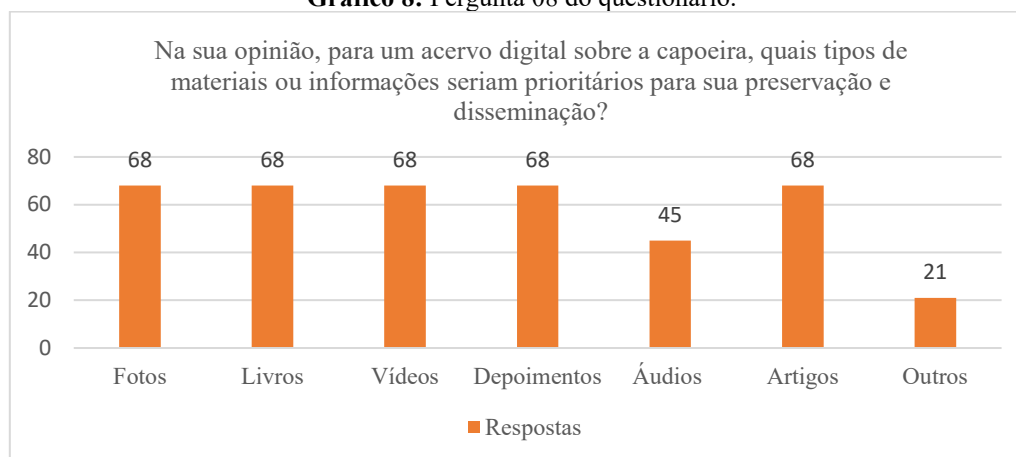
Gráfico 7: Pergunta 07 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Questionados sobre quais materiais seriam prioritários para a preservação e disseminação em um acervo digital sobre capoeira, o Gráfico 8, indica que a unanimidade dos 68 participantes elegeru Fotos históricas, Livros, Vídeos, Depoimentos e Artigos específicos. Áudios foram priorizados por 45 participantes, e a categoria Outros (21, incluindo seção dos alunos, jogos, chat de interação e links de pesquisa) trouxe sugestões para funcionalidades interativas e de aprofundamento. As escolhas dos participantes sublinham a importância de uma abordagem multimídia para acervos culturais, garantindo a riqueza e diversidade dos registros para as futuras gerações.

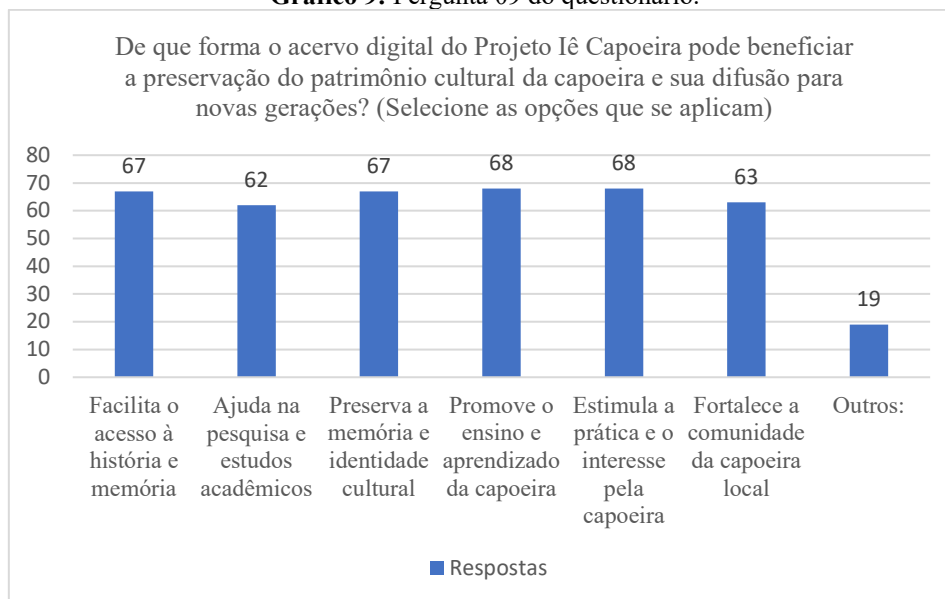
Gráfico 8: Pergunta 08 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Finalmente, acerca dos benefícios do acervo digital para a preservação do patrimônio cultural da capoeira e sua difusão, o Gráfico 9 mostra que as opções 'Promove o ensino e aprendizado da capoeira' e 'Estimula a prática e o interesse pela capoeira' foram marcadas por todos os 68 participantes. 'Facilita o acesso à história e memória' e 'Preserva a memória e identidade cultural' foram assinaladas por 67 participantes, enquanto 'Ajuda na pesquisa e estudos acadêmicos' (62) e 'Fortalece a comunidade da capoeira local' (63) também foram amplamente reconhecidas. A categoria 'Outros' (19) incluiu benefícios como criação de novas identidades, resgate da ancestralidade, acessibilidade digital e auxílio a mestres mais antigos. Esses resultados demonstram a percepção multifacetada do impacto do acervo, validando sua função como ferramenta educacional, de pesquisa, de memória e de fortalecimento comunitário.

Gráfico 9: Pergunta 09 do questionário.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados quantitativos apresentados nesta seção revelam uma percepção majoritariamente positiva dos participantes sobre a clareza, a acessibilidade e a relevância do acervo digital do Projeto Iê Capoeira. Eles também destacam a preferência por determinados tipos de conteúdo e os múltiplos benefícios percebidos para a preservação cultural e o desenvolvimento da capoeira. No entanto, para aprofundar essa compreensão e explorar as experiências e contribuições subjetivas dos participantes, a próxima seção se dedicará à análise das respostas obtidas por meio da questão aberta do questionário, oferecendo uma perspectiva qualitativa que complementa e enriquece os achados aqui apresentados.

5.2 A contribuição da experiência no Acervo Digital

A pergunta aberta do questionário buscou investigar como a experiência de acessar o acervo digital do Iê Capoeira contribuiu para a compreensão dos participantes sobre o projeto de extensão e a cultura da capoeira. A análise de conteúdo das 68 respostas revelou categorias temáticas convergentes, indicando o impacto multifacetado do acervo e como este foi apropriado pelos participantes.

Termos e conceitos recorrentes nas falas dos participantes evidenciam a percepção de que o acervo digital atua como uma ferramenta para a inclusão e a acessibilidade. A menção a 'inclusão digital' (39 menções) e 'acessibilidade' (25 menções) nas respostas destaca o papel do acervo em democratizar o acesso ao conhecimento sobre a capoeira, superando barreiras geográficas ou sociais para o público em geral e, em particular, para 'quem é de fora da cidade' (28 menções), conforme uma das falas dos participantes.

Outra percepção observada é o aprofundamento do conhecimento e a preservação da memória. Expressões como 'mais conhecimentos' (49 menções), 'ajuda a lembrar da nossa história' (27 menções) e 'auxilia a compreender sobre nossa identidade' (39 menções), presentes nas respostas dos atendidos pelo projeto, demonstram que o acervo funciona como um repositório fundamental para a construção e o reforço da identidade cultural ligada à capoeira local. A valorização de 'arquivos para a capoeira da nossa cidade' (29 menções) e a defesa do 'patrimônio de São Mateus' (21 menções) reforçam essa dimensão de preservação da memória local.

Ressalta-se nas falas dos participantes o reconhecimento e a valorização cultural. A recorrência de termos como 'nossa cultura' (49 menções) e a referência à 'salvaguarda do IPHAN' (18 menções) apontam para o acervo como um instrumento que reafirma a capoeira enquanto patrimônio cultural. Além disso, a menção a 'menos preconceito da sociedade local com a capoeira' (23 menções) sugere que o acervo contribui para a desmistificação e valorização da prática perante a comunidade.

Contudo, evidenciam-se nas respostas as implicações institucionais e governamentais. Os termos como 'políticas públicas' (37 menções) e 'falta investimento governamental' (21 menções) indicam que, além do impacto direto na compreensão e acesso, os participantes também enxergam o acervo como um elemento que pode (ou deveria) influenciar o reconhecimento e o apoio institucional à capoeira.

Enfim, esses achados qualitativos corroboram os resultados quantitativos, evidenciando que o acervo digital transcende a mera disponibilização de informações. Ele se estabelece como um catalisador para a conscientização sobre a história, identidade e valor da capoeira local, reforçando seu papel como patrimônio cultural e fomentando discussões sobre seu futuro e apoio institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou compreender as estratégias e o impacto do acervo digital do Projeto de Extensão Iê Capoeira na preservação do patrimônio cultural da capoeira em São Mateus – ES. Os resultados revelam a contribuição significativa do acervo digital como ferramenta essencial para a preservação e difusão cultural. Os participantes não só compreendem sua importância e facilidade de acesso à cultura da capoeira como patrimônio imaterial, mas também validam a eficácia das estratégias de organização e seleção de conteúdo, especialmente para materiais visuais.

Qualitativamente, a experiência com o acervo promoveu inclusão digital, aprofundamento do conhecimento e preservação da memória e identidade cultural local. Destaca-se seu papel em resgatar a história da capoeira na cidade, fortalecer o sentimento de pertencimento e evidenciar seu potencial para influenciar políticas públicas e combater o preconceito.

Conclui-se que o acervo digital do Projeto Iê Capoeira registra e protege a história local da capoeira, configurando-se como um elemento vital na formação acadêmica e social dos participantes. Ele apoia ativamente o ensino-aprendizagem, fomenta a pesquisa, promove a integração universitária-comunidade e contribui diretamente para a disseminação cultural, validando os objetivos do projeto.

Apesar da relevância, este estudo se limitou a um projeto específico. Sugere-se para futuras pesquisas a investigação de outros acervos digitais de capoeira em diferentes regiões, comparando estratégias e impactos, e aprofundando a análise sobre a influência de acervos digitais na formulação de políticas públicas de proteção cultural.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Estender-se comunicando: o caminho para a universidade que forma sujeitos (uma leitura freiriana). In: CANDIDO, J. G.; SILVA, L. D. da. (Org.). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

ARELLANO, M. Â. M. **Crêterios para a digitalizaçãõ da informaçaõ científica**. 2008. 354 f. Tese (Doutorado em Ciênciã da Informaçãõ) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciênciã da Informaçãõ, Brasília, 2008. Disponível: https://repositorio.unb.br/bitstream/104-82/1518/1/2008_MiguelAngelMarderoArellano.pdf. Acessado em: Jun. 2025.

BARROS, K. F. **Capoeira na Educaçaõ Infantil: teoria de ensino e atividades prãticas**. São Paulo, SP: Phorte, 2012.

BERNARDES, M. A.; PELARIN, A. L.; SILVA, L. D. da. Indicadores e parãmetros para a estrutura da extensãõ universitãria em uma IES. In: CANDIDO, J. G.; SILVA, L. D. da. (Org.). **Extensãõ universitãria: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histãrico e Artístico Nacional**. Dossiê: inventãrio para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil. Brasília, DF: IPHAN/MinC, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educaçaõ nacional**. Diário Oficial da Uniãõ, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FALCÃO, J. C. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FALCÃO, J. L. C. Para além das metodologias prescritivas na Educação Física: a possibilidade da capoeira como complexo temático no currículo de formação profissional. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 155-170, jul./dez. 2006. DOI: 10.5216/rpp.v7i2.93. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/93>. Acessado em: Abr. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAFAIETE JUNIOR, L. O. *et al.* **Metodologia das lutas**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

LINS, A. C. B.; FARIA, L. C. M. de. Transformação digital e preservação do patrimônio documental: reflexões considerando o acervo acadêmico de ensino em saúde da ENSP/Fiocruz. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 30, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria>. Acessado em: Jun. 2025.

PASQUA, L. P. M. **Capoeira e diáspora africana**: uma interpretação sobre a manifestação dos floreios. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1236869>. Acessado em: Abr. 2025.

PASQUA, L. de P. M. Floreio na capoeira: encantamento e desencantamento. **O Mosaico**, Campo Mourão, v. 13, n. 3, 2024. DOI: 10.33871/21750769.2021.13.3.4442. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/mosaico/article/view/4442>. Acessado em: Abr. 2025.

SCHÄFER, M. B.; FLORES, D. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Santa Maria, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/290/290>. Acessado em: Jul. 2025.

SILVA, W. P. da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21106/1/2016_dis_wpsilva.pdf. Acessado em: Maio. 2025.

SOUZA, E. M.; SILVA, A. C. Benefícios da Capoeira como elemento corporal em aulas de Educação Física no ensino fundamental. **Revista Eletrinar Disciplinar Bar do Garças-MT**, v. 11, n. 1, 2019. Disponível em: <http://revista.sear.com.br/rei/article/view/65>. Acessado em: Abr. 2025.

SOUZA, L. A. P. **Extensão Universitária**: institucionalidade e compromisso social. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2172>. Acessado em: Maio. 2025.

VENÂNCIO, W. L.; LEMOS, F. R. M. Capoeira na Educação Física escolar: compreensões sobre uma intervenção no ensino fundamental. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 29, p. e18981, 2025. Disponível em: <https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/18981>. Acessado em: Abr. 2025.

CAPÍTULO 13

A CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR DE GEMAS, JOIAS E AFINOS NO BRASIL COM ÊNFASE NA LAPIDAÇÃO

Caio Patrocínio Barcelos de Oliveira
Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo principal caracterizar a lapidação no Brasil à luz da identificação dos seus avanços e dos seus gargalos. A metodologia adotada nesse estudo consiste em uma revisão bibliográfica com a utilização de fontes secundárias, notadamente, livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros. Para o alcance do objetivo proposto é abordada a cadeia produtiva do setor de Gemas, joias e Afins e os fatores econômicos pertinentes ao esse setor produtivo, com ênfase na abundância de matéria prima extraída em subsolo brasileiro bem como é identificada e analisada as potencialidades que contribuem para o crescimento desse segmento produtivo e os entraves que dificultam o seu avanço nos mercados nacional e internacional. Além disso, faz-se uma abordagem da cadeia produtiva sob a ótica da lapidação levando-se em consideração os seus aspectos históricos, os seus processos de aprimoramento até o seu desenvolvimento cujo dinamismo é expresso na incorporação de novas técnicas e na utilização de equipamentos que vem revolucionando esse importante elo da cadeia produtiva do segmento de Gemas, Joias e Afins, com destaque para a empresa Lapidart responsável pelo desenvolvimento de equipamentos como o Computer Numeric Control, o Robot Gems e a Cabocheria Lapidart Autocab.

PALAVRAS-CHAVES: Cadeia Produtiva; Setor de Gemas, Joias e Afins; Lapidação.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo principal analisar e identificar os avanços e as dificuldades inerentes à lapidação no Brasil. Para tanto é caracterizada a cadeia produtiva do setor de Gemas, Joias e Afins brasileiro com ênfase na lapidação bem como é analisada a lapidação a partir de seus aspectos históricos, conceituais e suas tipologias, além de identificar os avanços e as principais dificuldades presentes na lapidação no Brasil.

A metodologia empregada neste trabalho é de revisão bibliográfica com utilização de fontes secundárias, notadamente, livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros.

Em um primeiro momento, é feita uma análise sobre a cadeia produtiva e os fatores econômicos relacionados ao setor de gemas, joias e afins, com destaque para a abundância de matéria prima encontrada em solo brasileiro. Associado ao exposto é identificada as potencialidades que impulsionam o crescimento desse setor produtivo e os entraves que dificultam o seu avanço tanto no mercado nacional quanto internacional.

Na segunda parte desse artigo, é analisada a cadeia produtiva sob a ótica da lapidação, buscando caracterizá-la desde os seus aspectos históricos, os seus processos de aprimoramento até a sua evolução decorrente da melhoria da capacitação profissional e da incorporação de

novas técnicas e de equipamentos que vem revolucionando esse importante elo da cadeia produtiva de Gemas, Joias e Afins com destaque para a empresa Lapidart responsável pelo desenvolvimento de equipamentos como o Computer Numeric Control, o Robot Gems e a Cabocheria Lapidart Autocab.

2 A CADEIA PRODUTIVA

Segundo dados do IBGM, em 2017, o Brasil foi o segundo maior produtor de gemas coradas do mundo, mas a maior parte dessa produção teve como destino final as exportações, consideravelmente, no seu estado bruto. Em 2007 havia 1.484 empregos de lapidação de gemas e em 2017 esses números foram de 825, o que retrata um decréscimo no quantitativo de empregos gerados nesse elo da cadeia produtiva. O volume de exportações de minerais brutos aumentou 37% de 2017 para 2018, sendo que os rubis, safiras e esmeraldas lapidadas diminuíram 28% enquanto outras gemas lapidadas diminuíram 6% (IBGM, 2018).

O Brasil possui uma produção regular de quatro gemas que internacionalmente são muito valorizadas, que são o diamante, alexandrita (variedade crisoberilo), esmeralda e turmalina Paraíba. Recentemente, outras gemas também estão ganhando destaque no cenário internacional, tais como algumas variedades que apresentam o efeito chatoyancy (olho de gato), topázio imperial, água marinha, turmalinas rubelita indicolita e verde, opala e crisoberilo comum, sendo o país sendo responsável pela maior produção de turmalina Paraíba do mundo e o único produtor de topázio imperial em âmbito mundial (Ribeiro, 2008). A seguir, na figura 1, ilustra o potencial de exploração e as ocorrências dos minerais no Brasil.

Figura 1: Áreas com maior potencial para exploração de gemas no Brasil com destaque para as principais ocorrências.



Fonte: Autoria própria (2025).

O setor de Gemas, Joias e Metais Preciosos apresenta grande complexidade no Brasil, principalmente, devido a um alto grau de informalidade, que engloba desde a segmentação da extração de minerais até a comercialização de gemas. Não obstante essa fragilidade, esse segmento produtivo é um dos mais tradicionais da economia brasileira, o qual possui foco na comunidade internacional. O Brasil é reconhecido, mundialmente, pela sua riqueza mineral, devido à quantidade de minerais nativos, à qualidade e à raridade dos mesmos, logo sendo estabelecido como um dos grandes *players* internacionalmente. A atividade mineral brasileira, principalmente a sua extração, mesmo com inúmeras críticas quanto aos seus métodos de exploração, foi um fator determinante para o desenvolvimento de algumas regiões (Ribeiro, 2011).

A cadeia produtiva do setor de Gemas, Joias e Afins abrange várias etapas que englobam a extração dos minerais, a sua posterior agregação de valor, e por fim a sua comercialização tanto nacionalmente como internacionalmente, sendo essas etapas consideradas elos da cadeia produtiva. No âmbito da cadeia, o primeiro elo consiste na extração dos minerais e todas as atividades associadas a ela, o segundo elo refere-se à lapidação e abrange o artesanato feito com alguns minerais bruto enquanto o terceiro elo está ligado à indústria joalheira e de bijuterias, as quais são responsáveis pela fabricação de joias em metais preciosos, folheados e bijuterias em metais comuns e pela comercialização nos mercados nacionais e internacionais (Henriques; Soares, 2005).

2.1 Os Fatores Econômicos

Com uma análise do impacto do setor dentro da economia brasileira, é possível destacar que, no ano de 2006, o saldo comercial de gemas foi correspondente a 0,0044% do Produto Interno Bruto - PIB. Um fator que merece destaque, é que o setor de Gemas, joias e Afins é constituído por 93% de micro e pequenas empresas. No ano de 2004, a cadeia em sua totalidade foi responsável por gerar cerca de 350 mil empregos diretos e segundo dados do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, esse segmento produtivo foi o segundo setor que mais gerou empregos no Brasil, de forma que a cada milhão de dólares investidos são gerados 114 empregos nos mais diferentes elos, envolvendo garimpo, mineração, industrialização e comercialização (Ribeiro, 2008).

O mercado nacional possui um consumo de 5 a 10% da quantidade de gemas extraídas, 8% das joias produzidas e, praticamente, a totalidade das bijuterias. A estimativa é de que cerca de 80% da produção brasileira de gemas e minerais brutos, incluindo peças de coleção, são

destinadas à exportação. Os materiais gemológicos brutos, geralmente, são destinados a países como Hong Kong, Índia, China, EUA, Alemanha, Tailândia, Taiwan, Japão e Itália enquanto as gemas lapidadas têm como destino final esses mesmos países com exceção da Itália (Souza *et al.*, 2020).

As exportações de gemas, em 2005, foram de US\$ 168 milhões enquanto as exportações de materiais oriundos da mineração, em 2018, foram de US\$ 3,3 bilhões. As exportações de gemas, joias e afins movimentaram um montante de US\$ 254 milhões, o que evidencia a posição ocupada pelo Brasil de ser um dos maiores exportadores de gemas e metais preciosos em âmbito mundial. Em contrapartida, a sua participação no mercado de joias é praticamente nula. Neste contexto, é importante registrar que é, praticamente, impossível saber o quantitativo investido na produção brasileira de gemas e de materiais gemológicos devido ao alto grau de informalidade e ao contrabando presentes nesse setor (Souza *et al.*, 2020).

2.2 As Potencialidades e as Fragilidades do Setor

O setor de Gemas, Joias e Afins brasileiro apresenta algumas vantagens que o qualifica como um dos mais importantes segmentos produtivos no cenário internacional. Dentre as vantagens merece destaque a alta disponibilidade de matéria prima tanto em volume quanto em variedade, a cultura de exploração mineral que ocorre desde os tempos coloniais, como já abordado neste artigo, e o design amplamente aceito nos mercados nacional e internacional, sendo esse um dos principais diferenciais que explica o fato das joias brasileiras serem “bem quistas” no mercado exterior. Associado ao exposto cabe registrar a ocorrência de minerais raros no subsolo brasileiro, o que contribui para que o país tenha o potencial necessário para se tornar um dos grandes *players* no mercado mundial (Aveni *et al.*, 2019).

O setor de Gemas, Joias e Afins possui um alto grau de informalidade, o qual atinge cerca de 50% (Ribeiro, 2011). A produção de gemas brasileiras está concentrada, notadamente, nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Pará e Tocantins. Os primeiros elos da cadeia, isto é o garimpo e a lapidação encontram maiores dificuldades para o seu desenvolvimento, devido, notadamente, as péssimas condições de trabalho na extração mineral e a deficiência de mão-de-obra especializada para atuar na lapidação, o que resulta no declínio da atividade garimpeira no Brasil enquanto os demais elos da cadeia, apresentam uma maior competitividade. Não obstante, a informalidade ser a principal dificuldade enfrentada por esse segmento produtivo, outros fatores contribuem para a criação de gargalos e geram falhas no processo produtivo, tais quais: insuficiência na escala para lapidação; baixa capacidade de

gestão; pouca capacitação da mão de obra; tecnologia inadequada; baixa escolaridade; falta de crédito e concorrência desleal (Ribeiro, 2011).

Em 19 de dezembro de 2008, foi criada a Lei 128/2008, o que criou o MEI - Micro Empreendedor Individual. Essa legislação impactou, diretamente, milhões de pequenos empreendedores, ajudando-os a transformar a economia e formalizar negócios que antes operavam à margem da legalidade. Uma das razões para o sucesso desse modelo é a contribuição mensal diferenciada para o Microempreendedor Individual. Esse regime simplificado permite que pequenos negócios tenham acesso a benefícios previdenciários e tributários com um custo acessível. O pagamento unificado engloba impostos como INSS, ICMS e ISS, com valores fixos e previsíveis, facilitando o planejamento financeiro e reduzindo a complexidade da gestão empresarial (Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (2023)).

O surgimento dessa modalidade permitiu que vários pequenos negócios se regularizassem perante a receita federal. Com base no CNAE a lapidação de gemas está atrelada ao código 3211-6/01, o qual está relacionado à classe 32.11-6, pertinente não só à lapidação de gemas, mas também à fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria. A seguir, nas figuras 2 e 3, é possível ver a classificação do CNAE e o número de estabelecimentos registrados nacionalmente (IBGE, n.d.).

Figura 2: Classificação do CNAE para a lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria.

A interface de busca do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) do IBGE. No topo, há uma barra de busca com o texto "classificação" e "classe". Abaixo, há um campo de texto com o valor "CNAE-Subclasses 2.3" e dois botões: "buscar" e "todas as seções".

Abaixo da barra de busca, há uma seção intitulada "Hierarquia". Nesta seção, há uma lista de itens com a seguinte estrutura:

- Seção:** C INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
- Divisão:** 32 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
- Grupo:** 32.1 Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes
- Classe:** 32.11-6 Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria
- Subclasse:**
 - 3211-6/01 Lapidação de gemas
 - 3211-6/02 Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria
 - 3211-6/03 Cunhagem de moedas e medalhas

Fonte: Autoria própria (2025).

Figura 3: Detalhe da classificação do CNAE e o número de estabelecimentos registrados no Brasil para a lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria.

3211601	1.066	Lapidação de gemas		
3211602	1.995	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria		
3211603	47	Cunhagem de moedas e medalhas		

Fonte: Autoria própria (2025).

Na tabela 1, que segue, abaixo, é possível encontrar o número de estabelecimentos da CNAE 3211-6/01, referente à lapidação de gemas.

Tabela 1: Número de estabelecimentos por unidade federativa.

UNIDADE FEDERATIVA	ESTABELECIMENTOS
AC	0
AL	0
AM	1
AP	1
BA	50
CE	7
DF	8
ES	21
GO	28
MA	4
MG	424
MS	7
MT	14
PA	10
PB	7
PE	14
PI	5
PR	27
RJ	45
RN	17
RO	7
RR	0
RS	189
SC	25
SE	2
SP	150
TO	5

Fonte: Autoria própria (2025).

Neste contexto, o setor de Gemas, Joias e afins no Brasil, carece de maiores iniciativas, tanto dos agentes particulares quanto dos públicos seja no aumento da magnitude de investimentos seja na definição de políticas públicas capazes de contribuir para o desenvolvimento do setor em análise. A reversão desse cenário tende a abrir novas oportunidades para pequenas, médias e grandes empresas, bem como para empreendedores

individuais. De acordo com Souza *et al.* (2020), a verticalização do setor de Gemas é essencial para a sua dinamização promovendo novas possibilidades de negócios e auxiliando à promoção e ao desenvolvimento dos elos da cadeia produtiva tanto por iniciativas individuais quanto coletivas do empreendedorismo empresarial (Souza *et al.*, 2020).

Não obstante, o Brasil ser um país com amplas reservas minerais e apresentar um substancial potencial econômico com capacidade de exploração, agregação de valor e de comercialização dos produtos oriundos dessa cadeia produtiva, esse segmento apresenta vários entraves, como a excessiva burocracia e a alta carga tributária, a qual contribui para o aumento da informalidade. É preciso rever essas fragilidades a exemplo do que fez a Tailândia que ao reduzir a carga tributária e ao isentar taxas sobre aquisição de matérias primas e maquinários obteve resultados favoráveis expressos no incremento do dinamismo empresarial e no aumento da competitividade dos empreendimentos que integram o setor de gemas. Neste contexto, cabe destacar a Índia, a qual possui uma cultura de diamantes e de gemas coradas, tendo se tornado, em 1995, um dos *players* no mercado internacional, graças a investimentos em centros de comércio de gemas e à redução da carga tributária (Ribeiro, 2008).

2.3 As Gemas, Joias e Afins no Mercado Nacional e Internacional.

Nos últimos anos, devido à globalização e ao aumento da competitividade, percebe-se uma maior preocupação com a qualidade e com a diferenciação dos produtos nacionais. Diante disso, no que se refere ao setor de Gemas, Joias e Afins observa-se uma crescente preferência de gemas incorporadas às joias - diferentemente do que acontecia no passado onde somente o ouro era valorizado - bem como a estagnação da produção de gemas no Brasil – diferentemente do crescimento observado em outros locais como na África – além da diminuição da produção e do consumo de joias por países europeus, do transferimento da produção para outros países com menor custo como China, Turquia, Vietnã, do consumo de joias crescente em países produtores de petróleo, da venda de joias pela internet que passou a ser mais difundida no Brasil e da preocupação crescente com os aspectos éticos e de sustentabilidade (Ribeiro, 2011).

Associado ao exposto observa-se outro fator que tende a gerar gargalos na cadeia produtiva que é a distância entre a concepção e a execução das peças, pois na maioria das vezes os designers e os ourives trabalham de maneira isolada, tendo o contato entre ambos, somente, na fase de execução da peça, o que contribui para a desarticulação da cadeia produtiva. Em relação ao design, os modelos de lapidação diferenciada se caracterizam como uma importante forma de inovação dentro do setor e somada à discussão sobre técnicas, formas, texturas e brilho

é gerado um conhecimento fundamental para o setor tanto em termos de agregação de valor quanto da geração de renda e de empregos (Ribeiro, 2011).

No Brasil, a lapidação é realizada, muitas vezes, por pequenas indústrias, e em sua grande maioria são chamadas de “fundo de quintal” e mais recentemente a terceirização é um fator que vem se destacando, mas existem poucas indústrias integradas, o que consiste em ser outro gargalo da cadeia produtiva em estudo, pois não ocorrem garantias de qualidade, prazos definidos e lapidações diferenciadas, sendo que o potencial e a competitividade existem no país para as gemas de média e alta qualidade. Em relação ao varejo no segmento de joias, as empresas integrantes são, majoritariamente, as de menor porte, sendo a estrutura integrada por 31% de microempresas, 29% de pequenas empresas e 39% de médio porte, sendo que a participação de empresas de grande porte é inexpressiva. Estimativas apontam que cerca de 50% do mercado é informal, os vendedores autônomos têm forte presença na comercialização e a alta carga tributária é notória no setor (Henriques; Soares; 2005).

Os agentes que atuam nessa cadeia produtiva têm dificuldade de obter o suporte de crédito, salvo algumas exceções, e isso se deve à alta informalidade e às próprias características do setor, notadamente, a difícil e onerosa fiscalização e o contrabando. Neste sentido, para se alcançar novos patamares em relação ao estágio atual, é necessário dispor de meios inovadores de financiamento bancário. Na última década, mesmo com os altos impostos e a informalidade, o setor apresentou melhorias nos padrões de qualidade e de competitividade, com a incorporação de novas máquinas, equipamentos e insumos, ainda que muitas empresas ainda não consigam otimizar o seu uso, devido ao fato de que assistência técnica e a manutenção deixam a desejar (Henriques; Soares; 2005).

Aveni *et al.* (2019), identifica cinco tendências no mercado de joias, que são a criatividade brasileira, o mercado de joias no Brasil, o mercado de luxo ao redor do mundo, o marketing de luxo e as inspirações para as peças produzidas. De acordo com o relatório do McKinsey Global Institute constata-se que existe uma expectativa de crescimento do mercado de joias de até 6% ao ano cujo design se constitui como um diferencial competitivo atrelado ao aperfeiçoamento das técnicas de produção. Neste sentido, a modelagem de joias 3D, a mistura de materiais e o acompanhamento dos destaques de novelas associado ao desenvolvimento do mercado de joias, a criatividade nos designs traz um diferencial ao produto pelo fato deles utilizarem gemas e materiais como couro, aço e prata. Com essa variedade de materiais e com o uso de novas técnicas de produção aumentam as chances de vendas devido à inovação, o que favorece o crescimento do mercado de joias, além de estarem ligadas à quebra da barreira de

gêneros como a produção de medalhões, gargantilhas, pulseiras, que têm sido inseridas no guarda-roupa feminino ou masculino (Aveni *et al.*, 2019).

Desde a sua criação, as joias são objeto de desejo em muitos mercados e com o intuito de ampliar essa realidade, foi inserida a confecção de joias em ouro de 10 quilates em substituição ao metal de 18 quilates. Com essa novidade, o mercado possibilitou o acesso das pessoas à compra de joias, elevando as vendas do setor e permitindo mais investimentos em inovação e propiciando a utilização de novos materiais na composição das joias. Esse impacto é positivo no crescimento do setor de Gemas, Joias e Afins no Brasil, porém ainda existem muitos desafios a serem superados, tais como o aumento da concorrência em um mercado atraente, o que dificulta a expansão da marca de um “produtor isolado” (Aveni *et al.*, 2019). Diante do exposto, faz-se necessário a dinamização de um processo de integração e de cooperação entre “produtores isolados” como forma de se alcançar o aumento da competitividade.

O desenvolvimento do mercado de joias também está ligado à criatividade dos joalheiros e dos designers, pois não somente na hora de projetar o design das peças, mas também na utilização de gemas variadas é fundamental a busca pela concepção e pela criação de um produto inovador com a incorporação de diferentes materiais, o que contribui para uma maior variedade de produtos ofertados. Essa gama de peças disponíveis permite que o consumidor consiga encontrar uma joia que mais se adeque aos seus desejos, aumentando, assim, as possibilidades de venda. Neste contexto, cabe destacar que em relação às semijoias, o mercado também vem se expandindo, graças à inserção de novos materiais como o aço inox e a confecção de peças masculinas (Bautz, 2018).

Em face ao exposto, pode-se aferir que a dinamização do setor de Gemas, Joias e Afins, notadamente, no que tange à comercialização se deve à inovação e à maior variedade de produtos oferecidos aos consumidores. Neste contexto, mesmo que, em momentos de recessão econômica, quando ocorre a diminuição do poder de compra da população o volume de vendas de joias não é, necessariamente, afetado, tendo em vista que o consumidor de joias é, majoritariamente, formado por mulheres pertencentes às classes A e B e nessa parcela da população a diminuição do poder de compra é menos acentuada quando se comparada a outras classes. No entanto, em muitos casos, porém, é mais notória a opção por semijoias no lugar das joias (Bautz, 2018).

O público feminino é extremamente fiel ao consumo de itens associados à beleza, à vaidade, ao luxo e ao requinte. Logo, mesmo que a economia não esteja em seu melhor momento econômico, as vendas do mercado de joias têm uma tendência a se manterem em alta. Associado ao exposto, o consumidor masculino tem um enorme potencial de compra, na medida em que cada vez mais os homens estão adquirindo adornos para si e não somente para presentear as mulheres. Dentre os materiais utilizados, o preferido é o aço inox, seguido pelo tradicional ouro amarelo e as peças mais requisitadas são aquelas que incorporam titânio e paládio enquanto as joias mais procuradas são os anéis, simples ou sofisticados, geralmente de design sóbrio e reto, e na sequência aparecem as pulseiras dos mais variados tipos, os brincos e as abotoaduras (Bautz, 2018).

Diante disso, observa-se que, nos últimos anos, fatores como a globalização e a concorrência acirrada aumentaram a preocupação com a qualidade e a inovação no setor de Gemas, Joias e Afins, além disso, as joias com gemas têm adquirido a preferência dos consumidores no cenário atual. Não obstante esse cenário, a produção de gemas no Brasil tem declinado enquanto a quantidade produzida por alguns países da África tem aumentado. A produção de joias tem se concentrado cada vez mais em países com menor custo de produção, tais como China e Turquia enquanto no Brasil o que se percebe é que o mercado *online* tem conquistado cada vez mais espaço (Ribeiro, 2011; Souza *et al.*, 2020).

Nesse contexto um dos maiores desafios da cadeia produtiva desse segmento tem sido a falta de integração entre os designers e os ourives. Sabe-se que um design inovador com lapidações diferenciadas é demandado internacionalmente, porém o cenário da lapidação no Brasil é de pequenos lapidários e indústrias que, em sua maioria, não garantem qualidade e prazos bem definidos. No varejo, esse setor é dominado por micro, pequenas e médias empresas com um elevado grau de informalidade representando cerca de 50% das vendas. Além disso, a alta carga tributária e o difícil acesso ao crédito bancário são obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento do setor. No entanto, mesmo com esses obstáculos, o setor de Gemas, Joias e Afins tem evoluído, incorporando novas tecnologias, incrementando a criatividade expressa em design diferenciado e utilizando novos materiais como aço e couro, o que está em sintonia com as tendências mundiais (Aveni *et al.*, 2019, Bautz, 2018).

3 A LAPIDAÇÃO E SEUS PROCESSOS

Praticamente todas as gemas, com exceção das pérolas, precisam passar por um processo que realce as suas características através do corte, do facetamento e do polimento. As

gemas brutas, com exceção de alguns casos quando a mesma é encontrada com o seu plano de crescimento intacto, apresentam técnicas variadas que buscam melhorar a sua aparência de acordo com suas peculiaridades. As gemas opacas e translúcidas, as quais podem apresentar efeito óptico de acordo com suas características mineralógicas e cristalográficas, têm o cabochão como o tipo de lapidação adequado enquanto a maioria das gemas transparentes passa por um processo de facetamento com vistas a realçar a sua cor e o seu brilho (Kunz, 2000).

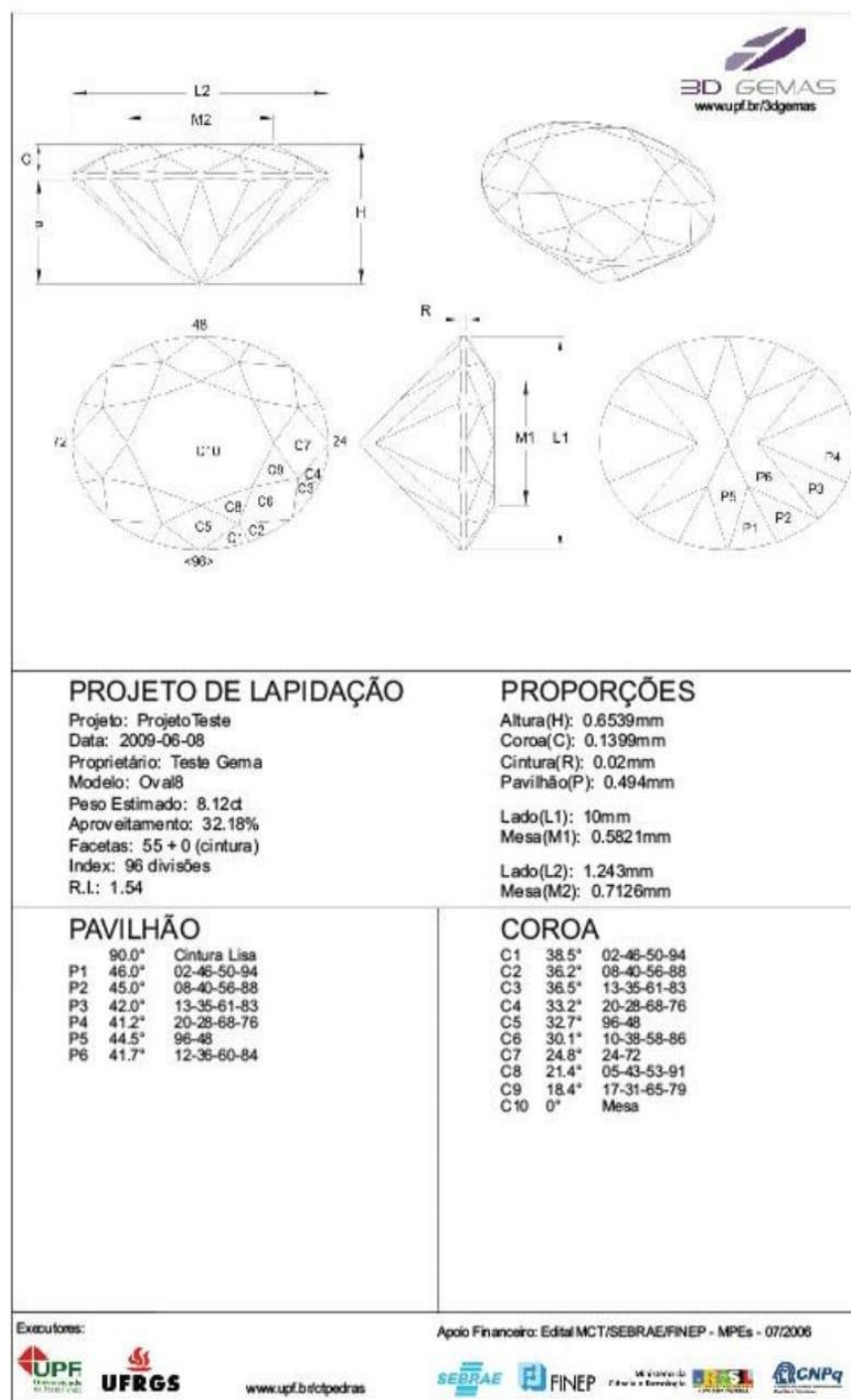
Inicialmente, o material gemológico bruto passa por uma análise para determinar qual o melhor tipo de lapidação para o mesmo. Essa análise é fundamental, pois nela são identificadas as características ópticas e físicas do mesmo. Neste contexto, cabe registrar que o corte e pré facetamento são os processos de lapidação considerados mais importantes, pois eles irão ditar o formato e o peso final do material gemológico enquanto as etapas de facetamento e de polimento permitirão aprimorar a cor e ou o brilho do mesmo (Kunz, 2000).

A lapidação é um processo no qual ocorre um beneficiamento de um material gemológico em seu estado bruto. Esse processo pode ser manual, mecanizado ou automático. Os processos manuais e mecanizados utilizam um modelo baseado em um diagrama de lapidação. O processo manual possui uma maior complexidade, pois depende das capacidades do lapidário responsável, sendo um processo caracterizado por quatro etapas. A primeira é o corte, na qual são realizados pequenos cortes no material gemológico com uma serra diamantada, removendo partes indesejadas e mantendo somente a porção que será aproveitada. Após essa etapa é realizada a calibragem, momento em que a gema é desgastada, se obtendo como resultado uma forma preliminar e próxima do resultado final pretendido. Na sequência é realizado o facetamento, fase em que são aplicadas as facetas que definem a sua forma final e ocorre o polimento, o que garante que as facetas adquiram o brilho desejado após passarem por um disco de polir (Postal *et al.*, 2010).

O processo mecanizado se difere do manual, na medida em que nele se aplica um braço mecanizado que possui regulagens com precisão de milímetros, auxiliando, em grande medida, quem opera além de proporcionar um resultado melhor em menos tempo. O processo automatizado mescla elementos mecânicos e eletrônicos, o qual utiliza um software para realizar as etapas de lapidação e, neste processo, a atuação humana é quase nula, sendo necessário introduzir a gema no equipamento, trocar de posições a gema quando um dos lados for lapidado e retirar a gema do maquinário quando ela for finalizada (Postal *et al.*, 2010).

A lapidação do diamante difere das gemas coradas graças as suas diferentes características de dureza, fraturas, direções de clivagem e características ópticas, sendo que os lapidários do diamante não trabalham com gemas coradas e vice versa (Kunz, 2000). Neste contexto, é possível observar, abaixo, a figura 4 que ilustra um diagrama de lapidação.

Figura 4: Exemplo de um projeto de lapidação de um diamante.



Fonte: Autoria própria (2025).

3.1 A Lapidção: Avanços e Dificuldades

A lapidação no Brasil, historicamente, foi negligenciada. No período colonial, quando começaram as descobertas minerais no país, a extração era feita por escravos que realizavam o trabalho braçal e como não possuíam direitos eles aprenderam lapidação e ourivesaria com os poucos conhecedores do assunto presentes na época, logo se criou um preconceito com quem trabalhava nessa área, considerada o ofício da “parte baixa” da sociedade. Com o estabelecimento da Casa da Moeda em 1694 e a ordem real de entregar qualquer mineral encontrado para a retirada do quinto, quem fosse encontrado com qualquer material não taxado era condenado a perder os bens e a ser deportado para a África. A corrupção e o contrabando eram praticamente comuns, o que levou a coroa a proibir o ofício de lapidador (Nadur, 2009).

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil era necessário atender os membros da mesma que dispunham de alto poder aquisitivo, logo em 1808 foi permitido o exercício da profissão novamente e em 1809 foi criado o Colégio das Fábricas, porém os primeiros graduados não foram, suficientemente, qualificados para exercer o ofício, pois, graças à perseguição aos convertidos, que eram os principais atuantes nessa área e a proibição total ordenada por Portugal, não haviam pessoas capacitadas e com experiência o suficiente para lecionar. Com o passar do tempo, imigrantes alemães chegaram ao Brasil e formaram a grande maioria dos lapidários do país (Nadur, 2009).

As oficinas de lapidação eram também lojas, nas quais durante todo o processo era comum o cliente estar presente, o diamante era comprado, de preferência, lapidado, mas as outras gemas eram ignoradas e mandadas para a Europa e as lapidadas no Brasil eram de má qualidade. Com a Segunda Guerra Mundial, houve o aumento da imigração de estrangeiros para o país, criando assim o auge da lapidação do Brasil. No ano de 1958, foram exportadas mais gemas lapidadas do que brutas e a qualidade era analisada a partir da cor, brilho e peso, não sendo possível analisar o corte, pois a lapidação nacional era considerada ruim no que tange à simetria e à calibragem (Nadur, 2009).

O panorama da lapidação brasileira foi mudado pela ascensão de duas empresas, a H Stern e a Amsterdam Sauer, que estão entre as maiores organizações no ramo joalheiro. A história da H Stern começa quando Hans Stern veio para o Brasil em 1939. Ele trabalhava como datilógrafo na Cristab, empresa que exportava cristais e gemas coradas e importava e lapidava gemas. Com a experiência adquirida, Hans Stern fundou a sua empresa, no Rio de Janeiro, em 1945 e ao perceber o interesse dos estrangeiros pelas gemas brasileiras abriu uma loja na Praça

Mauá, que era a estação de embarque e desembarque dos navios bem como valorizou as gemas brasileiras as quais eram consideradas “semi preciosas” e passaram a ser reconhecidas, internacionalmente, como preciosas. Associado ao exposto, ele importou lapidários europeus como forma de suprir uma lacuna em termos de mão-de obra para atuar nesse elo da cadeia produtiva (Nadur, 2009).

Em 1939, o jovem Jules Sauer chega ao Brasil fugindo da Segunda Guerra Mundial e dois anos depois, em 1941, funda a sua primeira loja, a Lapidação Sauer. Ele conhece a sua futura esposa Zilda, que despertou nele a paixão pelas gemas, o que o levou a nomear a recente descoberta de um cristal de água marinha, extremamente, límpido e de matiz, tonalidade e saturação espetaculares, de Marta Rocha - Miss Brasil no ano de 1954. Em 1956 Jules Sauer se consolida no mercado joalheiro de luxo ao inaugurar a primeira loja Sauer no térreo do Edifício Chopin, situado ao lado do icônico “Copacabana Palace”, sendo essa inauguração um marco, pois foi a primeira joalheria brasileira a alcançar o padrão de excelência Décor e o atendimento do Place Vendôme, em Paris (Sauer, n.d.).

Outro marco importante alcançado pelo Sauer foi em 1963, quando o mesmo buscou o reconhecimento junto ao GIA de que, os Berilos Verdes encontrados na Bahia eram esmeraldas. Em 1982 Jules Sauer marca história, novamente, ao lançar o livro “Paraíso das Pedras Preciosas”, que foi a primeira publicação, integralmente, focada no mundo das gemas brasileiras, descrevendo as suas ocorrências, histórias e propriedades das mesmas. Em 1989 é fundado o Museu Sauer, considerado um marco na história do universo das gemas no Brasil, localizado em Ipanema, RJ, o qual possui um amplo catálogo de gemas, o que demonstra a paixão de Jules Sauer por nossas riquezas minerais (Sauer, n.d.).

Em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com o objetivo de atender a indústria de base com mão de obra qualificada e em 1957 foi fundado o curso de Gemologia do SENAI. O SENAI, atualmente, conta com cursos de lapidação em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e outras instituições também têm cursos de lapidação, como o CEFET-MG e a UFOP, além disso, algumas universidades possuem laboratórios de lapidação como a UEMG, a UFMT e o CETEM. Associado ao exposto, a UFES - Universidade Federal do Espírito Santo criou o único curso de bacharelado em Gemologia no Brasil (Nadur; 2009).

Associado ao exposto cabe registrar a importância e a contribuição da Lapidart, uma empresa brasileira, fundada em 2001, voltada para o avanço da lapidação, a qual foi responsável

por desenvolver o primeiro aparato de lapidação integralmente brasileiro e a primeira máquina CNC (Computer Numeric Control) e o Robot Gems, em 2009, considerado um importante marco na lapidação brasileira. Além disso, lançou em 2010 a primeira máquina de calibração/cabochão automática no Brasil, chamada de Cabocheira Lapidart Autocab (Lapidart, n.d.).

A Computer Numeric Control (CNC) é uma máquina de lapidação computadorizada que utiliza um controlador, escrito em código através de programas de software CAD/COD. O GEMCAD é um software utilizado para o facetamento das gemas capaz de simular o comportamento do CNC e projetar a gema em modelos 3D, levando em conta variantes como índice de refração, ângulo crítico, inclusões, fraturas e zoneamentos de cor (Nadur, 2009).

O Robot Gems é um lapidador de gemas computadorizado, sendo o primeiro da América Latina. Trata-se de um equipamento moderno que automatiza o processo de lapidação de gemas, sendo controlado por um computador. O seu funcionamento é baseado no Comando Numérico Computadorizado - CNC, o que permite uma operação simples realizada por uma planilha semelhante ao Excel exibida em uma tela colorida. A precisão dessa máquina é notória, chegando a alcançar 5 microns - milésimos de milímetro, e ela apresenta um nível de detalhe imperceptível ao olho humano. A sua eficiência também impressiona, tendo a capacidade de lapidar e polir de 10 a 30 pedras por hora, com um rendimento comparável ao de até 10 lapidadores, garantindo, inclusive, um padrão uniforme e de alta qualidade (Lapidart, n.d.).

A Cabocheira Lapidart Autocab é uma máquina avançada que automatiza o processo de calibração e de modelagem de cabochões em gemas. Ela é equipada com um controle digital e motores de alta precisão, capaz de ajustar a velocidade e o ângulo para moldar pedras em diversos formatos de maneira rápida e eficiente. Essa tecnologia inovadora possibilita uma lapidação ágil e precisa, reduzindo o tempo de produção para apenas 1 a 2 minutos por pedra, de acordo com as suas características. Essa máquina pode operar de forma contínua ou com pausas programadas, o que garante um acabamento diferenciado e de qualidade superior (Lapidart, n.d.).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem um papel de destaque na produção de gemas e joias no cenário internacional, sendo um dos maiores exportadores de pedras preciosas do mundo. No entanto, grande parte dessa riqueza mineral deixa o país em estado bruto, sem o devido beneficiamento, o que compromete a rentabilidade do setor. Entre as pedras mais valorizadas estão o diamante,

a esmeralda, a turmalina Paraíba e a alexandrita, além de outras gemas que vêm ganhando espaço no mercado global.

Apesar do enorme potencial do setor, a informalidade e a burocracia são entraves significativos. A extração mineral ainda ocorre, em muitos casos, de forma precária, com pouca estrutura e baixos investimentos em tecnologia. Isso impacta, especialmente, os primeiros elos da cadeia produtiva, como o garimpo e a lapidação, que enfrentam dificuldades devido à falta de mão de obra especializada e à concorrência desleal. A alta carga tributária e a dificuldade de acesso ao crédito também dificultam o crescimento do setor, que poderia se beneficiar de incentivos semelhantes aos adotados por países como Índia e Tailândia, que reduziram impostos e estimularam investimentos na cadeia produtiva.

Nos últimos anos, algumas mudanças vêm acontecendo em direção ao remodelamento desse setor produtivo. O design das joias brasileiras tem sido cada vez mais valorizado e o consumo *online* vem crescendo. A criatividade dos designers e a busca por inovação com novas técnicas e materiais, como o aço inox e o couro, têm ajudado a tornar os produtos mais atraentes em nível nacional e mundial.

A lapidação de gemas é um processo essencial para revelar a beleza das pedras preciosas, aprimorando sua cor, brilho e formato. A lapidação pode ser manual, mecanizada ou automatizada. A versão mecanizada introduz precisão milimétrica por meio de dispositivos ajustáveis, acelerando o processo enquanto a lapidação automatizada praticamente elimina a intervenção humana, utilizando softwares avançados que controlam cada detalhe da operação.

No Brasil, a lapidação enfrentou desafios históricos e somente no século XIX, com a chegada da corte portuguesa e a imigração de europeus especializados, a lapidação começou a se estruturar. Esse cenário mudou significativamente com as empresas H. Stern e Amsterdam Sauer, que elevaram o padrão da joalheria nacional e promoveram as gemas brasileiras no mercado internacional. Além, disso, houve o aprimoramento da capacitação profissional e nos últimos anos, o avanço tecnológico revolucionou a lapidação, com destaque para a Lapidart responsável pelo desenvolvimento de equipamentos inovadores, como o Computer Numeric Control, o Robot Gems e a Cabocheira Lapidart Autocab.

REFERÊNCIAS

AVENI, A. *et al.* APLs de Gemas e Joias na Região Metropolitana do Distrito Federal – Possíveis Avanços de Marcas e de Certificações. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 14, n. 2,

p. 475, 2021. DOI: 10.9771/cp. v14i2.32937. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/32937>. Acessado em: Fev. 2025.

BAUTZ, A. **Saiba como anda o mercado de joias no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.bautz.com.br/blog/mercado-de-joias-no-brasil>. Acessado em: Fev. 2025.

BULK GEMSTONES. **Guide: Gemstone Cuts and Shapes**. n.d. Disponível em <https://www.bulkgemstones.com/guide-to-gem-cuts-and-shapes-by-bulk-gemstones/>. Acessado em: Fev. 2025.

GILBERTSON, A. **Value Factors, Design, and Cut Quality of Colored Gemstones (Non-Diamond)**. Glenview: Gemworld International, Inc., 2640 Patriot Blvd, Suite 240. 2016. Disponível em: <https://www.gia.edu/doc/Value-Factors-Design-Cut-Quality-Colored-Gemstones-Gem-Market-News-GIA.pdf>. Acessado em: Fev. 2025.

GOV.BR. **Nos 15 anos de MEI, Ministério do Empreendedorismo busca ampliar benefícios ao setor**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/assuntos/noticias/nos-15-anos-de-mei-ministerio-do-empendedorismo-busca-ampliar-beneficios-ao-setor>. Acessado em: Mar. 2025.

HENRIQUES, H. S.; SOARES, M. M. (Coords.). **Políticas e Ações para a Cadeia Produtiva de Gemas e Joias / Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos**. Brasília: Brisa, 2005. 116 p.: il. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/180964/mod_resource/content/1/cadeia%20produtiva%20brasileira.pdf. Acessado em: Fev. 2025.

IBGE. **COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO**. c2025. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>. Acessado em: Mar. 2025.

IBGM. **O Setor em Grandes Números 2018**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ibgm.com.br/publicacao/publicacao-o-setor-em-grandes-numeros-2018/>. Acessado em: Fev. 2025.

LAPIDART. **Criamos a primeira máquina de lapidação 100% brasileira (e o primeiro lapidador CNC da América Latina)**. n.d. Disponível em: https://www.lapidart.com.br/new/historia/index.php?lingua_principal=1. Acessado em: Fev. 2025.

LAPIDART. **Lapidart lança calibradora/cabocheira automática**. n.d. Disponível em https://www.lapidart.com.br/new/noticia/vizualizar-noticia-completa.php?id_noticia=19&lingua_principal=1. Acessado em: Fev. 2025.

NADUR, A. V. **A lapidação de gemas e o panorama brasileiro**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Mineralogia e Petrologia) – Programa de Pós-Graduação em Mineralogia e Petrologia, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44144/tde-05052010-161420/publico/AVN.pdf>. Acessado em: Fev. 2025.

POSTAL, Á. *et al.* Geração dos diagramas de execução de modelos de lapidação de gemas. **Passo Fundo: Revista Brasileira de Computação Aplicada**, v.2, n. 1, p. 69-78, 2010. Disponível em <https://seer.upf.br/index.php/rbca/article/view/704/518>. Acessado em: Fev. 2025.

RECEITA FEDERAL. **MEI**, n.d. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoimei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>. Acessado em: Mar. 2025.

RIBEIRO, H. M. D. **Caracterização do setor de gemas, jóias e metais preciosos no Brasil: perspectivas para inovação e desenvolvimento setorial**. Brasília: SENAI.DN, 2011. 48p. (Série Estudos Setoriais, n. 11). Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/9/caracterizacao-do-setor-de-gemas-joi-as-e-meta-is-preciosos-no-brasil-perspectivas-para-inovacao-e-desenvolvimento-setorial/>. Acessado em: Fev. 2025.

RIBEIRO, H. M. D. **Relevant factors in the Brazilian performance at the international market of precious stones**. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico e políticas públicas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/a64f3c31-1d9a-4215-ae4d-589d1d54e4b5>. Acessado em: Fev. 2025.

LAPIDART. **Robot Gems é criado pela Lapidart**. n.d. Disponível em: https://www.lapidart.com.br/new/noticia/vizualizar-noticia-completa.php?id_noticia=17&lingua_principal=1. Acessado em: Fev. 2025.

SANDRINE, K. **A brief review of gemstone optical Properties from a lapidary's perspective**. 2000. Disponível em <https://www.cigem.ca/PDF/sandrine.pdf>. Acessado em: Fev. 2025.

SAUER. **HISTÓRIA**. n.d. Disponível em: <https://www.sauer1941.com/institucional/historia>. Acessado em: Fev. 2025.

SOUSA, L. de M.; NETO, P. L. de O. C.; DIAS, S. C. Identificação dos arranjos produtivos locais (APLs) de Gemas e jóias no Brasil: subsídios do desenvolvimento e comercialização / Identification of local productive arrangements (APLs) of Gems and Jewelry in Brazil: development and marketing subsidies. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 64661–64680, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/-article/view/16079>. Acessado em: Fev. 2025.

CAPÍTULO 14

O MERCADO DE LUXO SOB A ÓTICA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Gabriell Vieira Aquino dos Santos
Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo principal caracterizar o mercado do luxo à luz do pensamento de Strehlau e Allérès e de outros autores cujas abordagens estão relacionadas às temáticas estudadas nesse artigo. A identificação e a análise do mercado de luxo são feitas levando-se em consideração o comportamento do consumidor. Para tanto é identificado e discutido os elementos definidores do mercado de luxo, as suas principais características e a categorização do luxo. Na primeira parte desse estudo é abordado o mercado de luxo e suas correlações com as características que o definem como exclusividade, seletividade, preço, qualidade e distinção social, bem como é analisado o luxo acessível, intermediário e inacessível à luz das políticas de produto, preço, distribuição e comunicação. Na segunda parte desse artigo são caracterizados os diferentes tipos de consumidores, os quais são identificados pela busca pela ostentação, pelo reconhecimento, pela perfeição, pelo prestígio, pela manutenção e pelo gosto educado correlacionando-os ao comportamento racional e irracional e a possibilidade de inserção em um determinado grupo social.

PALAVRAS-CHAVES: Luxo; Consumidor; Distinção Social.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo principal caracterizar e analisar o mercado do luxo com vistas a compreender o comportamento do consumidor nesse mercado. Para tanto é identificado os aspectos definidores do mercado de luxo, as suas principais características à luz do pensamento de alguns autores e a categorização do luxo. A metodologia empregada nesse trabalho consiste em uma revisão das obras de Strehlau e Allérès, as quais são o marco teórico desse artigo com a utilização do pensamento de outros autores que contribuem para as discussões das temáticas estudadas. Na primeira parte desse estudo é caracterizado o mercado de luxo e suas correlações com seus aspectos definidores como exclusividade, seletividade, preço, qualidade e distinção social, bem como é abordada as inter-relações entre necessidade e desejo enquanto elementos que caracterizam o luxo. Associado ao exposto é analisado o luxo acessível, intermediário e inacessível e como cada uma dessas categorias é compreendida à luz de suas características.

Na segunda parte desse artigo é abordado o comportamento dos consumidores no mercado de luxo a partir dos diferentes tipos de consumidores levando-se em consideração a busca pela ostentação, pelo reconhecimento, pela perfeição, pelo prestígio, pela manutenção ou pela inserção em um determinado grupo social, o que evidencia diferentes perspectivas diante

do que cada tipo de consumidor almeja cujo gosto é construído e modificado durante o período vital de cada indivíduo.

2 O MERCADO DO LUXO

Na abordagem econômica, o mercado é o local no qual se estabelecem as transações relacionadas à oferta e à demanda, ou seja, a compra e a venda de bens e de mercadorias. Para Vasconcellos (2019) nas economias de mercado, a maioria dos preços de bens e serviços e dos fatores de produção é determinada, de forma predominante, pelo mecanismo de preços que irá atuar através da oferta e da demanda. Se mercado é o *locus* de compra e de venda de bens e de serviços, o mercado de luxo é o ambiente no qual ocorrerão tais transações, porém dos chamados bens e serviços de luxo. Desse modo neste capítulo, abordar-se-á, os conceitos de luxo, sua definição e suas características, além de buscar identificar os seus consumidores.

2.1 O Luxo

De acordo com Lunt e Livingstone (1992) não existe um consenso universal sobre a definição de luxo. Strehlau (2008) menciona que existe um alto grau de dificuldade em definir o luxo sem usar como apoio as marcas de luxo. Esse apoio não deve ocorrer devido ao transicionamento que uma marca possui, podendo sair do mercado de luxo, por não atender suas características, notadamente, a distinção social, a alta qualidade, além da distribuição limitada (Strehlau, 2008).

Em face ao exposto, para Strehlau (2008) não há uma definição exata para o luxo, porém formas de representá-lo sejam através de seus produtos e/ou serviços. De acordo com Berry (1994, p. 239) o conceito de luxo é definido dentro de uma sociedade determinada, num certo momento e lugar, ou seja, irá depender da sua cultura e da sua história. Segundo o autor, isso ocorre, porque o luxo não é visto como uma necessidade, sem um grau de utilidade ou supérfluo, logo a definição de necessidade parte do princípio de que todas as sociedades fazem diferença entre necessidade e luxo, sendo o luxo uma especificação da necessidade, caracterizando a necessidade através dos critérios de não-intencionalidade e da universalidade, a serem definidos dentro da sociedade e não fora dela, levando-se em consideração a presença de seus aspectos culturais (Strehlau, 2008). Nas palavras de Strehlau:

O luxo não pode ser democratizado. O que se modifica é onde o luxo se manifesta, deixa de ser naquela marca ou objeto específicos e migra para outra coisa que sustente a distinção social e o conhecimento embutido no consumo (Strehlau, 2008, p. 34).

Para Allérès (2006) a necessidade é uma generalização de certos anseios de consumo, procurando níveis cada vez mais completos de satisfação. Nas suas palavras “a noção de

necessidade é solidária com a de bem-estar, na mística da igualdade” (Allérès, 2006 *apud* Baudrillard, 1970, p. 93).

Para Allérès (2006) existe uma hierarquia das necessidades classificadas numa escala de prioridades, que vão desde as necessidades mais indispensáveis (bens inferiores), correspondentes às necessidades básicas de sobrevivência, como alimento por exemplo, até as mais dispensáveis (bens superiores), que podem corresponder ao conhecimento do contexto imediato e ao plano cultural, aprendidas por “automatismos sociais”, satisfeitas por bens menos essenciais, porém mais elevados na hierarquia dos bens consumidos. Diante disso, considera-se que bens indispensáveis são aqueles que podem ser traduzidos como aspirações pessoais, beleza e lazer.

Se certas necessidades são incontroláveis, repetitivas e vitais, e outras mais subjetivas, mais instáveis, mais irracionais, os desejos dependem do domínio do irracional, do sonho e das fantasias. Desse modo, portanto, se as necessidades objetivas têm um limite, o campo dos desejos é ilimitado (Allérès, 2006, p. 35).

Para Strehlau (2008), o desejo tem a função de traduzir ou de materializar a necessidade em produto. Em consonância com esse pensamento, para Allérès (2006) o desejo tem a função de expressar uma necessidade, de forma que na ausência do desejo, tais necessidades não seriam sequer procuradas. Neste sentido, o que despertará o desejo nos consumidores é o prestígio conferido a esses bens ou serviços (Czellar e Dubois, 2002). Garfein (1989) utiliza o exemplo do cartão de crédito *American Express*, para mostrar que ele é dotado de prestígio ao ser admirado e invejado por outras pessoas. No entanto, para Mason (1981) o prestígio não está, automaticamente, ligado ao bem de luxo, na medida em que o ele depende dos esforços e do empenho das marcas para alcançarem o prestígio dos seus consumidores. Na visão de Strehlau (2008) o prestígio tem de ser merecido, além de ser difícil de ser conquistado bem como demanda tempo.

No dicionário a palavra luxo é apresentada como oriunda do latim *luxus* (fausto, suntuosidade) e indica que agrada os sentidos sem ser uma necessidade; tudo o que apresenta de mais esmero que o necessário para ser útil; tudo o que é supérfluo, que ultrapassa os limites do necessário; aquilo que apresenta especial conforto. Já a palavra prestígio (do latim, *praestigium*, charlataneria, embuste) quer dizer: ilusão dos sentidos produzida por artifícios ou pretensas artes mágicas; prestidigitação; atração, fascinação; grande influência; importância social; consideração, respeito, crédito, reputação; artifício usado para seduzir, para encantar; superioridade pessoal baseada no bom êxito individual em qualquer setor da atividade (Strehlau, 2008, p. 26-27, *apud* Michaelis, 2003; Ferreira, 1999).

Associado ao exposto, o prestígio também pode estar atrelado ao fator histórico que uma marca apresenta (Strehlau, 2008). É o caso da joalheria Fabergé, notória pela sua história em produzir joias aos Czares (Monarcas da Rússia), levantando o desejo aos consumidores ao se

sentirem monarcas, conferindo prestígio à marca e ao produto, nesse caso pelo valor histórico que os mesmos apresentam.

2.2 As Características do luxo

Para Allérès (2006) um produto de luxo possui características específicas e em consonância com a abordagem de Strehlau (2008) elas se traduzem em alto preço, distinção social, alta qualidade, restrição a um pequeno grupo de pessoas.

A distinção social é o desejo de se distinguir de um determinado grupo e ser inserido em outro. Neste contexto, o consumo se delimita aos produtos e aos serviços concernentes a renda obtida, ou seja, tudo o que é caro constitui-se luxo, de modo que para se distinguir, os consumidores passam a comprar objetos de marcas consideradas de luxo pelo prestígio conferido a elas. Essas pessoas serão identificadas pelo seu círculo social, de forma diferente como se pertencessem a outro grupo social. Desse modo, o luxo enquanto uma distinção social tem a função de fazer uma pessoa se sentir pertencente a outro grupo, o qual ela deseja ingressar e de fato entrará nesse grupo que prestigia uma marca ligada ao mercado de luxo (Strehlau, 2008).

Strehlau (2008) exemplifica essa abordagem ao descrever o comportamento do rei Xerxes, na época do império Persa, o qual exigiu que fossem servidos vinho, aos seus convidados, em taças de ouro durante um banquete cuja duração foi de sete dias, com o objetivo de demonstrar a expansão das suas riquezas (Bíblia Sagrada, Versão Edição Revista e Corrigida, 1995, Livro de Ester, Capítulo 01, Versículo 1-9).

Em face ao exposto, tem-se que o luxo, impulsionado pelo desejo, é uma especificação da necessidade, na medida em que são necessários copos para se beber, mas não, necessariamente, de ouro. Isso reflete o desejo das pessoas, impulsionado pelo prestígio conferido a esse objeto e, por conseguinte a quem os utiliza ou consome.

Outra característica dos produtos de luxo é a alta qualidade, pois ao ser destinado a um grupo seleto de pessoas, muito exigentes, os produtos de luxo devem ter qualidade superior, sendo realizados a partir de matéria prima de alta qualidade, além de modos de confecção muito diferenciados e, em muitos casos, artesanais (Allérès, 2006). Allérès, utiliza como exemplos as marcas Baccarat e Hermès, por seus métodos de fabricação tradicionais e artesanais, respectivamente. As marcas de luxo no setor de Gemas, Joias e Afins, também tendem a se munir de materiais de alta qualidade, onde ao invés de se utilizarem gemas de qualidade mais baixa (diamantes com mais inclusões, por exemplo), utilizam-se gemas de qualidade superior

(diamantes sem ou com poucas inclusões), sem necessariamente utilizar uma gema mais cara do que a outra, porém com qualidades superiores. Nas palavras de Strehlau (2008) referente à joalheria H.Stern tem-se que:

Qualidade percebida representa a opinião do consumidor acerca da qualidade do produto. É comunicada de forma direta a partir da demonstração, por meio de evidências ou argumentos, de que os atributos de uma marca são superiores aos de seus concorrentes (Strehlau, 2008, p. 57).

Neste sentido, para Strehlau, 2008, a qualidade superior está atrelada ao prestígio, visto que as pessoas irão prestigiar um produto de qualidade superior. E nesse momento que Allérès (2006) utiliza o exemplo das joalherias Van Cleef, Boucheron e Chanel para designar tais marcas, que irão trabalhar com altíssima qualidade, demonstrando isso aos seus consumidores e ganhando notoriedade e prestígio. Para Strehlau (2008) deve haver uma graduação de prestígio e qualidade, de forma que nessa graduação se dispõe da mais alta qualidade à menor, mesmo assim dentro dos padrões do luxo. Além disso, através de tal análise de graduação de qualidade se dispõe, novamente, a diferença de necessidade e desejo, isso, pois, um casaco *trench coat* de uma marca comum e da marca Burberry tem diferenças de qualidade que podem ser observadas e se refletem no alto preço. Os consumidores já confiam na qualidade superior ao identificarem a marca, isso se dá devido ao prestígio e à confiança que os consumidores conferidos à marca.

A qualidade não é identificada somente com base no aspecto material, mas também, intangível quando se trata de serviços, por exemplo, um restaurante que proporciona *Wallet*, aos seus clientes, ou ainda uma loja de roupas onde o recepcionamento dos seus clientes se dá de forma exclusiva e personalizada.

No que tange à restrição a um pequeno grupo de pessoas, tem-se que se o luxo está ligado a um desejo vinculado à renda, logo ele deve ser raro para a maioria das pessoas que não pertence a um grupo de consumidores, a fim de impulsionar a ascensão social de um indivíduo que almeja estar em um grupo restrito. Contudo, se for destinado a uma grande gama de usuários deixará de ser raro e escasso e se for acessível a todos não será considerado luxo (Strehlau, 2008).

Segundo Allérès (2006) uma das características de um objeto de luxo é ter uma distribuição muito seletiva, levando-se em consideração a imagem da marca e do produto, bem como a sua seletividade. Neste contexto, a coerência e a convergência entre todas as características, abordadas até aqui, é que vão assegurar a credibilidade da imagem, sendo necessárias para difundir o produto, além de dar notoriedade a ele. Strehlau (2008) concorda

com Allères ao afirmar que a distribuição seletiva ou exclusiva de um bem se caracteriza por ser uma das prescrições básicas para que ele seja considerado um produto de luxo.

Se o luxo não é um único conceito definido, mas sim um conjunto de características a ser respeitadas, o mesmo pode apresentar instabilidade em sua representação. Isso pode ocorrer devido à mudança do comportamento do consumidor, além da alteração de posicionamento de uma marca que, antes, era considerada de luxo ou de um produto, devido à sua difusão exagerada, o que pode gerar a popularização dos mesmos (Strehlau, 2008).

Na concepção de Strehlau (2008), existe uma dificuldade em se explicar ou conceituar o luxo a partir de uma marca e para tanto ele utiliza o exemplo de aparelhos de jantar de porcelana na Nova Inglaterra, no século XVIII, onde estes eram considerados de luxo, pois eram necessários muitos meses entre a encomenda e a sua chegada em navio que vinha da Inglaterra. Muitas vezes, devido ao mar bravio, esses materiais eram quebrados ou o navio naufragava. No entanto, atualmente, esses materiais são encontrados, facilmente, em lojas e até mesmo em supermercados, revelando não ser mais sua posse um indicativo de distinção social. Chama-se, a atenção para o que fazia esse produto ser de luxo, isto é, ele assegurava distinção social bem como tinha alto preço e alta qualidade. O material também possuía qualidade superior, além de ser restrito a um grupo de pessoas, mas o produto se popularizou. Não obstante, esse fato algumas marcas que fabricam tais peças se mantem no mercado de luxo, respeitando as características do luxo, além de buscar e obter prestígio de seus consumidores, devido à sua importância histórica como ocorre com a marca de porcelana francesa Royal Limoges. Isso evidencia que o mesmo tipo de produto pode ou não estar inserido no mercado do luxo, a depender se respeita as características do dito luxo. “O batom não é um luxo, mas o batom da Chanel é” (Strehlau, 2008, p. 63).

Associado ao exposto, outro fator que causa instabilidade na representação do luxo é a popularização da marca e para que isso não aconteça é fundamental ter um cuidado minucioso em relação ao marketing que será atrelado ao produto e à marca, para que ele não deixe de ser um produto de luxo (Allerès, 2006).

No que tange ao alto preço pode-se afirmar que isso se deve a agregação de valores expressos na alta qualidade do processo produtivo, o qual envolve desde a confecção do produto e da embalagem passando pela incorporação de matéria-prima diferenciada e, por vezes, rara. Associado ao exposto cabe destacar a presença dos valores intangíveis representados pelo

prestígio agregado à marca e pela exclusividade, garantida, em grande medida, pela distribuição limitada dos produtos (Strehlau, 2008).

Diante do exposto, como vimos uma das características do mercado de luxo, está na sociedade, e trata-se do conhecimento. Isso porque o prestígio será concedido à marca, ao produto e à pessoa que os portar, porém ele só será dado à pessoa por aquelas que prestigiam tal marca e tal produto. Isso só será possível mediante ao conhecimento que um grupo tem dessas marcas e desses produtos, assim, quem os utiliza, não busca o prestígio e aprovação de todos, mas sim daqueles que possuem o conhecimento das características de um dado produto e de uma determinada marca, ou seja, de um grupo seletivo (Strehlau, 2008).

2.3 As Concepções do Luxo

De acordo com Allérès (2006) o luxo se divide em Luxo Inacessível, Luxo Intermediário e Luxo Acessível, de forma que cada um deles define uma política de produto, preço, distribuição e comunicação. O luxo inacessível se caracteriza por possuir, em sua maioria, marcas antigas e tradicionais como a joalheria Boucheron e os cristais Baccarat, assim como a marca francesa de vestuários Christian Dior cujo prestígio lhe é assegurada pela sua história consubstanciada na postura dos seus fundadores e na competência dos seus designers. Essas empresas primam pela alta qualidade e têm notoriedade internacional bem como utilizam o marketing prospectivo, o qual visa fidelizar os seus clientes a partir de sua qualidade, prestígio e da história que envolve gerações atuais e futuras. Para tanto, marketing prospectivo baseia-se, essencialmente, numa política de relações exteriores de dimensão internacional (Strehlau, 2008). Para Allérès (2006), tal prática, se constitui em um grande desafio, tendo em vista que o comportamento do consumidor tende a se modificar ao longo do tempo.

Em relação à política de produto, no luxo inacessível a marca, por já gozar de notoriedade internacional, tende a dar continuidade a sua produção, utilizando criação original com formulação definitiva e distintiva. Com isso, os produtos são muito bem elaborados cujos processos de produção garantem a originalidade e a exclusividade (Allérès, 2006). Neste contexto, Dias menciona a joalheria francesa Cartier, ao afirmar que no final do século XIX, ela já possuía compromisso com qualidade excepcional e com design inovador que se inspirava nos movimentos artísticos da época, *Art Nouveau* e *Art Deco*, cativando a atenção de clientes de alto perfil, incluindo, celebridades, socialites e a realeza (Dias *apud* Nadelhoffer, 2007).

No que se refere à política de preço, a sua fixação é resultante de componentes racionais e irracionais. Com relação à joalheria, tem-se que os materiais incorporados à produção são de

alta qualidade e, portanto, apresentam custos elevados, seja devido à sua raridade, como ocorre com algumas gemas, notadamente, diamante, rubi, tanzanita e turmalina paraíba, seja pela sua maior qualidade expressa no seu grau de pureza, cor e lapidação simétrica de elevadas dimensões, o que tende a elevar o preço final do produto. Associado ao exposto tem-se os custos indiretos, os quais englobam o trabalho de pesquisa, o processo de criação de cada peça, a elaboração do desenho e a confecção da joia.

Para Souza, a definição de joia está atrelada aos materiais utilizados no seu processo de produção, levando-se em consideração o termo “preciosidade”, ficando, assim, restrito as peças em ouro e prata (Souza, 2021 *apud* Mercaldi; Moura, 2017). Nesta categoria de luxo há uma seleção de comunicação, com realização de eventos, como aniversário da marca ou lançamento de um produto, além de haver um circuito de distribuição muito seletivo (Allerès, 2006).

Segundo Allérès (2006) o luxo inacessível busca justificar seu preço elevado, utilizando como embasamento esses conjuntos de custos diretos e indiretos, e “por uma estratégia global de empresa, visando a criar modelos perfeitos em número limitado para mercados muito protegidos, e pelo desejo maior dos compradores de adquirir peças únicas e de se proteger da imitação, independentemente dos preços fixados”. Para isto, Allérès (2006, p. 191), afirma que o preço final do luxo inacessível explicita o “preço da raridade” ou o “preço da exclusividade”.

No que tange à política de distribuição, no luxo inacessível, a política de distribuição segue as características de seus produtos e o tipo de distribuição dependerá da natureza da atividade exercida pela empresa (Allerès, 2006). No setor de Gemas Joias e Afins, “os modelos são realizados pelos ateliês da casa e postos à venda em suas diferentes lojas dirigidas diretamente por ela ou em franquia”. Além disso, é importante que os produtos recebam o prestígio em todos os pontos de venda da marca para que a mesma seja cultivada. “A unicidade dessa valorização ótima dos objetos mais prestigiosos, em todos os pontos-de-venda, é indispensável ao cultivo da marca” (Allerès, 2006, p. 198).

No que concerne à política de comunicação, no luxo inacessível observa-se a realização de eventos, chamados por Allérès (2006), de “vida mundana”. Esse tipo de luxo exige uma comunicação muito seletiva, em eventos artísticos ou esportivos, que reúnem compradores ou compradores em potencial. Esses eventos podem ser a Pólo de Bagatelle ou o Grand Prix de Diane. Devido ao fato do reconhecimento de um produto de luxo inacessível se basear, essencialmente, nas qualidades inventivas do produto, na sua perfeição e na sua excelência, tem-se como resultado um bem altamente valorizado. Allérès utiliza como exemplo a alta

joalheria e atesta que nesses eventos, a comunicação não se trata de publicidade, pois não se visa promover um produto ou uma gama de produtos, mas sim, relembrar a história e a cultura da marca. Sua finalidade está em cultivar “a magia da marca e de sua empresa” (Allerès, 2006, p. 206).

Segundo Dal Bosco a visão do luxo inacessível em âmbito global requer que a marca incorpore aspectos capazes de impulsionar o seu processo de internacionalização, a exemplo da marca Ermenegildo Zegna, a qual priorizou o foco no consumidor, o alcance mundial, a inovação de produtos e de tecnologia bem como o desenvolvimento de talentos (Dal Bosco, 2014 *apud* Kalil, 2010).

O Luxo Intermediário, segundo Allérès se caracteriza por produtos de excelente qualidade, porém menos perfeitos e por um público-alvo maior, porém controlado, para evitar a popularização da marca, por preços mais acessíveis, o que não quer dizer que são baratos e uma comunicação mais seletiva, através de políticas de relações públicas. Nesta categoria de luxo, o modelo utilizado é o marketing elaborado, voltado para demonstrar a qualidade do produto e a marca em si, trazendo informações sobre ela. O público-alvo do luxo intermediário gosta de receber informações sobre a marca e cabe destacar que o mercado do luxo intermediário é mais sensível à relação qualidade-preço dos produtos. Allérès utiliza como exemplo a renomada marca de vestuário *Louis Vuitton* ao tratar a marca como sendo pertencente ao luxo intermediário (Allerès, 2006). Em consonância ao exposto, Dal Bosco também cita *Louis Vuitton*, como marca de luxo bem como menciona a cidade do Rio de Janeiro que a recebe, dentre alguns lugares, no shopping de luxo Village Mall (Dal Bosco, 2014).

Em relação à política de produto, o luxo intermediário busca ofertar produtos da mais alta qualidade possível, porém estabelecem uma difusão em nível limitado, além de desenvolver uma política de relações públicas, visando notoriedade internacional, bem como buscam criar uma imagem e desenvolvê-la permanentemente (Allerès, 2006).

Em relação à política de preço, segundo Allérès, no luxo intermediário os preços são fundamentados em uma raridade relativa, na distinção de uma classe social muito bem provida e na acessibilidade controlada. Nesse tipo de luxo, “a fixação dos preços desse mercado depende mais de fatores racionais do que de fatores irracionais” (Allerès, 2006, p. 192). Os produtos desse mercado são desdobramentos limitados dos objetos e dos modelos de luxo inacessíveis e apesar da fixação de preços, no mercado do luxo intermediário, ser formada mais de critérios

racionais do que irracionais há um critério irracional a ser acrescentado que é a distinção social (Allerès, 2006).

A política de distribuição, no luxo intermediário, é mais ampla do que no luxo inacessível. Nesse caso, os compradores não necessariamente analisam como fator preponderante para a realização da compra a rede de distribuição, mas sim a beleza do objeto e o prestígio da marca. Neste contexto, Allérès menciona que a distribuição no setor de Gemas, joias e afins é muito seletiva no luxo intermediário e relata que “os modelos são postos à venda nas diferentes lojas e nas diferentes “butiques” próprias da marca e administradas por ela mesma ou sob franquia” (Allerès, 2006, p. 200).

Em relação à política de comunicação, no luxo intermediário, como dito acima, ela utiliza de relações públicas internacionais em eventos de atividade dita “mundana” para se promover, sendo muito seletiva, porém mais aberta do que no luxo inacessível. Contudo, em determinados casos, a publicidade também se dá de forma direcionada e restrita em revistas de alta seletividade (Allerès, 2006). Neste sentido, cada nicho de mercado adotará as suas estratégias de comunicação baseadas nas características de seus produtos e serviços. Nas palavras de Amaral & Fortunato “as organizações precisam saber os nichos de mercado que pretendem seguir, a fim de que atendam esses consumidores mais exigentes e exclusivos com eficácia” (Amaral; Fortunato, 2024 *apud* Kotler; Kotler, 2013).

O luxo acessível pode ser entendido como “um desdobramento maior e mais ousado de certos produtos das casas muito seletivas e dos novos criadores que se destacam” (Allerès, 2006, p. 175). O luxo acessível utiliza um marketing retrospectivo-prospectivo. Neste luxo, se multiplica a concorrência e a sua dificuldade está em se manter no luxo, atingindo um público maior, devido a ser mais acessível financeiramente sem se popularizar. Além de obter distinção de um produto em um ambiente competitivo os produtos e os objetos do luxo acessível são feitos em série, a exemplo do que ocorre com a marca de lingerie americana Victoria’s Secret (Strehlau, 2008) ou com a joalheria Romannel (Allerès, 2006). Associado a isso, os produtos inseridos na categoria luxo acessíveis possuem qualidade menos elevada em relação ao luxo intermediário e inacessível. Nas palavras de Allérès, “uma diferença de preço relativo muito elevada com relação a produtos aproximados, pode provocar o abandono do produto ou da marca por grande parte da clientela” (Allerès, 2006, p. 176).

Em relação à política de produto, o luxo acessível, cria ou fabrica produtos ou objetos menos elaborados e menos perfeitos e, em alguns casos em série, são muito próximos e quase

substituíveis além de adotarem uma comunicação ampla, além disso, se o setor for muito competitivo o seu diferencial estará na comunicação (Allerès, 2006). No setor de Gemas, Joias e Afins, as joias podem ser confeccionadas com gemas de menor valor, podendo ser confeccionadas também joias folheadas a ouro, justificando, assim, o menor preço de aquisição de um bem de luxo acessível. No Brasil esse nicho de mercado é uma grande oportunidade para empreendedores que desejam atuar nesse nicho devido à alta gama de gemas extraídas e beneficiadas no País, algumas de valor aquisitivo menor. “O país dispõe de capacidade e competitividade para produção de gemas de média a boa qualidade, mas sem escala e preços competitivos, o que ocorre ocasionalmente em gemas de baixo valor, geralmente, calibradas” (Ladeira, 2021 *apud* Henriques; Soares, 2005).

Em relação à política de preço, o luxo acessível apresenta uma apreciação rigorosa do conjunto dos custos diretos ligados à fabricação do produto e dos custos indiretos referentes à distribuição e à comunicação. Nessa categoria de luxo, os materiais ou ingredientes são menos raros, menos nobres e menos numerosos, além dos produtos serem menos elaborados e de concepção menos complexa. Devido ao fato desse mercado ser mais amplo e seus produtos muito mais aproximados ou quase permutáveis a justificativa dos compradores se dá na relação qualidade-preço (Allerès, 2006).

Em relação à política de distribuição, o luxo acessível, possui circuitos de distribuição seletivos, porém numerosos e maiores do que no luxo intermediário, onde para cada tipo de mercado possui uma seletividade. O setor joalheiro, por exemplo, trata-se de joias de valor mais acessível com gemas de menor qualidade e metais que podem não ser de ouro, mas folheados a ouro. Para Allerès, “o sucesso dos produtos se baseia na constituição de uma equipe de vendas muito bem-preparada, organizada e adaptável” (Allerès, 2006, p. 202). Os produtos do mercado de luxo acessível devem ser seletivos, atraentes e adequados, perfeitamente, ao “caráter” dos produtos e da marca, onde o sucesso também se baseia na unicidade do “*merchandising*” do domínio desse tipo de luxo em todas as lojas butiques e stands (Allerès, 2006).

Em relação à política de comunicação, o luxo acessível, engloba em suas campanhas a expansão dos seus produtos com o objetivo de atingir o mercado global e enaltecer a sua seletividade, lançando mão de suas estratégias de marketing e enaltecendo a sua marca à luz de suas características, evitando o risco de se popularizarem e de se distanciarem do mercado de luxo. Essa campanha se concentra em revistas valorizadas no mercado e a marca também estar ligada a campanhas promocionais, em períodos sazonais de venda maciça, como: campanhas natalinas, dia das mães e dos pais, dentre outras. Essas vendas promocionais são uma estratégia

mercadológica frequente para captar a clientela e/ou para promover a fidelização dos seus clientes (Allerès, 2006).

3 O CONSUMIDOR NO MERCADO DE LUXO

A busca dos consumidores por produtos de luxo está atrelada, ativamente, a um desejo e com enfoque nessa busca existem vários tipos de consumidores, de forma que cada um busca o que melhor atende aos seus desejos e aos seus sonhos, mais do que um prestígio. Esse desejo revela uma vontade do consumidor a ser saciada seja pela distinção seja pela ostentação (Strehlau, 2008). Desse modo, faz-se necessário identificar os anseios de cada tipo de consumidor e o que os impulsionam a partir do perfil de cada consumidor.

Para Allérès (2006) o consumo parte tanto do racional ligado à escolha dos produtos levando-se em consideração a qualidade e a necessidade do consumidor quanto do irracional, no qual a satisfação está no desejo atendido ou na concretização de sonhos e fantasias. Neste sentido, o consumo de luxo está, estritamente, ligado a aspectos irracionais presentes no comportamento do consumidor. O consumo tem que preencher duas funções: satisfazer necessidades pessoais e situar-se socialmente (distinção social).

Na visão de Strehlau (2008) o consumo parte da identificação do problema por parte do consumidor, analisando o que deseja em função do que lhe falta, o que caracteriza o primeiro passo para a racionalização do consumo. O consumidor de luxo vai introduz na sua necessidade o seu desejo. Um excelente exemplo está nos relógios Piaget. O consumidor os utiliza, pois deseja ver a hora (justificação racional) e, além disso, distinguir-se socialmente, afastando-se de certos grupos sociais e buscando a inserção em um grupo privilegiado.

O consumo tem as suas justificativas, mas também apresenta os efeitos que o impulsiona. Esses efeitos, de acordo com Strehlau (2008) são individuais, dos grupos, da classe social e pode envolver aspectos culturais. Para Dubois (1994) cada pessoa tem a sua unicidade, apresentando características peculiares, logo seu consumo parte daquilo que é inerente a si mesma. Porém, as preferências dos consumidores são formadas a partir da influência de outros indivíduos. Strehlau (2008) declara que essa influência é mais forte quando o produto é caro ou quando é percebido como tal ou ainda quando o consumo é realizado na frente de outras pessoas isto porque um dos desejos do consumidor é impressionar os grupos sociais os quais pertencem ou desejam pertencer. Strehlau (2008) afirma que existe o consumo realizado à vista dos outros, o que se chama luxo público e o que é realizado privadamente. A cultura também é um elemento que está ligado ao consumo. Para Dubois e Duquesne (1993) as dimensões culturais e o consumo de bens de luxo se relacionam, na medida em que se observam duas formas diferentes

de acesso: a tradicional que é baseada na utilidade para o consumidor e a relativa que é calcada no consumo hedônico, no qual os compradores adquirirão o significado simbólico do produto expresso na satisfação sensorial, relação emocional e pelo desejo por novidade, luxo e status. (Strehlau, 2008 *apud* Dubois; Duquesne, 1993). No que tange ao efeito da classe social, percebe-se que o consumidor deseja evidenciar a sua posição social atrelada ao poder de compra, isto é, com base nos seus rendimentos o consumidor irá estabelecer a sua escala de prioridades. Essa representação atrelada ao imaginário e ao efeito cultural servirá de base para diferentes classes sociais. Logo, tem-se uma correlação entre os vários aspectos apresentados (Allérès, 2006).

No Pós-Segunda Guerra Mundial com o crescimento de algumas economias houve a facilitação do acesso a uma gama de produtos, além disso, permitiu-se a ascensão de determinados grupos sociais emergentes que elevaram seu poder de compra e que tem acesso a produtos de luxo. Associado ao exposto cabe ressaltar que o incremento das estratégias de marketing e a multiplicação dos meios de comunicação contribuíram para redefinir o comportamento do consumidor e fomentar o aumento das suas necessidades e de seus desejos (Allérès, 2006).

O consumo se justifica ao atender uma necessidade e ao realizar um desejo de distinguir-se socialmente. Neste sentido, cada consumidor busca um tipo determinado de distinção social. Strehlau (2008) tipifica os consumidores em aqueles que desejam ostentação, se igualarem, ser único, serem perfeito, terem experiência e gosto educado. Nas palavras do autor “ostentar significa mostrar com pretensão de impressionar os outros” (Strehlau, 2008, p. 81).

O consumidor que deseja ostentar tem por objetivo entrar em um grupo seletivo, porém se auto afirmando através das suas aquisições cujas compras irão evidenciar, por exemplo, o monograma da marca com vistas a tornar pública a sua aquisição e a alcançar o status almejado. Com isso, esse consumidor deseja ser reconhecido como alguém de status elevado e alto poder aquisitivo, o qual adquire objetos de luxo que têm significados e que são “carregados” de prestígio por um determinado grupo. Não se trata do quanto o consumidor pagou, mas sim o quanto parece que ele pagou para outras pessoas (Strehlau, 2008; Elias, 2001; Allérès, 2006). Elias (2001) relata que os nobres, na França, não gastavam tanto por disputa de poder, mas sim para se manterem na nobreza, sendo que a nobreza era mantida pelo pagamento de dívidas que o Rei concedia aos nobres, além de pensões e de recurso financeiro proveniente da venda de propriedades, o que lhes conferia prestígio ao fazerem parte da nobreza.

Dentre os tipos de consumidores há aqueles que desejam ser únicos. Esses consumidores dependendo do seu poder aquisitivo ocuparão a posição no mercado do luxo inacessível, devido à alta exclusividade, seletividade da distribuição, conforme abordado anteriormente, além da personalização de cada produto e da raridade da matéria prima. Esses consumidores são aqueles que tendem a lançar tendência e podem ser fashionistas por deterem o desejo de fazer algo singular. Esses consumidores podem ser considerados esnobes por desejarem mostrar, publicamente, os seus bens, não por distinção, mas, nesse caso, por buscarem atingir uma superioridade (Strehlau, 2008).

O consumidor que deseja ser único é influenciado pelos seus desejos emocionais, diferentemente do que ocorre com o consumidor que busca a perfeição e a qualidade cuja obtenção do produto ou serviço de luxo se dá de maneira mais racional (Strehlau, 2008 *apud* Vigenron; Johnson, 1999). Os consumidores que desejam ser perfeitos estabelecem o seu consumo através da qualidade do produto sendo o alto preço um indicativo de alta qualidade. Neste caso, a compra é mais racional, ao levar em consideração a qualidade do material incorporado ao produto e a busca por uma marca lhe confere segurança e qualidade (Strehlau, 2008).

Além dos tipos de consumidores citados há aqueles que desejam obter experiências conhecidos como consumidores hedonistas, como abordado acima. Esses consumidores dão muita importância aos valores intangíveis expressos, por exemplo, no desejo de conhecer a gastronomia de outro país ou ainda de assistir a um concerto famoso. Seu impulso de compra não é dado de forma racional e nem mesmo pelo preço do produto, mas sim pela autogratisficação. Este consumidor tender-se-á a adquirir mais serviços do que objetos, pois a experiência de conhecer um restaurante de alta gastronomia ou de participar de um concerto com músicos renomados trazem autogratisficação.

Diante do exposto, tem-se que é possível que diferentes formas de consumo se fundam, ou seja, um consumidor pode ser hedonista, o qual prioriza experiência e aquele que deseja ser único. Desta forma, se o consumidor optar por adquirir uma peça de roupa, por exemplo, dependendo do seu poder de compra, poderá ir a uma *Maison* de alta costura ou a um atelier e encomendá-la sob medida. Com isso, ele terá uma experiência, além de uma distinção buscada por aqueles que desejam ser únicos (Strehlau, 2008).

No que se refere ao consumidor de gosto educado Bordieu (1979) aponta que ele apresenta um comportamento de consumo expresso na forma como ele percebe os produtos e

serviços, sendo assim o conhecimento do consumidor é um aspecto relevante na escolha dos produtos a serem adquiridos. Neste contexto, um móvel antigo pode ser uma relíquia para um indivíduo ou apenas um objeto a ser trocado para outra pessoa, isso envolve o grau de cultura do consumidor. Desta forma, esse consumidor não adquirirá uma obra de arte apenas pela sua beleza, mas analisará a pintura e levará em consideração a época em que a mesma foi executada, dentre outros aspectos.

Bourdieu (1979) identifica dois modos de aquisição de cultura. A aprendizagem total, adquirida na primeira infância junto à família e prolongada no aprendizado escolar e a aprendizagem tardia, que é metódica e acelerada e é aprendida socialmente, incorporando os fatores inerentes aos grupos sociais e o desejo de pertencimento a eles. O consumidor de gosto educado utiliza o seu conhecimento como uma forma de exclusão ou como barreira à entrada de outras pessoas em determinados grupos em um contexto social. Desse modo, o conhecimento é um instrumento de dominação.

De acordo com Holt (1998), o capital cultural como é chamado esse conhecimento é mais elevado em posições sociais de nível alto. Os consumidores de alto capital cultural têm o seu consumo estimulado não pelas necessidades, mas sim pelos desejos, considerado um campo simbólico. O gosto é formado pela família e depois pela sociedade, além de advir pelas próprias predileções de uma pessoa que irá voltar as suas ideologias para onde mais se sente confortável e ao assunto ao qual mais se identifica. Para Bourdieu (1979) o capital cultural é parte integrante do indivíduo. A elite social legitima e impõe um símbolo de consumo como uma marca que será utilizada pelos consumidores. Eles utilizam hábitos e gastos como forma de apresentação e como distinção social. Os emergentes que são indivíduos que migram de posição social tendem a elevar o seu capital cultural e essa mudança social é denominada deslocamento (Strehlau, 2008 *apud* Bourdieu, 1979).

Esse tipo de consumo é abordado por Allèrès (2006) ao identificar o campo simbólico consubstanciado na apresentação pessoal seja no hábito de adornar-se com joias seja na contratação de um *personal hair* ou um *personal chef* para satisfazer o desejo de ter um penteado diferenciado em um evento social ou de ter um jantar gastronômico preparado para os amigos, respectivamente. Esse símbolo pode ser compreendido como “status positivo”, o que expressa um perfil de consumidor que apresenta um alto poder aquisitivo. Além disso, cabe destacar o campo simbólico social, no qual esses atos e hábitos de consumo tendem a ser observados pela sociedade, notadamente, pelo grupo social em que um determinado indivíduo deseja se inserir com vistas a obter o prestígio almejado. Nas palavras de Allèrès: “Quanto mais

raro determinado consumo é, pouco renovado e inacessível mais traduz uma pulsão ou um signo de reconhecimento e distinção social” (Allérés, 2006, p. 48). Essa afirmação reforça a existência de uma correlação direta entre o consumo de luxo inacessível e a distinção social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O luxo não apresenta uma definição, mas sim formas de representação mutáveis sob o ponto de vista do consumidor em uma sociedade em mudança, notadamente, na sua forma de consumo, devido às transformações de suas necessidades e de seus desejos. Tais representações expressas em produtos e em serviços, entregues pelas marcas de luxo, estão em consonância com as características que as constituem que são a distinção social, a alta seletividade, a alta qualidade e o preço elevado.

O consumo é racional, pois depende da necessidade do consumidor, porém o consumo de luxo vai além da necessidade, envolvendo o desejo do indivíduo por um produto exclusivo, pela sua simbologia e pelo seu imaginário em direção à busca pelo prestígio e pela possibilidade de ingressar em um grupo social.

O luxo é categorizado em luxo inacessível, representado por marcas renomadas e de muito prestígio no mercado, as quais são detentoras de qualidade superior em seus produtos, cuja matéria prima, em alguns casos, é rara, sendo por consequência de alto preço, acompanhada de seletividade muito alta em sua política de distribuição. O luxo intermediário apresenta qualidade inferior em termos de perfeição quando comparado ao luxo inacessível, além da distribuição ser menos seletiva. O luxo acessível é constituído por bens produzidos em série, cuja difusão tem que ser cautelosa para que os produtos não se popularizem, ocasionando sua saída do mercado de luxo, por não apresentar distinção social.

Os consumidores do luxo se dividem em aqueles que buscam ostentação e que desejam o seu reconhecimento, aqueles que desejam entrar em um grupo seletivo e utilizam não somente produtos, mas também serviços adquiridos por um grupo social, aqueles que desejam ser únicos, os quais são altamente consumistas e aceleram seu consumo pelo desejo de serem pioneiros no consumo de um determinado bem. Esses consumidores, a depender de seu poder de compra, tendem a serem consumidores do luxo inacessível em decorrência da busca pela alta exclusividade.

Os consumidores que almejam ser perfeitos primam pelo consumo de forma mais racional, levando em consideração a qualidade do produto e uma marca capaz de expressar segurança e qualidade. Os consumidores que desejam experiência ou hedonistas valorizam o

intangível consubstanciado no desejo de adquirir cultura, participar de concertos e de conhecer gastronomias de outros países. Os consumidores, de gosto educado, são aqueles que detêm alto capital cultural cujo consumo é determinado não somente pela beleza do produto, mas, sobretudo, pela época de sua produção, pelas técnicas de pintura utilizadas e pelas cores pinceladas que resultaram em um produto diferenciado e desejado. O gosto do consumidor é construído e modificado durante o período vital de cada indivíduo seja pelos seus desejos seja pelo grupo social o qual ele pertence ou deseja pertencê-lo.

REFERÊNCIAS

ALLÉRÈS, D. **Luxo... Estratégias, Marketing**. Editora FGV. 2006.

AMARAL, R. A.; FORTUNATO, D. de O. B. A Joalheria Vivara a luz da sua Estratégia de Crescimento. In: SANTOS, E. D.; SILVA, B. G. F.; MELLO, R. G. **Economia, Mercado e Cultura: Tendências e Oportunidades para a Gestão Contemporânea**. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2024.

BAUDRILLARD, J. **La société de consommation**. Folio, Essais, Denoel, 1970.

BERRY, C. **The idea of luxury**. A conceptual and historical investigation. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, 271p.

BÍBLIA SAGRADA. Versão Edição Revista e Corrigida, 1995, Livro de Ester, Capítulo 01, Versículo 1-9.

BOURDIEU. **La distinction. Critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979a. 670p.

BOURDIEU. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche em sciences Sociales**, n. 30, nov.1979b.

CZELLAR; DUBOIS, B., **Prestige brands or Luxury brands? Na exploratory Inquiry on Consumer Perceptions**. 31st European Academy Conference Proceedings. Braga, Portugal: European Marketing Academy, 2002.

DAL BOSCO, G. L. da S. **Luxury market in Brazil: fashion segment**, 2014.

DUBOIS, B. **Comprendre le consommateur**. Paris: Dalloz, 1994. 261p.

DUBOIS; DUQUESNE, P. The market for Luxury goods: income versus culture. *European Journal of Marketing*, v.27, n.1, p.35-44, 1993.

ELIAS, N. **A Sociedade da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GARFEIN, R. T. Cross-cultural perspectives on the dynamics of prestige. **The Journal of Services Marketing**, v. 3, n. 3, p. 17-24, verão de 1989.

HENRIQUES, H. S.; SOARES, M. M. (Coords.). **Políticas e Ações para a Cadeia Produtiva de Gemas e Joias**. Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos. Brasília: Brisa, 2005. 116 p.: il. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/180964/mod_resource/content/1/cadeia%20produtiva%20brasileira.pdf. Acessado em: Nov. 2024.

HOLT, D. Does cultural capital structure American consumption? **The Journal of Consumer Research**, v.25, n. 1, p. 1-25, 1998.

KALIL, G. **Fashion Marketing: Relação da Moda com o Mercado**. Organização de Gloria Kalil. São Paulo: Senac. São Paulo, 2010.

KOTLER, P.; KOTLER, M.; **Marketing de crescimento: estratégias para conquistar mercados**. [tradução de Afonso Celso da Cunha]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 200.

LADEIRA, I. de S.; FORTUNATO, D. de O. B. As Gemas e as Joias Brasileiras no Comércio Internacional: uma análise da parceria do projeto setorial integrado Precious Brazil. In: SILVA, B. G. F.; ARAÚJO, A. C. M. de.; MELLO, R. G. **Aplicação Estratégica e Multiplicidades da Gestão Contemporânea**: volume 2. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2021.

LUNT, P. K.; LIVINGSTONE, S. M. **Mass consumption and personal identity: everyday economic experience**. Open University Press Buckinham, 1992. Disponível em: <http://www.Is-e.ac.uk/collections/media@Ise/pdf/Mass%20Consumption%20and%20Personal%20Identity.pdf>. Acessado em: Nov. 2024.

MASON, R. **Conspicuous consumption**. Westmead: Grower, 1981.

MERCALDI, M. A.; MOURA, M. Definições da joia contemporânea. **Moda Palavra e-periódico**, v. 10, n. 19, p. 54-67, 2017.

MICHAELIS. **Uol**. N.d. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/>. Acessado em: Nov. 2024.

MOURA, M. **Joia Contemporânea Brasileira: objeto em diálogo com o corpo e com a moda**. VI Congresso Internacional de Pesquisa em design. São Paulo. 2011.

SOUZA, J. de J.; FORTUNATO, D. de O. B. O comportamento do consumidor à luz das inovações no setor de gemas, joias e afins. In: SILVA, B. G. F.; ARAÚJO, A. C. M. de; MELLO, R. G. **Aplicação Estratégica e Multiplicidades da Gestão Contemporânea**: volume 2. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2021.

STREHLAU. **Marketing do Luxo**. Cengage Learning, 2008.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**, 6ED. 6th ed. Rio de Janeiro: Saraiva. Uni, 2019. E-book. p.5. ISBN 9788553131747. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131747/>. Acessado em: Nov. 2024.

VIGENRON, F.; JOHNSON, L. W. A review and a conceptual framework of prestige-seeking consumer behavior. **Academy of Marketing Science Review**, n. 1, 1999.

CAPÍTULO 15

UMA (RE)LEITURA DE PROCESSOS DA GRADAÇÃO EM UM LIVRO DIDÁTICO: UMA PERSPECTIVA GRAMATICAL E LINGÜÍSTICA

Sandra Silva Aguiar
Arlete Ribeiro Nepomuceno
Emanuel Teixeira da Silva
Maria Clara Gonçalves Ramos
Vera Lúcia Viana de Paes
Daniel Fernandes Gusmão

RESUMO

Este estudo objetiva verificar se o grau se constitui somente no processo flexional ou se, sob um viés linguístico, abrange contextos morfopragmáticos, figurando como um *continuum*, tanto na flexão quanto na derivação. Para tanto, no que se refere à gradação, baseamo-nos nos estudos de gramáticos, a exemplo de Bechara (2015) e Cegalla (2008); e de linguistas, como Câmara Jr. (1970), Rosa (1983), Monteiro (1987), Sandmann (1989), Loures (2000), Rocha (2003), Gonçalves (2005; 2011; 2016) e Bybee (1985, *apud* Gonçalves, 2011). Somam-se a esses estudos sobreditos, no contexto de ensino de língua materna, proposições teóricas da Base Nacional Comum Curricular (2018). Numa pesquisa de cunho interpretativo-qualitativo, propomo-nos a analisar um *corpus* retirado do livro didático Gramática Reflexiva, de Cereja e Magalhães (2012), em que verificamos, de modo específico, como se processa não só a gradação na proposta teórico-didático-pedagógica, mas também a maneira como essa proposta se apresenta nos exercícios desse livro didático. Hipotetizamos que o grau, visto somente como um processo flexional, não considera situações discursivas, sendo necessário atentar-se ao *continuum* entre flexão e derivação. Justifica-se este estudo pela necessidade de se considerar a intencionalidade do falante e a funcionalidade da língua no contexto, com vistas a verificar como questões linguísticas são trabalhadas na sala de aula, refletindo sobre o funcionamento da língua em uso. Como conclusão mais geral, podemos dizer que a língua(gem) se constitui no e pelo discurso, sendo necessário um ensino de língua em contextos sociocomunicativos concretos.

PALAVRAS-CHAVE: Flexão; Derivação; Grau; Livro didático.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, houve uma forte ênfase na padronização linguística, com a disseminação de gramáticas normativas que prescreviam regras específicas para o uso dito “correto” da língua. Essas regras eram baseadas na linguagem escrita das elites culturais e educadas, não refletindo a linguagem em uso e a diversidade linguística presentes na fala cotidiana das diversas camadas da sociedade.

Posto isso, observamos que gramáticas normativas apresentam o grau sob uma perspectiva unívoca: a flexional. Nesse sentido, Nepomuceno e Meira (2009, p. 196) asseveram:

A visão da gramática como sistema autônomo e a concepção de língua como sistema autocontido, sem a interferência de fatores externos, têm sido adotadas e difundidas desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais pelas gramáticas normativas. Contudo, estudos têm demonstrado que a língua é viva, flexível, sujeita às múltiplas pressões

do uso, tendo como propósito a interação comunicativa em um dado momento, contexto e para um leitor específico situado no tempo, com competência específica (Nepomuceno; Meira, 2009, p. 196).

Já os estudos linguísticos apresentam “o grau” como processo derivacional e como processo flexional e derivacional, o que possibilitou ao falante a não submissão às normas gramaticais, oferecendo autonomia e valorização do uso da língua no contexto em que está inserido. Sendo assim, essa nova perspectiva implica ou deve(rá) acarretar mudanças no ensino.

Neste estudo, como objetivo geral, buscamos analisar no livro didático *Gramática reflexiva*, de Cereja e Magalhães (2012), o modo como o “grau” se apresenta, observando tanto o viés gramatical como o linguístico. Melhor dizendo: analisar se o grau se constitui somente no processo flexional ou se, sob um viés linguístico, abrange contextos morfopragmáticos, figurando, também, na derivação, na consideração do uso real da língua. Nesse contexto, apresentamos como a gramática analisa o grau, quanto à dicotomia flexão/derivação; analisamos o tratamento do grau a partir de estudos da linguística, bem como é abordado no livro didático *Gramática reflexiva*, detendo-nos na metodologia e no conteúdo apresentados.

Como arcabouço teórico, valemo-nos de gramáticos, como Bechara (2015) e Cegalla (2008); e de linguistas: Câmara Jr. (1970), Rosa (1983), Rocha (2003), Loures (2000), Sandmann (1989), Monteiro (1987), Gonçalves (2005; 2011; 2016) e Bybee (1985, *apud* Gonçalves, 2011), visando a estabelecer um diálogo entre o viés da gramática, da linguística e o da BNCC, de modo a analisar pesquisas já existentes, destacando pontos convergentes e divergentes, para apontar a pertinência ou não de um estudo voltado à língua em uso.

Acreditamos que o mecanismo de grau, longe de ser delimitado por uma classificação rígida como processo flexional, é um elemento linguístico que se mostra variável, adequando-se ao contexto pragmático no qual se insere. Dessa forma, o livro didático deve, ao abordar esse tópico gramatical, lançar mão não somente de uma abordagem morfológica, mas também morfopragmática, na consideração do funcionamento da língua em contextos efetivos de uso.

Considerando o ponto de vista linguístico acerca do “grau”, para o qual ele deve ser um elemento processado no contínuo existente entre a flexão e a derivação, analisamos os procedimentos teórico-metodológicos, utilizados no referido livro didático, para abordar o “grau”.

Nessa direção, o grau tem sido observado de diferentes modos, a partir de vertentes teóricas diversas. Se, de um lado, observamos o posicionamento gramatical que considera o grau como uma flexão; de outro, notamos a defesa do grau, por parte dos morfólogos, como um

processo derivacional. Somam-se a isso estudos linguísticos da atualidade que revelam uma perspectiva multiproposicional sobre ele, considerando-o como um elemento inserido nos dois polos linguísticos de acordo com o contexto do qual emerge.

Nesse sentido, quanto ao livro didático, observamos um tratamento reducionista do grau, numa perspectiva estritamente gramatical, com pouca alusão à variedade semântica, que demanda estudos mais bem desenvolvidos, abarcando situações efetivas de uso.

Dessa forma, torna-se imperativo examinar a manifestação do grau em contextos da língua em uso, por meio de uma abordagem que transcenda a mera formalidade gramatical.

Além da introdução, este capítulo divide-se em três seções. Primeiramente, esboçamos uma revisão da literatura que fundamenta a análise. Em seguida, expomos os procedimentos metodológicos, pelos quais obtivemos os dados de análise. Por fim, apresentamos esses dados, discutimo-los a partir da teoria contemplada, apontando questões de maior relevância, com as considerações finais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 O grau na perspectiva da Gramática Tradicional

Nesta seção, procuramos resgatar o modo como o grau é apresentado, primeiramente, em gramáticas da tradição, e, depois, em abordagens linguísticas, assim como na BNCC. Tal procedimento deve mostrar a necessidade de pesquisa sobre esse assunto (mal)tratado pela Gramática Tradicional. Ressaltamos que a escolha dos autores selecionados se deu pela representatividade dos trabalhos divulgados, na época da produção, seja pela expressão do paradigma gramatical vigente, seja pela ruptura em relação ao modelo de se produzir conhecimento científico em vigor naquele momento.

Detendo-nos na concepção da Gramática Tradicional, de agora em diante GT, sobre o grau, verificamos que os nomes se flexionam quanto ao número, gênero e grau. Assim, afirma Bechara (2015, p. 147): “os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída auxiliados por sufixos derivacionais”, para quem a Nomenclatura Gramatical Brasileira não traz uma definição clara sobre o grau, por misturar o conceito de flexão e derivação, estabelecendo dois graus de significação ao substantivo: aumentativo e diminutivo. Soma-se a isso “A derivação gradativa do substantivo realiza-se por dois processos, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão” (Bechara, 2015, p. 147).

Com essa afirmação, podemos depreender que Bechara (2015) corrobora o pensamento do morfólogo Câmara Jr. (1970, p. 73), o qual consolida a afirmação de que “[...] o grau não é flexão, mas uma derivação possível para nomes adjetivos e substantivos”, evidenciando o grau como um processo derivacional, e não flexional. Posto isso, Bechara (2015) afirma que, no grau, predomina a derivação, processando-se como forma opcional, como uma escolha de quem fala, sendo, pois, um processo voluntário, diferentemente da flexão, que se expressa pela obrigatoriedade sintática.

Cegalla (2008, p. 152) afirma: “[...] o grau dos substantivos é a propriedade que as palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres”, acrescentando: “[...] o grau dos adjetivos exprime a intencionalidade das qualidades dos seres” (Cegalla, 2008, p. 169). Apenas na sessão de observações, ele expõe a ressalva de que o grau pode, também, carregar sentidos afetivos ou pejorativos.

Diante dessas ponderações, percebemos que ele prioriza aspectos secundários do grau, apresentando apenas características de dimensão e intensidade, não apreciando a diversidade semântica, apresentando-o de forma limitada, com ideias de grandeza ou pequenez, não se atendo ao processo derivacional, divergindo de Câmara Jr. (1970) e Bechara (2015).

Embora os gramáticos supracitados tenham observado a possibilidade de o grau ter uma inclinação para derivação, apresentam essa probabilidade trazendo à baila poucos exemplos e limitando-se apenas à exposição de tal fenômeno morfológico. Desse modo, deixam de explorar a carga pragmática dele.

2.1.1 O grau no status da língua e no *continuum* entre flexão e derivação

Atendo-nos aos estudos morfológicos, observamos que o morfólogo Câmara Jr. (1970) apresenta-se como o primeiro estudioso da morfologia do Português Brasileiro a contestar a tradição gramatical, de maneira a não considerar o grau como um processo flexional. Esse atilado linguista parte da premissa de que as manifestações frasais, nas quais palavras alicerçadas no grau se encontram, são espontâneas e voluntárias na língua, não se fazendo referência apenas ao contexto sintático, o qual se vincula a mecanismos de obrigatoriedade.

Partindo disso, ele pontua: “A expressão de grau não é um processo flexional em Português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si” (1970, p. 83), observando a falta de obrigatoriedade sintática dos mecanismos de gradação e, por conseguinte, a liberdade derivacional.

De forma análoga aos estudos de Câmara Jr. (1970), Sandmann (1997) pondera:

São numerosos os exemplos de itens lexicais do português que apresentam morfema de grau, aumentativo ou diminutivo, esvaziado de sua função essencial de indicar tamanho grande ou pequeno. São exemplos de palavras lexicalizadas ou idiomatizadas: calção, facão, portão, calcinha, camisola, camiseta [...].

Salta aos olhos de todo analista da língua portuguesa, especialmente em suas variantes informais, a enorme frequência de palavras complexas provindas de morfemas de grau, com a função de expressar, mais do que tamanho grande ou pequeno, emocionalidade, que pode ser apreço ou desapeço (Sandmann, 1997, p. 33-34).

À luz disso, diferentemente do que muitos gramáticos afirmam, o grau não se restringe ao sentido de dimensão, podendo ser utilizado como um recurso expressivo, contribuindo para a formação de palavras em uma abordagem afetiva. A carga semântica de dimensão apresenta-se como algo secundário na maioria dos processos de gradação, por esse mecanismo morfológico estar a serviço da intencionalidade do falante e do contexto de comunicação, reforçando a expressão emotiva de quem fala e/ou a formação derivacional de novos vocábulos.

Seguindo esse posicionamento, Rosa (1983) reafirma que o grau faz parte da natureza derivacional, uma vez que a gradação de afixo não estabelece uma exigência sintática. A autora chama a atenção de que o grau não se resume apenas ao mecanismo de afixo, mas também se processa pela integração à classe dos adjetivos. Para mais, ela acrescenta que a marca morfológica do grau, quando processada nas palavras, poderá apresentar variações semânticas, que contribuirão para a extensão dos signos linguísticos, para quem

- (i) A utilização dos afixos de grau não resulta de uma imposição sintática;
- (ii) A manifestação do grau pode ocorrer não somente pela afixação, mas também pela posição de adjetivo indicador de tamanho ou de intensidade;
- (iii) Os itens lexicais formados pelo acréscimo de marcas morfológicas de gradação apresentam possibilidade de evolução semântica acarretando significado imprevisível ou peculiar (Rosa, 1983 *apud* Gonçalves, 2005, p. 152).

Sandmann (1989) e Rocha (1998) expõem também o grau como derivacional, com os afixos de grau não estabelecendo somente relação de tamanho, fazendo menção a contextos frasais que expressam emocionalidade ou valoração. Sandmann (1989) atenta:

- (a) para a existência de inúmeros vocábulos que, apesar de postarem afixos de grau, não necessariamente expressam tamanho, como, entre outros “calção” (“trajes de banho”) e “camisinha” (“preservativo”); e
- (b) para expressão da afetividade presente em inúmeras construções morfológicas de grau (“filhinho”, “comidinha”, “sopinha”) (Sandmann, 1989 *apud* Gonçalves 2005, p. 152).

Segundo Rocha (1998), a afetividade é encontrada mais no sufixo, enquanto a noção dimensional, aumentativo e diminutivo, pode sofrer alterações ou não, para quem “[...] a afetividade está sempre presente na sufixação gradual, ao passo que a noção de aumento e diminutivo pode estar presente ou não” (Rocha, 1998, p. 73).

Nessa mesma perspectiva, Loures (2000) apresenta a importância de se falar sobre o afixo de grau, destacando a principal função do sufixo: a manifestação afetiva na língua do

falante, tanto no aspecto de pequenez e grandeza como na possibilidade de cargas positivas e negativas, dependendo da intencionalidade do falante e do contexto no qual se insere, como podemos confirmar na seguinte assertiva:

Sufixo de diminutivo têm como principal função afetiva: diminutiva e aumentativa, não expressam necessariamente a dimensão do referente, mas a afetividade do falante, podendo carrear aspecto positivo (“cachorrinho”, “mulherão”) ou negativo (“leizinha”, “papelão”) [...] (Loures, 2000 *apud* Gonçalves, 2005, p. 152).

Percebemos que o objeto fundamental da função do afixo de grau no discurso poderá apresentar quantidade ou dimensão, conforme o uso de cada indivíduo, que poderá acrescentar a subjetividade em seu discurso. Nesse ponto, fica evidente a funcionalidade dinâmica desse mecanismo linguístico, posto que, permitindo a livre atuação linguística do falante, apresenta funcionalidade dinâmica, com tendência a se adaptar aos contextos pragmáticos.

Em outro viés, conforme uma visão linguística, Gonçalves (2011), a partir dos pressupostos teóricos de Bybee (1985), apresenta uma visão ampla e inovadora em relação aos processos flexionais e derivacionais. Na visão de Gonçalves (2011), os processos morfológicos ocorrem via parâmetros ditados pela morfologia tradicional, seja como mecanismo flexional, seja como procedimento linguístico derivacional, os quais podem se mostrar, muitas vezes, num continuum, pois um mesmo elemento morfológico tanto pode ser aceito como flexional por um parâmetro e como derivacional por outro, de maneira que acarreta a contradição na fronteira rígida existente entre os dois processos morfológicos.

Nessa direção, corroborando a perspectiva de Bybee (1985), Gonçalves (2011) concebe a flexão e a derivação por um *continuum*, em que cada qual colabora para a estruturação e para o funcionamento da linguagem em uso, não aceitando separação entre ambos. A fim de demarcar as características de cada um desses processos morfológicos, Gonçalves (2011), ainda na esteira de Bybee (1985), delimita dezesseis critérios pontuando particularidades de cada um deles, alguns dos quais serão discutidos neste artigo.

Assim, para fins metodológicos, neste capítulo, apresentamos tão somente quatro desses critérios de Gonçalves (2011), expostos no quadro a seguir:

Quadro 1: Critérios postulados por Gonçalves 2011, conforme Bybee (1985).

FLEXÃO/DERIVAÇÃO
Critérios
(I) A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática”.
(IV) A flexão é semanticamente mais regular que a derivação. Dito de outra maneira, há coerência semântica nas operações flexionais, o que pode não acontecer nas derivacionais.
(VI) Arbitrariedades formais e semânticas são constantes nos afixos derivacionais e pouco prováveis nas flexionais.
(VIII) Sufixo derivacional constituem o núcleo (a cabeça) de uma palavra morfologicamente complexa, enquanto os flexionais sempre se comportam como modificadores.

Fonte: Elaboração própria, em consonância com Gonçalves (2011).

No tocante ao critério (I): “A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática”, podemos observar que os processos flexionais encontram-se aprisionados pela sintaxe das sentenças, exigindo do falante o uso de concordância e regência na organização informacional da oração, limitando e impedindo o falante de se expressar de forma livre (Gonçalves, 2011).

Na direção contrária, a derivação possibilita escolher o uso do afixo e da concordância a que o elemento derivacional pode ser submetido, de modo que ela possibilita transitar para classes outras (substantivos, adjetivos), ou, ainda, não ser submetida a critérios rígidos de concordância, sem causar impacto na estrutura, enquanto a flexão está estagnada na sintaxe.

Esse critério vai ao encontro de estudos de Câmara Jr. (1970), adotados, a título de exemplificação, não apenas por Rosa (1983), mas também por Gonçalves (2005, p. 154, *apud* Bybee, 1985), para o qual: “[...] é facultativo a utilização do afixo gradativo, não havendo [...] obligatoriedade no emprego: nenhum contexto leva acréscimo das marcas morfológicas de grau, não havendo, além disso, concordância no sintagma nominal”.

Desse modo, a partir desse critério, o grau pode ser considerado como processo derivacional, já que as palavras processadas por esse mecanismo podem ou não ser submetidas a exigências de concordância sintática, de maneira que cabe ao falante, e não a sintaxe da sentença, escolher a estrutura da palavra processada no mecanismo de grau. Assim é que, por exemplo, numa sentença como “o rapazinho esperto vai à escola”, não há nenhuma relação sintática que cumule na obligatoriedade do diminutivo “rapazinho”, de maneira que o gradativo se apresenta, assim, enquanto uma escolha semântico-pragmática do falante, que pode ter se valido do diminutivo, na frase em questão, para demarcar uma afetividade da parte dele para com o rapaz.

Nessa direção, enquanto seleção do falante, a gradatividade se mostra flexível, e não flexional, uma vez que, segundo Gonçalves (2013), ela não exige nenhuma concordância no sintagma nominal, mesmo quando, por exemplo, o nome-substantivo está acompanhado de um adjetivo que se relacione a ele, sendo uma mera opção do falante a (não)concordância entre os termos do sintagma:

Quadro 2: A (não)concordância na gradação.

a. Rapaz espertinho	b. Rapazinho esperto
c. Rapazinho espertinho	d. Rapaz esperto
e. Rapagão esperto	f. Rapagão esperto
g. Rapazinho esperto	h. Rapagão espertinho

Fonte: Elaboração própria com base em Gonçalves (2013).

Nesse viés, no Quadro 2, os sufixos gradativos ora se aplicam, tão somente, nos substantivos (como em (b) e (e)); ora nos adjetivos, apenas, (em (d) e (a)); ou, simultaneamente, nos dois (como em (c) e (f)). Adicionalmente, nos termos de Gonçalves (2013), o grau do núcleo do sintagma nominal pode não coincidir com o do adjunto adnominal dele, como o vemos em (g) e (h). Desse modo, o mecanismo gradativo não se configura(ria) enquanto flexional, se se pensar que, nas flexões, há uma obrigatoriedade sintática que repassa o gênero e o número do núcleo-substantivo para os termos que com eles concordam, o que não ocorre com os afixos de grau.

Pelo critério (IV): “A flexão é semanticamente mais regular que a derivação. Dito de outra maneira, há coerência semântica nas operações flexionais podendo não acontecer nas derivacionais” (Gonçalves, 2011, p. 31), os afixos flexionais apresentam-se como homogêneos, com carga semântica estável, atrelados a contextos sintáticos, não aceitando mudança dos significados das palavras, acarretando a nulidade da liberdade linguística do falante, pois o funcionamento flexional está restrito à regulamentação e sistematização da coerência sintática que impossibilita a extensão semântica.

Na contramão disso, no processo de derivação, os significados são múltiplos e possuem diversas possibilidades, pois, conforme a intencionalidade afetiva e a interação sociocomunicativa, o falante pode fazer uso da gradação para expressar sentidos diversos e imprevisíveis, possibilitando extensões de sentido. Nessa medida, esse critério se identifica com a afirmação de Laroca (2005): “[...] a flexão não muda o significado da palavra. A derivação, todavia, afeta semanticamente o significado da base” (Laroca, 2005, p. 16). Desse modo, o significado de um dado afixo gradativo, a exemplo de *-inho*, “só pode ser determinado

sociointeracionalmente, haja vista esse sufixo veicular carga emocional variada” (Gonçalves, 2013, p. 160), podendo significar dimensão, (des)apreço, afetividade e/ou desafeto e inimizade:

- (i) Aquele rapazinho se acha esperto - desafeto, inimizade;
- (ii) Meu filhinho, vá dormir - afetividade;
- (iii) Aquele carrinho corre que é uma beleza! – apreço;
- (iv) A pequena casinha é bonita - dimensão e/ou afeto e apreço.

No critério (VI), no qual “Arbitrariedades formais e semânticas são constantes nos afixos derivacionais e pouco prováveis nos flexionais” (Gonçalves, 2011, p. 37), podemos observar que existem anomalias/desvios que se manifestam fonológica, morfológica, sintática ou semanticamente em relação à estrutura padrão da língua – característica dos mecanismos derivacionais – e contribuem para processos de lexicalização.

Assim, esse critério diferencia flexão de derivação, pois, enquanto os processos derivacionais se caracterizam por mecanismos arbitrários que possibilitam desvios (fonológicos, morfológicos, sintáticos ou semânticos), e, conseqüentemente, o enriquecimento do léxico, os flexionais são previsíveis, nos quais anomalias são raras (Gonçalves, 2011).

Diante disso, o grau configurar-se-ia como derivacional, uma vez que apresenta desvios, anomalias. Nessa esteira, Gonçalves (2013) observa que o grau apresenta três tipos de lexicalização (desvios): (i) categorial, por meio da qual o grau foge a um padrão de categoria, aplicando-se não somente a nomes, mas também a bases não nominais, a exemplo de adjetivos – como, por exemplo, em “rapaz espertinho”, em que o processo gradativo se desvia do padrão esperado de sua categoria para aplicar-se a um adjetivo; (ii) rizomorfêmica, com irregularidades na forma da base, ou seja, com alterações no radical quando da aplicação de processos derivacionais, como, por exemplo, na palavra *nigérrimo*⁹, e (iii) lexicalização semântica, com a alteração do sentido de uma palavra a partir do acréscimo de um afixo gradativo, que deixa de exprimir tamanho e dimensão para lexicalizar, ou seja, modificar o sentido original da palavra com que se relaciona, como o vemos em “sapatão”, que não exprime o sentido de um sapato grande, mas, sim, de uma pessoa lésbica.

⁹ Para mais informações, consulte Gonçalves (2013) e Bybee (1985).

Por fim, no critério (VIII), em que “Sufixos derivacionais constituem o núcleo (a cabeça) de uma palavra morfológicamente complexa, enquanto os flexionais sempre se comportam como modificadores” (Gonçalves, 2011, p. 49), podemos afirmar que, para o autor, o sufixo derivacional é a parte principal de uma palavra, pois o sentido da palavra não está na base, mas no sufixo derivacional, como bem asseverou Gonçalves (2013):

Em formas como "jambeiro" e "bananal", por exemplo, as paráfrases mais apropriadas são as seguintes, nesta ordem: (a) "árvore que produz jambo" e (b) "local onde se concentram plantações de banana". Nos dois casos, o significado do sufixo sobressai em relação ao da base, sendo colocado em primeiro plano por engatilhar a elaboração da paráfrase. Já em "gata" e "mesas", o principal elemento significativo é a base, pois é em função do seu conteúdo que se interpreta a construção morfológicamente complexa: pode-se pensar em paráfrases do tipo "gato do sexo feminino" e "mais de uma mesa", respectivamente (Gonçalves, 2013, p. 157).

Nesse ponto, vale ressaltar que a derivação poderá contribuir, ainda, para a formação do gênero feminino e de novas palavras, possibilitando uma possível mudança de classe gramatical, fenômeno que não ocorre da base para a derivação, mais sim da derivação para base.

Diferentemente, na flexão, considera-se a base como ponto mais importante da palavra, pois a contextualização semântica sai da base para a flexão, fazendo com que esse processo não possibilite a mudança de classe de palavras. Gonçalves (2011) observa, ainda, que, partindo do referido critério, o afixo de grau assemelha-se à flexão, posto que os sufixos de grau (dimensão ou intensificação) não mudam a classe gramatical da palavra. Segundo o autor:

[à] posição da cabeça, sufixos de grau se assemelham às flexões. Diferem, nesse aspecto, de todos os demais sufixos derivacionais da língua, que sempre constitui núcleo. Como já destacado anteriormente, afixo de grau (dimensivo ou intensivo) não modificam classes: base produto apresentam sempre a mesma especificação de categoria [...] (Gonçalves, 2011, p. 53).

Para Gonçalves (2011), o sufixo de grau configura-se à soma da base com o morfema, atribuindo valor dimensional, intensivo ou afetivo no uso da língua, o que não provoca mudança de classe de palavras, além de não formar gênero, diferentemente dos demais afixos, que atribuem marca de masculino e feminino.

Partindo da visão de Gonçalves (2011), deparamo-nos com a teoria de Rosa (1982), para quem o grau contribui com o significado da base. Desse modo, o sufixo não poderá restituir outro significado para a base partindo do grau aumentativo ou diminutivo:

Quando expresso por meio da derivação, o grau indica uma relação de quantidade no que diz respeito ao significado das palavras-base. O termo assim derivado não poderá referir-se a outro significado que não o da base acrescido de grau maior ou menor, portanto, como sendo de grau a relação existente entre: janela: janelão: janelinha, estudioso: estudiosíssimo [...] (Rosa, 1982, p. 14).

Na mesma perspectiva, Sandmann (1997) observa:

A flexão, não mudando a classe ou subclasse da palavra, tem, nesse sentido, algo em comum com o sufixo de grau (sapato – sapatinho) e o prefixo (presidente – superpresidente), que também não muda de classe nem a subclasse da base (Sandmann, 1997, p. 60).

Desse modo, percebemos que o morfema derivacional de grau, ao se unir com a base, não poderá mudar o significado da base, apenas inserindo a palavra em *status* dimensional.

Conforme os apontamentos de Gonçalves (2011), percebemos que o grau se processa em um *continuum* entre derivação e flexão, a partir do qual deve ser visualizado por um viés morfopragmático. Nesse sentido, constatamos que o grau pode se manifestar tanto como processo flexional como derivacional, de forma que o contexto e a intencionalidade do falante ditam o modo como se pode observar o processamento desse mecanismo linguístico.

2.1.1.1 O grau no contexto escolar

A BNCC postula habilidades para o ensino de Língua Portuguesa. Atendo-nos à questão do grau, verificamos que tal documento define divisões entre processos “flexionais” e “derivacionais”, salientando que as flexões fazem parte da morfossintaxe, limitando o funcionamento da gradação flexional às normas padrões da GT.

Conforme a BNCC (2018, p. 83), no tocante à morfossintaxe, e, por consequência, à gradação, é necessário: “Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) e de classes gramaticais em orações (concordância). Assim, observamos que as flexões fazem parte da gradação gramatical, que se apresenta passível de concordâncias flexionais de obrigatoriedade da coerência, dissociando-se de contextos morforpragmáticos.

De acordo com as normas da BNCC (2018), a derivação permanece ao cuidado da morfologia, processando-se de forma livre e permitindo a produtividade de novas palavras a partir da base primitiva, que são mais fecundas na Língua Portuguesa no uso da comunicação, conforme o que é apontado na BNCC: “Léxico/morfologia (EF07LP03) - Formar, com base em palavras primitivas, palavras derivadas com os prefixos e sufixos mais produtivos no português” (BNCC, 2018, p. 171). A derivação, dessa forma, torna-se menos exigente nos termos do uso da língua no meio social, deixando o falante mais livre para (re)criar repertórios, possível de inferência de valoração, afetividade e desprezo etc.

A BNCC (2018) observa os fenômenos de aumentativo e diminutivo que apresentam aspectos de carga semântica diversificada, variável, de acordo com a intencionalidade do

falante, com a relação estabelecida entre o locutor e o interlocutor, bem como a partir do contexto sociocomunicativo em que a prática enunciativa se insere.

Seguindo esse raciocínio, o processo de gradação abarca aspectos outros, a exemplo dos pragmáticos, passando a figurar tanto na flexão quanto na derivação. Assim, está na BNCC (2018), que se faz necessário “conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; [...]” (BNCC, 2018, p. 82). Por essa via, percebemos que esse documento evidencia um forte embasamento nos estudos da semântica para explicar o fenômeno de aumentativo e diminutivo na língua, ressaltando as inferências de sentidos subjetivos nos discursos ocorridos entre os interlocutores.

Segundo a BNCC (2018), no que se refere à gradação, devem-se estabelecer elos entre os mecanismos flexionais e derivacionais, haja vista que eles possuem funcionalidade ativa na gradação. Todavia, para além do reconhecimento do funcionamento linguístico do grau, um ensino de Língua Portuguesa efetivo deve levar em conta a carga semântica e o contexto morforpragmáticos nos quais a gradação se insere.

A partir dessa ótica, é possível verificar que, no mecanismo do grau, a semanticidade oriunda da intencionalidade do falante, do contexto de fala dele e das relações comunicativas que estabelece provoca marcas no funcionamento do grau que o influenciam sobremaneira, não somente em sentido dimensional ou intensivo, mas na construção léxico-semântica do ato comunicativo. Apesar de mencionar a importância de se considerar o funcionamento semântico da gradação, é nítido o fato de que a BNCC (2018) limita-se a rápidas menções à carga morfopragmática do grau, deixando de explorar de forma mais aprofundada tal questão.

3 METODOLOGIA

3.1 Composição do corpus e procedimentos metodológicos

Considerando o desenvolvimento de estudos morfológicos contemporâneos, sobretudo da linguística em relação ao grau, Gonçalves (2007; 2011) e Bybee (1985 *apud* Gonçalves, 2011), a concepção de grau tão somente como processo flexional não mais se sustenta. Nesse caminho, a gradação deve ser vista como um processo derivacional, de potencialidade semântica dele no uso linguístico, no qual passamos a perceber um *continuum* entre flexão e derivação, com o grau tendo funcionamento complexo, não se restringindo a classificações desvinculadas de contextos reais de uso linguístico.

Partindo disso, tendo como base, ainda, os apontamentos da BNCC (2018), é mister reconhecer a necessidade de se estabelecer um ensino de língua focado no funcionamento real

da língua e dos mecanismos dela, a exemplo da gradação, evidenciando uma abordagem linguística voltada à potencialidade comunicativa gerada pela semanticidade dos contextos de fala. Os procedimentos metodológicos se baseiam numa abordagem qualitativo-interpretativista.

Desse modo, o objeto de estudo é o livro didático *Gramática reflexiva*, de Cereja e Magalhães (2012), a partir do qual realizamos um recorte metodológico, no que concerne ao “grau”, com foco no capítulo “Os aumentativos e os diminutivos dos substantivos”. Ressaltamos que optamos pela análise da sessão do grau dos substantivos, pois a que se dedica ao grau dos adjetivos apresenta pouca produtividade teórica, o que tornaria a análise crítica escassa.

A abordagem teórica dividiu-se em quatro seções. Na primeira, de forma crítica, discorremos a respeito da visão gramatical do grau, tendo como base os estudos de Bechara (2015) e Cegalla (2008), segundo os quais o grau é estudado de diferentes formas (tanto como flexão, segundo Cegalla (2008), como derivação, conforme Bechara (2015). Na segunda etapa, atemo-nos à abordagem morfológica, na qual se enquadram Câmara Jr. (1970), Rosa (1983), Monteiro (1987), Sandmann (1989), Loures (2000) e Rocha (2003), verificando como o grau pode ser classificado, conforme a funcionalidade morfossintática e morfopragmática, exclusivamente, como derivação; e, também, à abordagem linguística, com estudos de Gonçalves (2005; 2011; 2016) e Bybee (1985 *apud* Gonçalves, 2011), ressaltando a possibilidade de se visualizar o mecanismo da gradação funcionando pelo *continuum* entre flexão e derivação. Na terceira, trabalhamos com a BNCC (2018), postulando a necessidade de um ensino voltado à consideração das marcas léxico-semânticas existentes no funcionamento da gradação. Na última etapa, dedicamo-nos à análise do corpus, no qual retomamos a BNCC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como vimos anteriormente, o mecanismo de gradação possui um funcionamento complexo que, dependendo do ponto de vista adotado, pode ser explorado de forma exaustiva sem, no entanto, desgastar o potencial criativo dele. Nesta seção, foi realizada uma análise sobre o modo como o livro didático *Gramática Reflexiva*, de Cereja e Magalhães (2012), expõe o grau e como ele é explorado, com orientação da BNCC, nos exercícios propostos no *corpus*.

Em se tratando da exposição teórica a respeito do grau, verificamos que Cereja e Magalhães (2012) optam por uma perspectiva que, apesar de apresentar um panorama geral dos estudos da gradação, procura focar pontos específicos dessa questão linguística.

Nesse sentido, na Figura 1, retirada do livro sob análise, observamos que a explicação da noção linguística de grau, em grande parte, explicita a gradação como mecanismo flexional, levando-se em consideração as noções da GT, na perspectiva de que o grau se liga, tão somente, à dimensão dos seres:

Figura 1: Print da gradação em substantivos.

Os aumentativos e os diminutivos dos substantivos

Ao dizer **filhinhos** e **jantarzinho**, a personagem empregou os substantivos **filho** e **jantar** no diminutivo. Em português, os substantivos apresentam dois graus:

- **aumentativo:** golaço
- **diminutivo:** golzinho

A gradação dos substantivos se realiza por dois processos:

- **analítico:** consiste em empregar junto do substantivo uma palavra que indique aumento ou diminuição:

animal **grande** animal **pequeno**

- **sintético:** consiste em acrescentar ao substantivo uma partícula especial, chamada sufixo, indicativa de **aumento** ou **diminuição**:

animalaço animalzinho

No uso popular e coloquial da língua, o aumentativo sintético é feito quase exclusivamente por meio dos sufixos **-ão** ou **-zão** (buracão, pãozão) e o diminutivo sintético por meio dos sufixos **-inho** ou **-zinho** (burquinho, pãozinho).

Na norma-padrão, entretanto, há outros sufixos formadores de aumentativo e diminutivo, como, por exemplo, **-aço**, **-ázio**, **-isco**, **-ico** (barcaça, copázio, chuvisco, veranico).

“Tire o pezão da mesa!”

Há situações em que os sufixos aumentativos emprestam aos substantivos uma ideia de desproporção, de brutalidade, de desprezo, isto é, um valor pejorativo e depreciativo: “Tire o pezão da mesa!”.

Os sufixos diminutivos podem acrescentar uma ideia de carinho, ternura, prazer, desejo e também uma ideia negativa de troça, desprezo, ofensa: “Vamos passear, gatinha?”; “Eu li essa bobagem neste jornaleco”.

O sentido dado aos substantivos por essas flexões depende sempre do contexto.



Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 50).

Assim, verificamos que, no referencial teórico dedicado ao mecanismo de grau, a partir do título “Os aumentativos e os diminutivos dos substantivos”, inicia-se uma explicitação na qual se evidencia o grau como flexão, sobretudo no que se refere ao funcionamento dele na exposição do tamanho dos seres. Nessa direção, o grau é apresentado a partir da noção dimensional, no que se refere às categorias de aumentativo e diminutivo, exemplificados por dados isolados como “golaço” e “golzinho” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 50), fora de um contexto.

Em outra medida, o grau é, ainda, classificado pelo viés do processo analítico e sintético, os quais são, também, exemplificados de modo isolado: “animal **grande**/animal **pequeno**”, assim como “animalaço/animalzinho” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 50, grifos dos autores),

evidenciando, dessa forma, uma exposição teórica que não considera a produtividade semântica dos contextos de uso linguístico.

Vale ressaltar, também, que um pequeno parágrafo do livro é dedicado ao uso popular e coloquial do aumentativo sintético, o qual, segundo os autores, “é feito quase exclusivamente por sufixos **-ão** ou **-zão** (buracão, pãozão) e o diminutivo sintético pelos sufixos **-inho** ou **-zinho** (buraquinho, pãozinho)” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 50). Conforme a menção das preferências populares, no que se refere ao funcionamento desse mecanismo linguístico, mais uma vez, o potencial de uso da língua é deixado de lado, expondo um desenvolvimento teórico que se atém aos aspectos mais superficiais.

Por outro lado, um pequeno trecho é dedicado a abordagem do grau sob o viés derivacional. Por essa via, os autores ressaltam, indiretamente, o critério (VI), observando a carga sentimental que o uso do grau pode carregar, considerando, sobretudo, os sentidos de afeição e desprezo, baseando-se em exemplos como: “Tire o pezão da mesa!” e “Vamos passear, gatinha?” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 50), lançando mão de contextos específicos. Desse modo, relevam o fator subjetivo atribuído à gradação por parte do falante, de acordo com o contexto de uso da língua.

Nessa esteira, ressaltamos que os autores chamam a atenção ao seguinte fato: “O sentido dado aos substantivos por essas flexões depende sempre do contexto” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 50), sendo importante ater-nos a dois pontos fundamentais dessa afirmação:

(i) Referem-se ao processo da gradação como “flexões”, pois, mais uma vez, segundo os apontamentos de tais autores, aloca o grau no rol das flexões, mesmo após explanarem brevemente sobre a carga semântica de funcionamento multivariado dele, de acordo com a intencionalidade do falante e o contexto de uso linguístico;

(ii) Fazem menção à palavra “contexto” e apontam a dependência dos processos de gradação em relação ao contexto de uso, de forma a referirem ao grau apenas como “flexão”, apontam para o alto teor de criatividade semântica advindo da gradação, tendo o funcionamento em contextos de uso linguístico diversos.

Em que pese isso, teoricamente, os autores privilegiam o viés gramatical, no que se refere à gradação, observando o funcionamento dela a partir de exemplos isolados de contextos de uso linguístico real, bem como destacando, sistematicamente, as classificações desse mecanismo, excluindo, portanto, o teor dinâmico e criativo dele. A pequena menção a esse aspecto semântico-pragmático do grau, sustentada por exemplos “ideais”, sem que tenham sido

colhidos em contextos reais de uso linguístico, apesar de se atentarem à carga subjetiva e sentimental da gradação, deixa de explorar o potencial dessa característica da gradação. Por conseguinte, o grau é percebido e estudado apenas pelo viés da flexão, de forma que, na exposição teórica deles, se destaca a estrutura classificatória gramatical desse mecanismo e, conseqüentemente, o funcionamento em contexto ideal, sem consonância com o uso linguístico real.

Observando-se os exercícios apresentados em sequência (Figura 3), é possível verificar uma abordagem do uso do grau que privilegia a noção afetiva, o que corrobora o critério (VI): variação semântica. Por essa via, percebemos que o texto exposto na primeira parte dos exercícios apresenta um conteúdo que evidencia a dinamicidade subjetiva do grau de que o falante pode fazer uso, manifestando um funcionamento linguístico semelhante ao que se verifica no uso real da língua. Tal constatação se evidencia ao observarmos o uso da gradação em “São uns amores os meus filhinhos!” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 49), ou, ainda, em “Sabem o que mamãe comprou pro jantarzinho de vocês?” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 49), em que se constata o modo como os substantivos são modificados em favor da manifestação da afetividade do falante, o que expõe o uso da gradação em um sentido derivacional, na percepção de que o uso linguístico está a serviço da afetividade.

Figura 2: O grau e a afetividade.



Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 49).

Na sequência, apresentamos o primeiro bloco de exercícios que se encontrava junto à Figura 2.

Figura 3: Primeiro Bloco de Exercícios – Variação semântica em processos de gradação.

1. Na língua portuguesa, os diminutivos e os aumentativos são formados a partir do acréscimo de um sufixo — geralmente, **-inho** e **-ão** — ao nome (geralmente, um substantivo ou adjetivo).
 - a) Identifique na tira dois substantivos empregados no diminutivo.

 - b) Esses diminutivos, no contexto, apresentam qual destes sentidos: desprezo, ironia ou carinho?

2. Observe agora o emprego da palavra **tudinho** no último quadrinho.
 - a) O diminutivo, nesse caso, tem um sentido semelhante ao dos casos anteriores?

 - b) Qual das expressões abaixo traduz melhor o sentido da palavra **tudinho** no contexto?
• quase tudo tudo • um pouco de tudo
3. O humor da tira está no último quadrinho. Justifique por quê.

Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 49).

Paralelamente, a gradação é, ainda, visualizada conforme a lexicalização, indo ao encontro do critério (VIII). Assim, ao acessarmos a frase “Claro que entendem! Tudinho” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 49), podemos verificar que o pronome “Tudinho”, marcado em grau, apresentou um alto teor de lexicalização, pois o sentido tradicional da palavra (completude; totalidade) é alterado para um sentido rotular que vai ao encontro de uma semanticidade que atrela tal palavra a um sentido de especificidade, e não mais de totalidade. Por essa via, privilegia-se, ainda, o viés da produtividade lexical pelo funcionamento da gradação, o que ressalta o critério derivacional do qual o grau faz parte. É possível perceber que, do ponto de vista do conteúdo, esses autores trabalham, de forma acertada, com a potencialidade semântica do grau, evidenciando a dinamicidade dele no contexto textual.

Todavia, na observância do modo como o exercício se apresenta no *corpus*, evidencia-se que a potencialidade do conteúdo textual não é considerada, de maneira que a questão 1 (Figura 3), letra “a”, do exercício opta por um tratamento do grau como flexão, considerando apenas o viés da GT, para a qual o grau é visto, tão somente, como expressão do tamanho dos seres.

Apesar da falta de adequação ao contexto textual na primeira alternativa, observamos que há uma mudança de abordagem, a partir da segunda alternativa (questão 1, letra “b”), sendo o grau abordado a partir do critério (VI), em que se ressalta, sem tratamento profundo, a variabilidade semântica da gradação. Nesse ponto, de uma forma geral, o leitor é questionado quanto ao sentido geral do uso do grau no contexto textual, sendo induzido a escolher entre os sentidos de “desprezo, ironia ou carinho”. Tal perspectiva evidencia não somente uma expansão do campo de abordagem da semanticidade do contexto frasal.

Na questão 2, a palavra “tudinho” é abordada visando ao contexto textual. Dessa maneira, verificamos que as alternativas “a” e “b”, referentes à questão supracitada, evidenciam, por um lado, a divergência de funcionamento semântico-linguístico existente entre o pronome indefinido “tudinho” e os substantivos marcados com grau (“filhinhos” e “jantarzinho”); por outro lado, a carga de sentido que o referido pronome carrega, a qual, como já exposto, adere a uma semanticidade rotular que a desagrega da padronização do termo “tudo”. Nesse sentido os autores tendem a estabelecer diálogo com o critério (VIII), conferindo ao grau, nesse caso, uma derivação, gerando a lexicalização do termo usado.

A questão 3 trata do contexto pragmático do texto apresentado, evidenciando a carga semântica contextual que sustenta a rede de sentidos estruturada nele. Nesse viés, o leitor é interpelado no que se refere ao humor evidenciado na tirinha em análise, fazendo não somente referência à funcionalidade semântica do texto, mas também ressaltando uma das características marcantes do gênero textual exposto no exercício.

Concernente aos exercícios subsequentes do livro sob análise, percebemos uma alta variação entre abordagem flexional e derivacional, expondo a dinamicidade linguístico-discursiva da abordagem do grau, trabalhada de forma mais detalhada em cada uma das questões do livro.

Figura 4: *Print do texto 1.*



Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 51).

Diante disso, apesar de distribuídos ao longo de todo o exercício, por questões de organização metodológica, optamos por analisar, em primeiro lugar, os textos abordados nesse bloco de exercícios, separadamente das alternativas. Assim sendo, o texto 1, na Figura 3, diz respeito a uma tira na qual há um diálogo. Isso se evidencia quando notamos que a frase “Uma rápida pausa para um cafezinho e... de volta ao trabalho!!” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 51) só possui sentido completo ao verificarmos a semanticidade da imagem, na qual a menção à palavra “cafezinho” evidencia uma xícara de café de tamanho aumentado.

Verifica-se que a discursividade desse texto coloca o grau como derivação, pois esse texto verbo-visual, ao conferir ao substantivo “cafezinho” um sentido rotular que foge do padrão semântico dele (café de proporção diminuída), produz uma lexicalização que projeta, no funcionamento dessa gradação, um sentido figurativo dissociado da semântica padrão, já que “cafezinho” diz respeito não mais a um café diminuído, mas sim a um café que é ingerido em excesso. Posto isso, o uso da gradação nesse texto associa-se ao critério (VIII), em que se observa a potencialidade derivacional de lexicalização semântica dos mecanismos de gradação.

Ao observarmos o Texto 2, Figura 5, constatamos o fato de que a afetividade do falante possui grande valia. Nesse caso, na frase “Graças às doações, consegui levantar um casão no lugar da casinha levada pela chuva” (Cereja; Magalhães, 2012, p. 52, grifos nossos), fica evidente a oposição na marcação do grau em sentido aparente de dimensão. Todavia, tal sentido aparente é contrariado, ao verificarmos que as casas – expressas no texto visual – às quais o personagem faz referência, são imóveis que possuem a mesma proporção dimensional, o que evidencia um funcionamento da gradação voltado a questões afetivas.

Figura 5: Print do texto II.

6. Imagine a seguinte situação: A casa do Sr. José foi levada pela enchente de um rio. Com os recursos que tinha, ele poderia construir apenas um casebre, mas, com os recursos doados pela comunidade e pela prefeitura, ele construiu outra casa. Veja:



Que sentido apresentam o diminutivo e o aumentativo na fala do Sr. José?

Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 52).

Assim, evidenciamos que, na Figura 5, o grau não apresenta um funcionamento padrão: o de marcação da dimensão das coisas e dos seres, mas expõe uma funcionalidade que está a serviço do uso linguístico, marcando a carga de afetividade expressa pelo falante. Assim como no texto 1 (Figura 4), a relação entre o verbal e visual apresenta-se como crucial à compreensão do grau como mecanismo derivacional. Desse modo, nota-se que a forte menção à carga

afetiva/sentimental que o grau, enquanto derivação carrega, leva-nos ao critério (VI), com a observância da potencialidade semântica multivariada do uso do grau como derivação.

Na sequência, apresentamos os exercícios referentes ao segundo bloco de exercícios do livro sob análise, no qual o grau é apresentado, tão somente, como dimensão dos seres e das coisas.

Figura 6: Segundo Bloco de Exercícios – O grau como dimensão dos seres e das coisas.

2. Leia estas palavras:

navio	homem	povo	raiz	rio	cão	bobo
drama	câmara	fio	estátua	via	palácio	flauta

Tente descobrir qual (ou quais) delas são substantivos que:

a) faz(em) o aumentativo com o sufixo:

-arrão _____

-lhão _____

-éu _____

b) faz(em) o diminutivo com o sufixo:

-im _____

-ela _____

Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 51).

No que se refere às alternativas do segundo bloco de exercícios do livro, verificamos que, na questão 2 (Figura 6), letra “a”, o grau é tratado como flexão, sendo visto como expressão do tamanho dos seres. Nesse ponto, notamos que há um tratamento do grau, no viés da GT, em que ele é visto apenas como expressão do tamanho dos seres. Nesse ponto, há a interposição de alternativas que se restringem à exposição de opções que levam o leitor a associar rótulos de gradação ao sentido padrão, sem, no entanto, fazer referência clara a contextos de lexicalização (critério (VIII)). Evidencia-se, assim, um trabalho que despreza o funcionamento linguístico em seu uso real, isolando-o a uma reflexão estritamente gramatical, sem contexto.

Nessa esteira, observamos que a letra “b” da questão 2 valida um contexto estritamente gramatical, atrelando-se a uma abordagem que, corroborando a perspectiva flexional, opta pelo reconhecimento da dimensão dos seres pelo viés da sufixação. Mais uma vez, qualquer tipo de contexto de uso linguístico é desprezado em favor de uma abordagem tradicional, desvinculada da potencialidade variável do uso linguístico.

A questão 3, apresentada na sequência (Figura 7), relaciona-se diretamente ao texto 1 (Figura 3), com a alternativa “a” convalidando a importância da articulação entre texto verbal

e visual na construção da carga de humor do gênero textual exposto. Assim, notamos opções que conduzem o leitor à reflexão de como haveria incompletude de sentido, caso não houvesse articulação entre essas duas modalidades sógnicas. Paralelamente, a alternativa “b” aborda a incoerência existente entre a marcação do grau na palavra “cafezinho” e a semanticidade portada pelo substantivo, sem, no entanto, trabalhar, diretamente, com a potencialidade lexical do uso do grau nesse contexto, conforme expressa no critério (VIII), fato que restringe o funcionamento da gradação no primeiro texto a uma mera incoerência semântica.

Vejamos o *print* das questões referentes ao texto 1:

Figura 7: A verbo-visualidade na construção de sentidos do texto.

3. O humor da tira está no jogo entre o texto verbal e a imagem. Levando em conta o contexto, responda:
- a) Se fosse considerada somente a parte verbal, qual seria o sentido da expressão **cafezinho**?
- x • Tomar um café durante o horário de trabalho.
 - Tomar um café reforçado durante o horário de trabalho.
 - Ter uma pausa no trabalho para bater papo com os colegas.
- b) A parte verbal e a imagem são coerentes? Por quê?
4. Na tira, a imagem corresponde ao que a personagem diz? Escolha a melhor resposta.
- a) Sim, pois estão todos tomando um café pequeno.
- b) Sim, pois os colegas estão disfarçando para não trabalhar.
- c) Não, pois os colegas estão trabalhando.
5. Qual dos itens a seguir melhor expressa uma possível conclusão a respeito da tira?
- a) A personagem estava com muita fome, por isso pegou a xícara maior.
- b) A personagem queria usar o café como desculpa para passar mais tempo sem trabalhar.
- c) A personagem estava carregando muito peso.

Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 51-52).

Na esteira das alternativas anteriores, a questão 4 (Figura 7), aborda a incoerência existente entre imagem e texto, no que diz respeito ao uso do grau, influenciando o leitor a refletir sobre a aparente contradição entre texto verbal e visual. Nesse contexto, o que se expõe, entretanto, é a falta de exploração da liberdade do falante por parte dos autores, a qual poderia ser amplamente trabalhada, com criatividade e liberdade linguística dele, frente a contextos de uso, como é o caso da tira em análise na questão 4, na qual o personagem faz uso da liberdade dele para expressar uma situação inusitada em que a língua se apresenta, na qual se imprime uma intencionalidade no contexto em que a pessoa se encontrava (no trabalho com os colegas).

Na questão 5, consequentemente, uma conclusão a respeito do contexto textual é levantada pelos autores, conduzindo o leitor a escolher entre alternativas que apontam para a finalidade do uso da gradação e para a dinâmica relação existente entre texto verbo-visual na construção do humor na tira. Apesar de considerarem a importância do uso da gradação e da estrutura do texto verbo-visual na construção do humor, é notável que Cereja e Magalhães (2012) não se voltam para o potencial de produtividade que poderia ser abordado pela estrita relação estabelecida entre o uso do mecanismo do grau e a verbo-visualidade do texto. Nessa perspectiva, na sequência de alternativas referentes ao texto I (Figura 4), há uma abordagem reducionista do aspecto derivacional do grau, sobretudo quando os autores deixam de lado a potencialidade lexical (com consequente despadronização linguística dela) e o funcionamento da liberdade do falante que faz uso da criatividade semântica, para lidar com diferentes contextos no qual atua.

No tocante à questão 6 (Figura 5), verificamos uma abordagem didática, que procura evidenciar o contexto no qual o segundo texto se desenrola, com vistas a evidenciar o modo como a afetividade do falante tende a conduzir o funcionamento do mecanismo de gradação. Portanto, o critério (VI), concernente à variação semântica do grau, é abordado de forma indireta, quando verificamos que Cereja e Magalhães (2012) constroem uma reflexão acertada do potencial semântico das marcações dimensionais do grau, conduzindo o leitor à percepção de como o falante faz uso de estratégias linguísticas diversas para expressar intenções afetivas dele.

A questão 7 (Figura 8), apresentada em sequência, aborda a variação semântica do uso do grau como derivação, sem fazer referência ao segundo texto (Figura 5). No entanto, a intenção dos autores é o desnudamento da carga semântico-afetiva portada pelo mecanismo da gradação em contextos frasais. Simultaneamente, na questão 8 (Figura 8), há a aplicação do critério (VIII), considerando a lexicalização gerada pelo tratamento do grau como derivação. Fica evidente, no entanto, nessas duas alternativas, o isolamento do funcionamento do grau, abordado na consideração de frases separadas do contexto, evitando o aprofundamento e o detalhamento dos critérios de gradação evidenciados nessas alternativas.

Figura 8: O grau como recurso semântico-pragmático lexicalizador.

7. Entre as frases a seguir, há apenas uma em que o diminutivo não dá ideia de afetividade. Qual é ela?
- a) Amorzinho, vem no colinho da mamãe, vem!
 - b) Não sei, maninha, como vou fazer para convencer nosso pai.
 - c) Ora, ora! Não chore! Você sempre será meu queridinho.
 - d) Não foi nada, filha! Deixe-me dar um beijinho no seu machucadinho, que sara.
 - e) Que sujeitinho à toa! Não passa de um reporterzinho.
8. Na língua portuguesa, há muitos substantivos que ao longo do tempo perderam o valor de aumentativo ou diminutivo e adquiriram significados especiais. É o caso, por exemplo, de **caldeirão** (de caldeira) e **folhinha** ("calendário", de folha). Quais dos itens a seguir apresentam substantivos desse tipo?
- a) pratinho, vidrinho, livreco, palhacinho
 - b) tampinha, menininho, casebre, elefântão
 - c) cartão, caixote, cavalete, portão
 - d) cartilha, pastilha, vidrilho, lingueta
 - e) chapelão, lugarejo, bocarra, beiçorra

Fonte: Cereja e Magalhães (2012, p. 52-23).

A partir da abordagem dos exercícios relacionados ao mecanismo de gradação (Cereja; Magalhães, 2012) procuram estabelecer um *continuum* entre flexão e derivação, sobretudo no que diz respeito aos exercícios e textos trabalhados. Apesar de eles abordarem textos que apresentam modos de funcionamentos do grau e da potencialidade semântica deles, pouco exploram contextos textuais, com alternativas desvinculadas dos textos trabalhados ou que se restringem a elementos estruturais ou superficiais do funcionamento semântico da gradação. Sendo assim, há pouca exploração do funcionamento da gradação em contextos de uso linguístico, assim como a evidente negligência da exploração do potencial semântico do grau e da criatividade do falante, no que se refere aos exercícios trabalhados na seção dedicada ao grau.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propomo-nos a investigar os mecanismos linguísticos pelos quais o grau se manifesta, averiguando se o processo de gradação é constituído a partir de processos flexionais ou se tende para o processo derivacional da Língua Portuguesa. Revisando as colocações de alguns gramáticos, podemos constatar que, à observação dos sentidos variados que ele possa carregar, não desenvolvem as situações observadas por eles, deixando de expor o funcionamento desse mecanismo linguístico na língua em uso, bem como a característica derivacional dele.

Podemos observar, ainda, que se, por um lado, alguns morfólogos tendem a classificar o grau, exclusivamente, como derivação, o que se justifica, sobretudo, por eles notarem a possibilidade de o grau funcionar em contexto de liberdade linguística, desvinculando-os da obrigatoriedade sintática exigida pelos mecanismos flexionais; por outro, estudos linguísticos instanciam o grau como mecanismo também derivacional, haja vista que, para além de uma manifestação linguística advinda de contextos sintáticos, ele expressa a intencionalidade do falante que, partindo de contextos sociocomunicativos específicos, influenciam no processo de lexicalização da língua. Assim, o grau, além de ser um processo morfológico, vincula-se a situações discursivo-sociais de uso da língua, demonstrando aspectos, também, pragmáticos.

Nessa medida, a análise dos enunciados expostos neste trabalho, a partir de alguns dos parâmetros formulados por Gonçalves (2005; 2011 *apud* Bybee, 1985), revelou a carga pragmática que o processo de gradação manifesta em funcionamento. Assim, podemos perceber que o grau não só veicula sentidos que variam de acordo com a intenção do locutor (indo além dos significados aparentes de dimensão ou intensidade), em seu funcionamento, mas também contribui para o processo de lexicalização da Língua Portuguesa. Dessa maneira, ele é um dos responsáveis por novas formas de expressões que surgem com a necessidade comunicacional do falante e com o contexto sociointeracional em que está inserido.

Ao voltarmos ao *corpus* sob análise, constatamos que Cereja e Magalhães (2012) trabalham com o mecanismo de gradação tanto como flexão quanto como derivação. Percebemos que, na seção dedicada à explicitação teórica dessa questão linguística, os autores enfatizam o grau como flexão, detalhando, de uma forma privilegiada, os mecanismos. Por seu turno, a explicitação do uso do grau como derivação – numa abordagem voltada apenas para um dos critérios de Bybee (*apud* Gonçalves, 2011): o critério (IV), no qual se evidencia a carga sentimental no uso da gradação – ocorre por meio de um pequeno texto, deslocado à margem da página, e com poucos exemplos.

Quanto aos exercícios, verificamos que os textos selecionados pelos autores apresentam um alto teor pragmático, com possibilidade de o grau ser trabalhado, num ponto de vista funcional, no contexto linguístico. No entanto, percebemos que, apesar de dedicarem a maior parte das questões ao tratamento do grau como derivação, tendo como base, sobretudo, os critérios (VI) e (VIII), eles deixam de explorar a potencialidade do uso da gradação a partir desses critérios.

Ainda quanto à proposta de Magalhães e Cereja (2012), embora tenha apresentado, de maneira prática, o que se entende por gramática contextualizada quando se trabalha, por exemplo, conectores e pronomes, como ressaltado no referencial bibliográfico, percebe-se que os autores poderiam, de certa maneira, ampliar esses exemplos práticos, abordando outros tópicos gramaticais, a fim de que houvesse orientações metodológicas aos professores que partissem dessa concepção.

Dessa forma, lançam um olhar, por vezes, superficial, que apenas leva o leitor a constatar tais fatores derivacionais, sem se atentar ao potencial criativo que se pode desenvolver neles orientando tais noções. Se, por um lado, Magalhães e Cereja (2012) enfatizam o aspecto flexional do grau na seção dedicada à explicitação teórica desse mecanismo linguístico; por outro lado, nos exercícios, ressaltam o aspecto derivacional do grau, sem, no entanto, aprofundarem na questão, bem como deixam de trabalhar com a potencialidade da gradação em contexto escolar.

Por fim, concluímos que o processo de gradação, concebido aos mecanismos tanto flexionais quanto derivacionais, expressa a maleabilidade da língua perante o falante que, via estratégias morfológicas, fonológicas, sintáticas e, principalmente, pragmáticas, adapta a língua à necessidade de expressão e à intencionalidade discursiva dele. Isso implica dizer que a língua(gem) é definida no e pelo funcionamento na sociedade, a partir de quem a usa e dos contextos de comunicação em que é produzida.

Em outros termos, a língua(gem) é motivada pelo funcionamento dela na sociedade, moldada de acordo com os diversos contextos de interação dos falantes. Um ensino de língua que se propõe a ser efetivo deve considerar a multivariada do funcionamento linguístico, desvelando o teor discursivo da comunicação, de o modo que a língua(gem) tende a se adequar a intencionalidade do falante e ao contexto sociocomunicativo no qual se insere.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev., ampl. e atual, conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acessado em: Dez. 2023.

BYBEE, J. **Morphology**: the relations between meaning and form. Amsterdam. Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1985.

BYBEE, J. Iconicidade diagramática em relações de flexão do radical. **Iconicidade na sintaxe**, p. 11-48, 1985.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Gramática reflexiva**: 7.º ano. São Paulo: Atual, 2012.

GONÇALVES, C. A. Flexão e derivação: o grau. *In*: VIEIRA, S.; BRANDÃO, S. F. (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2016. p. 149-168.

GONÇALVES, C. A. V. **Flexão e derivação em português**. Rio de Janeiro: Setor de publicações da Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.

GONÇALVES, C. A. V. **Iniciação aos estudos morfológicos**: Flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, C. A. Flexão e derivação: o grau. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. 2. ed., 3.ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

LAROCA, M. N. C. **Manual de morfologia do português**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, São Paulo: Pontes, Juiz de Fora MG, UFJF 2005.

LOURES, L. H. **Análise contrastiva de recursos morfológicos com função expressiva em francês e português**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, UFRJ. 2000.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1987.

NEPOMUCENO, A. R.; MEIRA, A. C. G. A. A articulação de cláusulas no português em uso. **Diadorim** (Rio de Janeiro), v. 6, p. 197-206, 2009.

ROCHA, L. C. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ROSA, M. C. **Os nomes aumentativos em –ão**: um estudo sobre produtividade lexical. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, UFRJ.

SANDMANN, A. J. **Morfologia geral**. São Paulo: Contexto, 1989.

CAPÍTULO 16

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO: CONEXÕES COM AFIRMAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO ESTADO LAICO¹⁰

Carlos André Silva de Moura
Evanilson Alves de Sá
Wellcherline Miranda Lima

RESUMO

O trabalho tem como objetivo proporcionar reflexões sobre religiões e religiosidades, na perspectiva de afirmação e efetivação do Estado laico e do Estado Democrático de Direito, assim como na compreensão de como discursos seculares e religiosos transitam em espaços de formação de professores/as, e como esses discursos negociam condições de coexistência e de compatibilidade. A metodologia se fundamentou na análise de documento, tendo-se como referência o Plano de Ação para Formação Continuada de Professores vinculados à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SE/PE), elaborado pela Gerência de Políticas Educacionais de Direitos - GDH, que tem como função implementar a Política de Educação em Direitos Humanos, por meio da implementação do Currículo de Pernambuco (2018/2020), documento regulamentador da referida política, na seção dos Temas transversais e integradores do currículo. Também foram realizadas entrevistas com técnicos da GDHC que desenvolvem formação continuada de professores/as, com a pretensão de identificar e explicar marcadores discursivos que apontam para o fortalecimento do Estado laico e, consequentemente, para a afirmação de uma educação laica. No referido contexto discursivo, concebemos a Educação em Direitos Humanos – EDH como um complexo de práticas educativas fundadas nos direitos que tem como objetivo a formação do sujeito de direitos e que, dentre os seus princípios, destaca a laicidade do Estado e da educação. Nessa compreensão, destacamos que Estado laico brasileiro, do ponto de vista jurídico formal, foi instituído pela Constituição Republicana de 1991, e recepcionada pela demais constituições que a ela sucederam. A laicidade da educação adentra formalmente aos discursos dos educadores, mais precisamente, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que dispõe como princípios a gratuidade, laicidade da educação e a coeducação. Finalmente, pretende-se compreender como a política de formação continuada em serviço aborda a cultura dos Direitos Humanos, conteúdo da Educação em Direitos Humanos, e como os referidos processos formativos contribuem para a fundamentação de práticas pedagógicas dirigidas à afirmação do Estado laico e da educação laica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Direitos Humanos; Formação de Professores/as; Laicidade do Estado; Laicidade na Educação

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, de natureza exploratória, objetiva identificar por meio do discurso professores/as de duas escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco e de técnicos/as da Gerência de Políticas Educacionais de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, quais sentidos atribuem a formação continuada em serviço sobre os direitos humanos e como os conteúdos ou temáticas são

¹⁰ Trabalho apresentado no ST 069: História das Religiões e das Religiosidades", no 33º Simpósio Nacional de História, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 13 a 18 de julho de 2025.

supostamente trabalhados nas referidas formações refletem na prática pedagógica, e possibilitam a mediação de conflitos desencadeados por divergências de caráter religioso que se explicitam na escola. Para a coleta de informações, transformadas em dados, foram entrevistados oito docentes e quatro técnicos em direitos humanos, no período de 02 a 30 junho de 2025. Como instrumento de pesquisa foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, resguardando, assim, o seu caráter qualitativo.

O artigo encontra-se organizado por seções, nas quais discorremos sobre a laicidade flexível em contextos de acordos tácitos ente Estado e Igreja; as tipologias como resultado de um esforço de classificação; a aliança tácita entre Estado e Igreja, situando católicos e protestantes em arenas de disputas por privilégios e igual consideração; a ética do inter-humano e o diálogo inter-religioso, compreendidos enquanto estratégias pedagógicas. Em seguida, apresentamos os resultados das nossas análises, processadas com base na teoria crítica do discurso. Apregoa-se, portanto, que a teoria do discurso assenta-se no princípio do descentramento do sujeito. Sendo assim, observa-se que as relações contemporâneas, no âmbito da sua complexidade, dispõem em xeque a existência de um vetor fixo atuando na construção das identidades. Sendo assim, conjectura-se que existem uma pluralidade de centros. Isso coloca a emergência de muitas outras identidades, que podem ser hegemônicas num processo de articulação, no processo de formação do discurso e de disputa pelo significado da realidade. Finalmente, apresentamos as considerações finais, enaltecendo nossas conclusões e encaminhamentos.

2 A LAICIDADE FLEXÍVEL EM CONTEXTOS DE ACORDOS TÁCITOS ENTE ESTADO E IGREJA

O Decreto¹¹ 119-A, de 7 de janeiro de 1890, formaliza a separação entre a Igreja e o Estado. Sendo assim, ocorre a secularização formal do Estado brasileiro. Portanto, a secularização também se fez refletir no sistema educacional a qual também “formalmente se secularizou”. Consequentemente, os efeitos da dita secularização reverberaram na oferta do Ensino Religioso que, segundo Ranquetat Júnior (2007), acabou banido das escolas públicas em nome da laicidade do ensino. Contudo, em reação, o clero brasileiro, o colegiado de bispos e intelectuais católicos reagiram ao referido Decreto e, posteriormente, à Constituição

¹¹ Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Ementa, *ipsis litteris*.

Republicana de 1891. Pois, pretendiam “[...] uma distinção entre o poder espiritual e o poder temporal, mas discordavam com a total separação entre Igreja e Estado” (Ranquetat Júnior, 2007, p. 165).

Vale ressaltar, que na Constituição de 1934 foram restabelecidas as possibilidades legais de colaboração entre o Estado e a Igreja, inaugurando assim o modelo de colaboração recíproca entre eles, também denominado de “laicidade flexível”, caracterizada por uma cooperação flexível entre ambos. Portanto, nela não existe uma “[...] religião oficial, mas benevolência com algumas instituições eclesiásticas a partir de concordatas e acordos contratuais” (Andrade Júnior; Sena; Junqueira, 2024, p. 69).

Finalmente, o Estado brasileiro alberga a concepção de laicidade flexível¹², assegurando, por sua vez, à religião um lugar na sociedade. Não obstante, o modelo de laicidade inaugurado pela Carta Magna de 1934, recepcionada pelas demais que lhe sucederam, consagra como individualizador da “laicidade à brasileira”, a natureza flexível e colaborativa entre poder institucional religioso e do poder político laico.

Isso posto, destaca-se que a dita “laicidade à brasileira”, com seus contornos, os quais sinalizam que o Estado brasileiro inventou um modelo próprio de laicidade, incursa na tradição de um Estado que nasceu sobre a égide Cristã Católica, impingida na pele do colonizador e estendida aos nativos e aos povos escravizados.

Em decorrência disso, o Brasil, ao longo de sua trajetória republicana, esforça-se em meio à conflitos, estabilidades e harmonias, para se afirmar em contextos demarcados pela diversidade e pluralidade religiosas, como um Estado laico. Sendo assim: “Não há dúvida de que a realidade social contém elementos de conflito, da mesma forma que contém elementos de estabilidade e harmonia” (Barreto, 2024, p. 34).

Perante o desafio da criação de um Estado laico no interior de uma sociedade religiosa, a Igreja “[...] passa a ser uma instituição no Estado, assumindo responsabilidades particulares, não em concorrência, mas em cooperação com o poder político” (Catroga, 2010, p. 480).

Nessa acepção, o Estado Democrático de Direito, Secular e Laico além de garantir a liberdade religiosa, assegura o direito de não ter religião. Catroga (2010) arremata que o mundo

¹² O art. 19, inc. I da Constituição Federal de 1988, proíbe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, **ressalvada a colaboração de interesse público** (Grifo nosso).

contemporâneo apresenta um “mosaico de caminhos” no que diz respeito a relação entre Igreja e Estado – Deus e César –, afirmando, assim, a riqueza que a multiplicidade e a coexistência de diferentes religiões representam. Ressalta ainda que será um erro eleger alguma delas como modelo. Todavia, tais especificidades não podem anular a base de sustentação do regime laico e sua natureza transversal, a saber: o respeito a liberdade de consciência e a garantia da liberdade religiosa e não religiosa. A laicidade como princípio evidencia a promessa de criação das condições para que as pessoas possam ascender em liberdade de consciência, de pensamento e de religião no exercício dos Direitos Humanos Fundamentais.

Sendo assim, no panorama das Declarações de Direitos Humanos que asseguram a liberdade religiosa como um direito inalienável de todos os cidadãos, destacam-se a Declaração de Direitos da Virgínea (1776); a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão Francesa (1789); e Constituição Americana (1791). Contudo, a Constituição norte-americana estabelece o princípio da separação entre Igreja e Estado, que foi endossado gradativamente pelos estados federados, chegando a sua totalidade em 1883. Portanto, a afirmação do Estado laico norte-americano ocorreu de forma gradativa, antevendo, assim, que a efetivação dos Estados ditos laicos se processa de modo progressivo, atendendo à sua dinâmica interna.

Nessa acepção, os direitos humanos podem ser compreendidos como “diamantes éticos”, que irradiam halos capazes de alumiar caminhadas noturnas de coletivos humanos que, atuando em sinergia, organizam-se em redes, na luta por direitos e novas formas de inclusão social (Sá, 2024). Desse modo, a liberdade de consciência e, conseqüentemente, de crença constituem processo histórico mediante o qual homens e mulheres vão se libertando de tudo aquilo que constitui uma ameaça à sua vida, como igualmente um impedimento à realização do projeto emancipação humana.

2.1 Tipologia com resultado de um esforço de classificação

Segundo Barreto (1981), no âmbito da pesquisa as tipologias podem desempenhar uma variedade de funções. Conseqüentemente, pode se constituir em um esquema que o autor propõe como forma de ordenar o conhecimento existente sobre determinada temática. Além disso, pode ainda ser um instrumento que objetive o aprimoramento da análise. Por vezes a tipologia pode ser o resultado de um percurso empírico, que se consubstancia em um esforço de classificação. As tipologias, comumente, são utilizadas como artifícios para mapeamento de uma dada realidade ou como instrumentos de agregação de dados empiricamente coletados. Considerando isso, seja empregada como estratégia para mapeamento da realidade ou

instrumento interpretativo de dados de experimentação, a tipologia sempre assume uma função agregadora que é fundamental à construção científica. Logo:

Nenhuma tipologia mapeadora é apresentada [...] como uma explicação integral e exaustiva da realidade. [Sendo assim] são apenas instrumentos, meios heurísticos de estabelecer sem ambiguidade o sentido do assunto que está sendo investigado. Mais precisamente, são procedimentos puramente experimentais que o cientista desenvolve [...] de acordo com suas necessidades de investigação, e que abandona sem maiores problemas se as suas expectativas não forem satisfeitas. Portanto, o seu valor reside exclusivamente em sua eficácia e utilidade de pesquisa (Barreto, 1981, p. 34).

Dessa feita, Ranquetat Júnior (2016) assevera não ser possível um único conceito de laicidade, que possibilite a sua aplicação genérica ou uniforme nos diversos contextos nos quais são demandados enquanto dispositivo teórico e operacional. Concluindo, sustenta que os seus estudos foram suficientes, apenas, para a formulação de uma tipologia sobre a laicidade. Infere-se, ademais, que em contextos linguísticos o termo tipologia é abrangente e se manifesta em distintas áreas do conhecimento. Levando isso em conta, em contextos acadêmicos, recorre-se às tipologias para limitar conceitos linguísticos elásticos. Por conseguinte:

a) A laicidade é muitas vezes identificada com a noção de aconfessionalidade do Estado, ou seja, do Estado sem religião oficial. Nesse sentido, a separação formal entre Estado e religião é vista como o elemento central da laicidade. [...] b) Uma segunda noção relaciona a laicidade com a neutralidade estatal, e, sobretudo, com a imparcialidade do estado em questões religiosas. [...] c) Uma terceira noção de laicidade é própria daqueles atores que concebem o religioso como entrave ao progresso social e moral, bem como relacionam os valores religiosos com a irracionalidade e o anacronismo. d) Há, ainda, atores que defendem o reconhecimento e o acolhimento no interior dos estabelecimentos estatais e de outros espaços públicos da diversidade de crenças religiosas. [Partem] da noção de laicidade plural e inclusiva, [podendo] caracterizar o surgimento de um Estado multiconfessional ou pluriconfessional. [...] possibilitando efetivamente que o espaço esteja aberto a todos os agrupamentos religiosos (Ranquetat Júnior, 2016, p. 318).

No mesmo assoalho, verificam-se aproximações entre as considerações elaboradas por Ranquetat Júnior (2016) e as posições defendidas por Vieira e Regina (2020) ao destacarem que o modelo de laicidade desenvolvida e em curso no Brasil não significa a ausência da religiosidade na esfera pública estatal, mas a garantia e a salvaguarda de todas suas expressões.

Prosseguindo, depõem que o “Estado brasileiro tem como modelo o sistema de laicidade colaborativa (‘aberto’), distanciando-se totalmente do laicismo de combate da laicidade à francesa [...]” (Regina; Vieira, 2020, p. 167). Portanto, fazendo-se as devidas considerações, em que pese, são categóricos ao afirmar que não existe um modelo universal de laicidade passível de aplicação indistinta em todos países ou nação que assumem o modelo de separação entre Estado e igrejas.

Partindo-se da compreensão de que a laicidade não comporta um conceito monolítico, busca-se com este trabalho identificar e descrever como a laicidade é concebida, apropriada e

mobilizada por educadores/as e educandos/as em contextos educativos concretos, mediados pela prática pedagógica, compreendida como prática social específica, que se desenvolve por interações, diálogos e negociações com outras práticas sociais também específicas que se articulam e coexistem no interior de uma prática social mais ampla.

Por fim, reitera-se a importância para este trabalho em descrever e mostrar como a laicidade é concebida e utilizada por educadores/as e educandos/as na prática, ou seja, em situações concretas que conduzem à definição e ao uso dessa categoria teórica e operacional no interior da escola.

Identificar como esses sujeitos, educadores/as e educandos/as, interpretam a laicidade no interior de processos de produção de sentidos, em itinerários nos quais estão envolvidos, implica mediações a serem consideradas em contextos que demandam julgamentos e escolhas. Compreende-se, portanto, que a laicidade, em contextos concretos, atravessados por julgamentos e escolhas, atua como dispositivo operatório na distinção entre o secular e o religioso, ditando as condições de coexistência desses discursos que, à primeira vista, se opõem e intercalam-se, mediados por processos de negociações e ressemantizações, que ditam suas condições de compatibilidade, existências e de coexistências. Assim sendo, nos espaços educativos, a laicidade também atua como dispositivo pedagógico. Nessa perspectiva, a escola, apesar de sua vocação jurídico-formal ser caracterizada como laica, em contextos discursivos concretos, encontra-se, em seu cotidiano, imersa e atravessada por discursos religiosos e seculares.

Segundo Giumbelli (2024), a laicidade é uma noção e um conceito sujeito a definições variadas, constituindo-se, assim, em um termo compartilhado nos âmbitos das pesquisas acadêmicas e nos empreendimentos adstritos às políticas sociais. Sendo assim, no âmbito acadêmico, é tomada com conceito e, não obstante, no âmbito das políticas sociais, é tomada como princípio. Do exposto, cabe destacar, que a produção acadêmica e as políticas sociais se comunicam ou, no mínimo, deveriam se comunicar, assim, é que se entende que conceitos e princípios se imbricam em processos dialógicos e se retroalimentam em um jogo de sentidos, no qual, não se subsumindo um no outro, potencializam-se, tanto nos espaços acadêmicos quanto nos espaços formuladores de políticas sociais.

Prosseguindo, Giumbelli (2024, p. 11) destaca a laicidade como um arranjo político que, envolve, necessariamente, o Estado em suas concepções e nos seus arranjos políticos. “Mais

especificamente, a laicidade, quando adotada, empreende alguma forma de separação entre Estado e religião [...]”.

Frente ao exposto, assumimos que a compreensão, acima, coaduna-se com as pretensões desta pesquisa que, embora de caráter exploratório, esforça-se na compreensão da laicidade em diversas acepções, considerando que em contextos concretos, ela ora se apresenta como conceito, noção e princípio, e ainda por vezes como um dispositivo histórico, político, jurídico e pedagógico, que orienta a distinção entre o que cada sociedade ou cultura definiu como secular ou religioso.

Consequentemente, dando-se margens à suposição de que não existe uma única maneira para se efetivar a pretensão de separação entre Estado e religião “[...] o que significa vislumbrar a laicidade como constitutivamente plural, condição evidenciada pelo contraste entre intervalos históricos e entre configurações nacionais [...]” (Giumbelli, 2024, p. 11). Assim sendo, a laicidade, configura-se em um “[...] conceito que pretende descrever distintos arranjos e configurações envolvendo Estado, religião e sociedade [...]” (Giumbelli, 2024, p. 11).

Logo, para uma abordagem mais consistente sobre a questão Giumbelli (2024), destaca como prudente abster-se de enquadramentos teleológicos e/ou normativos,

[...] no qual um modelo generalista lhe sirva de padrão. Seria de bom alvitre observá-la dentro de um processo que se manifesta nas controvérsias, nos conflitos, nas negociações e nos acordos em marchas e contramarchas envolvendo atores sociais distintos: religiosos conservadores e flexíveis, ativistas laicos dos direitos humanos e reprodutivos, agentes estatais etc (Giumbelli, 2024, p. 13).

Prosseguindo, o mesmo autor alerta para o caráter polissêmico da expressão laicidade, destacando, ainda, que para o seu melhor entendimento, deve-se observar “[...] os argumentos dos segmentos em disputa de acordo com suas concepções e seus interesses próprios [...]” (Giumbelli, 2024, p. 13).

Contudo, esse exercício, poderá resultar em lentes mais fecundas para se ver o complexo fenômeno da laicidade, ampliando-se, para tanto, a capacidade do observador para concebê-la “[...] menos como questão de princípio, jurídica, normativa [...]”, para assim compreendê-la, na dinâmica social, evidenciando, para tanto, os seus agentes, os projetos por eles formulados e colocados em práticas, bem como as disputas e seus resultados. Contudo, sem desconsiderar o seu caráter operativo (Giumbelli, 2024, p. 13).

Por fim, esclarece que o entendimento adotado também estabelece a importância de se realizar investigações sobre os modos de definição do “religioso” que participa da equação política correspondente à laicidade. Sendo assim, se alguma forma de “liberdade religiosa”

decorre da separação entre o Estado a religião, seus contornos precisos, bem como suas consequências para o reconhecimento do pluralismo religioso dependem de definições consolidadas em esferas que não se restringem ao âmbito normativo (Giumbelli, 2024).

No mesmo assoalho, Mariano (2011), ao examinar o debate sociológico sobre o conceito de secularização e o comparar ao de laicidade, observa que o cenário atual se encontra atravessado por intensos embates na esfera pública desencadeados por grupos não cristãos, cristãos e laicos a respeito do lugar e do papel da religião, da laicidade estatal e dos direitos humanos na sociedade brasileira.

Ao que expõe, assevera que existem evidentes conexões entre modernização e secularização; dessa forma, observa que o pluralismo enfraquece a plausibilidade da religião. Sendo assim, especula sobre os limites da laicidade à brasileira, destacando a relação entre religião e política no Brasil. Concluindo, advoga que as disputas entre católicos e pentecostais extrapolaram o campo religioso e migraram para as esferas midiática e político-partidária.

Logo, Mariano (2011) clarifica que existem evidentes conexões entre modernização e secularização; desse modo, observa que o pluralismo enfraquece a plausibilidade da religião. Nesse ensejo, aproxima-nos da *tese* defendida por Berger (1985) quando acentua que o pluralismo religioso debilita a religião, posto que, na modernidade, emergem estruturas de plausibilidade concorrentes, tendentes a relativizar o conteúdo dos diferentes discursos religiosos, privatizá-los, subjetivá-los e torná-los, assim, alvos de ceticismo, descrença e indiferença. Nessa perspectiva, Berger (2001) é levado à afirmação de que seria incorreto conjecturar que vivemos em um mundo secularizado e de que toda a literatura escrita por historiadores e cientistas sociais, vagamente chamada de teoria da secularização, está essencialmente equivocada, por ser empiricamente insustentável. Portanto, corroborando com a tese defendida por Berger e Mariano (2011, p. 244) destaca que:

A noção de laicidade [...] recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se [...] à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiais e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa, [...] à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.[...] O conceito de secularização [...] recobre processos de múltiplos níveis ou dimensões, referindo-se a distintos fenômenos sociais e culturais e instituições jurídicas e políticas, nos quais se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas [...] (Berger; Mariano, 2011, p. 244).

Por sua vez, Casanova (1994), na sua tipologia sobre a secularização, destaca três proposições diferentes; não obstante, irregulares e não integradas, que denotam diferentes

sentidos atribuídos ao processo de secularização em contextos concretos, quais sejam: 1. A secularização como diferenciação de esferas seculares das instituições e normas religiosas; 2. A secularização como declínio das crenças e práticas religiosas; e 3. A secularização como marginalização da religião para a esfera privada. Portanto, esclarece que a compreensão da secularização como diferenciação funcional entre esferas seculares e religiosas corresponde à proposição mais plausível da tese sobre a secularização.

Assim sendo, conclui que a diferenciação funcional não implica, necessariamente, o isolamento das religiões à esfera privada; portanto, funcionalmente ele atua como dispositivo de diferenciação, impondo limites entre as esferas seculares e religiosas. Ao que expõe, a laicidade corresponde a uma realidade pluridimensional, com implicações nos âmbitos político, jurídico, cultural, educacional e social, que, por sua vez, favorece o desenvolvimento das democracias modernas.

2.2 Aliança tácita entre Estado e Igreja: católicos e protestantes na arena em disputas

No Brasil, ao longo de sua história, persiste uma “aliança tácita” entre Estado e Igreja, especial com a Igreja Católica, sendo que com a expansão das Igrejas Evangélicas, o referido pacto tende a se esgarçar, posto que, agora, ser cristão não significa mais ser cristão católicos. Outros atores entram em disputas e pleiteiam por espaços de isonomia. Contudo: “Algo parecido ocorre em todos os países em que uma religião é reconhecida, de direito ou de fato, como religião dominante, em particular nos períodos em que vigora uma tácita aliança entre o Estado e essa Igreja.” (Catroga, 2010, p. 141).

Acrescente-se que no Brasil diversas denominações cristãs, religiões africanas, afro-brasileiras, indígenas e afro-indígenas, dentre outras, coabitam nos mesmo território e negociam espaços de compatibilidade e coexistência, e que aspiram por aceitação e respeito mútuo.

Evidencia-se, portanto, que essa realidade adentra a escola e reverbera nos processos educativos, no qual professores e estudantes são instados a negociar sentidos por meio do diálogo inter-religioso, tensionando a identidade da religião dominante.

Nessa perspectiva, passamos a conceber a escola enquanto espaço-tempo no qual diferentes substratos religiosos coabitam, misturam-se, ressemantizam-se por meio de formulações híbridas e condessam-se em fenômenos religiosos sincréticos, incorporando novos sentidos, em contextos de religiões feitas e refeitas.

2.3 A ética do inter-humano e diálogo inter-religioso

No que concerne ao diálogo inter-religioso, Panikkar (2007), esforça-se para frente ao pluralismo religioso e ao diálogo com o diferente compreender por meio da atitude pluralista a dinâmica do diálogo inter-religioso. Assevera que a sobrevivência do planeta se encontra condicionada à promoção de um estado de “paz religiosa”, “tolerância autêntica”, “respeito religioso mútuo” e “abertura sincera ao outro”. Destaca que a ausência desses valores impossibilita a autêntica existência do humano, sendo necessário o reconhecimento do pluralismo, dando, assim, a essas atitudes substrato intelectual. Logo:

O diálogo tem em si mesmo um espírito religioso. [...] em si é uma autêntica manifestação de religiosidade. [...] O diálogo das religiões derruba, de facto, os muros do “nacionalismo” religioso, ao abrigo dos quais alguns se sentem “seguros”. O diálogo das religiões libera a espiritualidade das rígidas estruturas doutrinárias e cria conexões novas que saltam para lá das fronteiras que foram bem marcadas entre as religiões (Panikkar, 2007, p. 87).

A atitude pluralista torna-se fundamental perante a realidade religiosa e cultural contemporânea, posto que possibilita a construção das condições para um diálogo profundo com o diferente. No mais, a atitude pluralista reside no reconhecimento de que somos seres inconclusos, autênticos vir a ser, com capacidades sociocognitivas para “[...] apreender, apenas, uma parte do mistério que envolve a realidade e aceitar que outras pessoas apreendem outros pedaços, outras nuances, sentem outras texturas e outros relevos” (Panasiewicz; Grassi, 2018, p. 3).

Portanto, segundo os autores, o problema reside quando imaginamos detentores de todos o conhecimento sobre o mundo. Levando isso em conta: “O pluralismo é uma exigência enraizada na natureza pluralista da realidade” (Panikkar, 2012, p. 61). Dessa feita, a atitude pluralista não impõe a renúncia de suas próprias visões de mundo para aceitar a do outro, mas de reconhecer que sua perspectiva não é a verdade absoluta e estar aberto ao relacionamento com quem pensa diferente (Panasiewicz; Grassi, 2018).

Prosseguindo, segundo Panikkar (2012), é por meio da capacidade do encontro que o pluralismo ou atitude pluralista se constitui no alicerce para o diálogo inter-religioso. Nessa perspectiva, a atitude pluralista estimula a construção de pactos recíprocos entre dois ou mais sistemas para que, por meio atitude dialogal, negociem as condições e procedimentos para o referido encontro.

A dialogicidade, segundo Buber (2021), projeta-se para além da análise objetiva da estrutura lógica ou semântica da linguagem. Posto que, uma análise objetiva da estrutura lógica ou semântica da linguagem faria da palavra um simples dado. Compreende que a palavra

manifesta o ser que a profere, asseverando que tanto a palavra quanto o diálogo constituem o fundamento explicativo do inter-humano, por possibilitarem o encontro mútuo entre as pessoas. Consequentemente, o discurso compreende um evento estruturado portador de sentido, que de algum modo se suprime no próprio no sentido. Isso posto, explicita, ainda, que existem três esferas sobre as quais se constrói o mundo das relações.

A primeira é a vida com a natureza onde a relação permanece no limiar da linguagem. A segunda esfera é a vida com os homens onde a relação toma forma de linguagem. A terceira é a vida com os seres espirituais onde a relação embora sem linguagem gera a linguagem. [...] Da vida com a natureza podemos extrair o mundo "físico", o mundo da consistência; da vida com os homens [e mulheres], o mundo "psíquico" e da afetibilidade; da vida com os seres espirituais, o mundo "noético"¹³, o da validade (Buber, 2021, p. 104).

Panikkar (2007) destaca o encontro como uma ação do ser humano no mundo, para tanto, fazendo-se necessário uma atitude de escuta - não de dominação -, que tornaria as relações mais humanizadas, iniciando com “a natureza e culminando com nossos semelhantes”. Isso, refere-se a uma visão de mundo cujo ser humano está intimamente relacionado com o universo, com o cosmos e com a natureza de forma integral.

Portanto, existe uma necessidade no mundo atual de enxergar a realidade por inteiro, pondo em prática a perspectiva tridimensional, com a pretensão de conectar os seres humanos, o mundo e a divindade, que passam a se vincular de forma interdependente. Sendo assim, enfatiza o diálogo intercultural e inter-religioso; o espírito ecumênico aberto a religiosos, agnósticos e ateus; o “desarme cultural”, por meio do diálogo inter e transcultural, inter e trans-religioso como fundamentais à construção de uma cultura de paz (Panikkar, 2007).

As crises atuais relativas ao meio-ambiente, à ética, às crenças e às desigualdades sociais requerem uma atitude ativa que devem ir além do ativismo, que trataria “apenas os sintomas”, decorrentes desses problemas humanos. Consequentemente, a necessário “mudança radical”, a ser processada por meio da atitude tridimensional, compreende as possibilidades que unem os seres humanos em torno de um objetivo comum (Panasiewicz; Grassi, 2018).

Finalmente, nesse espectro, conjecturamos o diálogo e o diálogo inter-religioso enquanto estratégias pedagógicas que possibilitam o encontro de homens e mulheres para dizem sobre si e sobre o mundo, como seres inconcluso e interdependentes.

¹³ O que pertence à mente, ao intelecto, ao racional; o que se caracteriza pela atividade intelectual.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme anteriormente anunciado, foram entrevistados oito professores de duas escolas de ensino médio da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco (SEE-PE), e quatro técnicos da Gerência de Políticas Educacionais de Direitos Humanos e Cidadania (GDHC-SEE/PE). As entrevistas foram gravadas por meio de *smartphone* e para a transcrição recorremos ao programa *Transkriptor*, ferramenta *online* de transcrição que utiliza inteligência artificial para converter áudio em texto. Os técnicos em direitos humanos, ouvidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, relataram que nos seus respectivos planos de trabalho não constam formação específicas sobre o caráter laico do Estado brasileiro e, consequentemente, acerca da escola laica. Conforme o Entrevistado 1 (2025): “Não foi abordado, porque a gente quer que isso seja trazido pelos participantes. E eles só trazem esse assunto de Estado laico quando acontece o racismo religioso é que eles lembram que o Estado é laico. Mesmo assim, eles não se sentem seguros para trabalhar essa questão” (Entrevistado 1, 2025, entrevista concedida em 06/06/2025).

No mesmo contexto, convergem as repostas dos professores entrevistados quando são categóricos na afirmação de que não foram ofertadas pela SEE/PE formações específicas abordando as temáticas do Estado laico e da educação laica. Apenas um professor afirmou que participou de formação, uma ou duas vezes, na qual a discussão sobre o Estado laico e escola laica, por motivação dos participantes, emergiu, ganhando, assim, caráter esporádico e transversal:

Eu diria que são, às vezes, até, por exemplo, na formação diária que a gente tem, nós trabalhamos muitos temas ligados aos direitos humanos. Por exemplo, essa questão mesmo da decolonização do saber...Que se trabalha bastante...Então, você acaba tocando as questões de racismo, de racismo geográfico, racismo ambiental. Isso é meio complicado, mas uma coisa não deve isolar a outra. Não é porque o Estado não é perfeito, mesmo não sendo verdadeiramente laico, não devemos deixar de abordar essas questões. É complexo, tem muitos interesses políticos envolvidos nessas questões do Estado laico... (Entrevistado 2, 2025, entrevista concedida em 10/06/2025).

Quando questionado sobre conflitos existentes na escola desencadeados por questões de orientação religiosas e a necessidade de mediação pedagógica, o professor entrevistado afirmou o seguinte:

Sim. Não graves, mas já precisei de mediar falas problemáticas [...]. Então, ter aquele trabalho de entender com os alunos, explicar que aquilo que ele está falando é algo que pode soar agressivo para alguém de outra religião, esses trabalhos mais pontuais. Mediar conflitos com religião foi isso. Teve outras mediações de conflitos [...] que foram mais graves. como, por exemplo, casos de racismo, de alunos que tratam o outro com piada, como por exemplo... falam certas palavras que são racistas para outros

alunos ou de homofobia também (Entrevistado 3, 2025, entrevista concedida em 11/06/2025).

Sobre as concepções de direitos humanos e de Educação em Direitos Humanos os professores/as entrevistados/as esclarecem que os direitos humanos compreendem os

[...] direitos básicos da Constituição. Direito à educação, direito à saúde, direito à moradia, alimentação e direitos que são colocados em segundo plano, como direito à cultura, principalmente falando dessa área que eu acho muito importante, e outros direitos menores, como direito à dignidade menstrual, para as meninas, acho que direitos humanos no geral seria essa qualidade de vida que é assegurada, dentro do direito (Entrevistado 4, 2025, entrevista concedida em 13/06/2025).

Não obstante, destacam que para educar em direitos humanos o professor/a deve propor situações concretas, por meio de estudos de casos, destacando a natureza do direito e possíveis violações a esses direitos:

[...] a partir daquela situação, você leva todo aquele grupo, na sala de aula, a refletir sobre o que entende por essa situação. Como você acha que deveria ser? Qual é a estratégia ou a ação que vai ser colocada para que essa situação fosse minimizada e atendesse a todos os envolvidos? [...] a partir daí, você vai dialogar, você vai construir, o seu conceito, a informação [...] (Entrevistado 5, 2025, entrevista concedida em 13/06/2025).

Finalmente, em caráter exploratório, posto que as nossas pretensões podem ser mais bem aprofundadas em estudos posteriores, conjectura-se que os conteúdos das entrevistas revelam que as temáticas relativas as concepções de Estado e escola laicos não integram o conjunto das formações realizadas pela Gerência de Políticas Educacionais de Direitos Humanos e Cidadania (GDHC), embora na avaliação dos sujeitos entrevistados sejam necessárias.

Contundo, as respostas dos/as professor/a coadunam-se com a concepção de que os direitos humanos perfazem “diamantes éticos”, que irradiam halos capazes de alumiar caminhadas noturnas de coletivos humanos que, atuando em sinergia, organizam-se em redes capacitantes, na luta por direitos e novas formas de inclusão social (Sá, 2024). Por conseguinte, a Educação em Direitos Humanos compreende um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos e que, dentre os seus princípios, destaca a laicidade do Estado e da educação (PNEDH, 2006; DCNEDH, 2012; Currículo de Pernambuco, 2018/2021).

Ademais, esclarecemos que o estudo foi realizado em duas escolas da Rede Estadual de Ensino, situadas no mesmo bairro, localizado na Zona Oeste do Recife e, sendo assim, as conclusões aplicam-se à realidade pesquisada e apenas com as devidas cautelas poderão ser estendidas a outros contextos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as temáticas atinentes aos Direitos Humanos e à Educação em Direitos Humanos, que têm como princípio a laicidade do Estado e a laicidade da educação, não foram trabalhadas nas formações continuadas de professores/as, do ponto vista de uma ação planejadas para este fim. Sendo assim, conforme afirmaram os/as professores/as, apenas quando provocadas por eles/as, foram abordadas esporadicamente em caráter transversal, refletindo a interseccionalidade com as questões referentes a raça, etnia, gênero, classe social, orientação sexual e de gênero integradas à vida desses sujeitos.

Finalmente, os conteúdos ou temáticas da Educação em Direitos Humanos, compreendida enquanto um complexo de práticas educativas fundadas nos direitos humanos e que tem a cultura dos direitos humanos como conteúdo, no cotidiano das escolas apresentam-se nas representações de professores/as ancoradas nas suas diversas formações acadêmicas e nas suas histórias de vidas. Portanto, carecem de um maior investimento do Sistema de Ensino na formação continuada em serviço nas área dos direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos, contemplando metodologias que potencializem a escola como espaço concreto de vivências de direitos, aos se integram e interagem os direitos a diferença e a diversidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, P. M.; JUNQUIERA, S.; SENA, E. Ensino Religioso confessional e escola pública: a Igreja Católica contra-ataca. **PLURA – Revista de Estudos de Religião**, 2024. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2259>. Acessado em: Nov. 2024.

BARRETO, C. O. Tipologias e teoria organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, jan./mar., 1981. Disponível em: scielo.br/j/rae/a/kvwSGyhKMR5V-YYJW6dGVxtw/?format=pdf&lang=pt. Acessado em: Jul. 2024.

BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, P. **Os múltiplos altares de modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 119-A**, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-norma-pe.html>. Acessado em: Jul. 2025.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/maio-2012-pdf/10889-rcp001-12. Acessado em: Jul. 2025.

BUBER, M. **Eu e tu.** São Paulo: Centauro, 2001.

CATROGA, F. **Entre Deuses e Césares:** secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2010.

ENTREVISTADO 1. Concepções de direitos humanos e de Educação em Direitos Humanos, laicidade do Estado e da educação. Evanilson Alves de Sá. Recife. 06 de junho de 2025.

ENTREVISTADO 2. Concepções de direitos humanos e de Educação em Direitos Humanos, laicidade do Estado e da educação. Evanilson Alves de Sá. Recife. 10 de junho de 2025.

ENTREVISTADO 3. Concepções de direitos humanos e de Educação em Direitos Humanos, laicidade do Estado e da educação. Evanilson Alves de Sá. Recife. 11 de junho de 2025.

ENTREVISTADO 4. Concepções de direitos humanos e de Educação em Direitos Humanos, laicidade do Estado e da educação. Evanilson Alves de Sá. Recife. 13 de junho de 2025.

ENTREVISTADO 5. Concepções de direitos humanos e de Educação em Direitos Humanos, laicidade do Estado e da educação. Evanilson Alves de Sá. Recife. 13 de junho de 2025.

GIUMBELLI, E. A laicidade segundo o Supremo Tribunal Federal brasileiro: observações sobre o julgamento acerca do ensino religioso confessional. In: GIUMBELLI, E.; CAMURÇA, M. (Org.). **Transformações da laicidade:** estado, religião e sociedade em relação. Brasília, DF: ABA Publicações, 2024.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>. Acessado em: Jul. 2024.

PANIKKAR, R. **O diálogo indispensável:** Paz entre as religiões. Portugal: Zéfiro, 2007.

PANIKKAR, R. **Pluralisme et interculturalité:** 1. Cultures et religions en dialogue I. Paris: Les Éditions du Cerf, 2012.

PANASIEWICZ, R.; GRASSI, R. M. O diálogo inter-religioso na obra de Raimon Panikkar. **Simpósio Internacional:** Filosofia, Teologia e Ciências da Religião, PUC: Minas, 2018. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/simposio2018/arquivos/seminarios/ROBERLEI%20-PANASIEWICZ%20RITA%20GRASSI.pdf>. Acessado em: Jul. 2025.

PERNAMBUCO. **Secretaria de Educação e Esportes.** Currículo de Pernambuco: Ensino Médio. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife, 2021.

RANQUETAT JÚNIOR, C. A. **Laicidade à brasileira:** estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. Jundiaí: Paco Editora, 2016.

RANQUETAT JÚNIOR, C. A. Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. **CSoline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, fev. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17037>. Acessado em: Nov. 2024.

SÁ, E. A. de. **É possível ter religião e ser laico?** A escola como espaço e tempo de mediação e coexistência de discursos seculares e religiosos. 2024. 247 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, Recife, 2024. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1-988>. Acessado em: Jul. 2025.

CAPÍTULO 17

A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Audrilara Arruda Rodrigues Campos
Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira

RESUMO

Este artigo é oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social e tem como foco o Serviço Social junto à Vigilância Socioassistencial. O presente estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel estratégico da Vigilância Socioassistencial na produção de informações que subsidiem a gestão e o planejamento das políticas públicas. Sua relevância está na valorização do trabalho do assistente social como agente fundamental na análise crítica da realidade e na qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais. Para tanto, o estudo tem como intuito compreender a percepção dos assistentes sociais sobre a utilização dos dados produzidos pela Vigilância para o planejamento e execução das políticas públicas de Assistência Social no âmbito do SUAS, verificando as dificuldades e facilidades na alimentação dos dados no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, descritiva, exploratória, bibliográfica e de campo, com base nos pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético. O estudo foi realizado com uma amostra de 15 assistentes sociais. Como instrumento para coleta de dados, utilizou-se o questionário online por meio da ferramenta *Google Forms*, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o parecer nº 7.424.045. Os procedimentos de coleta e análise de dados envolvem triangulação e análise de conteúdo. A análise revela que os profissionais reconhecem a importância da Vigilância Socioassistencial, mas também apontam dificuldades como a carência de capacitação técnica, a sobrecarga de trabalho e limitações estruturais na alimentação e uso dos sistemas como o SIGSUAS. Conclui-se que a atuação do assistente social na Vigilância Socioassistencial é estratégica, pois contribui para a produção de conhecimento crítico sobre a realidade social e para a efetivação de políticas públicas mais justas e eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: SIGSUAS; Vigilância Socioassistencial; Assistente Social; Sistema Único de Assistência Social; Proteção Social.

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social, enquanto direito social previsto na Constituição Federal de 1988, integra o conjunto de políticas públicas brasileiras voltadas à garantia de proteção social para os cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social. Estruturada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa política organiza-se a partir de diferentes níveis de proteção e gestão, articulando serviços, programas, projetos e benefícios (Brasil, 2004).

No interior dessa política, a Vigilância Socioassistencial ocupa um lugar estratégico, tendo como finalidade a produção, análise e sistematização de informações que subsidiem o planejamento, a gestão e a execução das ações no território. Trata-se de um campo técnico e político que visa à leitura qualificada da realidade social, à identificação das vulnerabilidades e das demandas da população, além de apoiar a organização e a oferta dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2012).

A atuação dos(as) assistentes sociais nesse campo é fundamental, dado o seu compromisso ético-político com a transformação da realidade social e com a defesa dos direitos da população usuária. No entanto, o exercício profissional na Vigilância Socioassistencial ainda enfrenta desafios significativos, como a carência de formação continuada, fragilidades na infraestrutura técnica e institucional, e a utilização limitada dos instrumentos e sistemas de informação disponíveis.

Diante desse cenário, o presente artigo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel estratégico da Vigilância Socioassistencial na produção de informações que subsidiam a gestão e o planejamento das políticas públicas. Sua relevância está na valorização do trabalho do assistente social como agente fundamental na análise crítica da realidade e na qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais (Silva, 2023).

Nesse sentido, teve como objetivo compreender a atuação do(a) assistente social no âmbito da Vigilância Socioassistencial, verificando as dificuldades e facilidades na alimentação dos dados no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Parte-se do pressuposto de que o trabalho desses(as) profissionais é essencial para consolidar a Vigilância como instrumento de planejamento e qualificação da política pública, sendo necessário identificar as potencialidades e entraves que permeiam essa prática no contexto local.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para compreender a atuação do assistente social na produção de informações no âmbito da Vigilância Socioassistencial, é fundamental apresentar os principais aportes teóricos que fundamentam essa discussão. O referencial teórico deste trabalho aborda os marcos legais e conceituais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o papel estratégico da Vigilância Socioassistencial na gestão das políticas públicas e as contribuições do Serviço Social nesse contexto. Através dessa base teórica, busca-se sustentar a análise sobre os desafios e possibilidades enfrentados pelos profissionais.

2.1 Breve contextualização da histórica da assistência social no Brasil

As políticas de proteção social emergiram como resposta às desigualdades inerentes à sociedade capitalista, especialmente no que se refere às relações de trabalho e às expressões da questão social. Com a intensificação do processo de industrialização, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tornou-se evidente a necessidade de respostas mais estruturadas às demandas sociais, antes atendidas por ações caritativas e filantrópicas promovidas por instituições religiosas e beneficentes (Sposati, 1998).

No Brasil, o assistencialismo inicial caracterizou-se por práticas fragmentadas, pontuais e marcadas pelo clientelismo, favorecendo relações de dependência entre o Estado e os indivíduos atendidos (Behring; Boschetti, 2017). A Constituição Federal de 1934 representou um marco inicial ao estabelecer os primeiros fundamentos da política social brasileira, embora ainda não houvesse programas institucionais bem definidos. Nesse período, destacaram-se ações voltadas para a maternidade, infância e famílias consideradas "desvalidas", com forte influência da figura do "primeiro-damismo" e da política partidária nas práticas assistenciais (Silva, 2013).

Com o agravamento das desigualdades e a complexificação da questão social, o Estado passou a intervir de forma mais sistemática, incorporando o Serviço Social como instrumento para lidar com as expressões da pobreza, do desemprego e da exclusão social (Hora, 2015).

Essa intervenção estatal se consolidou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, integrando-a à seguridade social ao lado da saúde e da previdência (Brasil, 1988).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, regulamentou essa política como uma ação não contributiva, orientada pelos princípios da universalidade, integralidade e descentralização. A LOAS estabeleceu diretrizes para a organização da assistência social, promovendo a proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (Brasil, 2009).

A consolidação da assistência social como política pública ganhou força com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado em 2005 a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e da publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. O SUAS instituiu um modelo de gestão descentralizada e participativa, estruturando a atuação dos entes federativos de forma articulada e fortalecendo o controle social por meio dos Conselhos de Assistência Social (Martinelli *et al.*, 2015).

O SUAS organiza a política de assistência social em dois níveis de proteção: a proteção social básica, voltada à prevenção de riscos, e a proteção social especial, destinada a indivíduos e famílias com direitos violados. A operacionalização desse sistema foi regulamentada pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), as quais

estabeleceram parâmetros para a gestão, o financiamento e a execução das ações socioassistenciais (Brasil, 2012).

Portanto, a consolidação do SUAS representa um marco histórico na organização da política pública de assistência social no Brasil, superando a lógica assistencialista e clientelista e promovendo a cidadania, a inclusão social e os direitos humanos. Contudo, persistem desafios significativos, como a necessidade de ampliação da infraestrutura, formação continuada dos profissionais e garantia de financiamento público adequado, a fim de assegurar a universalização e a qualidade dos serviços ofertados à população (Couto *et al.*, 2014).

2.2 A vigilância socioassistencial no SUAS

A Vigilância Socioassistencial constitui um dos eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao lado da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e da Gestão do SUAS. Sua função estratégica reside na produção, sistematização e análise de informações que subsidiam o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de assistência social (Santos, 2023).

Seu objetivo central é identificar, mapear e analisar os riscos sociais, vulnerabilidades e demandas que atingem famílias e indivíduos em diferentes territórios, promovendo diagnósticos que orientem decisões mais eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais (Fritzen, 2017). Assim, a Vigilância Socioassistencial permite o direcionamento qualificado das ações e o fortalecimento da intersetorialidade com políticas como saúde, educação, habitação e segurança (Martins; Zaidan, 2017).

No âmbito do SUAS, a Vigilância Socioassistencial opera com base em instrumentos como o Cadastro Único (CadÚnico), o Censo SUAS, os Prontuários SUAS, os Registros Mensais de Atendimento (RMA) e os sistemas SIGSUAS e SAGI, que possibilitam a coleta e análise de dados fundamentais para a formulação de estratégias e políticas mais efetivas (Brasil, 2012). Tais ferramentas não apenas organizam e armazenam dados, mas também qualificam a atuação da rede socioassistencial, assegurando respostas mais alinhadas às realidades locais (Ferreira, 2020).

Além de subsidiar o planejamento e a gestão das ações socioassistenciais, a Vigilância Socioassistencial contribui para a qualificação da gestão do trabalho no SUAS, ao fornecer informações que orientam processos de capacitação e qualificação profissional (Ferreira, 2020). Essa função é fundamental, especialmente diante dos desafios enfrentados, como a ausência de

infraestrutura adequada, a rotatividade de equipes e a fragilidade na integração intersetorial (Martinelli *et al.*, 2015).

Ao promover a transparência e o controle social, a Vigilância fortalece o diálogo com usuários, conselhos e demais atores da política de assistência social, ampliando a participação democrática (Brasil, 2009). Conforme Jannuzzi (2016), a produção de indicadores sociais deve ir além da descrição de carências e cumprir função estratégica no monitoramento e avaliação das políticas, articulando os valores da eficiência, eficácia e efetividade social.

Nesse sentido, o papel do assistente social na Vigilância é central, visto que sua formação técnico-operativa, ética e política o habilita a atuar na análise de dados, elaboração de diagnósticos e definição de estratégias de intervenção social. Essa atuação está respaldada pela Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e reforça a competência para a gestão de políticas públicas (Iamamoto, 2008).

Portanto, consolidar a Vigilância Socioassistencial como instância estratégica da gestão social é essencial para garantir a efetividade das políticas públicas, promover a justiça social e qualificar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade no Brasil.

2.3 Assistente social no suas na consolidação da vigilância socioassistencial: Atuação do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A atuação do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é norteada pelo projeto ético-político da profissão, que fundamenta a prática em valores como a liberdade, a democracia, a equidade, a justiça social e o compromisso com a classe trabalhadora. Esses princípios orientam a atuação crítica e propositiva dos profissionais diante das expressões da questão social, visando à garantia de direitos e à efetivação de uma política pública comprometida com os interesses coletivos (CFESS, 2020).

No SUAS, os assistentes sociais desenvolvem múltiplas atribuições, que envolvem desde o atendimento direto aos usuários até atividades de caráter técnico, administrativo e político-institucional. Esses profissionais participam da elaboração e execução dos Planos de Assistência Social, colaboram com a construção e o monitoramento de indicadores sociais, realizam estudos sociais e diagnósticos territoriais e atuam na articulação intersetorial com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação (Brasil, 2012).

Além disso, exercem funções estratégicas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), contribuindo para o desenvolvimento de ações de proteção social básica e especial. No CRAS,

por exemplo, sua atuação se dá por meio de ações preventivas e de fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. No CREAS, o foco recai sobre o atendimento a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos, como violência, abandono ou negligência (CFESS, 2020).

O assistente social também desempenha papel essencial na gestão da política pública, seja na coordenação de unidades socioassistenciais, seja em funções técnicas nas secretarias de assistência social. Essa atuação exige competência para articular os diversos níveis de gestão (municipal, estadual e federal), propor ações com base em evidências, e garantir a implementação de políticas de forma integrada e participativa (Fritzen; Anschau, 2019).

Outro aspecto fundamental da atuação do assistente social é o trabalho em equipe interdisciplinar. A prática profissional no SUAS se desenvolve em articulação com psicólogos, pedagogos, educadores sociais, técnicos administrativos, entre outros, o que requer capacidade de diálogo, escuta qualificada e valorização do saber coletivo. Nesse sentido, o profissional de Serviço Social contribui com uma leitura crítica das situações sociais, propondo intervenções que considerem as múltiplas determinações das expressões da questão social (Iamamoto, 2008).

Entretanto, a prática no SUAS também é marcada por desafios estruturais, como a precarização do trabalho, o subfinanciamento das políticas sociais, a rotatividade de profissionais, a sobrecarga de demandas e a ausência de capacitações contínuas. Apesar desses obstáculos, os assistentes sociais vêm se consolidando como agentes fundamentais na construção de uma política de assistência social mais qualificada, equitativa e centrada nos direitos dos usuários (Silva; Paulon, 2021).

Dessa forma, a inserção do assistente social no SUAS deve ser compreendida para além de sua função técnica, ela carrega um projeto profissional que busca incidir na totalidade social e nas estruturas que produzem e reproduzem desigualdades, reafirmando o compromisso com a transformação social e com a defesa dos direitos da população usuária da assistência social.

2.3.1 A atuação do assistente social na vigilância socioassistencial

O profissional de Serviço Social desempenha um papel central no desenvolvimento e na operacionalização da Vigilância Socioassistencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sendo a vigilância socioassistencial responsável pela coleta, sistematização e análise de dados sobre as condições de vida da população, subsidiando a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2012).

O assistente social utiliza seu conhecimento técnico, ético e teórico para interpretar dados e contextos sociais, intervindo de forma crítica e propositiva no desenvolvimento das políticas públicas de assistência social. Seu objetivo é contribuir para a transformação da realidade e a redução das desigualdades sociais (Raichelis, 2010).

Esse profissional é fundamental na identificação das demandas sociais específicas de cada território. Com base em seu conhecimento sobre a realidade local, o assistente social orienta ações e programas de forma mais assertiva, visando à superação das condições de vulnerabilidade das famílias (Martinelli *et al.*, 2015).

É importante destacar que a atuação do assistente social na Vigilância Socioassistencial vai além da produção de diagnósticos e do mapeamento de dados. Envolve também a articulação de redes intersetoriais e a formulação de estratégias que garantam a proteção social de forma integral e continuada. A análise crítica do contexto e a proposição de intervenções fundamentadas em dados sistematizados são essenciais para promover uma política pública eficaz e alinhada às reais necessidades da população (Martinelli *et al.*, 2015).

A Vigilância Socioassistencial, ao subsidiar a gestão das políticas públicas, fortalece a capacidade de planejamento e intervenção do assistente social. Este profissional interpreta as informações produzidas e as transforma em ações concretas que asseguram a universalização de direitos e o enfrentamento das desigualdades sociais. Assim, a vigilância contribui diretamente para a qualificação das práticas profissionais, promovendo uma atuação mais planejada e fundamentada na realidade dos territórios (Campos, 2022).

Portanto, o papel do assistente social na Vigilância Socioassistencial é estratégico. Cabe a ele não apenas a interpretação dos dados, mas também a proposição de políticas e programas voltados à proteção integral dos sujeitos. Sua atuação possibilita maior eficácia na gestão das políticas públicas, contribuindo para a distribuição adequada dos recursos e a execução de ações voltadas à superação das vulnerabilidades sociais (Campos, 2022).

Além disso, os assistentes sociais participam de estudos e análises junto às equipes multiprofissionais do SUAS, promovendo o planejamento coletivo das ações e avaliando a adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços socioassistenciais (Costa, 2014). Também elaboram documentos técnicos, como diagnósticos socioterritoriais, que subsidiam a formulação e a reorientação das políticas públicas (CFESS, 2011).

De acordo com Iamamoto (2019), o assistente social é amplamente reconhecido como um profissional capacitado para atuar em diversas esferas das políticas sociais, exercendo

funções de gestão, coordenação, planejamento e execução de programas, serviços, benefícios e projetos.

No contexto da Vigilância Socioassistencial, o assistente social contribui diretamente para o monitoramento e aprimoramento das políticas públicas. Sua atuação na alimentação de sistemas como o SIGSUAS é essencial, pois os dados fornecidos possibilitam o fortalecimento do SUAS e a construção de estratégias mais eficazes de proteção social.

3 METODOLOGIA

O presente estudo, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, consistiu em uma pesquisa bibliográfica, de campo e exploratória, tendo como objetivo compreender a atuação do assistente social na Vigilância Socioassistencial no município de Lages/SC.

No campo teórico-metodológico, adotou-se o materialismo histórico-dialético como método de interpretação da realidade social. Desenvolvido por Karl Marx, esse referencial proporciona uma análise crítica e totalizante dos fenômenos sociais, permitindo compreender a historicidade, as contradições e as mediações presentes nas expressões da questão social e nas políticas públicas (Stálin, 2021).

A pesquisa de campo foi realizada com 15 assistentes sociais atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Lages/SC, que colabora para fomentação de dados da Vigilância Socioassistencial, especificamente que fazem parte do grupo de whatsapp denominado “Grupo das Assistentes Sociais” formado por 160 profissionais. Trabalhado com uma amostragem de 10% destes, convertendo-se num total de 16 participantes, indicados de forma aleatória onde 15 responderam espontaneamente. A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário eletrônico elaborado com base em um roteiro previamente estruturado, por meio da plataforma *Google Forms*, e foi divulgado por rede sociais *WhatsApp* e por e-mail.

A participação foi voluntária, mediante o aceite ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos na área das ciências humanas e sociais.

O instrumento de coleta buscou captar percepções, práticas profissionais e desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais do SUAS no âmbito da Vigilância Socioassistencial. Após o encerramento do período de coleta, os dados foram sistematizados e analisados à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica permitiu a categorização e interpretação dos dados de forma crítica, auxiliando na construção de reflexões

sobre a realidade vivenciada pelos profissionais na alimentação dos sistemas de Vigilância no município.

A análise qualitativa possibilitou apreender as contradições presentes no cotidiano profissional e compreensão da política de Assistência Social no município de Lages/SC, especialmente no que se refere ao papel estratégico da Vigilância Socioassistencial no planejamento e na qualificação das ações no território.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise das respostas coletadas junto aos profissionais foi possível identificar diferentes percepções quanto à utilização da plataforma, com destaque para os desafios enfrentados no processo de alimentação dos dados. As respostas foram organizadas por temas recorrentes, o que permitiu a identificação de padrões e a quantificação relativa de cada ponto mencionado, conforme pode-se observar nas falas dos Assistentes Sociais respondentes.

4.1 Dificuldade e facilidades na alimentação dos dados SIGSUAS no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Dos participantes respondentes, 40% afirmaram encontrar dificuldades na alimentação dos dados no SIGSUAS. Para esses profissionais, o sistema é considerado completo, funcional, mas de difícil compreensão para alguns. As respostas demonstraram que a experiência de uso pode variar significativamente conforme o contexto institucional, a capacitação dos usuários e os recursos disponíveis.

No entanto, destaca-se que o tempo necessário para registrar todas as informações exigidas compromete a qualidade do atendimento prestado, sobretudo considerando a necessidade de uma escuta qualificada e acolhimento humanizado no cotidiano do trabalho social. A principal dificuldade apontada, mencionada por 33,3% dos respondentes, foi a falta de tempo para o preenchimento completo do sistema.

A dificuldade mais recorrente refere-se à falta de tempo para alimentar todos os campos, devido às demandas de trabalho. Conforme ENTREVISTADO A (2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025): “o sistema é muito qualificado, por vezes, tenho dificuldade de alimentar todos os campos, devido à questão do tempo, em razão das demandas de trabalho”. ENTREVISTADO O (2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025) reforça: “falta tempo para preenchimento completo de cada cadastro”. Esses depoimentos demonstram que, apesar da importância do SIGSUAS, o volume de trabalho diário inviabiliza o uso integral do sistema.

Segundo Iamamoto (2008), a intensificação do trabalho, a sobrecarga de demandas e a precarização das condições institucionais de atuação impõem limites à realização do trabalho profissional com qualidade e profundidade. Essa realidade tensiona o projeto ético-político da profissão, na medida em que o cotidiano passa a ser preenchido por uma lógica gerencial e burocratizante, que muitas vezes esvazia o conteúdo técnico-crítico do Serviço Social.

Entrevistado G (2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025) relata: o “sistema é bem completo, porém demanda muito tempo no seu preenchimento”. Embora o sistema utilizado na Vigilância Socioassistencial seja considerado abrangente e tecnicamente estruturado, sua operacionalização demanda um tempo significativo por parte dos profissionais. Essa observação evidencia um dos desafios enfrentados na rotina de trabalho, especialmente no que diz respeito à conciliação entre as exigências de alimentação do sistema de informação e o tempo disponível para outras atividades técnicas e estratégicas da política de assistência social.

Segundo Oliveira (2021), a imposição de metas e a racionalização dos processos no serviço público reforçam a lógica gerencialista e acabam por reduzir o trabalho profissional à produção de números, em detrimento da qualidade das ações. Não se deve resumir o fazer profissional em uma visão utilitarista do trabalho social, pois o foco quantitativo esvazia o conteúdo ético-político da intervenção.

Além disso, a queixa de que “nem tudo sabemos sobre o SIGSUAS” (Entrevistado N, 2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025) revela falta de capacitação continuada para o uso adequado do sistema. Essa omissão formativa compromete não apenas o desempenho técnico, mas também a autonomia do profissional. O CFESS (2010) defende que a qualificação permanente é condição fundamental para que o assistente social possa exercer sua função com competência, especialmente frente às exigências da gestão da informação.

Outro ponto importante refere-se à violação do sigilo profissional, que está sendo colocado “sob olhares de alguns coordenadores” (Entrevistado N, 2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025). O sigilo, segundo o Código de Ética do Assistente Social, é princípio fundamental para a construção de vínculos e proteção de sujeitos em situação de vulnerabilidade, sendo indevido seu rompimento fora dos parâmetros legais e éticos (Brasil, 1993).

Conforme argumentam Taborda, Mann e Pfeifer (2015), a autonomia relativa do assistente social é constantemente tensionada pelas estruturas institucionais, que tendem a impor limites e exercer controle sobre sua prática profissional.

Outro aspecto relevante foi que 20% dos participantes mencionaram que o sistema, por vezes, se torna mais burocrático do que funcional. As críticas referem-se, principalmente, à seguinte observação: “Uma outra dificuldade é que recentemente apenas os técnicos podem retirar usuários dos cadastros de famílias, mesmo com o comprovante de residência, algo que até no ano passado o administrativo fazia... isso é TOTALMENTE BUROCRÁTICO e não necessita de esforço intelectual e intervenções da equipe” (Entrevistado D, 2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025).

Esse excesso de formalidades é percebido como um entrave operacional que dificulta a fluidez dos processos internos e não agrega valor efetivo à intervenção profissional. A exigência revela uma burocratização desnecessária e contraproducente, que retira tempo de ações estratégicas do profissional para ocupá-lo com tarefas operacionais. Iamamoto (2021) enfatiza que a atuação do assistente social em seu cotidiano profissional é marcada por contradições que se manifestam na intensificação do trabalho, com aumento das demandas burocráticas e pragmáticas, em detrimento do exercício técnico-criativo.

Também foram mencionadas por 13,33% dos profissionais as “dificuldades técnicas, como os bugs no sistema ou falta de clareza nas orientações” (Entrevistado H, 2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025), fatores que comprometem a efetividade do uso do sistema e evidenciam a necessidade de suporte técnico mais acessível e contínuo.

Além das questões já mencionadas, outros aspectos foram destacados pelos profissionais, como as dificuldades na obtenção de dados confiáveis para inserção no sistema. Entrevistado F (2025, informação verbal concedida entre 13/04/2025 e 05/05/2025) pontua: “nem sempre é possível obter dados fidedignos para serem inseridos no sistema”.

O uso do SIGSUAS e dos instrumentos da Vigilância Socioassistencial deve ser orientado não apenas por critérios de eficiência administrativa, mas, sobretudo, por fundamentos éticos, técnicos e políticos que dialoguem com os princípios do SUAS (Brasil, 2019).

Portanto, destaca-se a necessidade de garantir formação continuada sobre os sistemas de informação e os instrumentos técnicos de uso cotidiano, assegurando a autonomia profissional no manejo dessas ferramentas. Nesse sentido, é necessário priorizar o tempo e a

qualidade da intervenção profissional, reconhecendo a mediação qualificada entre as demandas sociais e os direitos dos usuários, protegendo o sigilo profissional – pilares éticos da atuação do Serviço Social – e reduzir entraves burocráticos que poderiam ser resolvidos por outros setores administrativos, sem a exigência da expertise técnica da categoria.

De acordo com Iamamoto (2008), a ação do/a assistente social não deve se restringir às rotinas institucionais, mas sim se alicerçar em um projeto ético-político comprometido com a transformação social e a ampliação dos direitos. Assim, assegurar condições adequadas de trabalho, tempo de qualidade para a escuta e intervenção, além do respeito à autonomia técnica, são elementos fundamentais não apenas para o fortalecimento do profissional, mas também para a consolidação de um serviço público de qualidade, comprometido com os princípios democráticos e a justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das percepções dos(as) assistentes sociais sobre o uso do sistema da Vigilância Socioassistencial evidencia a centralidade dessa ferramenta no cotidiano da política pública de assistência social, especialmente no que se refere à produção de informações qualificadas para subsidiar a gestão, o planejamento e a avaliação dos serviços.

Verificou-se que, embora a maioria dos profissionais reconheça a importância do sistema e destaque facilidades como a simplicidade da plataforma, a existência de materiais explicativos e a integração entre dados, ainda persistem desafios significativos que comprometem sua efetividade. Entre as principais dificuldades apontadas estão a falta de tempo para alimentar o sistema, a sobrecarga de trabalho, a ausência de capacitação continuada, problemas técnicos e entraves burocráticos que dificultam a autonomia profissional e o uso estratégico da informação.

Essas contradições revelam que o uso do sistema da Vigilância Socioassistencial está imerso em um cenário de tensões institucionais e estruturais, que muitas vezes limitam a prática crítica e comprometida do Serviço Social. O excesso de formalismos, a lógica gerencialista e a priorização de metas quantitativas sobre processos qualitativos são apontados como entraves à realização de um trabalho técnico-crítico, ético e politicamente engajado, conforme orienta o projeto ético-político da profissão (Oliveira, 2021).

Ao mesmo tempo, a compreensão de parte dos profissionais sobre o sistema da Vigilância Socioassistencial como ferramenta de luta política, registro técnico e instrumento de afirmação de direitos sociais reforça a sua potência quando utilizado com base em fundamentos

ético-políticos e técnicos. A alimentação qualificada do sistema permite a construção de diagnósticos mais precisos, a visibilidade das vulnerabilidades sociais e o fortalecimento da própria Vigilância Socioassistencial enquanto dimensão estratégica do SUAS (Sposati, 1998).

Assim, torna-se indispensável garantir condições adequadas de trabalho, formação continuada, respeito à autonomia técnica e proteção do sigilo profissional. Somente com esses elementos assegurados será possível avançar na consolidação de uma política de assistência social democrática, participativa e capaz de responder com qualidade às demandas da população (Iamamoto, 2021).

Portanto, fortalecer a capacidade de análise crítica e a utilização qualificada do sistema da Vigilância Socioassistencial significa também fortalecer o SUAS como política pública essencial à garantia de direitos, superando reducionismos burocráticos e reafirmando o compromisso com a justiça social e a universalização da proteção social no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (Tradução Luís Antero Reto). São Paulo, Brasil: Edições, v. 70, 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Guia de Implementação da Vigilância Socioassistencial no SUAS. Brasília, 2019.

BRASIL. MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei n. 8.742, de 1993**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acessado em: Jan. 2025.

BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial Versão Preliminar**. Brasília, 2012. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Orientacao_Tecnica_Versao_Preliminar_Encontro.pdf. Acessado em: Jan. 2025.

BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social — NOB/SUAS**. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUA-S_2012.pdf. Acessado em: Jan. 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.** Caderno de vigilância socioassistencial: conceitos, instrumentos e experiências. Brasília: MDS, 2021.

BRASIL. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria.** MDS. Brasília, DF 2013.

CFESS – **Conselho Federal de Serviço Social.** Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. Brasília: CFESS, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Brasília, DF, 2011.

COSTA, D. C. N. da. **A intersectorialidade na política de assistência social:** Uma análise sobre a relação do PAIF com as demais políticas públicas no CRAS. 2014. 64 f. Brasília, 2014.

COUTO, B. R. *et al.* **O sistema único de assistência social no Brasil:** uma realidade em movimento. Cortez editora, 2014.

SILVA, A. L. G. A implementação do sistema de informação gestão do SUAS na Política de Assistência Social: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas. **O Social em Questão**, v. 16, n. 30, p. 71-87, 2013.

ARAÚJO SILVA, F. E. de; FRANÇA, R. M. S. de. **Intersectorialidade e Vigilância Socioassistencial na Perspectiva Do Sistema Único De Assistência Social No Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019.

CAMPOS, E. C. S. de; SOUZA, C. G. de; FRESNEDAS, I. **A vigilância socioassistencial e o trabalho da (o) Assistente Social no SUAS.** Londrina, 2022.

SOUZA, C. F. de; COSTA, E. M.; OLIVEIRA, P. K. de. **A vigilância socioassistencial como uma ferramenta de proteção social.** In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2024. p. e3706-e3706.

SOUZA FILHO, R. de; GURGEL, C. **Gestão democrática e serviço social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MEIRA, W. H. de; SANTOS, J. S. **A Atuação do assistente social na gestão da política de assistência social:** Contribuições à função da vigilância socioassistencial. 2022.

SANTOS, L. G. G. dos *et al.* **A Política de assistência social como uma das formas de enfrentamento da questão social.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1.

FRITZEN, J. P.; ANSCHAU, Q. F. **Vigilância socioassistencial no SUAS e os desafios na implementação em âmbito municipal.** In: Congresso Internacional de Política Social e

Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2019.

HORA, V. C. da. **Estado, políticas sociais e serviço social**: a educação enquanto espaço sócio-ocupacional do assistente social. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GORDIANO, M. C. do N. **O trabalho das (os) assistentes sociais no sistema único de assistência social no município de Camaçari (BA)**. Camaçari BA, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/40999/1/MARIA%20CAROLINA%20-%20DISSERT-ACAO.pdf>. Acessado em: Jan. 2025.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 439-461, 2019.

IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. **CFESS. Diálogos do Cotidiano-Assistente Social. Reflexões sobre o cotidiano profissional. Caderno**, v. 1, p. 16-48, 2021.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas**. 2001.

LAVORATTI, C.; COSTA, D. Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. **Estúdio Texto**, 261 p.; 2.300. Ponta Grossa, 2016.

LAZZARI, E. **Vigilância socioassistencial no Brasil**: contradições da operacionalização e repercussões no processo de democratização da política de assistência social. Porto Alegre 2018.

MARTINELLI, T.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. dos. Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social: Concepção e Operacionalidade. **Revista Katálysis**, v. 18, n. 1, p. 104-112, 2015.

MARTINS, V.; ZAIDAN, L. S. G.. **O trabalho do assistente social frente às demandas intersetoriais**. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Um século de Reforma e Revolução. UFMA, 2017.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

OLIVEIRA, N. R. de. **O Serviço Social na política de assistência social**: uma análise sobre o exercício profissional a partir de um estudo exploratório. Niterói/RJ 2021.

OLIVEIRA, J. V. O CapacitaSUAS em Roraima: Ação estratégica de educação permanente para o fortalecimento da política de assistência social. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 91–106, 2021. DOI: 10.24979/ambiente.v14i1.857. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/857>. Acessado em: Maio. 2025.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, p. 750-772, 2010.

RIZZOTTI, M. L. A.; VIEIRA, M. do S. S.; CONSERVA, M. Gestão da Política de Assistência Social: O lugar da vigilância socioassistencial. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 82–104, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/40009>. Acessado em: Maio. 2025.

SANTOS, R. A.; YAZBEK, M. C. O trabalho do assistente social na vigilância socioassistencial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 686-703, 2012.

SANTOS, S. G. dos. **Vigilância socioassistencial como ferramenta de mobilização para efetivação da Política de Assistência Social**. S237v. Franca, 2023.

SILVA, M. L. Gestão da informação e serviço social: um diálogo necessário. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 2, p. 33-48, 2010.

SANTOS, T. C. M. **As contribuições da vigilância socioassistencial para o planejamento da política de assistência social em Cruz das Almas: desafios e possibilidades**. 2017.

SILVA, F. E. de A.; FRANÇA, R. M. S. de. **Intersetorialidade e vigilância socioassistencial na perspectiva do sistema único de assistência social no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019.

SILVA, M. C.; GUERRA, A. B. A Implementação do SUAS no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Políticas Sociais**, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2019.

DA SILVA, L. F. **Gestão da vigilância socioassistencial**. Editora Senac São Paulo, 2023.

SPOSATI, A. de O. *et al.* Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. In: SPOSATI, A. de O. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 1992. p. 112-112.1998.

STÁLIN, J. **Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico**. Clube de Autores, 2021.

TABORDA E.; MANN, L. dos S.; PFEIFER, M. **A Autonomia Relativa no Exercício Profissional do Assistente Social**. Florianópolis SC, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_61.pdf. Acessado em: Jan. 2025.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; PAZ, R. D. O. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Serviço Social & Sociedade**. p. 7-13, 2020.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS

ENTREVISTADO A. Desafios na alimentação do SIGSUAS. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

ENTREVISTADO O. Falta de tempo e sobrecarga no SIGSUAS. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

ENTREVISTADO G. Complexidade e tempo de preenchimento do SIGSUAS. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

ENTREVISTADO N. Desconhecimento técnico e violação de sigilo. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

ENTREVISTADO D. Burocratização do processo de retirada de usuários. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

ENTREVISTADO H. Problemas técnicos no sistema. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

ENTREVISTADO F. Dificuldade na obtenção de dados confiáveis. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Correa Almeida de Oliveira. Lages, entre 13 abr. 2025 e 05 maio 2025.

CAPÍTULO 18

REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: ATUALIDADE DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Luiz de Sousa Lima Júnior

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a atualidade da *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, diante dos desafios vividos pela educação brasileira. A obra, publicada em 1996, apresenta fundamentos éticos, políticos e pedagógicos que seguem sendo referências fundamentais para repensar a prática docente em um contexto marcado pela intensificação de políticas neoliberais, pela tecnocratização do ensino e pela desvalorização da profissão docente. O objetivo central é discutir de que modo os saberes propostos por Freire — como o diálogo, a escuta, a responsabilidade ética, a valorização dos saberes dos educandos e a compreensão da docência como prática política — podem orientar práticas pedagógicas humanizadoras e comprometidas com a emancipação dos sujeitos. A análise articula a pedagogia freiriana com críticas às lógicas de controle e padronização do ensino, evidenciando como a autonomia docente tem sido comprometida por práticas avaliativas, modelos gerencialistas e estratégias de culpabilização do professor. A partir disso, são apresentadas possibilidades concretas de aplicação dos princípios da *Pedagogia da Autonomia* no cotidiano escolar, especialmente no que se refere ao planejamento participativo, à avaliação formativa, ao protagonismo estudantil e à formação docente crítica. Conclui-se que, mesmo em contextos adversos, as ideias de Paulo Freire seguem oferecendo fundamentos teóricos e éticos para a construção de uma escola democrática, dialógica e transformadora, comprometida com a dignidade humana e com a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire; Autonomia Docente; Educação Crítica.

1 INTRODUÇÃO

A obra de Paulo Freire permanece como uma das mais influentes da pedagogia crítica latino-americana. Em *Pedagogia da Autonomia* (1996), o autor apresenta princípios que ultrapassam o tempo histórico em que foram escritos e seguem inspirando educadores em diferentes contextos sociais e escolares. A centralidade da ética, da liberdade, da escuta e do respeito à dignidade dos educandos coloca sua proposta como uma referência para pensar os rumos da educação em tempos marcados pela desumanização das relações pedagógicas.

O cenário educacional tem sido impactado por mudanças profundas nas últimas décadas, especialmente pelo avanço de políticas de racionalização do ensino, pela introdução de plataformas digitais e pelo fortalecimento de lógicas empresariais nas escolas. Esse contexto tem desvalorizado o diálogo e a formação crítica, impondo formas de organização do trabalho pedagógico baseadas na padronização e no controle. Diante disso, revisitar Paulo Freire é uma forma de insistir na possibilidade de uma educação mais humana, democrática e transformadora.

Freire insiste na compreensão da docência como prática ética e política, o que implica uma atitude crítica diante das condições sociais e institucionais que limitam o processo educativo. O autor afirma que ensinar exige escuta, rigor e compromisso com a liberdade do outro, posicionando o educador como sujeito ativo na construção de sentidos e práticas pedagógicas. Essa concepção se opõe frontalmente à lógica tecnicista e bancária que ainda estrutura grande parte do sistema educacional brasileiro.

Ao abordar os saberes necessários à prática educativa, Freire propõe um modelo de ensino que reconhece os estudantes como sujeitos históricos. Em vez de se limitar à transmissão de conteúdos prontos, a docência deve criar condições para o pensamento crítico, para a leitura do mundo e para o reconhecimento das contradições que atravessam a vida social. Essa abordagem exige, também, que o educador seja um pesquisador de sua prática, comprometido com a reinvenção constante do ato de ensinar.

A atualidade da *Pedagogia da Autonomia* se revela especialmente no momento em que o trabalho docente sofre com o esvaziamento de sua dimensão intelectual. A intensificação da cobrança por resultados, as avaliações externas e o uso de ferramentas digitais que reduzem a mediação pedagógica têm limitado a autonomia do professor e dificultado a construção de vínculos pedagógicos baseados na confiança e no diálogo.

Nesse sentido, autores como Gentili e Silva (2015) alertam para os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a educação, apontando que a ideia de “qualidade total” desconsidera as dimensões humanas, históricas e culturais do processo de ensino-aprendizagem. Para os organizadores, os educadores precisam se posicionar criticamente diante dessa realidade e se reconhecer como sujeitos culturais implicados na produção de sentidos e de memória histórica.

Ao substituir a relação pedagógica por procedimentos e protocolos, o ideário neoliberal contribui para a despolitização do ensino. A escola deixa de ser compreendida como espaço de produção de saberes e passa a ser tratada como prestadora de serviços. Essa mudança interfere diretamente na concepção de autonomia docente, ao restringir a possibilidade de tomar decisões com base no contexto, na experiência e na escuta das necessidades dos estudantes.

Freire propõe uma educação baseada na esperança ativa, que se sustenta na crença de que é possível transformar o mundo por meio de práticas conscientes, solidárias e dialógicas. A autonomia, em sua perspectiva, não é sinônimo de individualismo, mas de compromisso com

a coletividade e com a construção de relações pedagógicas que respeitem a diversidade e a dignidade humana.

A escola, ao adotar os princípios da *Pedagogia da Autonomia*, pode se tornar um espaço onde educadores e educandos compartilham experiências, constroem sentidos e se envolvem na busca por uma sociedade mais justa. Essa transformação exige enfrentamento às estruturas que subordinam o ensino a métricas de produtividade e a modelos excludentes de avaliação e controle.

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a atualidade da *Pedagogia da Autonomia* à luz dos desafios vividos na educação brasileira. A proposta é evidenciar como os princípios freirianos seguem fundamentais para fortalecer a autonomia docente e promover uma prática pedagógica crítica e humanizada. A seguir, serão discutidos os principais saberes propostos por Freire, os impactos da racionalidade tecnicista no cotidiano escolar e as contribuições possíveis para uma escola mais democrática.

2 A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA

Paulo Freire constrói, em *Pedagogia da Autonomia*, uma reflexão profunda sobre os fundamentos éticos, políticos e pedagógicos do ato de ensinar. Seu ponto de partida é a afirmação de que ensinar exige responsabilidade, compromisso e disposição permanente para aprender com os educandos, com o contexto e com a prática. A docência, em sua visão, não se limita a uma técnica, mas se configura como um modo de ser no mundo, um exercício constante de escuta, diálogo e reinvenção.

Um dos pilares da obra é a crítica à ideia de ensino como mera transmissão de conhecimento. Freire propõe o rompimento com a lógica bancária da educação, que reduz os sujeitos a receptáculos vazios a serem preenchidos com conteúdos. Em oposição, defende uma prática problematizadora, em que o conhecimento se constrói na relação entre educador e educando, ambos como sujeitos ativos do processo formativo.

Nesse sentido, o autor afirma que o educador não pode assumir uma postura autoritária, nem se isentar da responsabilidade política que a educação exige. Ensinar é sempre um ato ético, que implica escolhas, posicionamentos e compromissos com a dignidade humana. Freire recusa a neutralidade pedagógica e insiste na indissociabilidade entre ensino, ética e política.

Ao discutir os saberes necessários à prática educativa, Freire apresenta uma série de exigências formativas que vão além do domínio de conteúdos. Entre elas, destaca-se a

necessidade de rigorosidade metodológica, o cultivo da curiosidade epistemológica, o respeito aos saberes dos educandos e a construção coletiva do conhecimento. Esses elementos, articulados à escuta sensível e ao compromisso com a transformação social, constituem a base de sua proposta pedagógica. Em sua obra, Freire ressalta:

Ensinar exige saber escutar. Há educadores que falam e não escutam. Que se preocupam em ensinar e se esquecem de aprender. Não há diálogo se não há humildade, se não há abertura para reconhecer a presença e a palavra do outro como legítimas (Freire, 1996, p. 92).

A colocação do autor expressa a centralidade do diálogo no processo educativo, reafirmando que a escuta ativa é um saber indispensável para o educador comprometido com a construção de sujeitos críticos e autônomos. A escuta, para Freire, não é passividade, mas ato político que reconhece o outro como interlocutor e cocriador do conhecimento.

Outro aspecto fundamental da pedagogia da autonomia é a valorização dos saberes construídos na experiência cotidiana dos educandos. Freire sustenta que o conhecimento escolar não deve ignorar os contextos sociais, históricos e culturais em que os estudantes estão inseridos. O diálogo entre os saberes da escola e os saberes da vida é indispensável para que a educação tenha sentido e promova a emancipação.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, indagando, refazendo, conhecendo, reconhecendo. Ensinar exige o risco da novidade, da inquietação, da abertura (Freire, 1996, p. 35).

A relação entre ensino e pesquisa, apresentada como indissociável, reforça a ideia de que a prática docente não pode ser repetição de fórmulas prontas. Exige investigação constante, diálogo com os acontecimentos do mundo e com as necessidades concretas dos sujeitos da escola. O educador é, portanto, um pesquisador de sua prática, um profissional reflexivo.

Além disso, a autonomia não é tratada por Freire como um traço individual isolado, mas como uma construção coletiva, socialmente situada. O desenvolvimento da autonomia requer condições materiais, liberdade de pensamento e abertura ao diálogo. É nesse processo que o educador e o educando se constituem mutuamente como sujeitos históricos e críticos.

Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade. Ensinar exige comprometimento. Exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, que pode servir à libertação ou à domesticação (Freire, 1996, p. 88).

Essa passagem evidencia que o ato de ensinar está diretamente ligado à concepção de mundo que se deseja construir. A educação pode reproduzir as estruturas de dominação ou contribuir para a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade. A pedagogia da

autonomia se posiciona ao lado da liberdade, da justiça e da construção de novos sentidos para a vida coletiva.

Assim, a *Pedagogia da Autonomia* convida educadores e educadoras a uma prática pautada na esperança ativa. Não se trata de otimismo ingênuo, mas da confiança na capacidade humana de criar, resistir e transformar. A educação, nesse horizonte, é sempre uma aposta na possibilidade de que o mundo pode ser diferente — e que a escola, com todos os seus limites, é também um espaço dessa construção.

3 EDUCAÇÃO BANCÁRIA E TECNOCRATIZAÇÃO: DESAFIOS À AUTONOMIA DOCENTE

A crítica de Paulo Freire à chamada "educação bancária" é uma das contribuições mais contundentes de sua obra. Em *Pedagogia da Autonomia*, ele reforça que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que o educando o produza de forma ativa. A concepção bancária, ao contrário, trata o estudante como alguém que deve apenas receber, armazenar e reproduzir informações, excluindo-o do processo de reflexão crítica e da construção do saber.

Esse modelo de ensino, baseado na repetição e na memorização, ainda está presente em grande parte das práticas escolares, especialmente nas redes submetidas à padronização curricular, à imposição de apostilas e à lógica das avaliações externas. Tais estratégias reforçam uma visão tecnicista da educação, que desconsidera os sujeitos envolvidos no processo e privilegia a eficácia e o desempenho como valores centrais.

A racionalidade tecnocrática tem se intensificado nos sistemas educacionais sob a influência das reformas de cunho neoliberal. A busca por indicadores de rendimento, por resultados mensuráveis e por eficiência administrativa tem subordinado o trabalho docente a métricas e controles que reduzem sua capacidade criadora. Nesse contexto, a autonomia do professor torna-se fragilizada, pois sua prática passa a ser monitorada por padrões externos que ignoram a realidade concreta da sala de aula.

Gentili (2015) aponta que, sob a hegemonia neoliberal, a escola tem sido pressionada a se comportar como uma empresa, onde a qualidade é associada ao controle de processos e à maximização de resultados. Tal concepção de qualidade total, emprestada do mundo empresarial, é incompatível com uma proposta pedagógica que valorize o diálogo, a diversidade e a reflexão. Segundo o autor, a aplicação desses princípios à educação compromete o papel formativo da escola e transforma o professor em mero executor de tarefas.

Na mesma direção, Frigotto (2015) adverte que a lógica mercantil da educação produz uma inversão nos sentidos do ensinar. Em vez de formar sujeitos críticos, a escola passa a preparar indivíduos para o mercado, sob a promessa de empregabilidade e competitividade. Essa orientação restringe o currículo e empobrece a experiência pedagógica, uma vez que a formação integral é substituída por um conjunto de competências instrumentais.

A padronização de materiais didáticos e a prescrição de métodos de ensino fechados em apostilas são exemplos concretos dessa tendência. O docente, nesse modelo, perde sua capacidade de decidir sobre o conteúdo, o tempo e a forma de ensinar. Isso compromete diretamente o princípio da autonomia, tal como defendido por Freire, ao reduzir a prática educativa a um conjunto de operações previamente definidas por agentes externos à escola.

Gentili e Silva (2015), ressaltam que a ênfase em testes padronizados e sistemas de ranqueamento escolar não apenas intensifica a competitividade entre escolas, mas também contribui para o esvaziamento curricular e a desvalorização do conhecimento crítico. A pressão por resultados afeta principalmente as escolas públicas, submetidas a políticas de responsabilização que penalizam docentes e gestores sem considerar as desigualdades estruturais envolvidas.

Essa conjuntura produz um cenário de intensificação do trabalho docente, marcado pela sobrecarga, pela vigilância e pela desconfiança. A autonomia pedagógica, ao invés de ser incentivada, passa a ser substituída por guias de conduta, protocolos e instrumentos de avaliação que buscam uniformizar as práticas escolares. A singularidade dos contextos educativos, contudo, não se submete a esse tipo de racionalidade.

Paulo Freire antecipa essa crítica ao afirmar que a docência não pode ser tratada como uma função técnica desprovida de sentido ético. Ao contrário, ensinar é um ato político que exige liberdade de pensamento, abertura ao diálogo e comprometimento com os direitos dos educandos. A imposição de modelos fechados de ensino compromete essa dimensão e transforma o processo educativo em uma atividade meramente reprodutiva.

Ao analisar o impacto dessas políticas sobre a prática docente, percebe-se que o discurso da qualidade total mascara um projeto de controle e regulação da escola pública. A retórica da eficiência, da excelência e da meritocracia atua como forma de deslegitimar os educadores e culpabilizá-los por falhas estruturais que extrapolam o campo da escola. A ausência de condições materiais, a precarização das carreiras e a desvalorização profissional são ignoradas em nome de metas idealizadas.

Nesse contexto, a pedagogia freiriana oferece ferramentas para resistir a esses processos. Ao reivindicar o direito à autonomia docente, Freire aponta para a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com o mundo vivido, com a liberdade de ensinar e com a responsabilidade coletiva pelo ato educativo. O reconhecimento do professor como sujeito político e cultural é, portanto, condição para que a escola cumpra sua função formadora e democrática.

A crítica à tecnocratização da educação não se limita a um diagnóstico, mas convoca à ação pedagógica comprometida com a dignidade humana. Recuperar a *Pedagogia da Autonomia* significa, nesse sentido, reafirmar o valor do trabalho docente como prática transformadora e rejeitar modelos que reduzem a escola a uma engrenagem produtiva. A escola, como espaço de partilha e escuta, só pode cumprir sua função emancipadora se garantir a liberdade de seus educadores.

4 AUTONOMIA, ÉTICA E ESPERANÇA: FREIRE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores é uma das questões mais sensíveis e estruturantes da política educacional. Paulo Freire, ao longo de sua trajetória, sempre defendeu que o educador deve ser um sujeito reflexivo, ético e comprometido com a transformação social. Em *Pedagogia da Autonomia*, essa perspectiva é aprofundada ao propor que ensinar exige ética, escuta, abertura ao novo e compromisso com a liberdade dos educandos. Tais princípios se tornam ainda mais urgentes em um cenário de precarização do trabalho docente e de esvaziamento das políticas de valorização da profissão.

A ética, em Freire, não se reduz a um conjunto de regras morais ou condutas normativas. Ela é entendida como uma prática cotidiana que orienta o educador a agir com responsabilidade, solidariedade e respeito à dignidade humana. Ser ético, nesse contexto, significa reconhecer a dimensão política do ensinar, compreendendo que cada ato educativo implica escolhas e consequências sociais. A formação docente, portanto, precisa garantir não apenas conhecimento técnico, mas também consciência crítica e compromisso ético-político.

Nesse sentido, a autonomia não é concebida por Freire como liberdade isolada ou autoafirmação individualista. Ela se constrói na relação com o outro, no exercício constante do diálogo e na busca coletiva por caminhos de emancipação. O educador autônomo é aquele que assume sua prática com consciência, que reflete sobre suas decisões pedagógicas e que se responsabiliza pelos sentidos produzidos na relação educativa.

A prática pedagógica, para ser autônoma, exige condições objetivas e subjetivas. Entre as primeiras, estão a valorização da carreira docente, a existência de espaços de formação continuada e o reconhecimento do tempo de planejamento e estudo. Entre as subjetivas, destacam-se o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, a disposição para a escuta e o desejo de contribuir com a construção de um projeto democrático de sociedade. A autonomia docente, portanto, é inseparável das condições de trabalho e do sentido atribuído à docência como ação cultural e social.

No contexto atual, observa-se uma contradição entre o discurso de inovação e a realidade de controle a que os professores estão submetidos. Embora se fale em protagonismo docente e criatividade pedagógica, muitas vezes o que se impõe são protocolos rígidos, avaliações padronizadas e materiais previamente formatados. A autonomia, nesse cenário, é frequentemente limitada, reduzindo o espaço para a escuta ativa e para a produção coletiva de conhecimento.

Freire adverte para os riscos de uma prática despolitizada, marcada pela repetição e pela submissão. Em *Pedagogia da Autonomia*, ele afirma que o educador precisa assumir-se como sujeito da história, compreendendo que seu trabalho é parte de um projeto maior de transformação da realidade. Essa compreensão só é possível quando a formação docente valoriza o diálogo entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e saberes da experiência.

A esperança, outro conceito central na obra de Freire, não deve ser confundida com passividade ou conformismo. Ao contrário, trata-se de uma esperança ativa, que impulsiona à ação e à reinvenção da prática. Esperançar, para Freire, é lutar por uma realidade mais justa, mesmo diante das dificuldades. A formação docente precisa cultivar essa disposição para o inédito, reconhecendo que o professor é também um sujeito de possibilidades e não apenas um executor de políticas educacionais.

A dimensão afetiva do trabalho docente, frequentemente negligenciada nas formações tradicionais, é valorizada por Freire como elemento constitutivo da pedagogia. O amor, longe de ser um sentimento individual, é uma postura ética e política que orienta a relação pedagógica com empatia, cuidado e respeito. Ensinar exige coragem, generosidade e humildade para aprender com os educandos e com os desafios cotidianos da escola.

Essa concepção de formação rompe com modelos tecnicistas que fragmentam o saber e reduzem a prática pedagógica a um conjunto de técnicas. A proposta freiriana, ao contrário,

parte do princípio de que o professor é um intelectual que atua no mundo com responsabilidade social. Isso exige que a formação inicial e continuada seja dialógica, coletiva e comprometida com a leitura crítica da realidade.

Ao propor que o educador seja sujeito ativo de sua formação, Freire também problematiza a ideia de formação como capacitação ou treinamento. A educação permanente dos professores deve ser orientada pela escuta das experiências docentes, pela construção de saberes no chão da escola e pela articulação com os contextos sociais, econômicos e culturais em que se insere a prática educativa.

A atualidade dessas ideias se confirma diante dos desafios enfrentados pelos professores na escola pública. A intensificação do trabalho, o desrespeito à jornada pedagógica, a pressão por resultados e a medicalização dos comportamentos escolares são exemplos de práticas que comprometem o exercício da autonomia e o bem-estar docente. Freire, ao reafirmar o valor do diálogo e da esperança, oferece caminhos para resistir a essas tendências e construir outra forma de viver a educação.

Reafirmar a pedagogia da autonomia na formação de professores é, portanto, defender uma concepção de educação que respeite a dignidade humana, valorize os saberes docentes e promova práticas pedagógicas que contribuam para a construção de uma sociedade menos desigual. Freire continua sendo uma referência essencial para quem acredita que ensinar é, antes de tudo, um ato de amor, de coragem e de responsabilidade histórica.

5 CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCOLA ATUAL: POSSIBILIDADES FREIRIANAS

Diante das exigências contemporâneas colocadas à educação, a pedagogia freiriana oferece contribuições importantes para repensar a escola como um espaço de humanização, escuta e liberdade. Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire propõe princípios que não se restringem ao campo das ideias, mas podem ser convertidos em práticas pedagógicas transformadoras, mesmo em contextos marcados por limitações estruturais.

Uma das principais contribuições é a centralidade do diálogo como prática fundadora da relação pedagógica. O diálogo, em Freire, não é um recurso metodológico, mas um princípio ético e político. Ele reconhece a dignidade do outro como interlocutor legítimo, rompendo com relações verticalizadas de poder que ainda predominam em muitas salas de aula. Criar momentos de escuta ativa, rodas de conversa e decisões compartilhadas são caminhos possíveis para cultivar esse princípio na prática escolar.

Outro elemento relevante é o reconhecimento dos saberes dos estudantes. Freire insiste que ninguém ensina sem aprender, e ninguém aprende sem ensinar. Essa perspectiva valoriza os conhecimentos que os educandos trazem de suas experiências de vida, de suas culturas e de seus territórios. Projetos pedagógicos que partem da realidade local, da memória comunitária ou das inquietações dos alunos são formas de articular o saber escolar ao mundo vivido.

A avaliação, sob a perspectiva freiriana, também precisa ser revista. A lógica da classificação, da punição e do desempenho isolado compromete a construção da autonomia. Em seu lugar, propõe-se uma avaliação formativa, dialógica e processual, centrada no acompanhamento da aprendizagem, na escuta mútua e na devolutiva qualitativa. Essa mudança de concepção fortalece vínculos pedagógicos e evita o medo como instrumento de controle.

O planejamento pedagógico, inspirado na *Pedagogia da Autonomia*, deve ser flexível e aberto ao diálogo com a turma. Em vez de seguir roteiros prontos, a proposta é elaborar coletivamente temas geradores, problemas do cotidiano ou assuntos de interesse dos estudantes que possibilitem a articulação dos conteúdos curriculares com questões sociais. Essa abordagem amplia o sentido da escola e torna o conhecimento significativo.

A escuta das infâncias, adolescências e juventudes também é uma prática coerente com a pedagogia freiriana. Em tempos de padronização e vigilância, criar espaços em que os estudantes possam falar, criar, errar e propor é um ato político. Garantir assembleias de classe, conselhos de estudantes, projetos de pesquisa mediados por perguntas genuínas são práticas possíveis para fortalecer o protagonismo discente.

O ambiente escolar, sob a ótica de Freire, deve ser acolhedor, esteticamente cuidado e construído com afeto. A amorosidade, defendida como atitude ética, pode ser praticada na escuta individualizada, no respeito às histórias dos educandos e na postura generosa diante da diversidade de ritmos, de corpos e de trajetórias. Uma escola inspirada por esses valores é aquela que reconhece cada sujeito em sua singularidade.

Freire também propõe o enfrentamento da discriminação em todas as suas formas. O combate ao racismo, ao sexismo, à lgbtfobia e às demais formas de exclusão deve ser incorporado ao cotidiano escolar, não apenas como conteúdo, mas como postura. Trabalhar com projetos interdisciplinares que valorizem identidades, culturas e saberes diversos é uma forma de transformar o currículo em espaço de justiça social.

A interdisciplinaridade, inclusive, é coerente com a pedagogia crítica, pois permite romper com a fragmentação do conhecimento e promover a compreensão dos fenômenos em

sua complexidade. Projetos que articulem história, geografia, arte e ciências a partir de temas sociais, culturais e ambientais abrem caminhos para uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Outra contribuição prática é a criação de espaços de formação permanente entre os educadores. Reuniões pedagógicas horizontais, grupos de estudo, planejamento coletivo e avaliação institucional participativa são práticas que favorecem a construção da autonomia docente e o fortalecimento de vínculos entre os profissionais da escola. A troca de experiências entre pares também produz saberes que não se encontram nos manuais didáticos.

Freire compreende que a escola é parte de um projeto maior de sociedade. Por isso, ela não pode estar isolada das lutas sociais. Projetos que envolvam a comunidade, que estabeleçam diálogo com movimentos sociais, conselhos locais, grupos culturais ou coletivos juvenis fortalecem o sentido social da escola e ampliam o seu campo de ação. Essa articulação contribui para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos.

Diante do exposto até aqui vale ressaltar que aplicar a *Pedagogia da Autonomia* no cotidiano escolar não exige condições ideais, mas disponibilidade para refletir, agir e escutar. Mesmo diante das dificuldades estruturais, é possível construir práticas pedagógicas comprometidas com a dignidade, com a liberdade e com a esperança. Essa construção é cotidiana, coletiva e exige que educadores e educadoras se reconheçam como agentes de transformação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta ao longo deste artigo buscou evidenciar como a *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, permanece uma referência essencial para compreender e reinventar a prática educativa no presente. Em um contexto marcado por racionalidades técnicas, esvaziamento da formação crítica e políticas que desvalorizam o trabalho docente, os princípios freirianos oferecem caminhos para a construção de uma escola mais dialógica, ética e comprometida com a emancipação dos sujeitos.

A valorização da escuta, do diálogo, da amorosidade e da responsabilidade ética na formação docente se apresenta como resposta a práticas que, muitas vezes, reduzem o professor a um executor de prescrições. A autonomia defendida por Freire é inseparável de uma postura investigativa, sensível às realidades concretas e atenta às possibilidades de transformação social. Ao reconhecer os educadores como sujeitos políticos e históricos, a pedagogia freiriana resgata o sentido da docência como prática cultural e formadora de consciências.

Frente às tentativas de mercantilizar o ensino e padronizar o conhecimento, a pedagogia crítica de Freire reafirma a centralidade do humano, da escuta e da dignidade. Suas ideias permanecem vivas nos projetos pedagógicos que valorizam a coletividade, o respeito às diferenças e a construção coletiva do saber. A escola, nesse horizonte, pode tornar-se um espaço onde o conhecimento dialoga com a realidade e contribui para a superação das injustiças.

Assim, retomar a *Pedagogia da Autonomia* é mais do que revisitar um clássico da educação brasileira. É um gesto de resistência, uma afirmação da potência transformadora da educação e uma convocação ao compromisso com práticas que reconheçam os sujeitos em sua inteireza. Em tempos adversos, as ideias de Freire continuam a inspirar educadores que insistem em ensinar com ética, liberdade e esperança.

REFERÊNCIAS

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAPÍTULO 19

CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES DE 2022: POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E IMPACTOS EMOCIONAIS¹⁴

Karine Valério Bernal
Jéssika Alvares Sarco
Pamela Staliano

RESUMO

O contexto eleitoral de 2022 no Brasil se configurou como um dos momentos mais polêmicos e acalorados da história da democracia brasileira. A oposição entre conservadorismo e progressismo – e seus líderes representantes – foi responsável por um intenso cenário de polarização político-partidária que se tornou centro da atenção nas principais discussões nacionais e internacionais. Instaurou-se, nesta conjuntura, um perfil de dogmatismo político, a partir do qual uma população inteira foi imposta a uma clara divisão ideológica, influenciada por aspectos sociais, políticos, econômicos, religiosos etc.. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou analisar as concepções e representações midiáticas do cenário eleitoral no ano de 2022, bem como, os impactos emocionais decorrentes das mesmas. Como método de pesquisa, foi desenvolvida uma busca por matérias jornalísticas de fontes brasileiras a partir dos descritores “Brasil”, “eleições”, “política”, “saúde mental”, “intolerância” e “assédio eleitoral”, que tivessem como conteúdo a relação da saúde mental com o processo das eleições, a partir de uma revisão sistemática dos dados. Foram escolhidas 12 reportagens de fontes jornalísticas nacionais com acesso digital. Os resultados obtidos apresentam um aumento dos níveis de estresse e ansiedade entre os cidadãos no que concerne ao contexto eleitoral, sobretudo, com as disseminações de ódio via redes sociais, agressões físicas e verbais por parte de adversários. Evidenciou-se que as *fake news* ganharam destaque pela potencial influência exercida como “estratégia” de campanha dos candidatos e patrocinadores políticos, obscurecendo a veracidade das situações. Ademais, as divergências políticas estiveram associadas à baixa tolerância à aceitação de diferentes perspectivas, que impossibilitou um convívio harmônico, somado aos diversos casos de assédio moral e eleitoral sofridos por empregados em seus ambientes de trabalho. Em vista disso, percebeu-se a importância de compreender o adoecimento mental e psíquico como um dos efeitos de um contexto de fanatismo e idolatria política, caracterizado pelo uso de variadas ferramentas de persuasão que atingiam de forma negativa as pessoas mais vulneráveis intelectualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade; Estresse; Política; Saúde Mental.

1 INTRODUÇÃO

O tema das eleições presidenciais do Brasil no ano de 2022 ultrapassou os limites nacionais e adentrou nas discussões político-econômicas em nível internacional. O contexto dicotômico esquerda-direita – ou conservadorismo-progressismo (Bobbio, 1995 *apud* Silva, 2023, p. 21) – foi centro de polêmicas e preocupações entre candidatos e eleitores e, nesse sentido, o comportamento eleitoral dos cidadãos brasileiros sofreu atravessamentos diretos de uma maneira ímpar e multidimensional.

¹⁴ Apoio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pela concessão de bolsa às autoras do Programa de Educação Tutorial.

Se pensarmos o processo civilizatório, o discurso de eliminação do outro sempre esteve presente, tanto no Brasil quanto em outros países, principalmente quando esse outro pensa diferente de mim. Instituído-se a fronteira do humano, conceito discutido por Martins (2016), em que ocorre a dominação, a exploração e a subjugação de uns sobre outros, ou é uma sociedade sobre os sujeitos, não se limitando apenas ao âmbito político-institucional.

Entretanto, é nesta esfera política que este discurso ganha mais força, uma vez que o Estado manipula o outro mediante o poder, pela imposição da força e a faz seu uso quando necessário. Neste contexto, podemos ponderar juntamente com Freud (1915/2010) que, considerando a ruptura de barreiras em momentos de combate, respeitadas em tempos de paz,

O cidadão individual pode, com horror, convencer-se do que ocasionalmente lhe cruzaria o pensamento em tempos de paz - que o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo (Freud, 1915; 2010, p. 289).

A esse respeito, é possível estabelecer uma analogia com o pensamento de Martino e Dunker (2023), que tratam do sentimento de dissolução do ego à medida que os limites de distinção entre dois ideais tornam-se frágeis. Isso reflete na relação de instabilidade a que a identidade do sujeito foi submetida a partir do enaltecimento de seus candidatos.

Nesse contexto, as mídias digitais também exerceram um papel significativo no que concerne a fontes de (des)informações sobre as campanhas eleitorais e demais assuntos referentes à disputa das eleições. As *fake news*, que tomaram grande proporção nesse contexto político e foram amplamente discutidas, merecem atenção especial. Humprecht (2018 *apud* Mendonça *et al.*, 2022, p. 3) define-as como “publicações online de declarações intencionalmente ou conhecidamente falsas sobre fatos, que são produzidas para servir a propósitos estratégicos e que são disseminadas para gerar influência social ou lucro”.

Em um cenário de instabilidade pandêmica, em 2020 foi criado o Projeto de Lei nº 2630, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Que estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, dos conteúdos patrocinados e da atuação do poder público, prevendo que sanções sejam estabelecidas nos casos de descumprimento da lei (Brasil, 2020). Somado a isso, percebe-se um atravessamento subjetivo e, portanto, psicológico, na forma de existência do sujeito e na sua maneira de conceber o mundo, considerando, sobretudo, as lentes distorcidas pelas quais as ferramentas políticas

conduziam e direcionavam os pensamentos e ações das pessoas. Freud (1921/2011) investiga tal fenômeno, apontando para o potencial de influência que um coletivo pode exercer sobre o indivíduo, considerando o grau da ligação e do significado estabelecido entre eles.

No cenário político de 2022 verificou-se a ênfase dada ao antigo embate político entre os líderes da disputa, já instalado em anos anteriores, que se acirrou ainda mais nas últimas eleições e resultou em um complexo estado de polarização partidária, aflorando as emoções da população. Segundo Alckmin e Terron (2022), esse formato de bipolarização partidária – é persistente nas eleições brasileiras, justamente por se tratar de um

[...] momento no qual dois partidos e forças eleitorais competem exclusiva ou quase exclusivamente dentro do cenário eleitoral, e chegam nas duas primeiras posições, com ou sem uma terceira força expressiva no primeiro turno das eleições (Alckmin; Terron, 2022, p. 09).

A esse respeito, é válido destacar os conflitos de identidade muito bem definidos, decorrentes das posições antagônicas produzidas pelos partidos e perpetuadas pelos eleitores. Na contemporaneidade, a identidade dos sujeitos apresenta um caráter dinâmico, a depender dos sistemas de significação e representação cultural a que o indivíduo estiver atrelado (Hall, 2006 *apud* Valle, 2023). Silva (2014), em “Identidade e Diferença”, descreve exatamente as bases dessa dinâmica, na qual uma identidade só é possível de existir a partir de algo fora dela, que fornece condições para a sua existência; por isso é marcada pela diferença, sempre.

Dessa forma, a potência das influências políticas pode ser capaz de moldar tais identidades de modo a tentar unificá-las a uma dita verdade universal, a partir da qual ideias divergentes são ignoradas e silenciadas. Assim, estratégias são alicerçadas a fim de que haja um distanciamento desse “diferente”, também adjetivado como potencial ameaça para a manutenção da simetria das ideologias partidárias. Segundo Martino e Dunker (2023, p. 69), tal silenciamento se configura como um mal-estar causador de sofrimento ao sujeito, sendo este estado, por consequência, também emudecido. O mesmo autor afirma que “sofrimentos que não cabem nos discursos constituídos muitas vezes se tornam invisíveis, depreciados da sua verdade, como uma palavra amordaçada”.

Nesse sentido, uma das estratégias desenvolvidas foi a disseminação das *fake news* que, mesmo sendo um fenômeno anterior ao período eleitoral, quando se tratou do contexto político, informações distorcidas de setores partidários foram veiculadas livremente nos meios de comunicação, buscando o renome de candidatos específicos e/ou a construção de críticas para outros. A partir disso, os conflitos relacionados ao extremismo político foram elevados exponencialmente, considerando os altos investimentos dos líderes e patrocinadores para a

defesa de seus princípios. Tais ideais eram amplamente admitidos pelos eleitores correspondentes àquelas perspectivas, sendo repercutidos nacionalmente de forma significativa e, conseqüentemente, tornando mais difícil os esclarecimentos acerca da veracidade dos fatos.

Somado a isso, é importante destacar o grau de persuasão a que os cidadãos são submetidos com tal ato infracional, especialmente pela dificuldade de acesso e conhecimento das fontes primárias de informação e que, pela idealização e identificação com um líder (geralmente de forma irracional) podem cair nas armadilhas da corrupção ao produzirem ofensas aos adversários, sob o disfarce do exercício da “liberdade de expressão”. Para exemplificar essa questão, Freud, em *Psicologia de Grupo e Análise do Eu* (1921 *apud* Martino; Dunker, 2023), propôs a ideia de que tal identificação poderia comprometer a capacidade judicativa do sujeito, levando-o à submissão, agressividade e à produção de mecanismos paranoicos que sustentariam suas diferenças e inimizades.

Assim, o presente trabalho objetiva analisar as representações midiáticas sobre o cenário político do ano de 2022 no Brasil e o impacto na saúde mental dos eleitores implicados neste contexto. O tema da pesquisa justifica-se pela complexidade do processo democrático ao longo do processo eleitoral, marcado por uma sequência de debates ideológicos acalorados com uma ativa participação social.

2 METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma revisão sistemática, de abordagem qualitativa e cunho exploratório, que envolveu um cuidadoso levantamento bibliográfico para construir hipóteses acerca do problema de pesquisa, a fim de torná-lo mais explícito.

A partir de uma pesquisa documental de caráter nacional, com acesso on-line, com os seguintes descritores em português: “Brasil”, “Eleições”, “Política”, “Saúde mental”, “Intolerância” e “Assédio”. Com isso, foram selecionadas 12 matérias jornalísticas que abordassem a relação da saúde mental com o processo das eleições, sendo elas: 1=*Extra Classe*; 1=*Estado de Minas*; 1=*Veja*; 1=*Folha de Pernambuco*; 1=*UOL*; 1=*Valor Investe*; 2=*Correio Braziliense*; 1=*GI*; 1=*Veja Saúde*; 1=*Campo Grande News*; 1=*Periferia em Movimento*.

Entre os critérios de inclusão para a seleção das informações, compreendem-se materiais com uma delimitação temporal do ano de 2022, de fontes jornalísticas brasileiras gratuitas, que contemplavam os objetivos pré-definidos. Foram excluídos jornais com acesso pago, com fontes internacionais e que não abordassem o contexto das eleições de 2022. Não foi delimitado

um recorte espacial e, desse modo, a pesquisa abrangeu notícias concernentes às diversas regiões brasileiras.

A última etapa do delineamento metodológico consistiu em realizar uma categorização a partir da leitura cuidadosa dos 26 artigos identificados. Este procedimento respeitou os passos da técnica de análise de conteúdo propostos por Bardin (2008): 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos dados, inferência e interpretação. As notícias selecionadas abordam temas como *fake news*, assédio moral e eleitoral, rompimentos familiares, estresse e ansiedade e intolerância política, assim, os resultados e discussão serão apresentados com os temas descritos nesta ordem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O impactante e curioso cenário de disputa eleitoral marcado no ano de 2022 no Brasil ocupou o centro das atenções no país e no mundo, justamente pelas características envolvidas em um contexto de desavença política, tanto entre os dois candidatos protagonistas, quanto para a população que, de maneira massiva, era aflorada pela competitividade, idolatria, incansável desígnio de vencer e também de lutar por seus ideais, os quais eram expressos nos discursos proferidos pelos candidatos. Segundo Silva (2023, p. 24), tais aspectos podem ser caracterizados como “as chagas que acometem a democracia”, já que contribuem para a configuração de um estado de alienação do tecido social. Martino e Dunker (2023) contribuem para tal perspectiva, argumentando que em um cenário de busca por reconhecimento, a infiltração de novos valores e referências morais depende de uma apropriação subjetiva, fazendo com que a centralidade do sujeito dê lugar a identidades coletivas, fenômeno denominado de “sofrimento de alienação” (p. 72).

É notório que a partir desses interesses, desejos pessoais e/ou sentimentos, os eleitores, de uma forma geral, foram colocados à margem do adoecimento psíquico e mental, antes mesmo do embate, durante e após as eleições serem encerradas. Em *Extra Classe*, Barreto (2022) aponta para a existência de um “sofrimento sociopolítico” e, ainda compara esse momento da história política como sendo uma guerra, não como as lutas armadas entre nações que se estabelecem em outros contextos, mas como uma conflagração entre partidos que movimentou todo um país, impactando progressivamente a população em geral. É relevante destacar, em meio a esse impacto social, que “[...] o Brasil possui o maior número de ansiosos do planeta e a quinta população mais deprimida” (OMS, 2020 *apud* Barreto, 2022), tornando, assim, possível de se perceber a grandeza das consequências implicadas à sociedade.

Dentre os domínios que impulsionam este adoecimento coletivo em um período de disputa eleitoral difícil e pesado, como o de 2022, destaca-se a massiva idolatria aos candidatos que duelavam pelo poder da presidência. Essa idolatria envolvia não somente a afetuosidade pelos disputantes, mas uma persistência em defender e proteger os princípios e convicções que eram permeados, isso ligado ainda a uma forte presença do espírito competitivo e do “medo em perder” para o outro lado.

Concernente a isso, na reportagem do jornal *Folha de Pernambuco*, profissionais da área da Psicologia relatam sobre uma incapacidade em escutar o outro, de compreender o que o outro defende em tempos eleitorais, referindo-se a uma necessidade particular das pessoas em estarem sempre certas, sob uma perspectiva afirmativa de que ‘a minha verdade é a única realidade’ (Castro, 2022). Vale considerar que, apesar de ser um cenário político-eleitoral com uma presença considerável de outros candidatos, desde o início, o duelo foi estabelecido entre estas duas frentes, dois partidos completamente distintos, rivais ideologicamente, historicamente e socialmente, impulsionando ainda mais a existência de sintomas ligados à ansiedade e à depressão, considerando o ambiente de antagonismo e incompatibilidade instaurado.

A esse respeito, nas reportagens de Casado (2022) e para a RFI publicada no portal *UOL* (2022) é possível perceber o potencial da influência ideológica na transformação de um conflito necessário em um estado de completo fanatismo. Nesse contexto, grupos que apoiam irrefletidamente uma ou outra bandeira partidária, estão associados, não coincidentemente, a um significativo índice de intolerância política e, em última instância, impossibilitam um diálogo harmônico sobre a realidade e configuram um cenário de violência na democracia brasileira, especialmente pelos “desincentivos à participação do eleitor e à sua busca por conhecimento político” (Rabello, 2023, p. 54).

A partir de tais tentativas de imposição de um dogmatismo político, a radicalização é capaz de colocar em xeque o direito à discordância, fazendo com que justificativas e argumentos sejam desvalorizados, a fim de que uma perspectiva, pregada como uma verdade inquestionável seja admitida integralmente pela população. Desse modo, esse fanatismo político é caracterizado como uma das grandes “chagas” que afetam o estado democrático e alimentam um contínuo conflito, fazendo com que a política deixe de ser uma via para a construção de estratégias visando à resolução dos impasses sociais e acabe adquirindo um perfil responsável pela divisão e estagnação social (Silva, 2023).

Nesse sentido, para Mendonça *et al.* (2022, p. 10) as *fake news* transformaram-se em uma ferramenta “útil” de operação no jogo eleitoral, confirmando que “o Brasil é, sem dúvida, um palco privilegiado da circulação de mentiras [...]”. Segundo Martins (2022), em *Correio Braziliense*, “as notícias são manipuladas para tocarem em pontos sensíveis para os eleitores, fazendo com que eles rejeitem por completo o lado oposto, podendo levar o público cada vez mais a lados extremos do espectro político”. Esse movimento fez com que houvesse uma necessidade de elaboração e publicação da Resolução nº 23.714/2022, que dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral, prevendo aos envolvidos multa e exclusão dos conteúdos inverídicos (Brasil, 2022).

Além disso, são desses movimentos de persuasão política que se manifestam os discursos de ódio, já que “[...] somos seres que amam e odeiam e, muitas vezes, quando as condições de vida pioram, torna-se psicologicamente econômico direcionar a raiva para algo ou alguém”, como considera Nogueira (2022, n.p) em *Veja Saúde*. Soma-se a isso o fato de grande parte da mídia possuir um caráter de subordinação identitária, ideológica e partidária a públicos específicos, em uma relação de fidelidade que reforça o círculo vicioso da polarização (Lattman-Weltman, 2022).

Se tratando de discursos discriminatórios e que instigam o ódio na população, o medo da violência neste período da história política brasileira também se evidenciou, considerando a não possibilidade de imparcialidade durante o processo eleitoral. Em *Periferia em Movimento*, Vitoria (2022) apresenta depoimentos de trabalhadores que auxiliavam na divulgação da candidatura de um dos políticos envolvidos, a maioria em virtude do ganho de uma renda extra, mas que viviam em constante ameaça e amedrontamento causado pela perseguição e violência verbal nas ruas, em meio ao cenário de disputa que se estabeleceu neste contexto. Dados incorporados a esta reportagem estimaram que “[...] 67,5% das pessoas entrevistadas disseram ter medo de sofrer alguma agressão física em razão de sua escolha política ou partidária” (Vitoria, 2022, n.p), além das que já foram vítimas e temiam que se repetisse, ou que essa violência pudesse tomar uma proporção maior.

Como o cenário vivenciado no contexto eleitoral brasileiro não oferecia margem à indecisão ou à possibilidade de concordância parcial entre os dois candidatos líderes da disputa, se o eleitor não apoiava, por exemplo, o candidato de direita, de forma automática era rotulado socialmente como defensor do candidato da esquerda, ou vice-versa, e, mesmo que quisesse negar tal posição, suas justificativas não eram validadas. O raciocínio social estava baseado em deduções, nas quais uma conclusão era concebida a partir de premissas subentendidas, que

incluíam aspectos socioeconômicos, ideológicos, religiosos etc. Outras vezes, o próprio ato de omitir os próprios interesses já se transformava em um motivo suficiente para que a exclusão acontecesse. Freud (1921; 2011) utiliza argumentos de Le Bon (1895) para questionar a influência exercida pela “massa psicológica” na vida psíquica do indivíduo. Isso ocorre a partir do estabelecimento de uma “alma coletiva”, ou seja, um agrupamento de partes distintas que quando soldadas adquirem uma nova identidade e que, a partir disso, passam a pensar, sentir e agir de maneira dissemelhante comparado a sua posição, anteriormente, isolada.

Em o *Campo Grande News*, Olliver (2022), descreve casos em que cidadãos sofreram com o rompimento de laços familiares a partir do momento em que se recusavam a explicitar publicamente suas preferências políticas; em outros relatos, pessoas precisavam substituir as roupas que vestiam, simplesmente pelo fato de sua cor coincidir com a temática adotada por um ou outro partido, situação em que correriam o risco de ser confundidos com eleitores adeptos a uma ideologia e/ou atacados por outra. Ao perceber estes fatores desencadeadores de sofrimento social no embate que marcou o ano de 2022, A mesma reportagem do *Campo Grande News*, demonstra o porquê das repentinas e desesperadas buscas por atendimento psicológico e demais serviços de saúde por grande parte da população, antes, durante e, principalmente, após o resultado final. O fato de se ter uma comunicação interrompida, ou pouco acessada, dentro de casa com a família, ou em uma roda de amigos, que possuem opiniões partidárias contrárias, seja qual for o motivo, implica na procura por alguém que vá lhe oferecer uma escuta e compreensão mais adequada. Isso relacionado, ainda, com os altos níveis de estresse e ansiedade, medo e insegurança, fanatismo e idolatria, que auxiliam progressivamente no aparecimento de sintomas de angústia e desprazer prejudiciais a uma plena saúde mental.

Assim, importante é sinalizar a potência adoecedora de uma omissão dos próprios valores e princípios em nome de uma tentativa de garantir uma convivência minimamente considerável no coletivo. Nota-se, sobretudo, a instauração de uma angústia generalizada que corrobora a construção de uma política do medo, medo de expressar-se, mas também medo do futuro incerto, comprometendo diretamente a saúde mental, como que uma descaracterização de si para livrar-se do incômodo social causado pela diferença. Sob um viés psicanalítico, Fernanda Zacharewicz, em uma reportagem do jornal *Correio Braziliense* (2022, n.p), menciona Freud para dizer que esse bloqueio ao direito das pessoas de se expressarem é “[...] um caminho danoso para se trilhar dentro da psique humana”, apontando para a necessidade e

importância do sujeito reconhecer sua própria singularidade e ter autonomia em suas relações sociais para apresentar seus próprios ideais.

Em vista disso, os níveis de ansiedade na população aumentaram significativamente e esta se tornou uma das principais queixas com as quais profissionais da saúde mental começaram a lidar na prática clínica, conforme Brandino (2022) apresenta em *O Estado de Minas*. Segundo ela, psicólogos e psiquiatras relatavam demandas de pacientes relacionadas a comentários preconceituosos, enfraquecimento das relações interpessoais, quebra de expectativas e sentimentos de angústia e/ou medo que, em última instância, poderiam trazer entre seus efeitos as crises de ansiedade. Sobre isso, percebe-se claramente a manifestação de sentimentos de solidão entre os eleitores que, apesar de integrarem grandes grupos de apoiadores políticos, muitas vezes eram levados ao afastamento dos seus próprios ciclos de amigos e familiares, em razão das variadas divergências nos relacionamentos.

Ademais, destacaram-se ainda as inúmeras notificações de casos de assédio moral e eleitoral em contextos de trabalho, em que os sujeitos eram extremamente expostos a situações constrangedoras decorrentes de suas preferências políticas, que poderiam ser divergentes dos interesses de seus colegas e superiores. Nascimento (2021) e Menezes (2023) caracterizam o assédio moral no ambiente de trabalho como uma das formas de violência praticadas por uma ou mais pessoas na intenção de fazer punir, amedrontar e ridicularizar o trabalhador com a criação de situações vexatórias que, em última instância, podem ser responsáveis por levar o empregado à demissão ou afastamento “espontâneo” do trabalho, com riscos do desenvolvimento de um adoecimento ocupacional. Nesse contexto, Menezes (2023) relaciona a prática do chamado assédio eleitoral com o período do coronelismo, afirmando que o autoritarismo empresarial praticado no contexto das eleições poderia ser comparado às posturas dos senhores de engenho, marcadas por práticas de abuso dos direitos do indivíduo diante das expectativas nas pesquisas de intenção de voto.

Diante disso, a ameaça à permanência do trabalhador em seu posto – que implicava diretamente na garantia de sua subsistência – ou o ato de conceder premiações àqueles que respondiam conforme os interesses da chefia, poderiam se relacionar à lógica do “voto de cabresto”, característico da coerção moral pelas autoridades coronelísticas. Tal situação transpõe um retrocesso social, mesmo que o assédio eleitoral esteja previsto como crime na Lei nº 4.737 de 1965, que Institui o Código Eleitoral Brasileiro (Brasil, 1965).

Como exemplo, fontes de dados do *GI* (2022) mostraram que até às vésperas do segundo turno das eleições, o Ministério Público do Trabalho já havia registrado números de denúncias que aumentavam em 450% as notificações de assédio eleitoral, quando comparado ao cenário político de 2018 no Brasil. Ainda, Cunha (2022) em *Valor Investe*, indica que os efeitos incluem também desmotivação, baixa produtividade dos trabalhadores e comprometimento do clima organizacional da equipe, gerando um esgotamento mental coletivo. Nesses casos, é possível perceber o desafio na manutenção de um ambiente de trabalho saudável entre os colaboradores, agravado pelo caráter agressivo adquirido pelos meios midiáticos e suas informações fragmentadas, a partir das quais a baixa tolerância dos eleitores às frustrações da campanha se manifestava com sabotagens, calúnias e difamações publicamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações e apontamentos descritos nas leituras e aqui já discutidos, observa-se a acentuada existência de um adoecimento psíquico e mental causado pelas eleições presidenciais de 2022 no Brasil. Adoecimento este, que é historicamente permeado na sociedade política, mas que ganhou destaque neste período eleitoral mais recente, por elucidar a rivalidade, a persuasão, o embate entre dois partidos completamente opostos e um conflito social em que cada indivíduo defende friamente seus ideais, os quais eram ligados a um determinado candidato e/ou campanha.

Somado a esse espírito antagônico e de polarização política, outros fatores também ganharam evidência em se tratar de impactos emocionais e psicológicos entre os votantes, como os sentimentos de incerteza, dúvida e medo do resultado final, implicando, sobretudo, no desenvolvimento de sintomas acentuados de ansiedade e estresse. Assim como ocorrera no contato com a desinformação e com as *fake news*, disseminadas incansavelmente na sociedade e que acabam por atingir aqueles mais vulneráveis ao conhecimento das informações verídicas e desesperados por quererem estar do lado certo, ao mesmo tempo em que se sentiam inseguros com a massiva onda de obscurantismo implicados à população. Outros fatores relacionam-se com o atravessamento emocional e afetuoso pelos candidatos, no mesmo sentido em que as tensões entre famílias com pensamentos contrários e princípios divergentes foram colocadas em níveis bastante elevados de cansaço mental e psicológico neste cenário político.

Assente a essas condições e ao reconhecimento do que foi o cenário instaurado em meio à disputa presidencial de 2022, se torna válido também elucidar sobre as estratégias de

autocuidado, de limitar o tempo gasto nas redes sociais, por exemplo, buscando informações de fontes confiáveis, participando de conversas construtivas e, se for cabível, procurar por apoio profissional, a fim de que se possa, minimamente, lidar com este impacto na saúde mental em tempos de grandes conflitos eleitorais como este.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, A. C.; TERRON, S. L. O Brasil é realmente um país polarizado? Análise das eleições presidenciais de 1989 a 2018. **Estudos Avançados**, v. 36, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARRETO, M. M. O sofrimento mental causado pela disputa política. **Extra Classe** [17/11/2022]. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/saude/2022/11/o-sofrimento-mental-causado-pela-disputa-politica/>. Acessado em: Nov. 2023.

BRANDINO, G. Sofrimento mental ligado a política aumenta na reta final da campanha. **Estado de Minas** [18/10/2022]. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2022/10/18/interna_bem_viver,1408721/sofrimento-mental-ligado-a-politica-aumenta-na-reta-final-da-campanha.shtml. Acessado em: Nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Brasília: Planalto, 1965. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acessado em: Nov. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2630, de 2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944#:~:text=Estabelece%-20normas%20relativas%20%C3%A0%20transpar%C3%Aancia,do%20poder%20p%C3%BAblico%2C%20bem%20como>. Acessado em: Out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 23.714, de 20 de outubro de 2022**. Dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral. Brasília: Planalto, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2022/resolucao-no-23-714-de-20-de-outubro-de-2022>. Acessado em: Nov. 2023.

CASADO, J. Intolerância política dificulta a conversa entre os eleitores sobre o país. **Veja** [12/07/2022]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/intolerancia-politica-dificulta-a-conversa-entre-os-eleitores-sobre-o-pais>. Acessado em: Out. 2023.

CASTRO, T. Eleições e saúde mental: o adoecimento psíquico da população durante o período eleitoral. **Folha de Pernambuco** [29/10/2022]. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/eleicoes-e-saude-mental-o-adoecimento-psiquico-da-populacao-durante-o/245157/>. Acessado em: Out. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. Saúde mental e política: a representação do ódio na psique humana. **Correio Braziliense** [18/08/2022]. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.c>

om.br/ciencia-e-saude/2022/08/5030328-saude-mental-e-politica-a-representacao-do-odio-na-
psique-humana.html. Acessado em: Out. 2023.

CUNHA, G. Casos de assédio eleitoral e 'torta de climão' entre colegas: como lidar com o saldo das eleições?. **Valor Investe** [24/10/2022]. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2022/10/24/casos-de-assedio-eleitoral-e-torta-de-climao-entre-colegas-como-lidar-com-o-saldo-das-eleicoes.ghml>. Acessado em: Out. 2023.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu. *In*: FREUD, S. **Obras completas – volume 15**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obra original publicada em 1921).

FREUD, S. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *In*: FREUD, S. **Obras completas – volume 14**. São Paulo: Imago. p. 282-297. (Obra original publicada em 1915).

G1 – O Portal de Notícias da Globo. **Número de denúncias de assédio eleitoral aumenta com a proximidade do segundo turno**. G1 [22/10/2022]. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/22/numero-de-denuncias-de-assedio-eleitoral-aumenta-com-a-proximidade-do-segundo-turno.ghml>. Acessado em: Nov. 2023.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e eleições 2022: comunicação e política em contexto de alta e previsível imprevisibilidade. *In*: INÁCIO, M.; OLIVEIRA, V. E. (Orgs.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022. p. 87-105.

MARTINO, D. M.; DUNKER, C. I. L. Sofrimento e Identificação no Neoliberalismo: os batalhadores brasileiros e a "virada conservadora" nas eleições presidenciais de 2018. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, ano XV, n. 2, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1837-9/2176-4891.2023v15n2.p.3>. Acessado em: Jun. 2024.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, T. Fake news nas eleições mudaram o debate público, avaliam especialistas. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/holofote/2022/11/5051190-fake-news-nas-eleicoes-mudaram-o-debate-publico-avaliam-especialistas.html>. Acessado em: Out. 2023.

MENDONÇA, R. F. *et al.* Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política. **Dados**, vol. 66, n. 2, 2022.

MENEZES, K. D. S. M. **Assédio eleitoral no ambiente de trabalho**: uma análise sobre o voto de cabresto e a violência psicológica nas relações trabalhistas. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Ariquemes: UNIFAEMA, 2023.

NASCIMENTO, J. S. **Assédio moral no ambiente de trabalho** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). São Paulo: UNICID, 2021.

NOGUEIRA, F. As eleições, o ódio e a nossa saúde mental. **Veja Saúde** [07/09/2022]. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/as-eleicoes-o-odio-e-a-nossa-saude-mental>. Acessado em: Out. 2023.

OLLIVER, N. Em Campo Grande, eleitores relatam impacto emocional nocivo nas eleições. **Campo Grande News** [29/10/2022]. Disponível em: <https://www.campograndenews.com>

om.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/em-campo-grande-eleitores-relatam-impacto-emocional-nocivo-nas-eleicoes. Acessado em: Out. 2023.

RABELLO, V. K. **Comportamento Eleitoral**: Revisão bibliográfica acerca das eleições, dos eleitores e do voto (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais). Florianópolis: UFSC, 2023.

SILVA, R. S. **Fanatismo político**: a chaga que antagoniza o Estado Democrático de Direito (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Ariquemes: UNIFAEMA, 2023.

SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

UOL. Universo On-Line. **Crimes de ódio e intolerância política entram para a história da eleição mais violenta do pós-ditadura no Brasil**. UOL [27/09/2022]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/09/27/crimes-de-odio-e-intolerancia-politica-entram-para-a-historia-da-eleicao-mais-violenta-do-pos-ditadura-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: Out. 2023.

VALLE, V. S. M. Eleições 2022 e aproximações entre identidade religiosa e identidade política brasileira: Hipóteses e considerações. **Revista Protesto e Carisma**, v. 3, n. 5, junho, 2023.

VITORIA, J. Discurso de ódio nas eleições impacta saúde mental de quem faz panfletagem nas ruas. **Periferia em Movimento** [28/09/2022]. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/saudeemocional092022/>. Acessado em: Out. 2023.

CAPÍTULO 20

O QUE É NOTÍCIA NO INSTAGRAM: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL DE TRÊS GRANDES REDES DE COMUNICAÇÃO¹⁵

Rodrigo Daniel Levoti Portari

RESUMO

Este artigo investiga como Folha de S.Paulo, G1 e CNN Brasil definem e enquadram acontecimentos jornalísticos no Instagram, analisando estratégias de publicação, frequência de postagens e tipos de conteúdo. Por meio de uma abordagem comparativa, discute-se o impacto dos algoritmos e do consumo personalizado na visibilidade das notícias, bem como a convergência midiática e a interação com o público. Conclui-se que a definição de acontecimento varia conforme cada veículo, evidenciando diferentes prioridades editoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Redes sociais; Instagram; Acontecimento; Plataformas Digitais.

1 INTRODUÇÃO

A produção jornalística vem sofrendo intensas mudanças ao longo dos anos, sobretudo no século XXI, com o avanço da Internet, que inaugurou novas possibilidades de conteúdo e formatos. Essas transformações aceleraram o ritmo das redações e demandaram adaptações profundas. A Internet e suas plataformas de interatividade e conectividade lideraram esse processo de renovação no fazer jornalístico.

Mielniczuk (2003) descreve um percurso histórico que esclarece essa evolução. Ela identifica três gerações do jornalismo na web a partir de 1995. Na Primeira Geração, havia mera transposição de conteúdo impresso para o digital, sem adequar linguagem ou estética. “Esse material era atualizado a cada 24 horas...” (Mielniczuk, 2003, p. 32). Já na Segunda Geração, ao final dos anos 1990, surgem as primeiras tentativas de explorar os recursos específicos da Internet, como links, e-mail, fóruns e hipertexto (Idem, Ibid, p. 34).

Nos primeiros anos de 2000, o webjornalismo avança tecnicamente e amplia sua base de usuários. Melhores conexões, maior capacidade de armazenamento e novas plataformas permitiram o uso intensivo de fotos, vídeos, sons, cores e textos, consolidando o jornalismo nas redes. A tese de Mielniczuk cobre essa evolução até 2004, mas desde então o processo se

¹⁵ Pesquisa com apoio de bolsa BPO concedida pelo Edital 11/2022 PAPq/UEMG.

intensificou. Para além das melhorias técnicas e das redações integradas, a chegada das redes sociais e seu rápido crescimento impuseram aos meios de comunicação a necessidade de também se estabelecerem nesses ambientes. Estamos falando da era de sites e plataformas como Orkut (lançado em 2004 e finalizado em 2014), YouTube (2005), Twitter (lançado em 2006, agora X), Facebook (2004), Instagram (2010), SnapChat (2011), entre tantas outras.

Nesses espaços o usuário comum passa a não apenas consumir conteúdos, mas a produzir, comentar, compartilhar, recomendar ou desaprovar os conteúdos gerados por outros usuários. A dinâmica das redes sociais é a da interatividade e as empresas que estão por detrás de suas programações se dedicam a criar algoritmos para oferta de conteúdos que prendam a atenção do usuário o maior tempo possível. Em contrapartida, o lucro vem com postagens pagas por empresas e venda de anúncios, tornando esse ambiente altamente lucrativo.

Para além de conectar amigos e familiares, as redes sociais se transformaram em palco de disseminação de informações. A possibilidade desse contato direto e próximo com sua audiência fez com que, naturalmente, as empresas jornalísticas também se fizessem presentes nesse ambiente. Seja como uma forma de sustentação de suas marcas ou como produtoras de conteúdo, as empresas estão postando informação e notícias várias vezes por dia nessas redes.

A partir dessa constatação e, levando em consideração o fato das redes sociais, em especial a plataforma Instagram, terem sido criadas com o intuito de conectar pessoas e, num primeiro momento, não para serem disseminadoras de notícias e informações, passamos a acompanhar três grandes portais de notícias com atuação no Brasil a fim de compreender como se dá esse trabalho de disseminação de conteúdo jornalístico a partir da rede social a partir da perspectiva do acontecimento. Desta forma, as perguntas norteadoras do presente estudo foram: como se dá a noção de jornalismo para grandes conglomerados de mídia na rede social Instagram a partir da propagação de conteúdos em suas redes? Como esses conteúdos são enquadrados nessa rede?

2 REDE SOCIAL E A PERSPECTIVA DE ACONTECIMENTO

O Instagram, como a própria plataforma define, trata-se de um aplicativo para compartilhamento de fotos e vídeos, surgindo principalmente como uma ferramenta de entretenimento e conexão de pessoas pela Internet a partir do princípio de rede social. A plataforma define seus usos num espaço onde:

As pessoas podem carregar fotos ou vídeos em nosso serviço e compartilhá-los com seguidores ou com um grupo restrito de amigos. Elas também podem ver, comentar e curtir publicações compartilhadas por amigos no Instagram. Qualquer pessoa com 13

anos ou mais pode criar uma conta ao registrar um endereço de e-mail e selecionar um nome de usuário (Instagram, 2022).

Apesar de ser um aplicativo originariamente surgido para *smartphone*, a aplicação pode ser acessada também por computadores ou dispositivos conectados à Web.

Desde a sua popularização, grandes conglomerados de mídia se valeram da oportunidade de se conectar com o público e levar informação para uma plataforma que visava ser entretenimento ou ponto de exibição da vida social entre seus usuários e outros que estão conectados na plataforma.

Assim, perfis voltados para o conteúdo noticioso passaram a ser criados e, a partir das ferramentas ofertadas pela plataforma, passaram a se valer das possibilidades desse meio para divulgar notícias. Em buscas por pesquisas acerca do tema, encontramos artigos e teses que se debruçam principalmente sobre as formas de uso da plataforma, como em Rodrigues e Rocha *et al.* (2018); Ribeiro e Simon *et al.* (2021), Assis (2020), Valiati e Silveira *et al.* (2021), Sanchotene e Porciuncula (2020), entre outros.

Em comum, todas estas pesquisas centram-se principalmente no uso da plataforma a partir de ferramentas como os “stories”, uma seção da aplicação que permite o compartilhamento de conteúdo que se apaga automaticamente em 24 horas, o que tem dado vazão ao que parte dos autores consideram, inspirados em Bauman, como um jornalismo líquido, que não se fixa ou registra a história para o futuro, esvaindo-se no prazo de horas, criando uma antítese ao que se pretendia com o jornalismo impresso, onde o registro histórico e memória fazem parte de seu modo de fazer.

No entanto, as produções apontam para a necessidade do jornalismo em se reinventar e, para isso, como já observava Fausto Neto (2005), no processo de midiatização o jornalismo também se adequa a esse novo cenário de interação entre leitor e meio noticioso. As redes sociais e o Instagram centram-se principalmente na interação, que se adapta a cada nova evolução da plataforma.

Um lugar onde há uma interação digital a todo instante. É nesse contexto que entramos nessa nova forma do jornal/mídia constituir um vínculo com o seu leitor. A cada ano ocorrem diversas transformações, novas formas de atrair a confiança e a fidelização do leitor. São múltiplos hábitos que estão imbricados nesse processo de propagar as notícias, através de uma estrutura de mídia que muda a cada dia (Sanchotene; Porciuncula, 2020, p. 103).

Some-se a isso o contexto da convergência midiática, onde os meios noticiosos se valem das diversas plataformas existentes para estar em contato com seu leitor. Assim, portais como G1, BBC Brasil, CNN Brasil, Folha de S.Paulo, entre outras empresas que tradicionalmente já

existiam antes mesmo das redes sociais, passam a agregar mais esse serviço de propagação de notícias em sua carta de serviços noticiosos.

Com a convergência midiática, a rede social deixa de concorrer isoladamente com os conteúdos televisivos, impressos ou já disponíveis nos websites das empresas. Em vez disso, converte-se em mais um canal de ampliação e difusão desse material. Embora a presença dos conteúdos no Instagram seja independente daqueles que circulam em outras plataformas, também se conecta diretamente a eles, como assinala Henry Jenkins:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de experiências de entretenimento que desejam. [...] Meu argumento aqui será contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. A convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos (Jenkins, 2008, p. 29).

Em suas análises sobre empresas de entretenimento, Jenkins mostra como o conteúdo pode se expandir por diferentes mídias e, ainda assim, manter sentido mesmo isolado. Posteriormente, ele descreve a “Cultura da Conexão”, fase em que a interação e a criação de conteúdos pelos usuários, a partir da grande mídia, formam um modelo cultural no século XXI. Apesar das possibilidades abertas pela internet e pelas redes sociais, grandes veículos ainda definem boa parte do que se difunde.

No entanto, quando enfocamos a propagabilidade não estamos nos pronunciando contra a criação de destinos on-line; reconhecemos que tanto os criadores como o público se beneficiam de uma base central para sua marca ou conteúdo, quer para servir a um modelo de negócio ou simplesmente para ter um local fácil de achar. Afinal de contas, os canais de mídia de massa ainda são recursos valiosos para se espalhar informação e compartilhar conteúdos de grande interesse comum, dado seu alcance muito largo (Jenkins; Ford *et al.*, 2014).

Embora Jenkins e colaboradores enfoquem produções de entretenimento que mobilizam bases de fãs, essa lógica também se aplica ao jornalismo. Conteúdos jornalísticos ressoam fortemente nas redes e envolvem grandes públicos. Em 23 de fevereiro de 2025, por exemplo, a Folha de S.Paulo reunia 3,8 milhões de seguidores no Instagram, a CNN Brasil 4,7 milhões, a BBC Brasil 3,9 milhões e o G1 somava 9,8 milhões. Todos pertencem à “grande mídia” (com rádios, impressos, canais de TV e websites) e atraem vastas audiências online.

Diante disso, surge uma questão central: como esses conglomerados definem um acontecimento jornalístico para seus seguidores, levando em conta recursos como feed, stories e reels, e de que forma enquadram e significam essas notícias para seu público?

Para isso, é necessário compreender a noção de acontecimento e hoje já há uma ampla base sólida sobre como o conceito de acontecimento pode ser tratado no âmbito do jornalismo, tal como encontramos em Simões (2011; 2018; 2016), Vaz (2009; 2011), Quéré (2005; 2006; 2011), Antunes (2008; 2013), Arquembourg (2005; 2011), Benetti e Fonseca (2011), Leal, Antunes e Vaz (2011), Vogel, Meditsch e Silva (2016), Mouillaud (2012), Charaudeau (2006), entre outros.

Na presente proposta, pautamo-nos principalmente em Vera França, para quem: “Acontecimento, numa perspectiva pragmatista, refere-se a uma ocorrência, um fato concreto do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provoca ações, este fato convoca e revela sentidos, que dizem da sociedade na qual ele ocorre” (França, 2017, p. 73-74).

A autora prossegue destacando os diversos sentidos que a palavra acontecimento já assumiu para o jornalismo, seja para designar a elaboração discursiva da notícia como para entender o jornalismo como uma das gramáticas da escrita do social no mundo. No entanto, França chama a atenção para o conceito de acontecimento adotado por Louis Quéré, para quem acontecimento são ocorrências do mundo que, antes mesmo de serem simbolizados, traduzidos e enquadrados em notícia, tem o poder de afetação.

Nessa perspectiva, todo acontecimento traz consigo um poder de afetação dos indivíduos, responsável por demarcar as interações sociais entre as pessoas e o cotidiano que os cerca. Acontecimentos, então, são inesperados que, quando emergem no tecido social desorganizam e reorganizam o mundo. Desta forma, a interpretação do mundo onde se está é ressignificado constantemente a partir dos ocorridos. Essa visão pragmatista do acontecimento permite operacionalização e criação de quadros de sentido que auxiliam na compreensão de como os meios jornalísticos definem ou não o que é um acontecimento para as suas redes sociais, levando em consideração todos os aspectos mencionados anteriormente, tais como a possibilidade de interação direta e considerando a finalidade primeira para a qual essas redes foram criadas, que é a do compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários.

Vale ressaltar que, como qualquer outro operador teórico-metodológico, o acontecimento deve dialogar com a empiria da pesquisa, em um processo de mútua compreensão e mútuo enfrentamento, não sendo utilizado como amarra ou simples aplicação. Do contrário, enfraquece a sua potencialidade analítica para tornar-se um instrumento burocrático (França, 2017, p. 76).

Confrontando essa noção com a empiria, a análise dos conteúdos noticiosos no Instagram nos permite compreender como a grande mídia define quais fatos irão circular como

notícias e, a partir disso, compreender os movimentos adotados por cada uma delas no sentido de afetar a vida de seus internautas. Essa é uma característica importante, já que olhar os conteúdos a partir da noção de acontecimento nos permite ter elementos teóricos interessantes e importantes para compreender a circulação de sentidos a partir dos enquadres feitos nesses perfis.

Ao olhar para essas diferentes movimentações de sentidos dos acontecimentos e ao eleger as materialidades a partir das quais eles podem ser analisados, o pesquisador buscará perceber os sentidos em circulação, suas variações, formatações e contradições, analisando o que eles revelam sobre o acontecimento em si e, a partir dele, o que apresentam da sociedade. Dessa maneira, é possível identificar o que foi evocado ou perturbado pelo acontecimento e quais seus desdobramentos, os horizontes que descortina e para onde ele aponta (França, 2017, p. 77).

A autora faz referência também à potencialidade do acontecimento para auxiliar na compreensão do “mundo da vida” a partir da fenomenologia de Schtuz, apontando que a mídia jornalística permite enquadrar e dar sentido aos acontecimentos, reposicionando os receptores a partir dessa perspectiva. Assim, há vários potenciais a que se pode analisar os acontecimentos enquadrados pelo jornalismo, tais como o “potencial de atualidade”; “potencial de socialização” e “potencial de imprevisibilidade” (Vaz; França, 2011).

Desta forma, recorreremos o conceito de enquadramento tratado em Goffman (2012) para quem, a partir do conceito inicialmente cunhado por Gregory Bateson, o enquadramento pode ser pensado como um conceito que opera e gera indicadores de análises, ou seja, a partir do entendimento em como as grandes corporações jornalísticas enquadram os seus conteúdos divulgados no Instagram, será possível identificar indicadores de análises e como os conteúdos apresentados nessa rede são interpretados para seus seguidores.

Nesse sentido, na visão de Bateson, todo enquadre é metacomunicativo e toda metacomunicação define um enquadre (Jenkins, 2008, p. 99). Isso significa que todo enquadramento permite indicar o tipo e a natureza da interação entre os interlocutores em determinada situação. Ao mesmo tempo, toda mensagem que faça referência à natureza da relação entre os sujeitos delimita um enquadre que permite compreender a situação ali delineada, assim como as regras implícitas que orientam as ações dos sujeitos (Fabrino; Simões, 2012, p. 2).

Esses quadros de sentido só podem ser mobilizados através de um contexto de interação social, ou seja, não são dados previamente para os participantes da interação, porém, se fazem sentidos quando há o processo comunicativo. Nessa perspectiva, a plataforma Instagram, como rede social e espaço de compartilhamento de experiências sociais, faz com que os meios de comunicação também enquadrem seus conteúdos noticiosos a partir desse contexto.

Os formatos oferecidos pela plataforma, como linha do tempo, *stories* ou *reels*, além da limitação do número de caracteres na legenda (2.200 caracteres por postagem na linha do tempo) e limitação de tempo nos vídeos, são condicionantes para o enquadramento das notícias.

O contexto em que se dá esse enquadre comunicativo pode, ainda, influenciar na noção daquilo que irá ser considerado como acontecimento capaz de afetar seus seguidores e provocar reinterpretações do “mundo da vida”.

Trata-se de uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio do encontro de sujeitos em uma situação. Para o sociólogo, os atores não são completamente livres e independentes no engajamento interacional. Eles são configurados pela situação, que os precede embora eles atuem sobre ela. A microsociologia de Goffman não é uma apologia das agências individuais, mas o reconhecimento de que essas agências se conformam no interior de situações concretas e específicas, ao mesmo tempo em que as transformam (Fabrino; Simões, 2012, p. 190).

Desta maneira, a perspectiva sobre notícia e acontecimento também sofrerá alterações a partir do jornalismo nas redes, levando em consideração a situação de forma e conteúdo a serem escolhidos para a interação com os seguidores a fim de responder a esses internautas a clássica questão proposta por Goffman: “O que está acontecendo aqui?”.

3 PERSONALIZAÇÃO DE CONTEÚDO E SEUS IMPACTOS EDITORIAIS

As redes sociais integram o cotidiano há mais de uma década, com uso cada vez mais intenso. Estudos indicam que os brasileiros passam em média 3h43 diárias on-line, boa parte em redes sociais. O Instagram ganhou destaque, sobretudo entre adultos de 20 a 35 anos. Hoje, soma 2 bilhões de usuários ativos ao dia, e o Brasil ocupa o terceiro lugar em adesão. Cerca de 46% dos brasileiros o mantêm na tela inicial do celular e 30% passam ali mais tempo do que em qualquer outra plataforma, fazendo dele o segundo aplicativo mais usado, atrás apenas do WhatsApp.

Nesse cenário, grandes empresas jornalísticas não veem o Instagram apenas como estratégia de marketing, mas como parte de uma convergência de conteúdo. Surge, então, a questão de como esses conglomerados operacionalizam e enquadram acontecimentos, considerando recursos e limitações da plataforma. Vale notar que redes como Instagram e Facebook são regidas por algoritmos, personalizando o consumo e alterando a lógica da transmissão: o usuário decide o que ver ou ignorar, situação distinta da TV, na qual o emissor controla a ordem do conteúdo. Esse volume massivo de postagens, aliado à autonomia do público, impõe ao jornalismo novos desafios.

As decisões editoriais se adaptam a essas condições. Charaudeau argumenta que a comunicação midiática oscila entre “fazer saber” e “fazer sentir”, buscando atrair audiência

para sobreviver à concorrência. Para isso, os meios devem repensar o conceito de “acontecimento jornalístico” e apropriar-se das redes para aproximar-se do público. Contudo, enfrentam também a disseminação de desinformação, o que exige rigor e credibilidade para corresponder às expectativas de milhões de seguidores.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o estudo em questão, foi realizada uma coleta direcionada de postagens do Instagram, focando em três grandes veículos de comunicação brasileiros: Folha de S.Paulo, G1, e CNN Brasil. A escolha desses veículos foi motivada pela representatividade e influência que possuem no jornalismo nacional, oferecendo uma visão ampla das práticas de mídia em plataformas sociais. A coleta foi realizada no mês de novembro de 2023, sendo o mês determinado em razão do cronograma de pesquisa.

As postagens foram extraídas diretamente dos perfis públicos dos veículos no Instagram. Cada postagem foi analisada em termos de quantidade, tipo de conteúdo, categoria editorial e elementos visuais. A análise comparativa visou identificar diferenças e semelhanças nas estratégias editoriais e no enquadramento de notícias. Para cada postagem, foram registrados os seguintes dados:

Identificação do Post: Número sequencial atribuído a cada post para facilitar a análise.

Data de Postagem: Confirmada para garantir que todas as postagens analisadas pertenciam ao mesmo dia.

Nome da Mídia: Identificação do veículo de comunicação responsável pela postagem.

Tipo de Conteúdo: Classificação do post (foto única, carrossel de imagens, vídeo, etc.).

Texto do Post: Transcrição completa do texto que acompanha a imagem ou vídeo.

Link URL: URL direto para a postagem, permitindo revisões futuras ou verificações adicionais.

Elemento Visual: Descrição breve dos elementos visuais principais da postagem.

Categoria de Post: Categoria atribuída baseada na natureza do conteúdo (factual, entrevista, entretenimento, etc.).

A análise foi dividida em várias partes focadas em aspectos específicos:

Quantidade de Postagens: Determinação do volume de conteúdo produzido por cada veículo no dia selecionado. Isso oferece uma medida básica da atividade editorial e de engajamento proposto aos seguidores.

Tipos de Conteúdo: Avaliação das modalidades de conteúdo utilizadas, como imagens, vídeos e carrosséis. Essa análise ajuda a entender as estratégias de engajamento visual e interativo adotadas pelos veículos.

Categorias de Postagens: Classificação das postagens em categorias editoriais para investigar o foco temático e o tratamento dado aos diferentes tipos de notícias ou informações.

Diferenças nos Conteúdos Publicados: Análise comparativa entre os veículos para identificar diferenças e semelhanças nas escolhas editoriais, enquadramento de notícias e abordagens visuais.

5 RESULTADOS ENCONTRADOS

Durante o mês de novembro de 2023, houve uma variação notável na frequência de postagens entre os três veículos de comunicação:

Folha de S.Paulo: Com 311 postagens, a Folha de S.Paulo demonstra um nível de atividade relativamente alto. Este volume pode indicar uma estratégia de saturação, onde a tentativa é cobrir uma gama ampla de tópicos ao longo do dia para manter os seguidores continuamente engajados e informados. Este approach pode ser reflexo de uma política editorial que prioriza a abrangência e a atualização constante das notícias.

CNN Brasil: A CNN Brasil, com 183 postagens, escolhe uma abordagem intermediária. Esta quantidade sugere um equilíbrio entre manter o público informado sobre os principais eventos do dia e evitar a saturação de conteúdo. Pode refletir uma estratégia que busca otimizar o engajamento por meio de conteúdo mais selecionado e talvez mais profundamente desenvolvido, o que poderia levar a uma maior interação por postagem em comparação com uma estratégia de maior volume.

G1: Com 124 postagens, o G1 adota uma estratégia mais conservadora ou seletiva. Esta abordagem pode indicar uma preferência por postagens que cobrem eventos de significativa importância ou relevância, evitando o excesso de informação. Essa tática pode ser projetada para atrair um público que prefere atualizações menos frequentes, mas mais substanciais.

6 IMPLICAÇÕES DAS ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO

A análise das postagens revela distintas noções de acontecimento refletidas nas estratégias editoriais. Folha de S.Paulo e CNN Brasil tendem a adotar uma abordagem mais tradicional e factual, focando na cobertura de eventos atuais e notícias de importância pública significativa. Este foco em jornalismo factual é fundamental para manter a seriedade e a credibilidade jornalística, visando um público que valoriza uma reportagem detalhada e bem fundamentada.

Por outro lado, o G1 incorpora quantidade maior de conteúdo de entretenimento em suas postagens. Esta inclusão pode ser vista como uma estratégia para alcançar uma audiência mais ampla e diversificada, atraída não só pelas notícias, mas também por conteúdos mais leves e engajadores. Esta abordagem pode ser particularmente eficaz no Instagram, uma plataforma que tradicionalmente favorece interações mais rápidas e visuais.

A diferença nas abordagens sobre o que constitui um "acontecimento" tem implicações significativas para a percepção dos internautas. Usuários do Instagram, influenciados pelo tipo de conteúdo que consomem, podem desenvolver diferentes entendimentos sobre a importância e relevância dos eventos reportados.

Enquanto um público pode valorizar a profundidade e seriedade da cobertura factual oferecida pela Folha de S.Paulo e CNN Brasil, outro segmento pode apreciar a abordagem mais diversificada do G1, que mescla notícias com entretenimento. Este último pode ser percebido como mais acessível e menos exigente em termos de compromisso de atenção.

A noção de acontecimento não se limita apenas a reportar o que aconteceu, mas também inclui como a história é contada. O G1, ao incorporar elementos de entretenimento, pode apresentar eventos de maneira que ressoe de forma diferente, potencialmente.

A maneira como o acontecimento é apresentado pode afetar diretamente o engajamento do internauta. Postagens que combinam informações com entretenimento podem gerar mais interações, como curtidas e comentários, o que por sua vez influencia o algoritmo da plataforma, aumentando a visibilidade desses posts.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou estratégias editoriais distintas nos perfis de Folha de S.Paulo, CNN Brasil e G1:

Folha de S.Paulo: Ao postar mais frequentemente, tenta manter uma presença constante e abrangente, cobrindo uma ampla gama de tópicos, considerando principalmente o fato de ser um jornal impresso que circula fisicamente a cada 24 horas e, para não perder a atualidade, mantém uma frequência de postagens maior que os demais analisados.

CNN Brasil: Equilibra a quantidade e a qualidade, buscando maior profundidade em cada postagem, sendo suas postagens todas focadas em notícias, porém, incentivam maior interação dos usuários em seus comentários ou compartilhamentos.

G1: Adota uma abordagem mais seletiva sobre as notícias, focando em conteúdo substancial que possa atrair um público específico. Os demais posts versam sobre o entretenimento televisivo (novelas e outros produtos de sua programação), diversificando a sua audiência.

Essas diferenças afetam diretamente a forma como os seguidores percebem e atribuem relevância aos acontecimentos. O ambiente personalizado e mediado por algoritmos no Instagram exige que as empresas jornalísticas ajustem suas estratégias para manter engajamento e credibilidade.

As postagens que unem informação e recursos visuais interativos tendem a gerar maior envolvimento, elevando sua visibilidade. Diferentemente da mídia tradicional, em que o emissor controla o fluxo de conteúdo, a autonomia do usuário para escolher o que vê, e quando vê, cria novos desafios, como a concorrência com outros tipos de conteúdo e a desinformação circulante.

Nesse sentido, a definição de acontecimento jornalístico nas redes sociais não se limita a reportar fatos; envolve também a forma de apresentar e contextualizar essas notícias. Os resultados mostram como cada veículo equilibra prioridades editoriais e adaptação às dinâmicas interativas do Instagram, ressaltando que o jornalismo atual demanda estratégias mais atentas à lógica algorítmica e à participação ativa do público.

As postagens que combinam informações com elementos visuais atraentes e interativos tendem a gerar mais engajamento, como curtidas, comentários e compartilhamentos. Isso, por sua vez, aumenta a visibilidade na plataforma, influenciada pelos algoritmos do Instagram.

Desta forma, a definição de acontecimento jornalístico nas redes sociais vai além de reportar fatos; envolve também como esses fatos são apresentados e contextualizados para o público. As diferentes estratégias adotadas pelos veículos de comunicação refletem suas

prioridades editoriais e suas tentativas de se adaptar às dinâmicas de uma plataforma digital interativa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. A atualidade no discurso jornalístico. **Revista Contemporânea**, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: http://www2.fafich.ufmg.br/gris/images/elton_acocontecimento_temporalidade.pdf. Acessado em: Jul. 2025.

ANTUNES, E.; FONSECA, A. C. O contexto como acontecimento: modos de construção do texto na experiência jornalística de organizações não-governamentais. **Animus**, v. 12, p. 243-262, 2013.

ARQUEMBOURG, J. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. **Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 109-112, 2005.

ARQUEMBOURG, J. Nascimento do acontecimento mediático moderno: o desastre de Lisboa. **Caleidoscópio**, v. 10, p. 41-58, 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3704/2485>. Acessado em: Jul. 2025.

ASSIS, I. P. **Notícia autodestrutiva**: uma proposta de conceito jornalístico presente nas Stories do Instagram e no Snapchat. In: Congresso brasileiro de ciências da comunicação (INTERCOM), 43., 2020, Virtual. Trabalho apresentado no... Virtual: Intercom, 2020. p. 1-10.

BROSIUS, H. B.; WEIMANN, G. Who sets the agenda? Agenda-setting as a two-step flow. **Communication Research**, v. 23, n. 5, p. 561-580, 1996.

CHARAUDEAU, P. **O discurso da mídia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FABRINO, R.; SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 29, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/>. Acessado em: Jul. 2025.

FAUSTO NETO, A. **Midiatização, prática social – prática de sentido**. In: Encontro da rede prosul: comunicação, sociedade e sentido. 2005, São Leopoldo. Anais do Encontro da Rede Prosul: Comunicação, Sociedade e Sentido. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

FRANÇA, V. **Acontecimento e afetos**: uma perspectiva pragmatista. São Paulo: Editora, 2017.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: An Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeastern University Press, 2012.

INSTAGRAM. **Sobre o Instagram**. [S. l.], [20--?]. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br>. Acessado em: 28 jul. 2025.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREENE, J. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.

MIELNICZUK, L. **Webjornalismo**: uma nova prática jornalística? 2003. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-75, 2005.

QUÉRÉ, L. Entre fait et sens, la dualité de l'événement. **Revue Reseaux**, v. 5, n. 139, p. 183-218, 2006. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-reseaux-2006-5-p-183.htm>. Acessado em: Jul. 2025.

QUÉRÉ, L. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, v. 10, p. 13-37, 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3703/2484>. Acessado em: Jul. 2025.

RIBEIRO, E. R. D. *et al.* **Jornalismo digital**: quando o Instagram Stories se transforma em ferramenta de comunicação da “grande mídia”. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350790164_Jornalismo_Digital_Quando_o_Instagram_Stories_se_Transforma_em_Ferramenta_de_Comunicacao_da_Grande_Midia. Acessado em: Jul. 2025.

RODRIGUES, C.; ROCHA, C.; RODRIGUES, R. **Jornalismo e Instagram Stories**: O Caso do O Povo Online. *In*: Congresso de ciências da comunicação na Região Nordeste (INTERCOM), 20., 2018, Juazeiro, BA. Trabalho apresentado no... Juazeiro, BA: Intercom, 2018. p. 5-7.

SANCHOTENE, C.; PORCIUNCULA, C. S. Stories do Instagram: as estratégias enunciativas utilizadas pelos jornais Estadão, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora para fidelizar leitores. **Comunicologia**, v. 13, n. 1, 2020. ISSN 1981-2132.

SIMÕES, P. G. A potencialidade do conceito de acontecimento para a análise da imagem pública das celebridades. **Líbero**, v. 14, n. 28, p. 129-140, 2011. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/9-A-potencialidade-do-conceito-de-acontecimento-para-a-an%C3%A1lise-da-imagem-p%C3%BAblica-das-celebridades.pdf>. Acessado em: Jul. 2025.

SIMÕES, P. G. A (in)visibilidade dos acontecimentos e a lógica do condomínio na sociedade brasileira contemporânea. **Rumores**, v. 10, p. 76-90, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/112292>. Acessado em: Jul. 2025.

SIMÕES, P. G.; LIMA, L. A. O caso Eliza Samúdio como acontecimento: fama, anonimato e violência de gênero em nossa sociedade. **Revista Observatório**, v. 4, p. 599, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3274/12219>. Acessado em: Jul. 2025.

VAZ, P. B.; FRANÇA, R. Através do espelho: o acontecimento Isabella na revista Veja. **Logos**, v. 17, n. 31, p. 4-17, 2009. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/31/01_logos31_paulovaz.pdf. Acessado em: Jul. 2025.

VAZ, P. B.; FRANÇA, R. O acontecimento enquadrado: a tragédia em capas de revista. *In*: BENETTI, M.; FONSECA, V. P. S. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. v. 2. Florianópolis: Insular, 2011.



VAZ, P. B. F.; TRINDADE, V. C. A apreensão do acontecimento nas capas de newsmagazines. **Animus**, v. 10, p. 3-19, 2011.



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



@epublicar



facebook.com.br/epublicar

DIÁLOGO:

Linguagens, Sociedade, Cultura e Contemporaneidade

Willian Douglas Guilherme

Marcos Pereira dos Santos

Edwaldo Costa

Patrícia Gonçalves de Freitas

Organização



2025



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)



facebook.com.br/epublicar

DIÁLOGO:

Linguagens, Sociedade, Cultura e Contemporaneidade

Willian Douglas Guilherme

Marcos Pereira dos Santos

Edwaldo Costa

Patrícia Gonçalves de Freitas

Organização



2025